

PPGCOM - UFMG

Frederico Vieira

2012

Mobilização via internet no combate à corrupção:
ativismo cidadão na plataforma *Facebook*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FREDERICO DA CRUZ VIEIRA DE SOUZA

Mobilização via internet no combate à corrupção:
ativismo cidadão na plataforma *Facebook*

Belo Horizonte

2012

FREDERICO DA CRUZ VIEIRA DE SOUZA

Mobilização via internet no combate à corrupção:
ativismo cidadão na plataforma *Facebook*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Linha de pesquisa: Processos comunicativos e práticas sociais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
UFMG
2012

“Mobilização via internet no combate à corrupção: ativismo cidadão na plataforma
Facebook”

Frederico da Cruz Vieira de Souza

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:


Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques
(PPGCOM-UFMG/Orientador)


Prof.ª Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques
(PPGCOM/UFMG)


Prof.ª Dra. Maria Helena Weber
(PPGCOM/UFRGS)


Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça
(DCP/UFMG)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 18 de maio de 2012

2012 Vieira, Frederico
V658m Mobilização via internet no combate à corrupção [manuscrito] : ativismo
301.16 cidadão na plataforma Facebook / Frederico Vieira. – 2012.

171 f.
Orientador: Márcio Simeone Henriques.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de
Filosofia e Ciências.

1. Comunicação - Teses. 2. Comunicação de massas - Teses. 3. Facebook
(Recursos eletrônicos) – Teses. 4. Corrupção – Teses. 5. Participação popular -
Teses I. Henriques, Márcio Simeone. II. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia. III. Título.

À Beatriz, filha amada

Agradecimentos

Minha gratidão, em primeiro lugar, ao amigo e mestre Márcio, em quem encontrei um exemplo profissional, ser humano incrível e, acima de tudo, verdadeiro pai.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG pelos ensinamentos; e à equipe de profissionais do Colegiado, em especial à Elaine.

Aos professores avaliadores pelo aceite do convite e colaboração com esse trabalho.

À Bia Bretas, minha primeira e inesquecível professora do Curso de Graduação em Comunicação Social, pioneira na UFMG nos ciberestudos.

Aos entrevistados que se dispuseram a cooperar com esta pesquisa, os quais cito nominalmente: Anita Breur, Anivaldo Matias de Sousa, Carolina Néri, Claudia Oliveira da Silva, Isabela Nogueira da Gama, Márlon Reis e Nilson Flores Jr. E à Pétalah Lotti pela transcrição dos depoimentos.

Aos movimentos de mobilização social, especialmente ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, riquíssimos objetos de estudo. A Comunicação ainda tem muito a investigar nesse campo.

Aos colegas da turma do mestrado, em particular à querida Vanessa, a quem sempre recorri nos momentos de angústias acadêmicas.

À amizade incondicional de Emanuela São Pedro e de Frances Vaz.

Ao apoio inestimável de Daniela Santiago, na pessoa de quem agradeço toda equipe de colegas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pelo incentivo.

À mestra Maria Letícia Ferreira, pelo acolhimento e conselhos nas horas mais difíceis.

E aos amores da minha vida, em particular à professora e mãe, D. Vilma, exemplo de luta e dedicação ao ensino, dentro e fora da família.

A Deus, por tudo isso.

E louvo, pra começar
Da vida o que é bem maior
Louvo a esperança da gente
Na vida, pra ser melhor
Quem espera sempre alcança
Três vezes salve a esperança!

Louvo quem espera sabendo
Que pra melhor esperar
Procede bem quem não pára
De sempre mais trabalhar
Que só espera sentado
Quem se acha conformado

Gilberto Gil, trecho da canção “*Louvação*”

RESUMO

A pesquisa dessa dissertação tem como objetivo investigar, sob o ponto de vista da coletivização de uma causa de interesse público e das funções comunicativas por ela envolvidas, a dinâmica das interações e relações estabelecidas entre os públicos vinculados a redes sociais da internet. Em particular, toma como exemplo o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), por meio da comunidade “Campanha Ficha Limpa”, presente no *Facebook*, considerando a experiência democrática vivida pelos integrantes dessa comunidade como oportunidade de reflexão sobre o tema. O presente trabalho aborda questões relevantes para a compreensão do fenômeno da mobilização de públicos via internet, na defesa de causas de interesse público, em especial no espaço de interação proporcionado pela plataforma *Facebook*, com vistas a fortalecer a participação popular em processos de combate à corrupção.

ABSTRACT

The research of this dissertation aims to investigate from the point of view of collectivization of a cause of public interest and communicative functions which it involved, the dynamics of interactions and relationships established between the public social networks linked to the internet. In particular, take the example of the Movement to Combat Electoral Corruption (MCCE), through the community "*Ficha Limpa* Campaign ", present on Facebook, considering the democratic experience lived by members of this community as an opportunity for reflection about the subject. This work addresses issues relevant to understanding the phenomenon of public mobilization on the internet that advocates for public interest, particularly in the interaction space provided by the Facebook platform, to strengthen popular participation in the process of combating corruption.

Listas de Ilustrações

I	Gráficos	
	Gráfico 1- Distribuição segundo os meses dos posts da CFL-MCCE no <i>FB</i>	95
	Gráfico 2- Ondas de mobilização na CFL-MCCE no <i>FB</i>	96
	Gráfico 3- Distribuição dos <i>posts</i> segundo a função comunicativa predominante na CFL-MCCE no <i>FB</i>	97
	Gráfico 4- Composição das funções comunicativas na CFL-MCCE no <i>FB</i>	100
	Gráfico 5- Composição do coletivo de falantes (autores) na CFL-MCCE no <i>FB</i> .	104
	Gráfico 6- Distribuição dos <i>posts</i> segundo a classe de assunto	107
	Gráfico 7- Distribuição dos <i>posts</i> segundo o tipo de assunto	107
	Gráfico 8- Distribuição dos <i>posts</i> segundo a natureza da informação	119
	Gráfico 9- Concentração das funções comunicativas segundo a natureza da informação contida nos <i>posts</i> da CFL-MCCE no <i>FB</i>	119
	Gráfico 10- Distribuição da natureza da informação segundo as ondas de mobilização na CFL-MCCE no <i>FB</i>	120
	Gráfico 11- Distribuição de posts da CFL-MCCE no <i>FB</i> segundo canal vinculado	127
II	Figuras	
	Figura 1- Interface da CFL-MCCE na plataforma <i>FB</i>	69
	Figura 2- Interface da <i>fan page</i> “MCCE Ficha Limpa” na plataforma <i>FB</i>	70
	Figura 3- Interface da Planilha <i>Excel</i> : sistematização de <i>posts</i> para <i>Análise Multifocal</i>	83
	Figura 4- Modelo epicêntrico-convergente de mobilização <i>online</i>	103
	Figura 5- Correlações entre os principais temas abordados nos <i>posts</i> da CFL MCCE no <i>FB</i>	121

Listas de Tabelas e Quadros

I Tabelas

Tabela 1- Resumo sobre entrevistas em profundidade com membros da CFL MCCE no <i>FB</i>	74
Tabela 2- Resumo sobre entrevistas em profundidade com outros atores externos ao <i>FB</i>	75
Tabela 3- “Linha do tempo” Projeto Ficha Limpa	75
Tabela 4- Resumo comparativo dos procedimentos de classificação dos <i>posts</i> (exemplos)	86
Tabela 5- Distribuição de <i>posts</i> por participante	101
Tabela 6- Capilaridade entre os perfis dos membros via <i>FB</i>	125

II Quadros

Quadro 1- Lista de Categorias para classificação dos <i>posts</i> do grupo CFL MCCE no <i>FB</i>	82
Quadro 2- Exemplos de <i>posts</i> extraídos da CFL-MCCE	85
Quadro 3 - Exemplos de “enunciações” extraídas da CFL-MCCE	108
Quadro 4- Exemplos de “convocações” extraídas da CFL-MCCE	113
Quadro 5- Exemplos de “outros conteúdos” extraídos da CFL-MCCE	117
Quadro 6- Exemplos de <i>posts</i> com preponderância de informações temáticas	122
Quadro 7- <i>Posts</i> vinculados a questões transversais à CFL-MCCE	128
Quadro 8- <i>Post</i> com divulgação da agenda de eventos do Movimento	138
Quadro 9- Exemplos de <i>posts</i> com enquadramentos compartilhados	147

Sumário

Prólogo	1
I Introdução	4
II Conexões conceituais	7
2.1 Minotauro, o mito político	7
2.2 Entre o público e o privado	8
2.3 Mobilizar-comunicar: verbo coletivo	17
2.4 Tecendo a rede	21
2.5 A babel-internet como espaço público	24
2.6 Fios híbridos, redes complexas	30
2.7 O comunal-global e o eu expandido	36
2.8 Ciberativismo e Teseus <i>online</i>	42
III (Des)Caminhos do labirinto	46
3.1 O <i>neominotauro</i> vem a público	49
3.2 O labiríntico <i>Facebook</i> como plataforma de mobilização	54
3.3 Privacidade no <i>FB</i> : até quando (ou quanto)?	64
IV Arquiteturas de um Dédalo	71
4.1. A <i>Análise Multifocal</i> : princípios e procedimentos	76
4.1.1. Lista de categorias	79
4.1.2. Os procedimentos de categorização dos <i>posts</i>	84
4.2. A <i>Análise Multifocal</i> aplicada à CFL-MCCE no <i>FB</i>	88
4.2.1 Ondas de mobilização: movimentos do movimento	90
4.2.2 Fios Comunicativos	98
4.2.3 Coletivos de falantes	100
4.2.4 Repertórios em diálogo	106
4.2.4 Capilaridade e seus canais	125
4.2.5 Transversalidades no contexto <i>online</i>	127
4.2.6 Teseus e a liderança compartilhada	133
4.2.7 Sujeitos-mensagens	144
V Considerações finais	150
Epílogo	161
Referências	162
Anexo 1 – Lista de entidades que compõem oficialmente o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)	167
Anexo 2 – Roteiro semi-estruturado para entrevista em profundidade com ativistas	169
Anexo 3 – <i>CD-ROM</i>	

Prólogo

Março de 2012. Escrevo as últimas linhas desta dissertação às margens do rio São Francisco, em Manga, cidade do Norte de Minas. Mais uma vez trabalhando em um projeto de mobilização social, o “Cidadania Ribeirinha”¹, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na qual desempenho a profissão de relações públicas. Inevitável, nesta ocasião, não lembrar, olhando para o Velho Chico, dos anos vividos durante a graduação em Comunicação Social, em projetos de extensão universitária da Universidade Federal de Minas Gerais, como o Manuelzão²; como o Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha³.

Panta rei ou “tudo flui”. A expressão suporta bem o sentido do que vejo se mover sob a superfície das águas nomeadas por um “santo forte”. Nem o homem, nem o rio são os mesmos.

Nisso posso reconhecer muitas repetições: uma região reconhecidamente desafiadora para projetos de mobilização, como o Norte de Minas, por sua herança histórica e cultural, em grande medida reconhecida pelas raízes do clientelismo político vigente desde a República Velha; na recorrente apropriação do público pelo privado, em particular por elites agrárias; na conformação de identidades marcadas pela miséria e pela pobreza econômica, subjugados povos indígenas, mestiços das ribeiras e sertanejos do semiárido mineiro. Também se encontra contexto similar na bacia hidrográfica do rio das Velhas; tal realidade siamesa, no Jequitinhonha.

No presente trabalho enveredo pela investigação do ativismo via internet; procuro compreender como as interações *online* podem oferecer melhores condições de compartilhamento, colaboração e participação de pessoas, em particular na defesa de causas

¹ O Projeto tem como objetivos a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, a redução da pobreza e da desigualdade nas comunidades ribeirinhas e a proteção do patrimônio cultural são-franciscano. Voltado para populações de 12 localidades de quatro dos municípios mineiros banhados pelo rio (Itacarambi, Manga, Matias Cardoso e Pedras de Maria da Cruz), no Norte de Minas. Os municípios foram escolhidos por apresentarem o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre as cidades banhadas pelo São Francisco. In: http://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2012/cidadania_ribeirinha/index.html, acessado em 3/3/2012, às 22h.

² O Projeto Manuelzão é um projeto de extensão da Universidade Federal de Minas Gerais que busca a revitalização da bacia do rio das Velhas, maior afluente do rio São Francisco, englobando parcerias com 51 municípios e governo do estado de Minas Gerais. Foi inicialmente idealizado por professores da Faculdade de Medicina da UFMG, em janeiro de 1997. O nome do projeto homenageia o vaqueiro Manuel Nardi, imortalizado como Manuelzão na obra de Guimarães Rosa, e falecido em 1998. In: www.manuelzao.ufmg.br/, acessado em 8/3/2012, às 18h5.

³ O Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha foi criado em 1996 com o objetivo de articular as iniciativas da UFMG na região do Vale do Jequitinhonha. O Pólo Jequitinhonha é um programa de desenvolvimento regional vinculado às Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão que tem se mostrado eficaz e consistente na tentativa de reduzir a pobreza e promover o reconhecimento da cultura local. In: <http://www.ufmg.br/polojequitinhonha/apresentacao.php>, acessado em 3/3/2012, às 22h08.

de interesse público. E também lanço um olhar generoso sobre as funções da comunicação nessa seara, percebendo seus componentes dinâmicos e estratégicos.

Ironicamente, durante a pesquisa, fui devolvido às margens da questão pelo objeto de análise que se mostrou indissociável das interações *offline*. Lançado às barrancas dos fluxos comunicativos *online* entre ativistas, compreendo que, talvez, a mudança seja o que há de mais constante em todo movimento.

O *Facebook (FB)*, como demonstraremos adiante, talvez seja um exemplo contundente da mudança a que nos referimos. Lançado em fevereiro de 2004, passou de uma rede social limitada à majoritária participação de universitários norte-americanos a uma plataforma virtual expandida por vários países, que hoje dispõe de aplicativos e ferramentas de tradução para operar interações entre mais de 800 milhões de usuários ativos pelo mundo⁴, em múltiplos idiomas. No Brasil, no início de 2012, foi confirmada a liderança da plataforma sobre o *Orkut*; atraiu 36,1 milhões de visitantes durante o ano de 2011, superando os 34,4 milhões registrados pela rede social da *Google*.⁵

Nesse cenário, há um poderoso fluxo que pode levar o *FB* a se tornar uma gigantesca experiência de exposição pessoal, em nível mundial. Fotografias, *memes*⁶, *posts* e outras parafernalias utilizadas pelos usuários se sobrepõem muitas vezes sobre as questões coletivas, reforçando, com isso, a ocupação do espaço público por informações de cunho privado ou íntimo, numa espécie de vertiginosa ode aos umbigos. Mas, num outro fluxo, este movido pelo engajamento cívico de pessoas em rede, os movimentos sociais têm se utilizado da plataforma *FB* para articulação de públicos na defesa de causas de interesse público. Nossa pesquisa enfoca esse segundo universo de ação.

Também desejamos ir além das questões que se impõem ao *FB* como um negócio, já que hoje a plataforma detém talvez o mais robusto banco de dados pessoais dos consumidores de mídias sociais da internet, em todo mundo – um ativo mercadologicamente invejável. Almejamos olhar para os dilemas do compartilhamento e da exposição de pessoas

⁴ <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/numero-de-usuarios-brasileiros-no-facebook-cresce-298-em-2011.html>, acessado em 3/3/2012, às 22h45.

⁵ O *Orkut* é uma comunidade *online* de propriedade da *Google*, organizada a partir de afinidades sociais, como os mesmos hobbies e interesses sociais. In: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/01/facebook-passa-Orkut-e-vira-maior-rede-social-do-brasil-diz-pesquisa.html>, acessado em 3/3/2012, às 22h57.

⁶ Conteúdo que se espalha com facilidade vira rede, e que perdura na memória coletiva dos internautas, diferentemente dos virais. Enquanto virais tendem a ser rapidamente esquecidos, um meme “sobrevive” por muito tempo, “evolui” e se adapta aos mais diferentes conceitos. Lolcats, loldogs, Rickrolled são alguns exemplos de brincadeiras que têm perdurado na internet. In: <http://www.tecmundo.com.br/4700-memes-que-bombaram-no-primeiro-semester-de-2010.htm#ixzz1qAdzQdSi>, acessado em 25/3/12, às 19h37.

em rede sob o prisma da dinâmica de movimentação dos públicos em circuitos virtuais de coletivização de causas.

Entendemos que, cada vez mais, o espaço virtual tem sido ocupado por movimentos de mobilização social, seja pela expansão do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), seja pelo protagonismo de ativistas na internet. Colaborando no surgimento de agrupamentos sociais que compartilham informações, opiniões e ações comunicativas, as comunidades virtuais já são parte do exercício da cidadania e da participação democrática contemporânea.

Em Manga, cujo modesto IDH (2000) é 0,603⁷, entramos em uma *LAN house* e pedimos permissão à atendente para afixar um cartaz referente ao “Cidadania Ribeirinha” naquele espaço. Faziam uns 40 °C. No local, sete ou oito jovens estavam conectados; pelo menos cinco deles à plataforma *FB*. Ao observarmos isso, forçoso desconsiderar a crença comum de que, em geral, as pessoas de uma cidade remota não têm “tanta familiaridade” com internet e, por conseguinte, táticas comunicativas *offline* de mobilização “são mais importantes” nesses contextos, já que o acesso ao ciberespaço nessa realidade é rotulado, não raro, como “extremamente limitado”.

Saímos da *LAN* mais certos da riqueza do objeto escolhido para esta dissertação. Não há como não refletir sobre tal mudança no cenário de interações sociais. Especialmente se o uso e a apropriação da plataforma *FB* vier facilitar o engajamento de jovens, como os de Manga, em movimentos que produzam mudanças sociais, com efeitos concretos sobre a realidade *offline*, como é o caso do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral na experiência do projeto Ficha Limpa.

⁷ Dado obtido em [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm), acessado em 13/3/2012, às 15h.

1 Introdução

Dezesseis de fevereiro de 2012. O Supremo Tribunal Federal decide pela constitucionalidade da “Lei Ficha Limpa”⁸. O coroamento de um processo longo, cheio de idas e vindas pelas instâncias dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário; materializava-se nesse ato o desejo de entidades, associações da sociedade civil e de cidadãos que *se moveram* em combate à corrupção eleitoral no país. Ou, talvez, o início de uma nova etapa de mobilizações, agora pela ampliação do alcance da Lei.

Sabe-se que o problema da corrupção é constante na história política brasileira. A cada dia, seja nos veículos de massa, ou nas comunicações dirigidas, ganham visibilidade pública escândalos, crimes e situações exemplares do abuso de autoridade e poder. A mudança desse cenário é almejada por grande parte da sociedade civil que, frente às ações do poder público, exercem papel de cobrança por medidas efetivas que cerceiem – e não apenas punam – atos ilegais, mas também a sobreposição do interesse público pelos interesses privados.

Nesse contexto, o Projeto de Lei “Ficha Limpa” é uma experiência ímpar. Originado por iniciativa popular, foi subscrito por 1,3 milhão de eleitores, número que subiu para 1,7 milhão no momento em que estava sendo aprovado pela Câmara dos Deputados, aos quais, naquele ato, se agregaram dois milhões de assinaturas *online*. Dele resultou a Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Trata de casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. A Lei prevê que a condenação em segunda instância por decisão colegiada, sem a necessidade do trânsito em julgado, torna inelegível pelo período de oito anos o candidato condenado.

Existem inúmeras comunidades virtuais nomeadas como “Ficha Limpa já, eu apoio!!” ou “Ficha Limpa neles”. Destacam-se também organizações como o MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, uma centralidade de produção de conteúdo e de ações mobilizadoras que ganharam a cena nacional, não exatamente pelos tradicionais meios de comunicação de massa, mas principalmente pelas mensagens dirigidas aos públicos internautas. A causa do movimento nas redes sociais da internet está clara: o combate à corrupção.

⁸ Lei Complementar 135, cujo projeto foi aprovado pelo Senado em 19/5/2010, e sancionado pelo Presidente da República, sem veto, em 4/6/2010.

Em nossos estudos, partimos da premissa de que a Comunicação assume papel fundamental nos processos de mobilização social que visam participação política, especialmente no enfrentamento de questões sociais de interesse público, onde os direitos dos cidadãos, sejam civis, políticos ou sociais, são referenciados por valores próprios da democracia. Nesse sentido, os movimentos sociais se pautam por ideais e causas cuja abrangência converge ao espaço público por meio de discursos e práticas onde as ações comunicativas dos sujeitos perseguem a justiça social e a garantia desses direitos.

Além disso, o estudo da Comunicação nesses contextos é valioso pela própria natureza transversal da área e sua capacidade de se desdobrar sobre os múltiplos públicos envolvidos pelas questões sociais.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo investigar, sob o ponto de vista da coletivização de uma causa de interesse público e das funções comunicativas envolvidas nesse processo, a dinâmica das interações e relações estabelecidas entre os públicos vinculados a redes sociais da internet, em particular aquelas que compõem a comunidade Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (CFL-MCCE) no *Facebook*⁹ (FB). Criada em junho de 2009 por integrantes do MCCE, a comunidade já contava com mais de sete mil usuários, em novembro de 2010.

Por isso a pesquisa procura concentrar seu olhar sobre as práticas sociais dos sujeitos em mobilização no espaço virtual; na composição das estratégias de coletivização da causa defendida pelos atores desse movimento e também no processo de vinculação que os públicos estabelecem com o movimento de combate à corrupção.

Nossos estudos e análises visam propiciar um aprofundamento conceitual e empírico sobre o tema Comunicação para a Mobilização Social – contribuindo para a produção científica do campo comunicacional e também para lançar luz sobre os processos comunicativos envolvidos nos movimentos sociais de combate à corrupção.

Também consideramos que o desenvolvimento da comunicação na arena virtual é singular por sua horizontal interlocução entre públicos. A trajetória do processo legislativo vivida pelo Projeto de Lei – desde sua proposição à promulgação – evidencia o protagonismo dos públicos em rede. Disso advém o estabelecimento de um recorte de pesquisa sobre a comunidade virtual CFL-MCCE: numericamente expressiva, e uma das geradoras do processo

⁹ O *Facebook* completou em março de 2012 oito anos de existência; em pouco tempo se tornou o segundo *site* mais popular da internet, perdendo apenas para o *Google*. Considerado a maior rede social *online* do mundo, ao *Facebook* estão conectadas mais de 800 milhões de pessoas (usuários ativos), segundo informações apuradas no *site* oficial da plataforma, em janeiro de 2012.

mobilizador via internet, ela constitui amostra representativa do universo de outras comunidades mobilizadas pela aprovação do Projeto de Lei no Congresso Nacional.

O desenvolvimento do presente texto divide-se em quatro capítulos. No primeiro, abordamos a coletivização no espaço público virtual, procurando discutir questões de relevância para a construção de causas coletivas e como a formação do interesse público afeta diretamente o processo de coletivização de uma causa. Especialmente nas interações virtuais, percebemos um potencial de viralização de informações e ações que catalisam a formação e mobilização de públicos.

Já no segundo capítulo, discutimos os circuitos de coletivização *online*. Com enfoque nas redes sociais da internet, elegemos o *FB* como um exemplar das plataformas que, associadas a outras estratégias de mobilização *offline*, oportunizam o engajamento cívico dos públicos em movimentos de mobilização na defesa de questões de interesse público. Acredita-se que muito da conversação cotidiana travada via redes sociais entre cidadãos e atores da sociedade civil organizada pode contribuir para a formação da opinião, influenciando a tomada de decisões de arenas institucionais, como o Parlamento.

No terceiro capítulo, discorremos sobre a experiência da CFL-MCCE no *FB*. Após apresentação de informações detalhadas do MCCE, realizamos um rastreamento das interações, valendo-se de metodologia desenvolvida para este fim que nomeamos *Análise Multifocal*. O modelo de análise foi construído com base nas referências teóricas apresentadas nos dois primeiros capítulos. Na sequência, tem-se a apresentação de dados e análises.

Finalmente, o quarto capítulo concentra as conclusões. Longe de estabelecer um olhar restritivo sobre a mobilização, em especial a respeito da coletivização, as conclusões apontam para um vasto terreno de pesquisa, ainda pouco explorado. Certamente, outras pesquisas contribuirão para ampliar o debate acadêmico sobre o tema.

2 Conexões conceituais

2.1 Minotauro, o mito político

Idos de 1.400 a.C. Minos, rei da ilha de Creta, filho da mortal Europa e de Zeus, governador do Olimpo, era publicamente conhecido por sua personalidade real, confidente de seu pai e notável legislador. Seu povo, o cretense, o admirava. No entanto, Minos, nos domínios de sua vida privada, secretamente guardava sob contínua vigilância uma criatura de horrível aspecto, meio-homem, meio-touro, o Minotauro. Tal monstro nascera da relação de sua esposa, Pasífae, com um touro ofertado por Poseidon, deus dos mares. Era um fruto de explícito adultério. Caso viesse a público, o fato, além de desonrá-lo, faria de Minos a antítese de tudo o que sua reputação professava em Creta. Para se precaver disso, o rei encomendou ao arquiteto Dédalo a construção de um labirinto subterrâneo, sob o palácio de Cnossos, de imbricada rede de passagens e (des)caminhos, na ausência da luz. Nenhum mortal dele sairia sem pagar com a própria vida. O labirinto era a cela ideal para a criatura – e assim fora feito.

Minotauro encarcerado, para aplacar a fúria do monstro, Minos ordenou despoticamente que, a cada nove anos, os atenienses, então subjugados pelo poder de Creta, enviassem à ilha sete virgens e sete rapazes que seriam encerrados na cova subterrânea. O tributo pérfido gerou revolta entre os habitantes de Atenas. Um duro golpe para aquela que, hoje, louvamos como berço dos poetas, das artes, da democracia, cidade-nascedouro da cultura ocidental. Os atenienses aceitariam de modo passivo essa carnificina que abatia a jovialidade e – por quê não?– o próprio futuro da raça? Não era, pois, apenas questão das famílias que entregavam seus filhos à fúria sombria de Minos, corporificada no Minotauro; era, para os atenienses, um sacrifício essencialmente coletivo...

Tão antigo quanto os dilemas entre o público e o privado, o mito é extremamente atual quando lançamos o olhar sobre as guerras fratricidas pela liberdade vista entre os povos árabes que, em grande medida mobilizados via internet, saem hoje às ruas para destituir regimes totalitários. Desde fins de 2010, o mundo tem assistido aos protestos de populações dos países de língua árabe pela destituição de governos autocráticos em países historicamente dominados por lideranças ditas “estáveis”, a favor da implantação da democracia.

Na Tunísia, no Egito, na Líbia há exemplos de movimentos que têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas pelo interesse público, envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais

como *Facebook*, *Twitter* e *YouTube* para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional face às tentativas de repressão e censura por parte dos Governos ditatoriais. Essa espécie de onda revolucionária tornou-se conhecida como “Primavera Árabe”.

Também são exemplares as manifestações como “*Un Million de Voces Contra Las FARC*”,¹⁰ que inundaram de protestos as ruas de Bogotá, na Colômbia, e em muitas outras cidades daquele país e do mundo. Iniciada em 4 de janeiro de 2008 por Oscar Morales, engenheiro civil colombiano então com 32 anos, a comunidade do *FB* reunia internautas em protesto contra ações das FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Motivada especialmente por um sentimento de solidariedade ao sofrimento dos reféns mantidos sob o poderio das FARC, a comunidade cresceu rapidamente, tornando-se um dos mais extraordinários exemplos de interação alimentados pela tecnologia digital da história recente. Em 4 de fevereiro de 2008, cerca de 10 milhões de pessoas saíram às ruas na Colômbia e outros dois milhões em cidades de outros países, de acordo com estimativas da imprensa do país.

Outras inúmeras correlações poderiam ser feitas entre o mito e exemplos cotidianos. Mesmo no combate à corrupção, *neominotauro* sacrificador das divisas públicas em favor de interesses privados, fortemente presente no Brasil.

Intriga-nos, todavia, compreender o que leva os sujeitos a se envolverem com questões, em princípio, alheias às suas rotinas familiares, ou aos limites das relações afetivas mais próximas. E mais: seriam o privado e o público uma amálgama, campos com zonas de interface, ou domínios absolutamente apartados? Isso resultaria, no comportamento social, em posicionamentos que vão desde a apatia ao ativismo cidadão? Valendo-se da metáfora: somos atenienses afetados¹¹, em particular no que diz respeito à participação na vida coletiva? Isso nos faz crer que o minotauro é *per se*, além de uma questão coletiva, um problema público.

2.2 Entre o público e o privado

Quando os efeitos de um ação se limitam à afetação das pessoas diretamente nela envolvidas, diz-se que é privada. Dewey (2008, p. 33), no entanto, já afirmava nas primeiras

¹⁰ In: Kirkpatrick, David. *O efeito Facebook*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. p.12

¹¹ O termo democracia é de origem grega (δημοκρατία, *dēmokratía*) traduzido como o "poder do povo". Na Grécia Antiga, a expressão foi muitas vezes empregada de forma depreciativa, uma vez que a maior parte dos pensadores gregos, entre eles Platão e Aristóteles, era contrária a um governo de iniciativa popular.

décadas do século passado que a distinção entre privado e público “de modo algum é equivalente à distinção entre individual e social [...] Muitas ações privadas são sociais; suas consequências contribuem para o bem-estar da comunidade ou afetam sua situação e expectativas”. Cai por terra a noção estanque de que público e privado não se entrelaçam em sociedade. Cabe-nos, portanto, compreender como se estabelecem os limites entre eles, os quais, ainda para Dewey (2008, p. 33), “devem ser fixados com base na extensão e no escopo das consequências das ações, que são tão importantes de modo precisarem de controle, seja por inibição ou por promoção.”

A esse respeito, a ação humana pode ser entendida como a capacidade de se produzir algo novo, fundamentada na existência coletiva e que, por isso, a faz ter durabilidade, permanência social, justamente por ser gerada e sustentada coletivamente. A perspectiva de transformação é um vetor essencial na ação coletiva.

Sedimentada na condição humana da pluralidade, a realidade que vivemos só se torna efetivamente real quando partilhada, coletivizada. Ou seja, o espaço privado oferece as condições para a existência do espaço público e vice-versa. No processo de ascensão do social, em que muitas vezes o minotauro sai do subterrâneo e vem à luz, questões ditas “privadas” podem se tornar “públicas”, ganhando visibilidade no espaço público por sua referência à vivência do comum, atualizado pelos homens em ação. Para Arendt (2001, p. 16) a vida política depende da pluralidade, “pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”.

No contexto das sociedades democráticas, essa ação humana coletiva resulta em consequências partilhadas, ora limitadas aos diretamente afetados, ora estendendo-se muito além desses. Para Habermas (2006), o desenho institucional das democracias modernas traz pelo menos três elementos: primeiro, a autonomia privada dos cidadãos, que definem os rumos de suas vidas; segundo, a cidadania, que envolve pressupostos de igualdade e liberdade entre cidadãos na comunidade política; e terceiro, a independência de uma esfera pública que atua como um sistema intermediário entre Estado e Sociedade. O autor utiliza-se da “metáfora da rede” para dar a entender que a esfera pública se configura de maneira reticular e descentralizada, a partir de diversas arenas discursivas espalhadas na sociedade civil (TAYLOR¹², 1995; HAUSER¹³ 1998 *apud* MAIA, 2008, p. 59). As relações entre esses

¹² TAYLOR, Charles. Liberal politics and the public sphere. In: TAYLOR, Charles. *Philosophical arguments* Cambridge: Harvard University Press, 1995, p. 257-288.

¹³ HAUSER, Gerard A. Civil society and the principle of the public sphere. *Philosophy & Rhetoric*, Penn State University Press, v.31, p. 19-40, 1998.

elementos também são interdependentes e configuram um complexo cenário para movimentação pública de atores que defendem interesses, discutem questões, alimentam ou cerceiam a participação uns dos outros na construção do próprio sistema democrático.

Diante de uma questão ou problema que, no processo de ascensão do social, do privado ao público, conforma em torno de si grupos suficientemente distintos para uma ação coletiva, há que se reconhecê-los como públicos. Compõem, em visão mais ampla, aquilo que entendemos como “O Público” que, nas palavras de Dewey:

[...] é organizado e tornado efetivo por meio de representantes que, como guardiões do costume, como legisladores, como membros do executivo, juízes, etc. cuidam de seus interesses especiais por métodos destinados a regular as ações conjuntas dos indivíduos e grupos. Então, e até certo ponto, a associação acrescenta a ela mesma organização política e algo que pode vir a ser governado passa a existir: **o público é um estado político**. (DEWEY, 2008, p. 49, grifo nosso).

Essa visão dialoga com Arendt (2001, p. 59, 62) que discorre sobre o termo “público” valendo-se de dois fenômenos intimamente correlatos. Em primeiro lugar, público é “tudo o que vem a público e pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Donde conclui-se que, em tese, quanto maior for o espaço público, tanto mais amplo será o alcance daquilo que se dá a ver. Em segundo lugar, “o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. Para isso, a autora adota a “metáfora da mesa” para definir o mundo, o qual “se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens”.

Inicialmente, um grupo de indivíduos, por compartilhar sentimentos e comportamentos sociais comuns, pode se tornar um coletivo, intercambiando os processos de grupalização e coletivização. Tornar-se grupo significa estabelecer, *a priori*, um sentimento de pertença, conforme destaca Pichon-Rivière (1986, p. 158, 159); uma espécie de elo que promove a identificação dos sujeitos com o grupo; o que permite a esses “estabelecer a identidade do grupo e estabelecer a própria identidade como integrantes desse grupo.” Mais que um agrupamento ou simples conjunto de sujeitos reunidos fortuitamente, sem estabelecimento de vinculação intersubjetiva, um grupo constitui-se principalmente pela existência de um objetivo comum e de uma “tarefa”. Segundo Pichon-Rivière, “a tarefa é o caminho do grupo para seu objetivo, é um fazer-se e um fazer dialético para uma finalidade, é uma práxis e uma trajetória.”

Henriques (2010, p. 96 e 107) comunga dessa visão, destacando que um processo de coletivização não se completa sem um processo de grupalização. Para ele, “um grupo é capaz de se identificar com uma situação-problema e de abraçar uma causa” gerando e mantendo as condições para que um processo coletivo realmente ocorra; e, com isso, torna-se fundamental o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos. Num mesmo sentido, Toro (2005, p. 37) analisa o *tomar parte* dos sujeitos em questões de impacto coletivo pelo viés político, ao dizer que “o papel fundamental da política é a coletivização de interesses, a construção de interesses coletivos tomando-se por base os interesses individuais múltiplos”.

Assim, no campo das interações, um grupo ou um coletivo permitem, em geral, maior variedade de compartilhamentos identitários que um agrupamento. Recursivamente, na medida em que questões individuais, grupais ou coletivas são publicizadas no espaço de interação público – saem do domínio labiríntico da esfera privada e “ganham as ruas” – tornam-se públicas.

Nessa seara, há uma importante diferenciação a se fazer entre “o público” e “um público”, embora em alguns contextos isso pareça se diluir, conforme Warner (2002).

O nascimento das condições para a existência de públicos, ou seja, de unidades sociais compostas por indivíduos, grupos e/ou coletivos que compartilham um mesmo posicionamento perante uma questão pública que influi num “estado político”, conforme definido por Dewey (2008).

Em nosso entendimento, os públicos, portanto, se conformam a partir das relações que estabelecem com algo que os afeta publicamente. Um público nem sempre corresponderá ao domínio de “O Público”, mas revela necessariamente as relações do primeiro para com o segundo.

Dentro de um público, os indivíduos, grupos e/ou coletivos também compartilham informações, sentimentos, crenças, valores, comportamentos, identidades, repertórios de ação, podendo gerar uma cultura pública. Mas esse fenômeno está condicionado à existência de uma questão pública maior, com que o público se relaciona. No limite, não se pode afirmar que existam públicos *a priori*; isso significaria cristalizar as relações no espaço público, ignorando suas inúmeras possibilidades.

Há, inclusive, públicos que, invisíveis no espaço público mediatizado, não têm suas questões reconhecidas como verdadeiramente públicas. Fraser (1993, p. 123) os nomeia contrapúblicos, os quais, conscientes ou não de sua condição, procuram desenvolver discursos e espaços de circulação de informações para a transformação de relações já instituídas, muitas vezes baseadas em preconceitos e na subalternidade de grupos perante outros, alinhavados

pelo “em comum” (seja pela identidade, pelo gênero, pela raça, ou outros fatores de agregação). Segundo a autora, contrapúblicos são “arenas discursivas paralelas em que membros de grupos sociais subordinados inventam e fazem circular discursos contestadores para formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades.” (FRASER, 1993¹⁴ *apud* MAIA, p. 61,62)

Tal contradição entre público *versus* privado da qual emerge um contrapúblico, nos faz melhor compreender as noções de “O Público” e “públicos” trabalhada por Warner (2002), pois espelha os limites entre esses conceitos, bem como as intrarrelações que indivíduos, grupos e/ou coletivos constroem no bojo da conformação de um público, que pode se consolidar como um ator social em movimentos de mobilização gerador de ações com consequências públicas.

Esse processo de formação de públicos ocorre, por vezes, em função de um acontecimento social. Ganhando a pauta dos meios de comunicação por meio de um fato expressivo, um tema como o combate à corrupção passa a ter, no espaço público, a almejada visibilidade que levará a uma discussão pública a respeito de uma dada questão – que pode ser entendida, a partir de então, como algo que extrapola o âmbito privado da relações. Isso, inevitavelmente, exigirá dos públicos (e contrapúblicos) uma adaptação de seu modo de agir, sua performance rumo ao modelo crítico e racional de discurso, mais institucionalizado.

O domínio da Comunicação, nesse contexto, é de suma importância pois ela auxilia a construir a ponte entre a visibilidade e o reconhecimento, garantindo permanência da questão levantada no seio da esfera pública, o que é bastante desejável. Mas ao mesmo tempo, na medida em que se tornam efetivamente públicos, os grupos ganham poder de agência, cuja base é justamente a ação de natureza coletiva.

Uma das características mais marcantes dos públicos, na esfera pública moderna, é que eles podem, em alguns contextos adquirir agência. Não só é a participação entendida como ação, no nível do indivíduo, cuja adesão ajuda a constituir um público, mas também **é possível atribuir agência à virtual entidade corporativa criada pelo espaço de circulação como um todo.**[...] É difícil imaginar o mundo moderno sem a atribuição de agência para os públicos [...] ¹⁵ (WARNER, 2002, p. 88, 89, tradução nossa, grifo nosso).

Procuramos compreender esse poder de agência, que agrupa as ações dos indivíduos e grupos em torno dos públicos e seus desdobramentos (discursos, ações, visões,

¹⁴ FRASER, Nancy. *Rethinking the public sphere*. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 109-142

¹⁵ “One of the most striking features of publics, in the modern public sphere, is that they can in some contexts acquire agency. Not only is participation understood as active, at the level of the individual whose uptake helps to constitute a public, it is also sometimes possible to attribute agency to the virtual corporate entity created by the space of circulation [...] It’s difficult to imagine the modern world without the ability to attribute agency to publics [...]”

posicionamentos públicos, entre outros) como resultante de um processo de institucionalização do vínculo do cidadão com um movimento, um projeto, uma causa. O termo pode parecer pesado, se encaramos o processo de institucionalização como essencialmente formal, limitante e, algumas vezes, pouco democrático, o que nem sempre é. Há formas de institucionalização que podem advir de processos participativos de longo prazo, em que a maturação do engajamento dos públicos desemboca na instituição de uma associação, entidade ou representação formal; não com finalidade meramente cartorial, mas como estratégia de participação política para ocupar os espaços públicos também institucionalizados.

Esse processo de vinculação entre sujeitos pode migrar de coletivos mais flexíveis, que sustentam mobilizações descentralizadas em rede, até estruturas mais hierarquizadas, como sindicatos e partidos políticos. Na complexidade contemporânea, os públicos (e contrapúblicos) devem considerar as múltiplas possibilidades de ação coletiva, o que permite tratá-la não apenas como “um feito de crises estruturais ou contradições, ou como uma expressão de crenças e orientações compartilhadas”, mas sim “como um sistema de relações” (MELUCCI, 1989, p. 50).

Quando percebemos que os movimentos sociais, nas sociedades democráticas, podem assumir um papel fundamental nessa coletivização, destacamos não apenas seu poder de agência, mas a capacidade de tecer entre os públicos afetos a uma causa de relevância pública, os vínculos que redefinem fronteiras entre o público e o privado.

Isso amplia a base de análise política que muitas vezes adotamos ao pensar sobre esses movimentos. A visão pluralista de Arendt, ao abordar o tema, nos permite entender a relação entre sistemas políticos e movimentos sociais numa perspectiva ampliada, já que

Os conflitos sociais contemporâneos não são apenas políticos, pois eles afetam o sistema como um todo. A ação coletiva não é realizada apenas a fim de trocar bens num mercado político e nem todo objetivo pode ser calculado. Os movimentos contemporâneos também têm uma orientação antagônica, que surge de e altera a lógica das sociedades complexas. (MELUCCI, 1989, p. 54).

Retornando à ideia de que públicos podem se consolidar como um atores sociais, recorremos a Shirky (2001), autor que propõe um paralelo entre as dimensões do individual e do comum com as do público e do cívico, a partir dos modos de compartilhamento em rede que ocorrem no espaço público virtual.

Segundo ele, na internet, o compartilhamento pessoal, feito individualmente, gera ganhos exclusivos para os interagentes, advindos da presença uns dos outros. Criar valor

comum, no entanto, requer uma coordenação de ações entre os participantes de um grupo ou coletivo, embora os ganhos da colaboração permaneçam circunscritos ao círculo de participantes. Grupos do tipo *Meetup.com*¹⁶ para depressão pós-parto, por exemplo, criam valor para seus membros, aproveitado pelos próprios membros, diferentemente de uma mensagem privada trocada entre duas mães que venham a enfrentar o problema, em seus respectivos *e-mails*, que permanecerá restrita ao domínio pessoal.

Já a dimensão pública e a criação de um valor público, é mais aberta à participação de “iniciantes e de gente de fora”; o que permite que as pessoas se reúnam com mais liberdade, e os resultados sejam disponibilizados mesmo àqueles que não são participantes (SHIRKY, 2011, p. 155).

Finalmente, o caráter cívico reside, por sua vez, no explícito objetivo que um compartilhamento público demonstra ao procurar engajamento social dos interagentes por melhorias ou avanços que impactam o sistema. Exemplo disso é o grupo “Associação de Mulheres Livres, Avançadas e Frequentadoras de Bares” presente no *FB*, criado em 2009 por uma moradora de Magalore, no sudoeste da Índia, com vistas a combater ações fundamentalistas de um grupo religioso nomeado *Sri Ram Sene*.¹⁷ Percebe-se, já no próprio nome da comunidade, um posicionamento de gênero e identitário que, por si, estabelece o posicionamento público dos seus membros diante de uma questão social. O processo de mobilização alcançado pela campanha “*Chaddi Rosa*”, motivado pelas mulheres indianas, levou à coletivização de uma causa, conformando-se um ator social: um movimento constituído por cidadãos “defensores públicos” dos direitos das mulheres. O que poderia permanecer no domínio privado, tornou-se preocupação de Estado.

Além disso, orbitam em torno desse ator feminista outros públicos que podem (ou não) vir a se engajar ao movimento; bem como há outros atores sociais, como o governo e seus órgãos de defesa, que serão chamados publicamente a responder pela proteção das

¹⁶ O *Meetup* é uma rede de grupos locais que auxilia seus usuários a se conectarem com pessoas localmente próximas, em todo o mundo. Qualquer pessoa pode organizar um grupo ou encontrar um. Segundo o *site* do serviço, todos os dias, mais de 2 mil grupos se reúnem nas comunidades locais, cada qual com a meta de melhorar os seus participantes ou comunidades. In: <http://www.meetup.com/about/>, acessado em 4/3/2012, às 15h22.

¹⁷ *Sri Ram Sene* significa “Exército do Senhor Ram” em híndi, que defende o policiamento moral violento. Em janeiro de 2009 integrantes do grupo atacaram mulheres que bebiam em um bar em Mangalore. Na ocasião, frequentadores do local filmaram o ocorrido, postando o vídeo no *YouTube*, o que ganhou visibilidade pública, inclusive na imprensa. O grupo formado por Susan no *FB*, que reuniu mais de 15 mil pessoas em menos de uma semana de existência, lançou a campanha “*Chaddi Rosa*”. *Chaddi* é a gíria híndi para designar roupas íntimas. Os membros do *Sene* são chamados de *chaddi wallahs* – usuários de cuecas – porque usam bermudas cáqui. A ideia era tornar público o endereço de correspondência do líder do *Sene* e inundá-lo com roupas íntimas cor-de-rosa, um gesto publicamente feminino. Mas os efeitos do movimento foram além. As mulheres se posicionaram publicamente, comunicando sua decisão coletiva ao governo de Mangalore; o líder do movimento e outros membros importantes do *Sene* foram presos; houve a tematização do ocorrido pelas mídias massivas, entre outros efeitos. In: CLAY, Shirky. *A Cultura da Participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 (p.151 e 152)

mulheres e coibição de práticas de outros atores como o *Sene* que violam direitos civis. Refletiremos sobre esse engajamento cívico adiante. Por meio do exemplo, procuramos destacar, por ora, a existência de marcante apelo ao “interesse público” no movimento organizado por essas mulheres, o que ultrapassa a noção de “um público”, ou de “públicos”.

Nesse panorama introdutório, um último ponto, e não menos importante é a reflexão do que seja interesse público, um conceito de difícil definição.

De acordo com Feres Júnior (2008)¹⁸, historicamente se pode dizer que o conceito de interesse público é anterior à expressão. O termo latino *interest* apresenta como significado “estar entre”, que se desdobrou para “participar”, “fazer a diferença” ou “afetar”. O direito romano disseminou seu uso e a palavra passou a se referir às questões de direito de propriedade. No medievo, o termo *interesse* era o oposto ao de *usura*, evoluindo para o uso como *lucro* em trocas comerciais, já no século XVI.

Será Hobbes, em *Leviatã*, o primeiro a empregar a expressão com sentido de “conhecimento público”, na defesa da monarquia. O autor destaca: “quando os interesses públicos e privado [do monarca] estão mais fortemente unidos, o [interesse] público é mais bem promovido” (HOBBS¹⁹ *apud* JÚNIOR, 2008). Interessante observar que a expressão nasce cunhada sob a tensão entre público e privado enraizada nas questões econômicas, de propriedade e produção, mas também na forma de governo e sistemas políticos.

Já David Hume, iluminista escocês na obra *Tratado sobre a natureza humana*, é quem examina a expressão como “o bem comum” ou “aquilo que é visível ao público”. O pensador faz uma distinção entre o interesse da maioria e o interesse público, forjando uma espécie de neologismo moderno, que ganhou corpo no século XVIII, incorporando à teoria política o conceito de interesse e misturando-o ao conceito de bem comum, tributário de pensadores da Antiguidade, como Aristóteles.

Estamos de acordo que a expressão “interesse público” se refere ao bem comum ou ao bem estar de todos. “O debate e o julgamento coletivo são vistos como os meios a se chegar a preocupações mais amplas que o auto-interesse; de perceber as próprias preocupações do ponto de vista do que é melhor para a sociedade ou para o grupo como um todo” (MAIA, 2011, p. 262).

Em grande medida, o espaço público é tomado por interesses privados, distantes da solidariedade coletiva presente em sujeitos predispostos a abrir mão de suas posições, em

¹⁸ In: AVRITZER, Leonardo *et al.* (Org.) *Corrupção: Ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, capítulo intitulado “Interesse Público”.

¹⁹ HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Pt 2, Ch. 19, Para.1/23

favor de uma construção social mais justa. É um espaço visivelmente marcado por apelos emocionais mais ou menos fortes, que configuram variados contextos de interação entre públicos. Com isso, o interesse público constrói-se, na prática, pelos embates entre posições conflitantes, das quais podem resultar fluxos comunicativos alicerçados em gratificações, ameaças e sanções.

Já para Henriques (2010, p. 95), a formação do interesse público é sempre instável. “Depende de como se processam as controvérsias na esfera pública, gerando entendimentos coletivos sempre *provisórios* sobre o que se põe em questão.” Isso se deve, em grande medida, ao caráter diverso dos próprios públicos, que se formam e se transformam pela dinâmica intensa e difusa das relações sociais e que agem pautados por interesses, por vezes cambiantes.

Estabelece-se, portanto, uma conexão conceitual direta entre a noção de públicos e de interesse público. Especialmente em contextos democráticos não é possível pensá-los separadamente, uma vez que ambos se (re)definem mutuamente pela constante (re)constituição das interações entre sujeitos, geradoras de grupos e coletivos (vínculos) e daquilo que os move (interesses).

Dada tal inconstância, o processo de coletivização do interesse público, por exemplo, pode também ser compreendido pela precisa definição daquilo que ele *não é*: o fenômeno da “corporativização”, o qual Toro (2005, p. 31) define como: “apropriar-se, para benefício privado, de um bem que deve existir para todos, da mesma maneira. A corrupção é a apropriação privada do público”. Sobre isso, discorreremos um pouco mais no próximo capítulo.

Já os atores sociais que incorporam valores cívicos em suas práticas, são elementos fundamentais nesse contexto, principalmente por socorrerem o interesse público quando esse se vê ameaçado por interesses de “um público” ou “de públicos” marcados por forte caráter privatista.

Na labiríntica sociedade da contemporânea, em que a ampliação do espaço público foi potencialmente alcançada com o advento da internet e na qual a sociabilidade se vê afetada por relações virtuais complexas, procuramos compreender a mobilização de públicos desenvolvida tipicamente pelos movimentos sociais e em defesa do interesse público.

Exercitando-se com um Dédalo, o autor dessa dissertação procura analisar (e isso significa rastrear, recompor e interpretar) os fluxos comunicativos que envolvem as tramas da ação coletiva e as relações delas desdobradas, sejam *online* ou *offline*.

2.3 Mobilizar-comunicar: verbo coletivo

A Comunicação está imbricada aos processos mobilizadores; esse binômio nos oferece uma perspectiva ampliada do conceito de mobilização social, já que toda e qualquer ação mobilizadora pressupõe uma ação comunicativa. Não se quer, com isso, submeter um conceito ao outro, condicionando-os. Entretanto, fenomenologicamente, mobilizar e comunicar ocorrem em conjunto; assim como Dédalo vive e se projeta em Minos, que lhe oferece o desafio de construir o labirinto insondável que a ambos imortalizou. Se, em grande medida, os movimentos e projetos de mobilização buscam primordialmente a adesão, a permanência, o engajamento, a participação, em síntese, a vinculação de sujeitos em prol de uma causa, quanto mais forte for o vínculo do cidadão com a proposta, mais comunicativo-comunicante tal relação será.

Nesse contexto, a interação é condição *sine qua non* para a mobilização. Partimos da premissa de que a condução de um diálogo entre atores, públicos, coletivos, grupos ou mesmo indivíduos se dá com base nos mecanismos comunicativos que aprendemos desde a infância a dominar, no bojo na vida social. Por meio do diálogo, seus atos de escuta e fala, forjamos o que somos como sujeitos e inscrevemos nossa relação com o meio, a partir de conexões reticulares recursivas e auto-geradoras (CAPRA, 2005).

Atravessa-nos um espécie de *fio condutor compartilhado*, resultado da cultura e suas produções coletivas, que se movem entre crenças, valores, discursos e ações da vida cotidiana.

As múltiplas vozes, em particular nas democracias, são conectadas por uma espécie de *consciência coletiva* nos faz pertencer a uma dada realidade e, reconhecendo-nos a nós mesmos, agir em unidades de sentido comum, as comunidades. Isso é a base do que entendemos sobre vinculação, conforme discorreremos adiante.

No entanto, sendo a Comunicação para mobilização social uma prática que procura gerar nos próprios geradores dos movimentos sociais a capacidade de inserir suas mensagens nos contextos globais de informação, conseqüentemente são criados – e fortalecidos – vínculos entre aqueles e os projetos, movimentos, organizações.

A comunicação para mobilização, tendo este caráter dialógico, é também libertadora, já que não tenta invadir ou manipular o outro, reduzindo-o a mero objeto ou recipiente, mas tenta com o outro, problematizar um conhecimento sobre uma realidade, explicá-la e transformá-la. (HENRIQUES *et al.*, 2004, p. 27).

Para que isso ocorra, podem ser utilizadas estratégias de comunicação que permitam a livre participação, apontando para mudança de valores e comportamentos. Ainda Henriques *et al.* (2004) destacam a manutenção da motivação e o interesse dos envolvidos no movimento social no sentido de gerar e preservar vínculos desses com a causa do projeto. Nisso se reconhece, claramente, a função vinculatoria da Comunicação.

Já no que tange à função coletivizadora da Comunicação, Henriques (2010, p. 97 a 99) aponta como principais *condições de coletivização* para a formação e manutenção de um grupo mobilizado: (1) *concretude*: os públicos reconhecem afetação direta em suas vidas por problemática que, concreta, pode ser claramente identificada no cotidiano; (2) *caráter público*: onde reside a pedra angular da coletivização, já que os sujeitos compreendem a questão como não particularizada, mas por sua convergência sobre muitos; observam que o problema de um é, na verdade, problema de todos; (3) *viabilidade*: por meio desta condição os públicos compreendem que há possibilidade de mudança da situação para melhor, apesar das dificuldades ou do tempo que se exija; (4) *sentido amplo*: há o debate de visões e discursos múltiplos a respeito do problema em comum, constituindo um exercício democrático que aponta para valores mais amplos e para o compartilhamento de um imaginário que “se torna fundamental para convocar outros sujeitos a participar da mobilização e manter a motivação dos grupos em torno da causa”, e que facilita a viabilidade de acordos.

Segundo Toro e Werneck (2004, p. 13), “mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. Todavia, partindo de uma visão mais plural, parece-nos mais adequado dizer que mobilização se constrói na busca de propósitos comuns, sob interpretações e sentidos compartilhados.

Henriques *et al.* (2004, p. 36) partem desse conceito e o ampliam ao conceituar a mobilização como “a reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público.” Nessa definição está evidente o protagonismo da questão do interesse público, o que reforça uma perspectiva democrática para o conceito; dele também é possível depreender que, por seu foco na relação, a mobilização seja compreendida como um processo ou fenômeno essencialmente comunicativo.

Com isso a Comunicação contribui para a convocação das vontades e para o compartilhamento de sentidos e interpretações. Além disso, ela permite “dinamizar a

mobilização e potencializar os movimentos para que não se tornem simples sequências de ações e reações desarticuladas de pouca representatividade” (CASTELLS, 1999, p. 2). O sentido implicado de Comunicação segundo esse entendimento, portanto, é o que permite compreender porque os sujeitos se engajam em interações e como estratégias de Comunicação são criadas, transacionadas, incorporadas em repertórios comunicativos que ganham vida no cotidiano dos movimentos sociais, entre os sujeitos neles envolvidos.

Por outro lado, a mobilização está situada na antessala do debate público do sistema deliberativo, pois contribui para a formação de públicos e para o engajamento cívico em torno de questões de interesse público. Em processos democráticos fortes, comumente se reconhece a mobilização por meio da circulação de informações, sentimentos e ações entre sujeitos. Esses passam a melhor contribuir na geração de debates qualificados e/ou representativos, promovendo participação e fortalecimento de vínculos para com a causa que professam.

Mais que a busca por um “ativismo cívico”, pautado por “boas maneiras sociais”, essa mobilização deve visar a implantação de uma política democrática e de justiça social. Como alerta Maia (2011, p. 59), “o desafio das democracias atuais pressupõe desenhos institucionais e a configuração de práticas que possam se estender sobre essas esferas, perpassando-as”.

Perseguindo a metáfora do fio condutor, que alinhava os públicos em torno de uma causa de interesse público, é importante que destaquemos os enquadramentos estabelecidos coletivamente, conectores dialógicos da própria ação coletiva. Gamson (2011, p. 28, 29) destaca os enquadramentos de ação coletiva que contribuem para a “desatomização” do cidadão que passa a integrar redes e, com isso, caminha do individual para o coletivo, quais sejam: injustiça, ação e identidade. Eles atuam como impulsores de ação dos públicos no processo de coletivização.

Injustiça se refere à criação de uma consciência política dos sujeitos envolvidos pelo movimento mobilizador, motivada por uma indignação moral, não apenas pautada pelo entendimento racional do que seja justo, mas também pela *hot cognition*²⁰, que abarca a emoção resultante de experiências de opressão e de sofrimento. Já a ação (*agency component*) se dá pelo empoderamento dos públicos rumo à mudança de sua realidade, perante suas próprias histórias. Muito mais que fazer algo a partir de atitude individual, é possível que *nós façamos juntos*. Finalmente, a identidade contribui para a tomada de consciência dos públicos

²⁰ *Hot cognition*: termo utilizado pelos cognitivistas para designar processos de aprendizagem que se baseiam em aspectos emocionais, como o desejo, os sentimentos, as emoções e impulsos, sem privilegiar a crítica racional excessiva.

sobre si; ao partilharem a experiência de um *nós*, delineiam um alvo comum – fome, pobreza, epidemia – a ser enfrentado coletivamente.

Parece-nos importante destacar ainda o conceito de engajamento cívico, implicado em um tripé de sustentação da ação coletiva composto por *agencies*, *repertoires* e *targets*, conforme propõe Norris (2002); são elementos responsáveis pelo desenvolvimento de uma cultura mobilizadora que se faz favorável aos novos movimentos sociais, notoriamente diversificados para além dos processos das eleições, dos partidos e da vinculação a grupos de interesses influentes que refletem o *mainstream* político. Para a autora,

Como resultado deste processo, os governos enfrentam novos desafios no equilíbrio e agregação de demandas mais complexas a partir de vários canais, mas na perspectiva dos cidadãos isso proporciona diversificação de oportunidades para o engajamento, o que pode ser salutar para a democracia representativa.²¹ (NORRIS, 2002, p. 212, tradução nossa).

O papel que a Comunicação assume nesses cenários é capital, sendo a articuladora entre esses três elementos (*agencies*, *repertories*, *targets*), a saber: nela e por meio dela se dão o exercício da linguagem, das práticas de negociação de sentidos entre públicos e as centralidades formadas por eles (*agencies*), o compartilhamento de valores e visões, a construção das relações intersubjetivas e dos discursos e ações transacionados entre os atores que tomam parte na questão ou causa pública (*repertories*); e, finalmente, a conformação de redes sociais cuja capilaridade catalisam a atuação coletiva, direcionada a objetivos em comum vinculados ao “bem comum” (*targets*).

Naquilo que tomamos a liberdade de chamar de “condutividade do interesse público”, promovida pela Comunicação que, sob este viés, passa a compor o próprio fio do coletivo, assumirá funções de forma a garantir não apenas a divulgação de um projeto coletivo, mas uma adesão significativa à proposta, com uma participação continuada. Henriques *et al.* (2004) destacam as seguintes funções: (1) *convocação e identificação*; (2) *motivação e animação*; (3) *fomento do debate público*.

Na primeira há o predomínio de interações para o chamamento à causa, onde os elementos simbólicos e de identificação visual, tradutores dos objetivos almejados pelo coletivo procuram conferir materialidade à mobilização. A segunda função abarca interações que fazem circular informações sobre as ações desenvolvidas coletivamente, oferecendo visibilidade aos avanços do movimento social; almejam o reconhecimento público delas e também dispõem de uma ritualística que valoriza as situações de encontro e de construção

²¹ “As result of this process, governments face new challenges in balancing and aggregating more complex demands from multiple channels, but from the perspective of citizens this provides more diverse opportunities for engagement, wich may well be healthy for representative democracy.”

coletiva. Já a terceira e última função se dá nas interações que trazem subsídios ao debate público, como informações qualificadas sobre os temas relacionados à causa. Por vezes técnicas, essas interações contribuem para ampliação do entendimento, da percepção e da compreensão dos públicos sobre a problemática enfrentada, favorecendo a participação deles na criação de soluções. Essas categorias, somadas a outras, servirão de base para a construção do modelo de análise desse trabalho.

Cerzindo metaforicamente esses conceitos ao mito político que narramos: premido pelo sentimento de injustiça e afetado pelos sacrifícios (e aprendizados) que a figura despótica de Minos se lhe impunha, ultrajando-lhe as identidades, o povo ateniense envia a Creta, entre os jovens a servirem de pasto ao Minotauro, Teseu, filho do rei Egeu, figura arquetípica do herói a quem caberia liquidar o mostro e libertar Atenas do jugo cruel.

Sobre Teseu, discorreremos adiante. Cabe-nos destacar, por ora, que por ele se apaixonará Ariadne, filha do rei Minos, e quem, astutamente, sugerirá ao herói que se utilize de um fio de um novelo para conduzi-lo pelo labirinto; fio que, atado a ela e ao herói, garantirá seu retorno ao mundo externo...

Como (in)certa Ariadne que suporta o fio condutor de Teseu complexidade adentro, a Comunicação é o que, de maneira muitas vezes (in)certa, suporta uma consciência coletiva dos públicos em interação, para que esses não se percam na obscuridade dos interesses privatistas, retornando sempre para o referencial do interesse público, que se posta à entrada do labirinto social, estabelecendo a um só tempo o constrangimento ético a questões alheias ao movimento mobilizador e também garantias de que as ações encampadas estejam conectadas a valores mais amplos. Ariadne materializa o interesse público que direciona o engajamento cívico nos meandros, nem sempre tão racionais, do espaço público.

2.4 Tecendo a rede

Fio a fio, monta-se a rede. Esse labirinto, cheio de entradas e saídas, que se complexificou na medida em que os cenários da vida pública se tornaram mais plurais. A rede máxima, a internet, a quem adjetivamos por vezes ilimitada, criativa, inovadora, também é instrumento que exclui e pune, em certos aspectos, aqueles que não a dominam tecnicamente, constituindo-se também por meio de clivagens e territórios de domínio privado, em detrimento do interesse público.

Uma das premissas dos processos de mobilização é a articulação dos públicos em rede para realização de ações coletivas em torno de uma causa comum. Referenciamo-nos no seguinte conceito para do termo rede:

Redes são uma forma de organização que implica um conteúdo de natureza emancipatória e não outro. Redes são a tradução, na forma de desenho organizacional, de uma política de emancipação. Não pode haver distinção entre os fins dessa política e os meios de empreendê-la. (MARTINHO, 2002, p. 3).

Assim, as redes constituídas por movimentos sociais de natureza mobilizadora visam, em grande medida, buscar a emancipação de sujeitos; perseguem a mobilização de indivíduos e públicos em torno de uma causa, de um imaginário coletivo, um esforço pela realização de ações que tragam benefícios diretos aos agrupamentos sociais deste ou daquele espaço. Capra (2005) ressalta o papel comunicativo das redes, afirmando que a Comunicação

envolve uma contínua coordenação de comportamento; e, por envolver o pensamento conceitual e a linguagem simbólica, ela também gera imagens mentais, pensamentos e significados. Do mesmo modo, podemos supor que as redes de comunicações tenham um duplo efeito: vão gerar, por um lado, ideias e contextos de significado e, por outro, regras de comportamento ou, no jargão dos teóricos da sociedade, estruturas sociais. (CAPRA, 2005, p. 95).

A criação de um contexto comum de significados é um dos papéis que a Comunicação assume quando, por meio de seus “múltiplos anéis de realimentação”, facilita o compartilhamento de crenças, conceitos e valores que permitem ao sujeito que integra a rede gerar identidade e delimitar, com isso, o que está conectado (ou não) a ela.

Para Tacussel (1998), “para que uma mensagem ou significado seja compartilhado, é preciso que ele seja reapropriado de maneira intersubjetiva”, em consonância com o que já apontamos ao tratar dos processos de grupalização e coletivização. O autor ainda destaca as fronteiras presentes nas comunidades, nomeando como “espaços de confiança” aqueles onde as coisas fazem ou deixam de fazer sentido.

A partir dessa visão, compreendemos que tais espaços de confiança são tramados em redes de relações e que têm como base constituinte os sujeitos em interação. Também possível observar nesses espaços como as fronteiras entre o público e o privado, tecidas segundo os interesses dos sujeitos, estão entrelaçadas e como tais limites se conformam a partir dos vínculos, cujas feições podem atribuir “maior ou menor confiança”, segundo a perspectiva dos sujeitos concernidos. O engajamento que se promove entre a causa de interesse público e o espectro de sujeitos, agrupamentos, grupos, coletivos, coletividades e, finalmente, comunidades também ajudam a delinear tais fronteiras. Donde concluímos que,

quanto mais intenso o compartilhamento intersubjetivo sobre uma questão, maior o *teor* público de uma causa, e, por conseguinte, mais fortalecido seu caráter de interesse público.

Henriques *et al.* (2004) apresentam importantes princípios para as redes mobilizadoras sob enfoque comunicativo: (1) *plasticidade*, que tem a ver com o livre-arbítrio e autonomia dos indivíduos em decidirem entrar ou sair do movimento. Isso virá interferir diretamente na dinâmica de funcionamento da mobilização, que deverá se adaptar constantemente a novos contextos; (2) *permanente atualização*, onde haverá “incorporação de novos conhecimentos e de novas práticas” à rede, o que influencia diretamente os valores e objetivos comuns do movimento, os quais devem avançar sempre num crescente e não estacionar no registro inicial. Isso alimenta a causa, porque a transporta do lugar de uma enunciação passada para o de uma afirmação sempre presente; (3) *mobilidade do centro*, onde residem a descentralização do poder e as multilideranças, que nascem aqui e ali, possibilitando criação de centros de referências e não de uma gerência única.

Observa-se ainda que as interações construídas em rede são resultantes duma coordenação de ações originária do próprio processo coletivização; da coprodução do movimento social pelos públicos que o compõem. Conforme ressalta Martinho (2003):

Estas expressões revelam os princípios de colaboração, cooperação e coordenação fundamentais para a existência da rede, sem os quais a dinâmica da conectividade torna-se vazia e sem sentido. **A rede aciona essa dinâmica de comunidade, por meio de um processo de interlocução (comunicação), ação coordenada (coordenação) e decisão compartilhada (democracia).** (MARTINHO, 2003, p. 14, grifo nosso).

Em nossa pesquisa as lideranças da mobilização são encaradas não como chefias ou governos, mas coordenações. O ato de coordenar é, por si, democrático. Por meio da coordenação se espera que a rede não gere diferenciais sectaristas, tão pouco seja motivada a competitividade, mas antes à cooperação, ao entendimento, ao diálogo. Isso remete à definição utilizada por Maturana (1998, p. 20) para a Comunicação: “duas pessoas estão conversando quando vemos que o curso de suas interações se constitui num fluir de *coordenação de ações*.” Isso é o que ressalta seu caráter relacional.

No campo da internet, as interações mediadas por computador e outras mídias digitais promovem transformações sucessivas advindas do contato entre os interagentes, fruto de mútua afetação. Essas transformações não são predeterminadas, pelo contrário, “a interação demonstra um alto grau de flexibilidade e indeterminação [...] os interagentes podem lidar com a novidade, com o inesperado, com o imprevisto, com o conflito.” (PRIMO, 2007, p. 65).

Nesse sentido, o autor desenvolve uma contraposição entre interações mútuas e interações reativas; as primeiras resultam de uma negociação constante de sentidos entre os interagentes, num constante vir a ser de problematizações e (re)problematizações. Por isso se diz que transcendem a mera somatória das ações individuais; as segundas resultam em trocas condicionadas e percorrem trilhas previsíveis. Numa rede articulada é possível reconhecer ambos os tipos; conflito e cooperação configuram um retrato da interação humana. Fio a fio tais interações dão forma ao tecido do espaço público virtual.

2.5 A babel-internet como espaço público

As pequenas ágoras virtuais são parte de um sistema maior, operando a troca de informações, discursos, ações, valores, crenças, entre tantos outros elementos que formam o que se conhece como espaço público de interação. Longe de ser composto por uma racionalidade objetiva, que sequestra da realidade a poesia, bem como a sujidade da experiência, a babel-internet compõe-se como um mosaico de vocalizações e multiespaços das mais diferentes formas, por vezes mutantes, onde se transacionam conteúdos plurais. É um canal de comunicação horizontal por excelência, em grande medida não controlado e relativamente barato, propiciando interações mútuas ou reativas, de um-para-um quanto de um-para-muitos.

As arenas públicas criadas pela internet são mais que mundos paralelos de informação que coexistem independentemente dos meios de comunicação de massa tradicionais. Elas favorecem que as pessoas criem suas próprias expressões, buscando a informação e travando relações menos dependentes da mídia de massa.

São algumas características elementares do ciberespaço: a ruptura das fronteiras geográficas, permitindo a “desterritorialização” de causas que passam a ser compartilhadas em nível global e, ao mesmo tempo, a criação de novos tipos de territórios, numa espécie de processo de re-territorialização; a participação ampliada dos públicos, possibilitada pelo relacionamento menos hierarquizado entre pessoas conectadas via rede cujos controles, embora persistam, se tornam menos rígidos; uma organização cronológica de registros das manifestações e ações dos públicos em interação, tornando-se o arquivo da memória coletiva das ações comunicativas desenvolvidas pelos sujeitos; novos formatos de participação democrática *online*, distanciados do clássico modelo de democracia representativa, mais próximos das experiências participativas.

Para os que entendem o ciberespaço como um espaço separado, desvinculado do mundo real, é preciso lembrar que computadores, telefones e outros dispositivos móveis suportam as ferramentas de mídia social “não como uma alternativa para a vida real, mas parte dela. E, sobretudo, tornam-se cada vez mais os instrumentos coordenadores de eventos no mundo físico.” (SHIRKY, 2011. p. 37)

É preciso dizer que tais possíveis práticas na internet podem aumentar a legitimidade do sistema democrático em que vivemos. Se a vinculação à democracia passa não apenas por pressupostos racionais institucionalizados, mas também pelas práticas cotidianas, o uso da internet na Comunicação em processos de mobilização social, como consequência, contribui para a ampliação da participação dos públicos no debate democrático e em processos de deliberação que afetam suas vidas. Tratamos disso ao relatar brevemente as experiências da “Primavera Árabe”, “*Un Million de Voces Contra Las FARC*”, na Colômbia, campanha “*Chaddi Rosa*”, na Índia; ainda citaremos outras ao longo desse trabalho. A Lei Ficha Limpa é um exemplo *sui generis* desse elenco, no Brasil.

De acordo com Norris (2003), embora haja inúmeras críticas a esta visão, é uma premissa saber que a internet possibilita pluralizar as diferentes manifestações dentro da esfera pública e aumentar a participação de novos atores políticos por meio de novas formas de interatividade.

Ao abordar as redes cívicas presentes na internet, Maia (2002) considera que seus participantes podem beneficiar-se da redução de custos propiciada pelo meio para gerar auto-organização, coordenação da ação coletiva e recrutamento de membros, bem como produção e distribuição de material informativo. Ao mesmo tempo que a internet pode oportunizar o “diálogo público anônimo”, aquilo que Habermas denomina de “*subjectless communication*” (HABERMAS, 1992), os coletivos em rede *online* podem estabelecer “pontes comunicativas entre os diferentes atores sociais e ambientes de conhecimento, articulando de modo consequente demandas específicas” (MAIA, 2002, p. 66)²².

Para Mansbridge (2009) esse diálogo que promove pontes comunicativas pode ser reconhecido na conversação cotidiana. Tal conversação produz resultados coletivamente, embora muitas vezes de maneira não coordenada; e pode contribuir na prepação de caminhos para decisões governamentais formais e para decisões coletivas; além de politizar questões de interesse público, antes restritas ao domínio privado. Como alerta a autora, “se a conversação cotidiana não é sempre deliberativa é, todavia, uma parte crucial do amplo sistema

²² In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 46-72.

deliberativo de que as democracias necessitam se os cidadãos devem, em qualquer sentido, se autogovernarem” (p. 207).

O espaço de interação dos sujeitos envolvidos em movimentos de caráter mobilizador, por exemplo, serve particularmente a alguns propósitos: podendo ocorrer *online* ou *offline*, nele os ativistas conversam intensamente uns com os outros, alimentando a inovação das ideias, experimentando argumentos entre si, para depois defendê-los no espaço público ampliado.

Do cerne do enclave e do fermento que o rodeia emergem ideias que podem ou não chegar a qualquer lugar na ampla sociedade. Para mudar o modo de pensar e o comportamento de um grande número de pessoas, uma ideia precisa ser suficientemente congruente com outras existentes para encontrar um nicho nos esquemas que as pessoas já empregam para interpretar o mundo. (MANSBRIDGE, 2009, p. 219).

As comunidades estabelecidas em torno de causas na internet, nas plataformas do *FB* e *Orkut*, ou nos protestos virtuais, como *Avaaz.org*²³, apontam para as questões que “fermentam” em direção à coletivização. Em maior ou menor grau, conformam fóruns informais que podem contribuir para o debate público, embora muitas vezes de forma dispersa e de difícil mensuração de impacto.

Esses fluxos comunicativos são citados por Habermas (2006) ao analisar a circulação estabelecida pela comunicação nas diferentes arenas que compõem a esfera pública:

A **comunicação política**, circulando de baixo para cima e de cima para baixo através de um sistema de vários níveis (de **cada conversa na sociedade civil**, através do discurso público e na comunicação mediada públicos fracos, aos discursos institucionalizados no centro do sistema político), leva-se em diferentes formas em diferentes arenas. A esfera pública constitui a periferia de um sistema político e pode assim facilitar os processos de legitimação de deliberação por ‘**lavagem**’ dos **fluxos de comunicação política** através de uma divisão do trabalho com outras partes do sistema.²⁴ (HABERMAS, 2006, p. 415, tradução nossa, grifo nosso).

²³ Avaaz, que significa “voz” em várias línguas europeias, do oriente médio e asiáticas, foi lançada em 2007 com a missão de mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem. Tem foco em causas internacionais urgentes, desde pobreza global até os conflitos no Oriente Médio e mudanças climáticas. O modelo de mobilização *online* permite que milhares de ações individuais possam ser combinadas em coletivo. Opera em 15 línguas, composta por uma equipe profissional em quatro continentes e voluntários de todo mundo. Avaaz se mobiliza assinando petições, financiando campanhas de anúncios, enviando *e-mails* e telefonando para governos, organizando protestos e eventos nas ruas. In: <http://www.avaaz.org/pt/about.php>, acessado em 25/3/12, às 20h12.

²⁴ “Political communication, circulating from the bottom up and the top down throughout a multilevel system (from every talk in civil society, through public discourse and mediated communication in weak publics, to the institutionalized discourses at the center of political system), takes on quite different forms in different arenas. The public sphere forms the periphery of a political system and can well facilitate deliberative legitimation processes by “laundering” flows of political communication through a division of labor with other parts of the system.”

Seria interessante compreender as questões que a deliberação e o estudo sobre o debate público propõem nesse contexto, em particular com relação ao que se dá nas redes sociais; todavia não nos deteremos nisso neste trabalho por considerarmos as exigências de um enquadramento da questão segundo outras referências teóricas. Vamos nos deter, a partir de agora, em melhor compreender as ações coletivas desenvolvidas por movimentos de mobilização social, em particular no campo das interações comunicativas.

Quando consideramos o estudo do combate à corrupção como uma causa de interesse público, o tríplice aspecto defendido por Gamson, conforme já exposto no conceito de enquadramento de ações coletivas, se torna evidente: em ação comunicativa, encontraremos os públicos coletivamente envolvidos pela questão do combate à corrupção, motivados por um senso de justiça, desejosos pela representação digna de seus interesses segundo um *nós*, partilhando valores essencialmente democráticos.

Essa perspectiva de Gamson dialoga diretamente com o tripé descrito por Norris (2001, 2002) que, atenta ao *digital divide*, problematiza a função democratizante da internet no que tange à ampliação do uso social da ferramenta com enfoque em questões de interesse público, especialmente no acesso à informação e comunicação em áreas rurais remotas e em periferias marginalizadas, para solução de problemas endêmicos e no combate à pobreza.

Segundo ela, "a internet oferece múltiplas oportunidades socioeconômicas e para o desenvolvimento da democracia"²⁵, mas relativiza quando se trata de avaliar a revitalização da participação pública na vida política convencional por meio do voto, e do engajamento cívico via ativismo virtual:

[...] a política digital reduz alguns custos de informações e da comunicação para os cidadãos que estão interessados em assuntos públicos, mas, ao mesmo tempo, provavelmente a Internet tem o menor impacto sobre a mudança das bases motivadoras para o ativismo político. **Desta forma, políticas digitais funcionam principalmente como plataforma para envolver os 'já envolvidos'** ²⁶ (NORRIS, 2001, p. 22, tradução nossa, grifo nosso).

Sem dúvidas, há inúmeras tensões *online versus offline* que se impõem ao uso e apropriação dos recursos disponibilizados pela internet, entre as quais destacamos: (1) a acessibilidade ao canal, ainda diretamente condicionada às variáveis econômicas e sociais, favorecendo o aparecimento de uma elite virtual com acesso privilegiado às TICs; (2) o uso qualificado das plataformas e ferramentas virtuais para a mobilização de caráter público

²⁵ "The Internet provides multiple opportunities for socioeconomics and democratic development"

²⁶ "[...] digital politics reduces some of the information e communication costs for individual citizens who are interested in public affairs, but that the same time the Internet probably has the least impact on changing the motivational bases for political activism. In this way, digital politics functions mainly basis to engage the engaged."

fortemente concentrado entre cidadãos cujo perfil é o de maior escolaridade e destacado engajamento político, em que pese existir no Brasil uma crescente popularização das redes sociais entre jovens com baixo poder econômico²⁷; (3) as limitações inerentes ao próprio meio, cuja linguagem e inovações tecnológicas avançam rapidamente e as quais influem diretamente na construção de repertórios de ação dos públicos conectados.

Outra contundente crítica à internet é feita por Bauman (2000, p. 128 e 129) que vê no ciberespaço um universo que aproxima os membros da classe culta, comparando seus usuários ao detentores do saber, assim como na época pré-moderna eram aqueles que dominavam o Latim. Acusa-os de deixarem de fora o mundo real; admitindo-o em suas interações apenas se processado em partes, como a pasteurizá-lo no meio virtual, devolvendo-o ao mundo exterior já esvaziado de sentido: “o ciberespaço, lugar da prática intelectual pós-moderna, alimenta e promove a fragmentação, sendo ao mesmo tempo seu produto e causa eficiente (*causa efficiens*) maior.” Bauman também denuncia que na contemporaneidade o público tornou-se um “aglomerado de problemas e preocupações privadas”, despojado que está de questões de relevância para a coletividade. Apoiando-se em produtos da mídia massiva, como por exemplo *talk shows* centrados em confissões públicas de questões privadas, Bauman correlaciona-os aos produtos da *web*, encarando-os como produções das sociedades multirrede e de seus membros modulados.

O homem modulado é uma criatura com *qualidade móveis, disponíveis e cambiáveis* [...] é acima de tudo um *homem sem essência* [...] faz por si mesmo o trabalho de montagem e remontagem. É modulado mas também *automodulante*. Se um guarda-roupa modulado é um conjunto de *possibilidades* a escolher, o homem modulado vive como um conjunto de *tarefas* a serem realizadas. (BAUMAN, 2000, p. 161).

Embora a crítica seja algo apocalíptica, não se deve descartá-la. Mesmo que os *ciberotimistas* contestem em grande medida algumas dessas afirmações, hoje é sabido que o acesso a determinadas plataformas *web* no Brasil, como o *FB*, se concentra entre a classe alta ou os setores médios da sociedade²⁸ e – talvez o mais relevante – que o uso político qualificado das redes sociais, em particular em processos de mobilização em prol do interesse

²⁷ “Os sites de relacionamento são a principal forma de integração a uma rede social em todas as faixas etárias, e a utilização desse tipo de site é maior entre os jovens de 16 e 24 anos. Em relação à utilização de outros serviços de integração às redes sociais, como os fóruns de discussão e a criação e atualização de blogs, verifica-se que os internautas pertencentes à classe A são os que mais utilizam esses tipos de serviços, 21% e 19%, respectivamente. Por outro lado, os internautas pertencentes às classes menos favorecidas economicamente são os que mais utilizam os sites de relacionamento: observou-se o maior percentual de utilização desse tipo de serviço entre os internautas das classes D e E, seguido pelos internautas da classe C.” In: COMITÊ GESTOR DA INTERNET. *Panorama Setorial da Internet – “Redes Sociais: revolução cultural na Internet”*, abril 2010, pag 6. Disponível em <http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/cgi-br-revistabr-ed3.pdf>, acessado em 9/4/12, às 23h42.

²⁸ Em abril de 2010, pesquisa conduzida pelo Comitê Gestor da Internet revelou que, no Brasil, os internautas pertencentes à classe A são os que mais utilizam serviços como fóruns de discussão e a criação e atualização de *blogs*. In: *Ibidem* 9.

público, é realizado por cidadãos cuja escolaridade e renda revelam um perfil elitizado, embora nem sempre elitista.

A fractalidade dos campos de relação social (trabalho, família, escola, clubes, bares etc) tendem a convergir no espaço *web*, embora essa convergência não seja apropriada tão diretamente pelos indivíduos pós-modernos.

A fragmentação também pode se revelar em “agrupamentos de iguais” no ciberespaço, produtores de ciberdiscursos exclusivistas viabilizados, por exemplo, pelas plataformas das redes sociais. Em algumas comunidades, isso vem contribuindo para a formação de guetos que, em lugar de ampliarem as conexões dos internautas com outras formas de ver o mundo e para a reflexão sobre questões de interesse público, reforçam muitas vezes preconceitos e estereótipos. Dhalberg (2001) os nomeia *like-minded* e questiona em que medida essa convivência virtual não se isenta de constrangimentos da qual a vida diária, no mundo *offline*, não pode escapar:

O resultado é uma fragmentação de ciberdiscurso em mutuamente exclusivas cibercomunidades [like-minded] [...] Apesar de proporcionar uma comunicação horizontal, as comunidades virtuais oferecem uma forma "fraca" de participação democrática por causa de sua natureza exclusiva. Membros das comunidades virtuais não são muitas vezes obrigados a se confrontar com toda a gama de preocupações do público e com os valores que estão a ser enfrentados quando se convive com a diferença na vida *offline*, todos os dias.²⁹ (DHALBERG, 2001, p. 618, tradução nossa).

Curiosamente, as plataformas de redes sociais acabam por misturar a tal ponto os limites desses espaços que o próprio sujeito já não pode identificá-los claramente – e a colonização do público pelo privado também se inverte, quando a vida privada passa a ser pública. Não se trata muitas vezes de uma opção, exatamente. Mas de um contexto social no qual os limites entre o público e o privado já não são tão definidos, amalgamados como estão.

Todavia, por sua própria natureza conflituosa, os sujeitos passam muitas vezes a esquematizar linhas divisórias, tentando resgatar a privacidade e, com isso, contribuem ironicamente para estabelecer o que deve ser visto e debatido em público. Por exemplo, uma pequena ação, no *FB*, em que o internauta tenta circunscrever a quem deseja exibir esta ou aquela informação é, em si, um ato em rede que busca a fronteira entre o público-privado. O sujeito é confrontado com questões de privacidade e publicidade.

²⁹ “The result is a fragmentation of cyber-discourse into mutually exclusive cyber-communities [like-minded]. Despite providing horizontal communication, virtual communities offer a best a “weak” form of democratic participation because of their exclusive nature. Members of virtual communities are not often forced to confront the full range of public concerns and values that are to be faced when living with difference in everyday *offline* life.”

Outra ilustração: sabe-se que chefias passam a monitorar as ações de seus comandados por meio das redes sociais, bem como, numa entrevista de emprego, o recrutamento certamente levará a análise de um perfil no *FB* em conta durante a seleção do candidato, embora, muitas vezes, esses mecanismos de monitoramento e controle permaneçam velados.

Entendemos que exemplos como esses ocorrem muito em função da dispersão de uma “cibercultura vigilante” que, ao volatilizar o tempo e o espaço, oportuniza a extensão de interesses mercadológicos ou políticos privatistas sobre a esfera pública. Mas sobre isso não caberia aqui discorrer. Em última instância, imperativo reconhecer que muitas ferramentas *web* têm reforçado uma percepção de homem em “módulos”, e não em sua integridade. No capítulo seguinte nos deteremos em alguns aspectos do *FB* que problematizam essa visão do sujeito contemporâneo, além de tratarmos do hibridismo das relações *online* e *offline* entre sujeitos que se enredam por meio das mensagens, canais e espaços de interação.

2.6 Fios híbridos, redes complexas

As últimas décadas têm demonstrado que, assim como a TV não substituiu o cinema ou o rádio; que o *e-book* não tomou lugar do livro impresso, também a internet é um vir-a-ser no campo da mediação, que não substitui, mas modifica, o sistema dos *media*.

Acreditamos que há experiências do ciberespaço que podem resultar em apropriações positivas para a vida pública, contribuindo para o fortalecimento da participação de grupos politizados, mesmo que isso ainda soe tímido para alguns contextos.

Do mesmo modo que as produções televisivas também podem estimular a educação a distância, ser um suporte à divulgação e mediação de debates relevantes, a *web* também é capaz de fazê-lo, e em alguns momentos ainda mais fortemente que os meios tradicionais pela natureza tecnológica horizontal e reticular.

Advogamos que, dentro do próprio labirinto automodulante, é possível resgatar “o fio de Ariadne” que nos conduz a pontes comunicativas entre a vida cotidiana mundo da vida e o espaço público mediado, resgatando a profundidade do processo de ascensão do social, proposto por Arendt. Isso é exercitar-se politicamente na esfera pública que, de acordo com a visão habermasiana, é responsável por tornar mais porosas as instituições decisórias, mais *accountable*, estimulando nos atores da sociedade civil organizada, e mesmo nos cidadãos não-vinculados a algum movimento específico, um sentimento de responsabilidade coletiva perante suas comunidades, e a sociedade como um todo.

O século XX nos traz uma boa lição sobre isso: o surgimento, ampliação e fortalecimento de redes de ativismo globais, nas últimas décadas, que defendem questões de caráter transnacional e transgeracional, e que visam a adesão de sujeitos a causas ditas globais, sobretudo por meio de interações via *web*. Em particular as temáticas ambientais são pioneiras nesse sentido; desde fins dos anos 60, evidenciam o “bem comum” por meio da máxima desterritorialização e, ao mesmo tempo, re-territorialização em âmbito universal: todos, como humanos, habitamos a Terra, nossa casa maior (*oikia*) e cujos recursos disponíveis não são ilimitados. Uma ação na esfera privada pode impactar diretamente nos “bens públicos”, especialmente aqueles cuja reposição ou renovação inexistem ou sejam raras. Disso resulta uma mudança paradigmática do olhar, na expressão de que somos humanamente iguais, pois dependemos desses bens públicos para sobreviver. E somos livres para escolher, ao extremo, pela preservação da vida ou por sua cessação auto-destrutiva.

Ao longo de quase quarenta anos o processo de mobilização em favor das questões ambientais ganhou espaço nas instituições pelo esforço contínuo de ativistas que, mais ou menos organizados, gerando ações instituídas ou instituintes, constituem um movimento ambientalista inegável.

O ativismo via *web* é uma das variáveis inseparáveis desse movimento. Hoje reconhecemos que, com a evolução do debate global sobre o Meio Ambiente, suportado num enquadramento que questiona “para onde vamos?”, argumentos de públicos privatistas são constrangidos e se tornam indefensáveis na esfera pública. Esse resultado é particularmente notável em momentos em que as nações se reúnem para deliberar sobre políticas que visem o desenvolvimento sustentável global, embora a prática possa diferir e não confirmar exatamente as melhores propostas de preservação.

Essa digressão que aqui fizemos é particularmente útil se a compararmos com a problemática da corrupção, cujas práticas são *per se* indefensáveis e de relevância internacional. Ao tratarmos sobre o combate à corrupção no próximo capítulo, traremos detalhes sobre como isso tem ocorrido.

Nessa toada, que relativiza o *ciberotimismo*, em Hindman (2008) encontraremos um questionamento do alcance dos discursos e repertórios de ação virtuais publicizados nas plataformas da internet. “Pode ser fácil falar no ciberespaço, mas continua a ser difícil de ser ouvido.”³⁰ (Ibidem, p. 142) Para o autor, há uma fundamental diferença entre “falar” e “ser ouvido” no ciberespaço, sobre o que a figura dos *gatekeepers* exercem forte influência. Embora tais líderes de opinião, que organizam e filtram conteúdos e os distribuem na rede,

possam ter seu poder de influência impactados pela pulverização do meio, especialmente se comparando às interações *offline* e das mídias de massa, não se pode dizer que tal poder tenha sido diminuído ou eliminado.

Similar ao pensamento presente na perspectiva *two steps flow* de Paul Lazarsfeld³⁰, aqui encontramos na infraestrutura da internet e no discurso político *online* duas variáveis que conformam a atuação dos *gatekeepers*, conforme propõe o Hindman.

No primeiro momento, a ecologia da informação *online*, organizada em *links*, pode vir a determinar uma hierarquização da informação e, com efeito, a delimitação de um círculo restritivo de *sites* e comunidades a serem consultados pelos internautas numa busca qualquer, contribuindo para a estandardização de algumas páginas em detrimento de outras “menos acessadas” que, com isso, dificilmente ganham a visibilidade almejada para uma mobilização política, por exemplo.

Se a arquitetura de *hiperlinks* da internet for considerada, a circunscrição das interações torna-se um vetor imperativo, em particular quando se pensa nos *rankings* de resultados de pesquisas viabilizados por alguns *sites* como *Yahoo* e *Google*. Embora tal hierarquização seja necessária, não se pode declará-la neutra ou imparcial. O predomínio do valor econômico está presente no universo *online*, no posicionamento mais ou menos democrático de companhias vinculadas ao mercado. Em muitos contextos os *gatekeepers* se tornam obstáculos à mobilização. Hindman (2008, p. 19) conclui que, embora a internet no século XXI tenha servido para diminuir algumas desigualdades políticas, também tem criado outras novas.

O argumento de que a internet também poderia “encastelar” seus usuários, que privilegiariam as interações digitais em detrimento das presenciais, é algo questionável. Nas suas “solidões interativas” o que se conformaria, ao limite, seriam simulacros de coletividades cujos sujeitos têm imensas dificuldades de entrar em contato uns com os outros. No campo das interseções entre a realidade *online* e *offline*, chega sempre o momento “em que é preciso desligar as máquinas e falar com alguém. Todas as competências que se tem diante da técnica não induzem em nada uma competência nas relações humanas” (WOLTON, 2007, p. 104). Embora entendamos que a aprendizagem técnica avança em outra temporalidade que a dos comportamentos sociais (de constituição mais lenta), não se pode afirmar que não interfiram

³⁰ “It may be easy to speak in cyberspace, but it remains difficult to be heard.”

³¹ O fluxo de “duas etapas” advoga a disseminação de ideias e informações, via mídias massivas, passa, antes de chegar ao grande público, por uma interpretação das lideranças de opinião. A expressão foi cunhada pelo sociólogo Paul Lazarsfeld em 1944 e elaborado por Elihu Katz e Lazarsfeld em 1955. A base da ideia de *gatekeepers* reside nessa teoria, embora a influência desses não se restrinja apenas aos meios massivos.

um sobre o outro. Ao contrário, transformam as noções de tempo e espaço, conformando um híbrido relacional.

Parece-nos, portanto, que a constituição de uma coletividade necessária à vocalização do interesse público se forja no ciberespaço muito mais pelas conexões entre esse e a realidade presencial dos movimentos sociais que por uma construção autônoma. Tal sustentação *híbrida* (interações virtuais-presenciais) produz uma reverberação de um espaço ao outro; ambos compõem uma mesma esfera pública, em que pese se diferenciarem pelo tempo e pela espacialidade.

Essa hibridização das interações no processo de coletivização resulta quase sempre numa espécie de espelhamento, no qual reconhecemos virtualmente uma imagem do que ocorre na esfera presencial; mas também se fazem notar os efeitos “presenciais” de mobilizações iniciadas na rede. Portanto, ao nosso ver, não é possível conceber a internet como um espaço paralelo ao mundo presencial. Muitas vezes ela é suplementar às interações face a face e dialoga com o uso de tecnologias de comunicação tradicionais.

Sobre isso Papacharissi (2010) alerta: o espaço comunicativo digital tende a reproduzir as relações econômicas e de poder típicas do universo *offline*. Considerar a internet, por si, como uma esfera pública forte e atuante é um equívoco; todavia, fundamental será encará-la como um espaço público, uma vez que proporciona a disseminação de expressões públicas de opinião.

E sobre isso a autora destaca, por exemplo, questões como a do *narcisismo cívico*, presente na proliferação de *blogs*, *sites* e perfis que exaltam o indivíduo e suas idiossincrasias privadas em detrimento de tratativas das questões coletivas e de interesse público; por outro lado, tal fenômeno contribui para a pluralidade de vozes presentes na internet, o que faz frente à comunicação monológica dos veículos de comunicação de massa que, por décadas, centralizaram o papel de editores e de divulgação de informações.

Também o agonismo político e a mercantilização do ciberespaço são outros dois pontos ressaltados pela autora, os quais compõem oposição a uma visão tipicamente otimista da vivência democrática via internet, que declara ao uso das ferramentas virtuais o mérito de mobilizar cidadãos mais intensamente e com agilidade.

O que se pode seguramente afirmar é que a internet proporciona uma ampla vocalização e publicização de opiniões que, antes dela, não encontrariam espaço – e mesmo visibilidade – tão facilmente. No entanto, Papacharissi ressalta que as opiniões dissidentes do *mainstream* político, muitas vezes provenientes da esfera privada de interação, enfrentam o risco da atomização da experiência política:

O cidadão está sozinho, mas não solitário ou isolado. Conectado, o cidadão opera em um modo e com linguagem política determinada por ele ou ela. Principalmente, e ainda em monitorada orientação, o cidadão é capaz de se tornar um agonista da democracia se necessário, mas de um modo atomizado.³² (PAPACHARISSI, 2010, p. 244).

Nos movimentos de mobilização social, entendemos que a chave para compreender melhor esses fluxos comunicativos é privilegiar o estudo das interações e relacionamento dos públicos com a causa e do comportamento deles no ambiente virtual. Castells vê nestas redes uma saída para a descrença dos cidadãos nas instituições democráticas.

Neste momento em que a democracia formal e tradicional está particularmente em crise, em que os cidadãos não acreditam mais em suas instituições democráticas, o que percebemos diante da explosão das **Mass Self Communications**³³ assemelha-se à reconstrução de novas formas políticas, mas ainda não é possível dizer no que elas resultarão. (CASTELLS, 2006, p. 15, grifo nosso)³⁴.

As redes sociais na internet compõem, sob esse ponto de vista, um sistema pós-massivo de comunicação, formado por conversações multidirecionais, oferecendo a ampliação da circulação da palavra e com isso da própria esfera pública. “A esfera pública expande-se, diversifica-se e complica-se singularmente. Essa mutação da esfera pública constitui um dos fundamentos da ciberdemocracia.” (LE MOS, 2010, p. 88).

Nas redes sociais da internet é possível, portanto, reconhecer uma nova mediação realizada pelos próprios produtores de informação, resultado da criação de mecanismos de interlocução mais abertos e, por que não, participativos.

É evidente que essa participação conhecerá diferentes níveis e formatos influenciados pelas plataformas *online* em uso. Mas não podemos atribuir exatamente a elas a definição do engajamento cívico dos participantes. Como dito, as conexões entre a participação *online* e *offline* são imbricadas e, em alguns casos, não-dissociáveis. Assistimos ao declínio de formas tradicionais de engajamento cívico e ao surgimento de novas formas de participação, nas quais os indivíduos podem, em conexão, realizar abaixo-assinados,

³² “the citizen is alone, but not lonely or isolated. Connected, the citizen operates in a mode and with political language determined by him or her. Primarily still monitorial in orientation, the citizen is able to become an agonist democracy, if needed, but in an atomized mode.”

³³ O autor utiliza esta expressão para se referir aos dispositivos *web* como *blogs* e redes sociais que possibilitam a interação direta entre sujeitos no ciberespaço.

³⁴ Esta citação foi extraída de palestra proferida por Manuel Castells durante o seminário sobre o tema “A mídia entre os cidadãos e o poder”, organizado pelo *World Political Forum* e a província de Veneza em San Servolo, na Itália, nos dias 23 e 24 de junho de 2006. Sua publicação se deu no periódico *Le Monde Diplomatique Brasil*, n.42, p. 15.

protestos, debates em fóruns virtuais, aderir a campanhas, configurar coletivos mobilizados, sem necessariamente estarem juntos num mesmo espaço físico ou ao mesmo tempo.

Portanto, o que está na base dessa agregação *online* possibilitada pelas redes sociais são os princípios que concorrem para formação de relações entre sujeitos com maior intimidade, coerção social e continuidade no tempo, ou seja, as comunidades. Nas redes sociais da internet, os membros de um grupo do *Orkut* ou *FB* por exemplo, compartilham um mesmo espaço (virtual) simbólico.

Assim como na esfera presencial, na internet a vida associativa também está no seio de toda atividade política.

Nesse sentido, a continuidade das interações permite o aprofundamento do vínculo, que pode evoluir de um laço social frágil até um relacionamento em caráter permanente. Em última análise, as redes são mais uma resultante do processo social interativo travado pelos membros que a compõem do que apenas do uso da tecnologia, que atua como um suporte àquele.

Lemos (2010, p.103, 104) diferencia as formas de “agregação eletrônica no ciberespaço” em comunitárias e não-comunitárias. Nas primeiras há uma afinidade subjetiva entre os membros do grupo e a troca de experiências pessoais é fundamental para a coesão do grupo. Nas segundas, apesar de os participantes não se sentirem integrados e em interação contínua, o compartilhamento de informações e experiências existe, mesmo que pontual e “desterritorializado”. O autor defende que para a ciberdemocracia “ambas as formas são importantes, pois, de uma forma ou de outra, elas colocam as pessoas em contato, coletivizam ideias e pensamentos, fazem circular a palavra e criam a esfera política.”

Parece-nos, neste ponto, fundamental tratar do conceito de circuitos comunicativos, cujas tramas materializam no ciberespaço as três dimensões do processo comunicacional: a produção, a transmissão e a aceitação (ou não) das informações compartilhadas.

Ao realizar o rastreamento e a análise dos circuitos, não podemos, todavia, nos ater apenas aos processos de produção, recepção ou distribuição das mensagens, pois isso significaria negligenciar a dinâmica fundamental das relações estabelecidas entre sujeitos por meio da rede. Conforme define Fonseca (1998):

Em um primeiro plano, circuitos comunicativos seriam como caminhos ou **redes de relações** que aparecem para os sujeitos como possibilidades no enfrentamento de situações concretas. Em outro plano, os circuitos seriam também caminhos através dos quais o sentido se produz e como tal aparecem

como possibilidades dentro de uma rede possível de sentidos. (FONSECA³⁵, 1998, p. 40 *apud* FLORIANI; MORIGI, 2005, p.6, grifo nosso³⁶).

Nesse sentido, é de se esperar que um circuito comunicativo produza uma interdiscursividade, aquilo que Bakhtin denomina polifonia: o entrelaçamento, num texto, de vestígios de outros textos preexistentes, conformando redes interdiscursivas. Isso resultará na construção de sentidos a partir de uma comunicação complexa, exercitada por múltiplos atores em interação. Há uma relação dialética entre a subjetividade desses e a realidade objetiva, cuja dinâmica produz representações do mundo social. Os circuitos, portanto, “atuam na construção social da realidade, à medida que se transforma em experiências compartilhadas do mundo” (FLORIANI; MORIGI, 2005, p. 12). Eis nisto outra forma de hibridização entre *online* e *offline*.

As novas formas de “estar-junto” vivenciadas pelas redes sociais da internet são, em última análise, uma adaptação dos laços comunitários tradicionais. Em torno de questões coletivas, os sujeitos em interação estabelecem redes de relacionamento que sintetizam circuitos comunicativos, os quais permitem o compartilhamento de informações, visões, sentimentos, valores, entre outros. A constância e continuidade dos fluxos de interação entre os sujeitos, muitas vezes labirínticos, podem conformar comunidades que se valem das plataformas das redes sociais para existir e operar ações “em comum”.

Enredados pela concepção de circuitos comunicativos chegamos a outro conceito fundamental: o de comunidade. Já utilizamos o termo algumas vezes ao longo do texto. Mas entendemos que seja importante dizer um pouco mais sobre ele.

2.7 O comunal-global e o eu expandido

A perspectiva de que surgimento das TICs proporciona o esvaziamento dos espaços públicos, “coisificando” sujeitos nas malhas tecidas por *softwares* e *hardwares*, encontra seus limites. Para Bretas (2001, p. 39), “contrariando os tecnófbos, a tecnologia das redes virtuais pode configurar novos espaços de sociabilidade, inaugurando novas práticas de estar junto com o outro, e, inclusive, propiciando uma aproximação local”.

³⁵ FONSECA, Cláudia G. da. *A Comunicação e a produção de sentido sobre a saúde*. Revista Geraes, Belo Horizonte, n. 49, p. 39-43, 1998.

³⁶ FLORIANI, Adriano Warken; MORIGI, Valdir Jose. *Circuitos Comunicativos e Construção da Cidadania no Ciberespaço: Tramas do Sentido em Narrativas de Weblogs*. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, NP – 12 – Comunicação para a Cidadania. (2005). *Anais...* [s.l.; s.n.], 2005.

Howard Rheingold cunhou o termo comunidade virtual em 1993, em sua obra “*The Community Virtual*”, para se referir às comunidades em rede construídas no âmbito da internet e que se baseavam em elementos como interatividade, convergência, ciberespaço e futuro digital. Inicialmente houve quem contestasse o uso do termo, já que o conceito rompia a com a noção de base territorial trabalhada pela sociologia clássica, condicionada à existência de um *locus* específico.

Para Rheingold as relações que formam a comunidade se desenrolam num espaço comunicativo. Como questiona Recuero³⁷ *apud* Guzzi (2010, p. 57) não existiria “um *locus*, ou um território simbólico, ao qual a comunidade virtual esteja associada?”

Os pensadores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari desenvolveram as noções de desterritorialização baseadas não em unidades sedimentadas em pontos precisos da terra; para eles o ser humano contemporâneo e seus territórios etológicos, como corpo, clã, aldeia, culto, corporação, se inscrevem no essencial em universos incorporais: “a subjetividade entrou no reino de um nomadismo generalizado”. (GUATTARI³⁸ *apud* GUZZI, 2010, p. 58)

No campo da mobilização, a compreensão do processo de sociabilidade virtual pode se enquadrar naquilo que Henriques (2010) afirma ser o conceito multidimensional do termo “comunidade”. Em princípio a constituição de uma comunidade pode estar condicionada a um território, baseada no elo clássico da proximidade no nível local. Alguns dos elementos essenciais a essa concepção de comunidade são: (1) *identidade*, refletora dos valores, hábitos e costumes que sua unidade expressa; (2) *espontaneidade*, que pauta as relações do cotidiano, mais informais e menos institucionalizadas; (3) *segurança*, como um lugar de pertencimento; (4) *solidariedade*, que gera o elo de interdependência entre membros *outsiders*, que se contrapõem ao modo de vida elitista ou ao pensamento hegemônico; (5) *autopreservação*, que gera padrões identificáveis como mais duradouros por meio da memória e da tradição; e (6) *relações intersubjetivas diretas*, por meio das quais os sujeitos interagem mais proximamente, sobretudo por meio de expressões orais.

A comunidade entendida como uma unidade de sentido comum, inscrita no ciberespaço, nos remete à partilha intersubjetiva do sentido, definida por Tacussel, que nos provoca: “como fazer para que o que faz sentido para mim em situações, objetos ou realidades mais ou menos fortes, seja ao mesmo tempo fundador de uma experiência comum, faça

³⁷ RECUERO, Raquel. *Comunidades virtuais: uma abordagem teórica*, Pelotas, 2001, p. 4, disponível em <http://pontomidia.com.br/wiki/doku.php?id=artigos>.

³⁸ GUATTARI, Félix. *Caosmose; um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

sentido para outros, sem que para tanto se esgote seu próprio sentido ao ser compartilhado?" (TACUSSEL, 1998, p. 9).

Além de transformar os tradicionais desenhos de compartilhamento, o surgimento de novas formas de sociabilidade propiciadas pelo ciberespaço desmaterializa a noção de território. A base constituinte das comunidades virtuais passa a residir muito mais em identidades que os membros compartilham, seja por afinidades ou por se agruparem em torno de uma perspectiva social comum. Mantêm-se muitos dos elementos essenciais apontados anteriormente, mas eles sofrem (re)enquadramentos de sentido, proporcionados pelo contexto que a virtualidade das relações se lhes impõem.

Isso amplia as possibilidades de relacionamento e transforma o próprio conceito de comunidade, agora tensionado entre a força do local *versus* global; entre a unidade e a diversidade; entre a individualidade e a coletividade. Já discutimos alhures como essas variáveis implicam na flexibilização da participação dos cidadãos na vida política contemporânea e como elas afetam os indivíduos, principalmente quando esses se vêm mobilizados por um movimento que visa valores tipicamente comunais, o “bem comum”.

A complexidade do laço de pertencimento que nos vincula a um coletivo, que pode vir ou não conformar-se em público e que não está estabelecido *a priori*, se constrói na medida em que o engajamento se desenvolve. Nas múltiplas esferas públicas as comunidades, virtuais ou não, exercem um papel significativo no estabelecimento da agenda política; mas, sem dúvida, a descentralização da produção, distribuição e análise de informações, notícias, sons, imagens, vídeos, entre outros, proporcionados pela internet, facultam às comunidades organizadas no ciberespaço novas “entradas”, sob forma de protestos, marchas, *twitaços*, correntes, abaixo-assinados etc, junto à esfera pública institucional. Esse novo modo de participar, configurado pela apropriação das TICs, pode conter, em seu cerne, aos impulsos comunais tradicionais.

Podemos dizer que um dos aspectos prioritários definidores dessa *unidade comum* é o compartilhamento identitário, presente como a primeira condição de coletivização para Henriques (2010). Sob esse ponto de vista, o compartilhamento ajuda a viabilizar a existência de um público, que nele se apóia para se *autodefinir* e passar, por conseguinte, a *existir* no espaço público. Por meio das interações os sujeitos estabelecem elos uns com os outros, referenciados no identificam como traços comuns e, ao mesmo tempo, expõem esses traços e elos publicamente.

No caso das comunidades virtuais, o compartilhamento sofre permanente ampliação de possibilidades, seja pela facilitação dos encontros entre *muitos e iguais* a custos

mais baixos, seja pela tempestividade das conexões ou pela configuração de múltiplas redes de interagentes dispersas em plataformas que se fundam a partir de elementos de identificação subjetivos, expostos *online*, por exemplo, em perfis ou *sites*. Com efeito, essas peculiaridades do espaço virtual também influenciam os modos de partilha intersubjetiva, sobretudo quando pensamos no processo de coletivização *online*.

Dentro das especificidades das redes *online*, conforme alertam Christakis e Fowler (2010), um recurso que distingue os *sites* de relacionamentos comunitários é sua capacidade de tornar visíveis nossas conexões a nós mesmos e aos outros. Eles geralmente são organizados em torno de pessoas e não de tópicos, como outros tipos de grupos *online* ou comunidades, como *wiki* e *listservs*³⁹.

No uso dos *softwares sociais* como *Orkut*, *FB*, *Multiply* ou *Myspace* cada indivíduo apresenta um portfólio social no qual constam seus “amigos”, ou seja, relações de vínculos afetivos que compõem, com outras, uma comunidade de interesse pessoal que se liga a outras comunidades também pessoais, originando teias de redes sociais determinadas pelo binômio comunidades-pessoas.

Ao mesmo tempo em que tal modelo permite uma flexibilização da sociabilidade, num movimento de interação plural, é possível reconhecer, em alguns casos, o declínio do compromisso social e, com isso, o enfraquecimento de formas mais consistentes de apoio social.

Como pano de fundo da cena virtual, um individualismo acentuado também floresce e, em seu paroxismo, a configuração de um narcisismo *online* emergente, não muito distante de experiências televisivas como *reality shows*, ápice da espetacularização do eu. Seria o triunfo do indivíduo?

Para Castells (2003, p. 109) “o individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados [...] o que observamos em nossa sociedade é o desenvolvimento de uma comunicação híbrida”. Isso reforça o que vimos discutindo até aqui sobre as conexões entre o mundo *online* e *offline*.

Também nesse cenário, questões sobre privacidade sempre constituíram um dilema para redes sociais como o *FB*, o que vem redefinindo os limites da intimidade pessoal na internet, e mesmo fora dela.

³⁹ Os termos *wiki* são utilizados para identificar um tipo específico de coleção de documentos em hipertexto ou o software colaborativo usado para criá-lo. Ele permite a edição coletiva dos documentos usando um sistema que não necessita que o conteúdo tenha que ser revisto antes da sua publicação. *In*: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki>, acessado em 25/3/2012, às 20h24. Já o termo *Listserv* tem sido usado para se referir a aplicativos de *software* de lista, permitindo a um remetente enviar um *e-mail* para a lista, e depois encaminhá-lo de forma transparente para os endereços dos assinantes da lista. *In*: <http://en.wikipedia.org/wiki/LISTSERV>, acessado em 25/3/2012, às 20h26.

Embora haja controles disponíveis ao alcance dos usuários, os quais determinam quem vê suas informações, muitas vezes são mecanismos de configuração complexa, ou a divulgação das ferramentas não é feita de maneira clara.⁴⁰ No caso do *FB* a empresa parece direcionar a configuração de sua plataforma no sentido de possibilitar a maior exposição possível de informações pessoais. No capítulo dois discorreremos um pouco mais sobre isso.

Ainda sobre esse contexto, Yochai Benkler⁴¹, pensador do movimento *hacker*, defende o argumento de que há uma ampliação significativa da autonomia dos indivíduos para colaborar e interagir uns com os outros na sociedade em rede. Ele ressalta três dimensões: (1) os indivíduos fazem mais para e por eles próprios; (2) podem realizar mais atividades em comum com outros, desvinculados de sistemas hierárquicos tradicionais sociais e econômicos; (3) há melhoria da capacidade de as pessoas fazerem mais em organizações formais que operam fora da esfera do mercado.

No que se refere à participação política dos sujeitos, conforme sistematiza Maia (2011), diversos autores concordam que o uso da comunicação digital tem facilitado: (1) a viabilidade de campanhas permanentes com foco no interesse público, e não com vistas ao alcance de objetivos específicos; (2) a ampliação da escala de protestos, que passam operar em redes globais, com diversos graus de duração e eficácia; (3) o aporte à mídias alternativas ou táticas que disponibilizam informações que, em geral, não ganham visibilidade nas mídias massivas tradicionais; (4) sustentação de vozes de sujeitos marginalizados e contradiscursos, oferecendo interpretações também alternativas àquelas convencionais, nas quais se apóiam os jornalistas e, ainda, “agendar temas nas grandes organizações midiáticas”. Sobre isso, Cardoso (2007) ao analisar movimentos de mobilização e protestos como as marchas brancas contra a pedofilia na Bélgica⁴², pelo Timor Leste⁴³, sugere que

os movimentos sociais devem, para influenciar a agenda das instâncias com poder de decisão, adotar estratégias de sedução da mídia tradicional (como o rádio, televisão e jornais) e simultaneamente instrumentalizar novas mídias, como internet, que lhes permite contornar as restrições de distância e tempo

⁴⁰ O *Facebook*, por exemplo, coleciona uma série de controvérsias relacionadas à privacidade que têm perseguido a empresa ao longo de toda sua história – o *Feed* de notícias em 2006; o *Beacon* em 2007; os termos de serviço em 2009; a função privacidade “todos” no final de 2009. Em cada um desses casos, a empresa forçou seus usuários um pouco além do limite ideal para exposição pública de dados e, posteriormente, teve de recuar. In: KIRKPATRICK, David. *O efeito Facebook*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011, p. 217.

⁴¹ BENKLER, Y. *The networked information economy*, em *Wealth of networks*, disponível em www.benkler.org/wonchapters.html.

⁴² As marchas tiveram início com em 1996, motivadas pela repercussão do caso Marc Dutroux, *serial killer* e molestador de crianças, condenado em 2004 à prisão perpétua por ter sequestrado, torturado e abusado sexualmente de seis meninas durante 1995 e 1996, na faixa etária de 8 a 19 anos, quatro das quais ele assassinou. As brechas deixadas pelo sistema de justiça criminal do país na condução do caso, ocasionou descontentamento da opinião pública e mobilização de movimentos sociais de combate à pedofilia que pressionaram as agências de aplicação da lei naquele país a realizarem mudanças.

⁴³ Timor Leste foi colonizado por Portugal ainda no século XVI. Em 1975 declarou sua independência, mas no final daquele ano foi invadido e ocupado pela Indonésia de quem foi declarado província no ano seguinte. Em 1999, após o ato patrocinado pelas Nações Unidas de autodeterminação, a Indonésia abandonou o controle do território.

para conduzir o seu protesto até onde ele pode fazer a diferença. (CARDOSO, 2007, p. 476).

O sentido tático da comunicação dos movimentos sociais que visa influenciar os meios massivos pode ser entendido, em contextos de mobilização, como um esforço por *abrir flancos* na cobertura midiática, sobretudo privilegiando a abordagem de temas e definições de pautas pela visibilidade de questões de interesse público; questões por vezes esquecidas ou escamoteadas por editores e grupos proprietários dos *midia*. Michel de Certeau (1990, p. 59 a 64) define essas *táticas* como uma série de procedimentos que transformam um determinado *lugar* em *espaço dinâmico*, ou *lugar praticado*. Para eles os procedimentos que controlam o lugar são definidos como *estratégias*.

No contexto da mobilização de sujeitos *online*, os espaços de interação virtual podem ser compreendidos como *lugares praticados*, como são, em geral, as plataformas das redes sociais da internet. Muitas vezes, as interações são marcadas por táticas que subvertem as estratégias tradicionais dos meios massivos. Elas podem ser reconhecidas nos *golpes* comunicativos que os sujeitos desferem sobre as estruturas canônicas da comunicação mediada e massiva, com a finalidade de *ferir* os discursos hegemônicos oferecendo um novo modo de pensar (e agir) sobre um problema público.

Entretanto, devemos considerar que nessas atitudes de caráter tático, interfere certo paradoxo das redes digitais e suas estruturas, como: “ausência de direção interna e dificuldades para produção de decisão coletiva; falta de clareza para definir conteúdos e enquadramentos compartilhados e, ainda, falta de controle das campanhas” (BENNET⁴⁴ *apud* MAIA, 2011, p. 76). De certa forma, este é o preço que se paga pela estrutura horizontal e polifônica do meio, se comparada àquelas dos meios tradicionais.

E, em muitos casos, o uso da internet pode não fortalecer a democracia propriamente, mas aprofundar a crise de legitimidade política ao fornecer uma plataforma de lançamento mais ampla para a política do escândalo. Consiste, em síntese, na investigação e exploração de informações sigilosas sobre a vida privada de personalidades públicas, em particular de oponentes políticos, principalmente em contextos eleitorais, para “vazá-las” às mídias. Até mesmo a disseminação de boatos, dados falsos e simulações valem nesse jogo. Questões “rasteiras”, todavia recorrentes, do modelo de democracia representativa que concentra, muitas vezes, a visibilidade de atos de poder em torno de representantes-candidatos que parecem estar em permanente campanha eleitoral. É evidente que a publicidade dos

⁴⁴ BENNETT, W. Lance. Communicating global activism: strengths and vulnerabilities of networked politics. *Information, Communication & Society*, v.6, n. 2, p. 143-168, 2003.

escândalos de corrupção, por exemplo, é bem-vinda e contribui para seu combate, na medida em que os cidadãos se informam sobre a conduta daqueles que os representam. No entanto, o enquadramento construído pelas mídias massivas, e que muitas vezes reverberam nas mídias digitais, aborda o tema de maneira limitada, reforçando o ataque à imagem de um político e não ao sistema. Isso contribui para posturas ao mesmo tempo moralistas e de descrédito da opinião pública.

No limite, um estado de anomia política, vocalizado em visões generalistas como “é assim mesmo, político é tudo igual” ou “não adianta fazer nada, isso não vai mudar... estamos no Brasil”, constrói palanque privilegiado para o continuísmo político. A quem isso interessa?

Felizmente a indignação ainda resiste e, nas redes sociais da internet, é possível identificar o engajamento cívico de públicos afetados pela defesa do interesse público, atuando segundo uma perspectiva política mais ampla.

Como assevera Castells (2003, p. 130), o problema não está na internet, mas no tipo de política que nossas sociedades estão gerando. “Uma política que em última instância molda o poder dos Estados numa época em que eles se defrontam com uma transformação de seu ambiente de segurança.”

2.8 Ciberativismo e Teseus *online*

Teseu, cujo nome significa “homem forte por excelência”⁴⁵, encarnando as aspirações de liberdade do povo ateniense, rumou a Creta com a missão de destruir o Minotauro. Um de seus atributos notáveis era justamente o que seu nome revelava: a força. Entretanto, diferente de Hércules, rebento de Zeus, Teseu era filho de dois mortais, Etra e Egeu, rei de Atenas – embora algumas versões atribuam sua paternidade a Poseidon. Em sua mortalidade, realizou feitos memoráveis, incluindo o enfrentamento ao meio-homem, meio-touro de Creta. Desconhecendo sua origem real até os dezesseis anos, Teseu ao sabê-lo recuperou a espada e as sandálias do pai e dirigiu-se da cidade de Trezena para Atenas a fim de fazer-se reconhecer publicamente.

Esse deslocamento é significativo, uma vez que retrata o deslocamento do herói que parte de uma cidade recolhida no cenário grego, na qual vivera a infância e fora educado, para o centro do poder e do pensamento helenístico. Isso conota sua própria ascensão, saindo

⁴⁵ Brandão, Junito, *Mitologia Grega*, Petrópolis; Ed. Vozes, vol III, p.149

do domínio privado para assumir sua identidade pública. No momento em que se torna visível ao público, Teseu recebe do pai – que aqui representa a instituição máxima dos valores atenienses, a temível tarefa.

Saindo de Atenas a Creta, leva consigo velas brancas ofertadas por Egeu para serem utilizadas na embarcação. Caso retornasse vitorioso da missão, Teseu substituiria as velas negras, que eram tradicionalmente utilizadas em sinal de luto pela martírio dos jovens atenienses, pelas brancas. Desse modo Egeu, seu pai, já saberia o destino de seu filho antes que o navio aportasse.

Chegando a Creta, conhece Ariadne, filha do rei Minos, que se vê apaixonada pelo jovem herói. Isso a faz conduzi-lo pelo labirinto por meio do fio comunicativo, conforme já narramos. Entre as trilhas incertas de Dédalo, Teseu enfrenta o Minotauro, abatendo-o com um golpe de espada certo, sobre sua cabeça. Vencido o mostro, Teseu regressa a Atenas. Leva consigo Ariadne mas, no trajeto, passando pela ilha de Naxos, a entrega durante o sono a Dionísio, que a possui na ilha. Ao se aproximar de Atenas, Teseu se esquece de trocar as velas negras pelas velas brancas. Seu pai, avistando a embarcação, atira-se ao mar pensando que o filho morrera na empreitada. Com isso, o mar grego passa a levar o seu nome: o mar Egeu.

Com a morte do pai, Teseu toma legitimamente o trono, organizando um governo em bases democráticas, reunindo os habitantes da Ática, fazendo leis sábias e úteis para o povo...

O mito encarna em Teseu o destemor do enfrentamento político e a competência em atacar e abater as monstruosidades que afetam a vida pública. Traduzindo-o para o contexto do engajamento cívico, do ativismo político em rede, são por vezes os “teseus mortais” que, empoderados pelos anseios de uma sociedade mais justa e, apoiados pelo fio comunicativo que os conecta a uma consciência coletiva, atacam problemas, por meio de mobilizações, protestos, manifestos públicos, brandindo a “espada simbólica” dos que se dispõem a defender um ideal. Quixotesco? Em alguns momentos, decerto. Todavia, a utopia é o motor para a mudança. Embora nem todo ativista se sirva da carapuça de um Teseu clássico, os movimentos sociais transformadores o guardam firmemente como um ideal, como um arquétipo sustentador. Essa afetação que tesa, que exige força; a percepção de que se pode atuar e transformar é fundamental à mobilização.

Em geral, a comunicação desenvolvida por campanhas capilarizadas via internet se valem desse apelo. Ao mesmo tempo em que isso é estratégico, também ocorrem movimentos nas trocas simbólicas linguageiras, que conformam a investigação e reflexividade

de como agem, por que agem e em que sentido caminham, chegando a se perguntar sobre si mesmos, quando confrontados com o coletivo que os espelha em grupos e comunidades.

O ativismo nas redes sociais inclui um amplo espectro de ações que, somadas, compõem repertório diverso, contemplando assinatura de e-petições, postagem e compartilhamento orientado de conteúdo, participação de discussão *online* em grupos, entre outros. Entretanto nem sempre há correspondência dessa performance “ativa” em rede na “vida real”; essa participação virtualizada, por assim dizer, se tornou conhecida como “*clickivism*”, “*slactivism*”, “ativismo de poltrona”, ou “ativismo *feelgood*”.

Pejorativamente (ou não) tais expressões exploram a dimensão da zona de conforto do sujeito que prefere se manter *online* em vez de arcar com os ônus inerentes à participação *offline*. A expressão popular “tomar o boi pelos chifres” vem ao encontro da ideia expressa por meio da narrativa de Teseu. Em tese, não se pode mobilizar sem que, em algum momento, esse enfrentamento se dê face a face, especialmente quando se trata de tomar a cena pública nas esferas institucionalizadas, como é o Parlamento, por exemplo.

Os críticos ao ativismo *online* questionam os efeitos práticos das ações virtuais, para além do hedonismo do indivíduo envolvido na ação. Inclui-se nisso aquele posicionamento politicamente atomizado do “estou fazendo a minha parte”, amortizando o efeito de uma consciência engajada que se livra da angústia da apatia política na medida em que, ao alcance de um botão, adere a uma campanha na rede, sem assumir efeitos colaterais da escolha. Novamente, um reforço à zona de conforto.

Alguns analistas alertam que o impacto do ativismo *online* na participação política e na mobilização pode até ser negativo; as pessoas poderiam começar a se afastar das formas convencionais de participação para abraçar formas mais *slacktivist* (MOZOROV, 2009⁴⁶ *apud* BREUR e FAROOQ, 2010).

Faltam estudos empíricos que tragam evidências sobre a relação entre o uso das redes sociais na internet e participação política. Segundo Breur e Farooq (2010), até agora, esses estudos têm sido tipicamente conduzidos sob condições de laboratório e com um pequeno número de participantes selecionados a partir de populações relativamente homogêneas (VITAK *et al.*, 2010)⁴⁷; (MIN, 2007; BODE, 2008)⁴⁸. Para os pesquisadores, o

⁴⁶ MOZOROV, E. The brave new world of slactivism. Foreign Policy. *apud* BREUR, Anita; FAROOQ, Bilal. Slactivists or Activists? The Impact of Social Media Use on Individual-Level Political Participation: Evidence from the Brazilian Ficha Limpa Campaign. Apresentado em 6th General Conference of the European Consortium for Political Research (ECPR), Reykjavik, Iceland, August 25th – 27th, 2011.

⁴⁷ In: [s.l.:s.n.], 2009

⁴⁸ In: [s.l.:s.n.], 2009

que é necessário para conclusivamente resolver tal controvérsia é a análise estatística robusta em grandes conjuntos de dados que investiga a relação entre *online* e *offline* do comportamento participativo político no contexto dos acontecimentos da vida política real. Esse trabalho se propõe a contribuir no preenchimento dessa lacuna, embora apresente limites impostos pela própria comunidade analisada.

Finalmente, encerramos um périplo que busca revisar a literatura, embasando nossa investigação em diversos conceitos que, sinteticamente, estão enfeixados em três pilares. Eles formam um tripé que sustenta nossa argumentação. O primeiro eixo se refere à Comunicação para a mobilização social e seus desdobramentos, o que abarca o campo da organização de coletivos em redes, numa perspectiva de constituição relacional dos públicos em ação comunicativa. No espaço público esses públicos se movimentam em defesa de causas de interesse público. O segundo pilar diz respeito à díade público *versus* privado, cujas tensões estão presentes nos modelos de democracia contemporâneos e nos fluxos comunicativos que permeiam a esfera pública, tanto em manifestações *online* quanto *offline*. Nesse sentido, o engajamento cívico é uma das centralidades para compreensão da participação dos cidadãos em movimentos mobilizadores. As referências desse tema amparam em grande medida o viés político que perpassa a *performance* e discursos dos públicos em mobilização, particularmente na constituição de comunidades. Já o terceiro eixo é composto por referências que dialogam com conceitos próprios do ciberespaço, da cibercultura, privilegiando seus aspectos de produção, compartilhamento e (re)processamento de mensagens em rede. Essa vertente contempla as TICs sob uma perspectiva mais humana, levando em conta as subjetividades que compõem a internet e as peculiaridades das interações travadas por ciberativistas nas redes sociais.

3 (Des)Caminhos do labirinto

Em todo o mundo, o espaço público tem sido afetado pelo surgimento de novas formas virtuais de mobilização política. Sem dúvida, tais mudanças resultam da atuação coletiva de públicos. No Brasil, uma experiência exemplar nesse sentido é o Projeto de Lei da Ficha Limpa. Ao Congresso Nacional coube enfrentar (e em grande medida considerar), por exemplo, os abaixo-assinados virtuais que lotaram as caixas de correio eletrônico de deputados e senadores, com vistas a pressioná-los a votar tal iniciativa popular. Talvez, um dos maiores articuladores de ações como essa, entre muitas outras, tenha sido o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Por isso, cabe-nos descrever a seguir algumas informações sobre essa entidade.

O MCCE é uma organização da sociedade civil formada por 51 entidades nacionais de diversos segmentos⁴⁹, formando uma rede com movimentos, organizações sociais, organizações religiosas e entidades da sociedade civil. Responsável pela mobilização da sociedade em favor da aprovação de duas leis de iniciativa popular no Brasil: a Lei nº 9.840/99 “Lei da Compra de Votos”, que permite a cassação de registros e diplomas eleitorais pela prática da compra de votos ou do uso eleitoral da máquina administrativa; e também pela campanha da qual decorreu a aprovação da Lei Complementar n.º 135/2010, popularmente conhecida como “Lei da Ficha Limpa”. A diretriz atual do movimento atualmente é a Reforma do Sistema Político Brasileiro.

No momento de escrita desse trabalho, tramita no Congresso Nacional um conjunto de propostas de emendas constitucionais e revisões da lei eleitoral com vistas a modificar o sistema eleitoral do país, de modo a garantir que a vontade do eleitorado seja melhor retratada no resultado final das urnas. Conhecido vulgarmente como Reforma Política, esse conjunto é composto por variáveis como: o estabelecimento de limites e novas regras para o financiamento de campanhas eleitorais; a fidelidade partidária de candidatos e de representantes eleitos; a possibilidade de voto facultativo; a ampliação da democracia e da participação dos cidadãos em processos decisórios, entre outras.

Desde de 2005, entidades da sociedade civil têm se articulado em torno do tema com maior intensidade, por meio de ações coletivas. Uma das mais significativas delas é a organização de uma plataforma pela reforma do sistema político⁵⁰ composta por 35 entidades ligadas a movimentos sociais, com grande capilaridade e adesão de grupos e coletivos, sendo

⁴⁹ Verificar lista de entidades no Anexo 1.

⁵⁰ Ver mais informações em <http://www.reformapolitica.org.br/>, acessado em 6/3/12, às 1h23.

o MCCE uma delas. Mais recentemente, a plataforma tem voltado seus esforços para o abaixo-assinado de iniciativa popular que trata das questões aqui citadas, valendo-se de ferramentas da internet, como o site Peticaopublica.com.br, e da disseminação de formulários para impressão e coleta de assinaturas, em processo similar ao que veremos no caso da Lei Ficha Limpa.

Entretanto, a reforma pretendida é bem mais complexa que apenas a aprovação de uma norma, o que vem exigindo maior capacidade de coesão dos atores sociais envolvidos na mobilização, em especial no compartilhamento de informações, sentimentos e ações comuns relativos à questão. O MCCE é um dos protagonistas desse processo.

Já a origem do MCCE está relacionada à Igreja Católica, particularmente à Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) órgão vinculado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Campanha da Fraternidade de 1996, que teve por tema "Fraternidade e Política", contribuiu para a articulação inicial de entidades em torno da temática. Posteriormente à Campanha, em fevereiro de 1997, foi lançado o Projeto "Combatendo a corrupção eleitoral" que originou a iniciativa popular contra a corrupção eleitoral, resultando na Lei 9.840. No decorrer dos anos, houve a ampliação da participação de outras entidades no movimento, o que contribuiu para que finalmente o MCCE fosse instituído em 2002; desde então ele ampliou sua atuação e hoje funciona de forma permanente com ações distribuídas em todo o país. A partir daí aprofundou-se o processo de institucionalização do Movimento com a criação, em 2006, da Secretaria Executiva do Comitê Nacional do MCCE, oficializada em 2007 como associação civil sem fins lucrativos.

Hoje o MCCE se encontra estruturado da seguinte forma: a Secretaria Executiva do Comitê Nacional, em Brasília, integra as 51 entidades que compõem a rede nacional do MCCE e também conta com os comitês estaduais, municipais e locais em todas as regiões do país.

O objetivo da Secretaria é apoiar e fortalecer políticas e ações do Comitê Nacional do Movimento, sediado em Brasília. É ele quem acompanha a atuação do Tribunal Superior Eleitoral e mantém contato com os responsáveis pela adoção de medidas que favoreçam a lisura do processo eleitoral em todo o Brasil. Já os outros comitês "exercem um importante papel de fiscalização, educação popular e monitoramento do orçamento público e da máquina administrativa."⁵¹

⁵¹ Disponível em <http://www.mcce.org.br/node/541>, acessado em 21/11/2011.

Constituídos de forma voluntária por representantes da sociedade civil, pastorais, sindicatos, associações e outros grupos organizados, são mais de 300 comitês estaduais, municipais e locais, presentes em todos os estados brasileiros, de acordo com informação obtida no *site* do Movimento.

A atuação do movimento se dá três eixos: (1) *Fiscalização* - cujo objetivo é assegurar o cumprimento da Lei 9840/1999 e da LC 135/2010 (Ficha Limpa), por meio do recebimento de denúncias, acompanhamento de processos e encaminhamentos de representações aos órgãos competentes. (2) *Educação* - que visa contribuir com a consolidação de uma consciência dos eleitores de que “voto não tem preço, tem consequências”. Para isso, são realizadas ações nos municípios como encontros, palestras e seminários, em parceria com os Comitês 9840 (Comitês MCCE). Neste eixo há investimento em material impresso, como cartilhas, folderes e cartazes que são distribuídos durante os eventos. Pode-se inferir que as ações concorram para a mobilização social de públicos em torno da causa, o combate à corrupção. (3) *Monitoramento* - por meio do qual o MCCE realiza tanto o acompanhamento das ações do parlamento brasileiro em relação à Lei 9.840 e à LC 135/2010, como o controle social do orçamento público e da máquina administrativa. Objetiva-se com isso evitar desvio de recursos com finalidades eleitorais e acompanhar as ações de seus candidatos.

São desafios enunciados pelo MCCE: (1) acelerar o julgamento dos processos; (2) tornar mais conhecida a Lei 9.840/1999 e a Lei Complementar 135/2010 a fim de ampliar suas aplicações e seus acompanhamentos; (3) articular a luta por eleições limpas com o combate a todas as formas de corrupção.

Ora, sendo o Projeto de Lei “Ficha Limpa”, no Brasil, uma resultante de um processo de mobilização social de combate à corrupção e, em seguida, do debate e deliberação dele desdobrados, percebemos que a Campanha no ambiente virtual foi um dos vetores de ação comunicativa e mobilizadora mais consistentes pelos resultados alcançados. Uma premissa para analisar esta movimentação de públicos nas redes sociais da internet, em particular de uma comunidade do *FB*, é de que estratégias comunicativas catalisadas por organizações da Sociedade Civil Organizada em movimentos sociais também se valem de instrumentos formais de deliberação e participação popular.

Particularmente, a mobilização dos cidadãos no combate à corrupção nas redes sociais da internet, aqui representada pela CFL-MCCE, deve considerar a convocação permanente dos integrantes da comunidade à participação, bem como oferecer um espaço de

interações que possibilite uma discussão pública, donde possam ser geradas problematizações e soluções que levem em consideração a vontade dos sujeitos.

3.1 O *neominotauro* vem a público

A corrupção em geral é entendida como um fenômeno ligado ao poder. Ocorrendo de forma privada ou pública, nos círculos da administração pública burocrática ou política, seus atos se deixam reconhecer pela cooperação existente entre o interesse privado e o agente público, seja este servidor concursado ou ocupante de cargo eletivo ou de livre nomeação. Nesse processo, ocorre a transferência ou evasão de renda (bens e recursos) entre corruptos e corruptores, para a realização de ato ilegal ou para troca de favores. As condições para que a corrupção se estabeleça são várias, por isso nos ateremos brevemente sobre tema, enquadrando-o em conformidade ao objeto de nosso estudo.

Sabe-se que fenômeno corrupção, também múltiplo em suas formas de manifestação, se espalha por todo o mundo. Prova disso são os esforços contínuos de órgãos internacionais pelo combate ao *neominotauro*. Em setembro de 2003, por exemplo, a Organização das Nações Unidas, em seu Relatório Contra a Corrupção, reuniu vários acordos internacionais para a ampliação de instrumentos multilaterais de prevenção e combate à corrupção.⁵² Desde então, outras iniciativas vêm se somando a essa, grande parte delas originárias da sociedade civil organizada.

Importante reconhecer que a corrupção

tem se mostrado resistente às mudanças institucionais, que contribuíram para que a vida pública de alguns países pudesse ser regida por parâmetros democráticos cuja ausência foi uma das responsáveis pela extensão das práticas corruptas a amplas esferas da vida pública ao longo do século XX. (AVRITZER *et al.*, 2008, p. 11)

Para Avritzer, em países “de democratização mais recente ou praticamente sem experiência de democracia, a corrupção se expressa de forma muito mais intensa” (2008, p.505). O Brasil integra a categoria. Bignotto, por exemplo, afirma que no Brasil “embora tenhamos uma rica história constitucional, a separação entre o público e o privado nem

⁵² São vários os acordos multilaterais de prevenção e combate à corrupção. Convenção Interamericana contra a corrupção, aprovada pela Organização dos Estados Americanos, em 29 de março de 1996, o Convênio relativo à luta contra os atos de corrupção no qual estão envolvidos funcionários das Comunidades Européia e dos Estados Partes da União Européia, aprovado pelo Conselho da União Européia, em 26 de maio de 1997; o Convênio sobre a luta contra o suborno dos funcionários públicos estrangeiros nas transações comerciais internacionais; o Convênio de direito civil sobre a corrupção, aprovado pelo Comitê de Ministros do Conselho Europeu, em 4 de novembro de 1999, e a Convenção da União Africana para prevenir e combater a corrupção, aprovada pelos Chefes de estado e Governo da União Africana, em 12 de julho de 2003.

sempre é percebida como um fato derivado das leis fundamentais e nela refletidos” (2006, p. 84, 85).

Teixeira (2006, p. 4) destaca que “não basta saber as formas que a corrupção assume e atacar suas consequências, é preciso combater suas causas, e o primeiro passo é conhecer como a corrupção se instala”.⁵³ Ele resgata alguns conceitos provenientes dos estudos de Silva (1995), Rosenn e Downes (2000) e Pereira (2002), que apontam como principais causas do fenômeno “o subdesenvolvimento institucional, o clientelismo, o comportamento dos agentes “caçadores-de-renda”, a fragilidade do sistema político e eleitoral, o nível de intervenção estatal na economia e a imaturidade das relações entre os poderes Executivo e Legislativo.”

Para Leite⁵⁴ e Bezerra⁵⁵ *apud* Teixeira (2006), também são aspectos que interferem diretamente no fenômeno as relações de cunho pessoal, incluindo parentesco, amizade e “patronagem”. Mas também devem ser consideradas as variáveis jurídicas envolvidas no processo. Já Brüning (2005) as inclui, e salienta um encadeamento de condições que, num processo cumulativo, potencializa os efeitos da corrupção, tornando-a endêmica:

Assim, partindo-se das "causas naturais" (imperfeições da natureza humana), se os padrões culturais e éticos da nação propiciarem a corrupção, aumentarão as chances de sua prática. Se, além disto, existirem sérias injustiças sociais, mais se abrirão as portas à generalização do fenômeno. Se, nesse quadro, forem adicionadas intransparência administrativa, autoritarismo, exclusão social dos negócios públicos, centralização do poder e outras atitudes antidemocráticas, mais corrupção deverá ocorrer. **Por último, se nesse processo cumulativo de causas forem incluídas inúmeras distorções no ordenamento jurídico, como penas inadequadas, lentidão nas investigações, congestionamento da Justiça, mecanismos procrastinatórios, ineficácia dos controles formais, impunidade e outras dificuldades à punição dos corruptos, sem dúvida, a corrupção tornar-se-á endêmica e imune aos meios clássicos de controle**⁵⁶ (BRÜNING, 2005, grifo nosso).

Parece-nos que, no tocante ao pleito eleitoral brasileiro, há muito o fenômeno da corrupção tornou-se endêmico. As eleições evidenciam o processo cumulativo acima exposto, carecendo de instrumentos legais e de controle. São efeitos diretos do apelo à “corrida dos candidatos para o poder”, onde os fins justificam os meios, e das exigências financeiras que

⁵³ Bezerra (1995, p. 17-18 e 196, nota 7) sugere analisar as condições que permitem suas práticas: as relações pessoais e destas com os procedimentos formais da administração pública, os argumentos utilizados pelos denunciados e as transações (de bens, serviços e favores) que estariam motivando tais práticas.

⁵⁴ LEITE, Celso Barroso (org.). Sociologia da Corrupção. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

⁵⁵ BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção: um estudo sobre o poder político e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará (Anpocs), 1995.

⁵⁶ In: <http://www.tcc-brasil.org.br/artigo3.html>, acessado em 13/3/2012.

das campanhas eleitorais por conta de altos investimentos em propaganda, no aparato comunicacional e tecnológico para a formatação da imagem pública dos candidatos, em detrimento de propostas consistentes de programas de governo. Como aponta Melo (2008)⁵⁷, “a corrupção eleitoral ou a reiterada incidência dos fenômenos capazes de desvirtuar o processo de constituição de um corpo de representantes sempre significou um problema para as democracias.”

Ainda sobre o fenômeno da corrupção eleitoral, ganham destaque três formas, infelizmente comuns no Brasil, de abuso de poder e apropriação do público pelo privado, quais sejam: o uso da máquina pública em favor de determinado candidato; o financiamento de campanha visando obter vantagens diferenciadas no plano político e/ou administrativo e a compra de voto.

Esses exemplos evidenciam a necessidade de reforma do sistema político brasileiro que deve se pautar pelo “binômio *desprivatização* da vida pública e *aumento da representatividade e da responsabilidade* dos partidos, o que tem como consequência a diminuição de seu número” (FONSECA, 2011, p.6).

Além disso, há de se combater uma espécie de mitificação do tema que varre para dentro do labirinto os efeitos ampliados do fenômeno da corrupção sobre as esferas econômica, social, política e cultural. Assim, visões simplistas, disseminadas pelo chamado senso comum, que atribuem a elementos históricos e culturais as justificativas para a má conduta de corruptores, também devem ser enfrentadas pelos movimentos de mobilização.

Fonseca (2011) faz um inventário de alguns argumentos que sustentam essa mitificada perspectiva, nos quais se destacam: o patrimonialismo da colonização portuguesa, como um fatalístico legado do qual as ex-colônias não poderiam escapar, ao modo do pérfido tributo despoticamente imposto por Minos ao povo ateniense; a miscigenação do povo brasileiro, que teria impregnado de uma *amoralidade macunaímica* as instituições públicas, não isentas da presença de interesses privados; o caráter seletivo de grupos políticos específicos que, tomando o poder, modelam junto à agenda da grande mídia enquadramentos sobre questões de interesse público; a disjunção entre elites políticas e sociedade, como se as primeiras não fossem reflexo direto e/ou indireto da última, construindo a concepção da “corrupção inescapável” à qual deveriam se submeter todos os que chegam ao poder, ou de uma inexplicável autonomia dessas elites perante o corpo de eleitores; a ausência de uma base educacional sólida, esquecendo-se de que crimes como “do colarinho branco” e “tráfico de

⁵⁷ In: AVRITZER, Leonardo. *et al.* (Org.) *Corrupção: Ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

influência” são cometidos, em sua maioria, por pessoas ditas “educadas”, pertencentes a elites que tiveram acesso à educação formal, o que nos leva a crer não na não-importância das escolas, mas na visão ampliada de educação, que pode se dar (ou não) por meio dos canais de comunicação; por fim, a ausência e/ou fragilidades de leis e de instituições, desconsiderando os inegáveis avanços desde o advento da Constituição de 1988, tais quais a recente criação das Defensorias Públicas Estaduais, as funções fiscalizatórias da Corregedoria Geral da União, as revisões dos Tribunais de Contas em todo país, entre outros.

Nesse sentido, interessante perceber como a mobilização da sociedade civil brasileira já rendeu frutos na ampliação do uso de instrumentos de combate à corrupção. Por exemplo, a Lei 9.504 de 1997, modificada em 1999 pela lei 9.840, que passou a prever a cassação de registro ou diploma para o caso do candidato “doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública.” (art. 41)

O mesmo movimento – o MCCE, também foi protagonista nesta articulação de públicos, que teve igualmente seu início na proposição de Projeto de Lei junto à Câmara dos Deputados por iniciativa popular. Conclui-se, com isso, que há uma continuidade deste movimento, encadeado ao logo de mais de uma década e que levou a dois resultados significativos da produção legislativa.

No Congresso Nacional, arena institucional onde o debate do Projeto Ficha Limpa ganhou corpo após anos de mobilização, destacam-se as tensões próprias do modelo democrático vigente, seja entre o técnico e o político, a ciência e o senso comum, políticas sociais e políticas econômicas, o público e o privado, a representação e a participação.

Sendo o Ficha Limpa matriz agregadora dos sujeitos e públicos nas comunidades virtuais em interlocução com o Parlamento, a Comunicação de caráter mobilizador permite o trânsito de reverberações de ações de uma esfera na outra.

No combate à corrupção, publicizar informações relacionadas à causa significa proporcionar a geração de elementos de identificação, de convocação para a ação e de fomento ao debate público. Isso pode promover, em longo prazo, uma atitude corresponsável dos públicos perante a busca soluções para essa problemática (Henriques et. al. 2004). Mas tal Comunicação deve lidar com os dilemas da construção da própria cidadania, da democracia participativa e da emancipação social.

Em um processo como o Ficha Limpa, em que se reconhece a pressão direta dos cidadãos sobre os parlamentares pela aprovação de um instrumento legal e moralizador (e não moralista), esse debate sofre com a tensões dos interesses múltiplos.

De saída, a dimensão assumida pelos escândalos de corrupção é tamanha, tanto em números de casos quanto em cifras evadidas do erário público, que a sociedade encontra dificuldades em organizar as informações sobre o tema, garantindo-lhes a capilaridade e visibilidade necessárias e, ao mesmo tempo, em traduzi-las quando são técnicas ou qualificadas.

Sites e plataformas da internet têm colaborado para vencer esses desafios. Uma iniciativa premiada é a do Museu da Corrupção (MuCo.com.br). Encabeçada pelo Diário do Comércio, o *site* foi contemplado com o prêmio Esso na categoria “melhor contribuição à imprensa” em 2009, por oferecer uma base dados permanentemente atualizada sobre Comissões Parlamentares de Inquérito, leis anti-corrupção, escândalos, operações da Polícia Federal, entre outros.

Já a Transparência Brasil (TransparenciaBrasil.org.br), organização da sociedade civil, mapeia históricos de candidatos, em particular de parlamentares e outras pessoas públicas (Projeto Excelências); oferece gráficos e análises sobre o financiamento de campanhas eleitorais em todo o país; acompanha o desempenho dos ministros do Superior Tribunal Federal, além de organizar e disponibilizar *clipping* de notícias sobre o tema corrupção veiculadas nos principais órgãos de imprensa do país.

Mesmo o Poder Público, por meio da Controladoria Geral da União (CGU.gov.br), por exemplo, dispõe de canal para denúncias em seu *site*, além de divulgar campanhas de combate à corrupção e dispor de uma biblioteca *online* com publicações para *download*, sobretudo que oferecem informações qualificadas. Muitas outras iniciativas exemplares poderiam ser aqui citadas.

O MCCE é um dos atores da sociedade civil brasileira que incorpora essa rede articuladora de esforços no combate à corrupção. No *site* (MCCE.org.br), além de notícias, convites para mobilizações e eventos, informações institucionais sobre o movimento, orientações sobre constituição de comitês, publicações sobre o tema corrupção, entre outros, estão disponíveis *links* para abaixo-assinados virtuais (Avaaz.org), petições públicas e redes sociais *online* como *Twitter*, *Orkut* e *FB*.

A partir daqui nos deteremos na reflexão a respeito dessa última plataforma, o *Facebook*, cujas ferramentas e possibilidades vêm influenciando o comportamento *online* e *offline* de inúmeros indivíduos, conformando, talvez, um novo arranjo de se operar relacionamentos que, historicamente, pertenceram ao domínio privado, a serviço de uma causa de interesse público: o combate à corrupção.

3.2 O labiríntico *Facebook* como plataforma de mobilização

Queremos fazer do *Facebook* uma espécie de sistema operacional, de forma que as pessoas possam executar aplicativos completos [...] aqui as pessoas podem desenvolver aplicativos de graça e podem fazer o que quiserem. Podem construir um negócio dentro do *FB*. Podem publicar anúncios. Podem ter patrocínios. Podem vender coisas, fazer *links* com outros *sites*. Somos simplesmente agnósticos. Haverá empresas cujo único produto será um aplicativo que vive dentro do *FB* (ZUCKBERG *apud* KIRKPATRICK, 2010, p. 235 e 239)

Mark Zuckerberg, um dos fundadores do *FB* e jovem diretor executivo da empresa, é conhecido, entre outras coisas, por suas declarações ousadas e pouco modestas; o *FB*, como um negócio da internet, sempre encarnou em grande medida o posicionamento de seu mentor.

Proferida em 2006, a citação acima refere-se àquela que é considerada a grande guinada na história do *FB*: sua transformação em plataforma, assumindo a vocação para exercício da função de um amplo ambiente de interação em lugar de, unicamente, um *site* ou rede de relacionamentos. Profundo admirador de Bill Gates, dono da Microsoft⁵⁸, Zuckerberg desejava, desde o lançamento do *FB* em fevereiro de 2004, transformá-lo em uma espécie de *sistema windows* da internet, posicionando-se, de certo modo, como um “*locus preferencial*” na *web*, por meio do qual (e no qual) os indivíduos transacionariam não apenas seus relacionamentos com outros, mas também com coisas, empresas, movimentos sociais, *sites*, serviços e outros lugares, espaços e sujeitos.

Bastante pretenciosa, a estratégia adotada pela empresa mostrou-se eficaz já nos primeiros dias após o lançamento da plataforma, realizado em 24 de maio de 2007, num evento nomeado *f8*. Naquele dia o *FB* tinha 24 milhões de usuários ativos e uma média de 150 mil novos entraram todos os dias, a partir de então. Um ano depois, o *FB* chegou a 70 milhões de usuários, três vezes maior que nos primórdios e com uma estrutura demográfica de público diversificada, com crescimento da participação de jovens, adultos e terceira idade, que no início se constituía, predominantemente, de jovens universitários.⁵⁹

A própria origem do nome *Facebook*, e também das primeiras experiências que levaram ao seu formato, está relacionada aos formulários com fotos do rosto utilizados pela

⁵⁸ Empresa multinacional de tecnologia e informática dos Estados Unidos, que desenvolve e vende licenças de *softwares*, fabrica eletrônicos de consumo como videogames e dá suporte a vários produtos e serviços relacionados, predominantemente, com a computação. Fundada em 4 de abril de 1975 por Bill Gates e Paul Allen. Disponível In: *Microsoft Corporation – Company profile from Hoover's*.

⁵⁹ Dados obtidos pelo autor David Kirkpatrick, da obra “O efeito Facebook” em entrevista com Dustin Moskovitz, um dos fundadores do *FB*, em 4 de maio de 2007.

Universidade de Harvard para identificação de seus alunos mantidos nos alojamentos. O hábito de consultá-los se tornou uma atividade de lazer dos universitários de Harvard.

Hoje são inúmeros os recursos disponibilizados aos internautas. O primeiro deles, e talvez o primordial, é a identificação e mapeamento do conjunto de relações *offline* entre pessoas reais, que usam preferencialmente seus nomes reais, e se vinculam uns aos outros como “amigos”. A rede social *Sixdegrees.com*⁶⁰ foi pioneira na adoção desse recurso. Mais tarde a nomenclatura do *FB* foi ampliada para outras categorias como “melhores amigos” e “conhecidos”, em atendimento à necessidade de controle e privacidade reclamada pelos usuários.

A adesão ao *FB* é feita por meio da criação de um perfil onde são expostas informações de cunho pessoal; para isso é preciso cadastrar-se diretamente no *site* ou receber convite de um membro já existente. Isso facilita a adoção de nomes reais, procedimento também importado pelo *FB*, desta vez do *Friendster.com*⁶¹, lançado em 2003. No princípio, o *FB* destinava-se a acompanhar os colegas de faculdade e o que acontecia com eles. Atualmente o mesmo sistema de “acompanhamento do outro” se dá pela articulação de duas ferramentas principais: a caixa de *status* no perfil com a pergunta “No que você está pensando?” (que até 2008 era definido com algo semelhante a “Fulano está...”), na qual se pode postar texto, *links* para vídeos, álbum de fotos, imagens, outros *sites*; e o *feed* de notícias, que exhibe os últimos conteúdos atualizados pelos amigos de sua rede em sua página, os quais podem ser visualizados numa espécie de mural dinâmico, cronologicamente ordenado a partir da data e hora da postagem ou ação vinculada a ela como “curtir”, “comentar” ou “compartilhar”.

Sim, é possível curtir, compartilhar e comentar as postagens, o que cria um fenômeno de capilarização dos *posts* pelas redes, ampliando as chances de visibilidade e interação de conteúdo entre amigos; amigos de amigos; amigos de amigos de amigos... Quanto mais vista, “curtida”, “comentada” ou “compartilhada” uma ação, maiores suas chances em permanecer entre as primeiras da lista de *feeds*, tornando-se, com isso, mais popular no *ranking*.

⁶⁰ Lançado em 1996, o *Sixdegrees.com* fracassou em grande medida por uma questão de contexto social. À época poucas pessoas eram adeptas a ter uma “vida social *online*”. Além disso, a tecnologia de computadores e dispositivos móveis de então não suportava com a agilidade necessária o compartilhamento de fotos, vídeos e outras informações.

⁶¹ Rede social criada na Califórnia, EUA, fundada em 2002. Nela as pessoas criam “perfil” de si mesmas, com dados sobre passatempos, gostos musicais e outras informações pessoais. Os usuários se identificam (e são identificados) pela sua própria “rede social”. Tornou-se conhecido por facilitar, basicamente, o contato de pessoas que queriam namorar. O sucesso alcançado foi tamanho que tornou a navegação lenta e difícil, gerando insatisfação dos membros.

Além disso, o *FB* também permite a troca de mensagens particulares entre amigos, como num *e-mail*; a publicação de fotos ordenadas por álbuns, conforme definições do usuário; a criação e convite para eventos, virtuais ou presenciais, entre outros recursos.

O desenvolvimento de aplicativos é fundamental para a plataforma, pois eles potencializam a incorporação e utilização dos recursos disponíveis no *FB* à rotina diária dos sujeitos. Um deles chama-se *Causes*, destinado a viabilizar o levantamento de recursos para auxiliar organizações sem fins lucrativos. Os usuários que fazem uma doação criam uma atualização no *feed* de notícias de seus amigos, o que pode inspirá-los a doar também. Outro exemplo é o *Visual Bookshelf*, que permite que você crie listas dos livros que já leu, avalie-os e disponibilize pequenas resenhas. Entretanto, nem todos os aplicativos desempenham papel tão nobre. Um deles, o *Funwall*, permite criar pequenas animações e baixar vídeos no perfil; todavia, ele induz o usuário a mandar convites para todos os amigos, funcionando como uma espécie de *spam* direcionado. Já o *Food Fight* estimula a “jogar comida” em seus amigos e chegou a 2 milhões de usuários em poucas semanas.

No contexto das práticas de mobilização social viabilizadas com apoio de plataformas como o *FB* é possível identificar o pulso da mobilização social *pari passu* às manifestações públicas de repúdio às incongruências percebidas pelos públicos no que se refere à atuação parlamentar.

Os registros das interações na CFL-MCCE, por exemplo, são capazes de oferecer um panorama dos fatos relacionados à trajetória do Projeto de Lei e não só – também apontam para ações que visam influenciar a arena institucional (Parlamento) por meio da manifestação popular, pautada por estratégias comunicacionais sugeridas e disponibilizadas por integrantes da própria comunidade.

Os registros das manifestações dos participantes que pudemos previamente coletar formam um mosaico de vocalizações e argumentos que apresentam como pano de fundo uma causa em comum sobre um inquietante fenômeno que gera um sentimento-base de indignação pública. Em função disso, já de início identifica-se uma permanente reconvocação dos públicos pelos públicos a se tornarem geradores desse movimento de combate nas redes sociais. Sob esse prisma, as redes sociais, incluindo o *FB*, formam um *locus* no qual a interação social visa à construção coletiva, à mútua colaboração e à transformação e ao compartilhamento de ideias em torno de interesses compartilhados dos atores sociais que as compõem.

Para Kirkpatrick (2011, p. 245 e 285), “o *FB* nada mais é que as ações coletivas de seus usuários. O que acontece lá depende daquilo em que os usuários do *FB* estão

interessados [...] [eles] oferecem dados sobre si mesmos e depois ainda geram outros a partir de seu comportamento no *site*, interagindo com outros usuários, com grupos e com páginas.”

No caso da comunidade pesquisada, em que pese o mote agregador ser o combate à corrupção, chancelado pelo MCCE, o protagonismo da conversação é das pessoas, em especial de lideranças.

Atualmente, em todo o mundo, milhões de pessoas utilizam redes sociais *online* em seu cotidiano.⁶² Sabendo que o acesso a este recurso é limitado por variáveis socioeconômicas e considerando, ainda, a enormidade de excluídos digitais, não podemos negar que os fenômenos das redes *online* vêm afetando nossas vidas, direta ou indiretamente. Por meio das redes sociais obtêm-se atualizações de *status* de seus amigos, criam-se novas conexões, jogos e postam-se *links* favoritos *online* que são diariamente acessados:

em sua essência, os *sites* de rede social refletem basicamente interações *offline*. Embora nos permitam manter o contato com pessoas com as quais teríamos de outro modo apenas vínculos fracos (como antigos companheiros de quarto, colegas do colégio, pessoas que encontramos brevemente em festas e assim por diante), esses *sites* não são organizados em torno da apresentação de estranhos. (CHRISTAKIS e FOWLER, 2010, p. 233)

Como dito, originalmente, o *FB* reunia apenas usuários vinculados à comunidade estudantil. Dentro de um ano, a associação também abriu até para escolas de nível médio e, então, para comunidades especificadas geograficamente e redes corporativas. A novidade central do *site* residia na realização de conexões típicas do mundo *offline* em um espaço *online* privativo. Os membros da comunidade podiam visualizar anonimamente o perfil das pessoas, além dos *links online* formados por elas.

Em junho de 2008, o *FB* ultrapassou mundialmente o *MySpace*⁶³ em número total de usuários, tornando-se a maior rede social *online*. Em 2011, mais de 800 milhões de pessoas foram registradas e ativamente utilizam o *site*.⁶⁴ Para Christakis e Fowler (2010) um dos recursos que certamente contribui para o sucesso do *FB* é a restrição de visualização de

⁶² O brasileiro é líder mundial no uso de redes sociais, aponta uma pesquisa da consultoria Nielsen. Segundo os dados apurados, 86% dos usuários ativos de internet no Brasil acessaram redes sociais. A Itália ocupa o segundo lugar no número de acessos, com (78%); seguida por Espanha (77%); Japão (75%); Estados Unidos (74%); Inglaterra (74%); França (73%); Austrália (72%); Alemanha (63%); e Suíça (59%). O *Orkut*, até fins de 2011, era a rede social mais acessada pelos brasileiros, com 26,9 milhões de visitantes únicos no mês de maio. *Facebook* e *Twitter* apareciam empatados com 10,7 milhões. De acordo com a pesquisa, cada brasileiro dedica, em média, mais de cinco horas a esses tipos de sites. O número de visitas em redes sociais em todo o mundo aumentou 24% em comparação com o ano passado e os internautas gastam, em média, 66% mais tempo nesses *sites* do que há um ano. Segundo o estudo, a expansão e a presença das redes sociais e *blogs* é uma tendência irreversível. In: <http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/txt.htm>, acessado em 29/11/11.

⁶³ *MySpace* é um serviço de rede social que utiliza a internet para comunicação *online* através de uma rede interativa de fotos, *blogs* e perfis de usuário. Foi criada em 2003. Inclui um sistema interno de *e-mail*, fóruns e grupos. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/MySpace>, acessado em 8/3/2012, às 16h15.

⁶⁴ “Facebook Statistics”, <http://www.facebook.com/press/info.php?statistics>, acessado em 29/11/2011.

usuários na rede. Pessoas visualizam apenas seus amigos diretos e, ocasionalmente, amigos de amigos. Com isso, há redução do número de *links* entre pessoas totalmente desconhecidas, o que permite aos usuários sentirem que sua vida *online* é relevante para as redes sociais reais.

Para os autores, a internet permite novas formas sociais que são modificações radicais de tipos existentes de interações de rede social de quatro modos: (1) Enormidade: um vasto aumento da escala de nossas redes e do número de pessoas que podem ser alcançados para se juntar a elas; (2) Vizinhança social: uma expansão da escala da qual podemos compartilhar informações e contribuir com esforços coletivos; (3) Especificidade: um aumento impressionante na particularidade de laços que podemos formar; (4) Virtualidade: a capacidade de assumir identidades virtuais.

Em geral, os amigos que temos em nossas redes sociais *online* diferem daqueles das conexões *offline* de outros modos: essas amizades tendem a ser cumulativas (as pessoas tendem a adicionar conexões *online*, e não a cortá-las), e a natureza da interação está sob forte influência do meio (conversas mais breves e repentinas). Além disso, em redes *online*, não gerenciamos apenas nossa relação direta com todas essas pessoas; também controlamos todas as suas relações com outros a um grau muito maior do que faríamos no mundo *offline*.

Hoje, a proporção da população brasileira que faz uso da rede mundial de computadores é expressiva: 41% dos cidadãos brasileiros nas áreas urbanas e rurais são usuários de internet, ou seja, que acessaram a rede nos últimos três meses. Desses, mais de 30 milhões de internautas brasileiros já participam de *sites* relacionamento. De acordo com relatório produzido pelo Centro de Estudos das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil (Cetic.br)⁶⁵, em 2010, no Brasil, o maior percentual (82%) de integrantes de redes sociais é composto por jovens com idades entre 16 e 24 anos, seguidos imediatamente pelos internautas com idades entre 10 e 15 anos (74%). Embora os *sites* de relacionamento sejam a principal forma de integração a uma rede social em todas as faixas etárias, a utilização deste tipo de *site* é maior entre o jovens de 16 a 24 anos.

Quando se trata de analisar a utilização de outros serviços de integração às redes sociais, como fóruns de discussão e a criação e atualização de *blogs*, verifica-se que os internautas pertencem à classe A são os que mais utilizam esses tipos de serviço, 21% e 19%, respectivamente. Por outro lado, os internautas pertencentes às classes economicamente mais pobres são os que mais utilizam *sites* de relacionamento: observou-se o maior percentual de utilização desse tipo de serviço entre os internautas das classes D e E, seguidos pelos internautas da classe C.

Uma questão importante a se considerar é a do acesso à banda larga, que oferece as condições de navegabilidade adequadas, em especial para redes sociais como o *FB* que apresentam múltiplos recursos. De acordo com pesquisa do Cetic.br, lançada no início de 2012⁶⁶, ao longo dos últimos três anos, houve um aumento na velocidade da conexão nos domicílios brasileiros com acesso à internet. Em 2008, 66% dos domicílios possuíam conexão com velocidades de até 1 Mbps⁶⁷, e apenas 7% com velocidade superior a 2 Mbps. Em 2010 observa-se um aumento da proporção de domicílios com conexões mais rápidas: 15% dos com acesso à internet possuem conexão com velocidades acima de 2 Mbps. Entretanto, há um desafio em relação a essas velocidades de conexão nos domicílios de classes sociais mais baixas. São 54% da classe A que possuem acesso à internet com velocidade acima de 1 Mbps. Outros 21% não sabem qual é a velocidade de conexão, mas é provável que sejam conexões com velocidade abaixo de 256 Kbps – velocidade que se apresenta com maior incidência nas classes D e E.

No Brasil, o acesso à internet é um desafio, já que, também segundo o Cetic.br, apenas 27% dos domicílios desfrutam dessa tecnologia. As *LAN houses* cumprem um papel fundamental nesse contexto, ampliando a possibilidade de acesso e, por conseguinte, possibilitando a mais pessoas, principalmente das classes economicamente mais pobres, integrar-se às redes sociais da internet como o *FB*.

Slotnick (2009) ressalta que as redes sociais contribuem para a educação dos cidadãos, porque ampliam as fontes de informação, mas não necessariamente estimulam a participação política, em particular na esfera *offline*. Por isso a ampliação do acesso a melhores condições de navegabilidade é tão importante. Para ele,

Com o declínio do envolvimento nas associações cívicas tradicionais, vemos nestas redes uma nova fronteira para o cultivo de capital social que os candidatos eleitos e líderes cívicos podem operar quando querem mobilizar os cidadãos para a ação política.⁶⁸ (SLOTNICK, 2009, p. 287)

Ao analisar, por exemplo, a experiência eleitoral do presidente Obama, dos Estados Unidos, na plataforma *Facebook* 2008, o autor destaca algumas características *sui generis* da rede social que possibilitou mobilizar a adesão do eleitorado, incluindo a arrecadação de fundos para a campanha presidencial. A primeira delas é a convergência da

⁶⁵ <http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/txt.htm>, acessado em 29/11/11, às 14h30.

⁶⁶ In: <http://op.ceptro.br/cgi-bin/indicadores-provedores-2010?pais=brasil&estado=mg&academia=academia&age=de-25-a-34-anos&education=pos-mestrado&purpose=pesquisa-academica>, acessado em 25/3/2012, às 21h24.

⁶⁷ Megabytes por segundo.

⁶⁸ “As membership in traditional civic associations declines, we see in these networks a new frontier for cultivating social capital, wick candidates, elected officials, and civic leaders can tap when they want to mobilize citizens for political action”.

informação (fotos, textos, vídeos, depoimentos) para um único ambiente, ao alcance de um clique, simplificando a navegabilidade.

Outro aspecto é a alta capilaridade que as postagens podem alcançar na rede, uma vez que a redistribuição de uma informação pode ocorrer automaticamente para os “amigos dos amigos”, e não somente para perfis aos quais o perfil do candidato (ou de um cidadão ordinário) está diretamente vinculado. Essa capacidade de repercussão amplia as possibilidades de dialogicidade entre perfis divergentes.

Em certa medida, isso faz do *FB* plataforma que permite diálogo, discussão, a dois perfis políticos opostos, mesmo que por meio de um encontro fortuito, viabilizado pela visibilidade da informação oportunizada por um terceiro perfil que os vincule. Isso dificilmente ocorreria em outras plataformas como *Orkut*, em que a interação entre iguais é menos porosa, ou seja, as comunidades estão identitariamente circunscritas segundo uma perspectiva compartilhada.

Não raro, o enfrentamento de opiniões divergentes pode ser enriquecedor para a experiência democrática no espaço virtual, menos institucionalizado e mais fluido que a esfera pública de representação, já que se compõe por múltiplas vocalizações.

Entretanto, Stone⁶⁹ (2007) *apud* Slotnick (2009, p. 269) argumenta que “é fácil sentar-se junto ao computador, clicar em “Join this Group” e sentir-se parte de um movimento político. No entanto, é difícil avaliar se esse “point-and-click” se traduzirá em votos nas urnas”⁷⁰, ou seja, não há garantias de que uma adesão pontual via *FB* venha se traduzir em uma ação concreta. Já problematizamos isso ao falar do “ativismo de poltrona”.

Com relação à Campanha Ficha Limpa talvez esse seja o grande dilema, assim como o de muitos movimentos sociais que pretendam alcançar concretamente transformações na vida cotidiana do cidadão: como aproximar o engajamento cívico, iniciado na plataforma *FB*, da esfera *offline*, de maneira que haja uma retroalimentação positiva desse híbrido virtual-presencial?

Panagopoulos (2009) ao analisar o uso integrado das redes sociais às campanhas eleitorais e políticas, aponta para algumas lições que podem ser obtidas sobretudo a partir das experiências norte-americanas. Em geral, a capacidade adaptativa às TICs pelos candidatos (e, segundo nosso entendimento, também pelos movimentos sociais, guardadas as peculiaridades de ambos) deve levar em conta que a comunicação pode aumentar o número de

⁶⁹ STONE, M. Poke Your President! The Wildcat Online. University of Arizona. February 20. *apud*: SLOTNICK, A. “Friend” the President – Facebook and the 2008 Presidential Election. In: PANAGOPOULOS, C. Politicking online – the transformation of election campaign communications. London: Rutgers University Press, 2009.

voluntários (e de doadores, por quê não?) uma vez que todo movimento envolve, em maior ou menor grau, custos.

A capacidade de compreender e reconhecer os limites das TICs é outro aspecto importante, já que elas, por si, não serão a solução para a mobilização política. Por isso a necessidade de conjugá-las com táticas *offline*.

O mobilizador *online* deve exercitar-se na habilidade de “olhar ao redor”, que significa acompanhar constantemente os avanços e o que se passa fora do movimento, ao redor do mundo, atento às inovações, evitando o risco de enclausuramento do olhar. O “estar alerta” que permite às equipes de campanha encorajar o uso das novas tecnologias e capitalizar seus benefícios.

Embora essa seja uma atitude fomentadora da participação, todavia faz-se necessário administrar o risco de ruídos na comunicação, na disseminação de conteúdo e informações. De acordo com o autor, as campanhas devem permanecer vigilantes e se esforçarem para alcançar o equilíbrio entre a interatividade e a inovação digital, mantendo controle sobre sua mensagem.

Sob outro aspecto, Shirky (2011, p. 116 a 118) analisa os efeitos de coordenação social entre pessoas nos movimentos sociais a partir das “espirais colaborativas”, que devem reunir não apenas o hibridismo das interações *online* e *offline*, como também a capacidade de contágio e propagação de um determinado comportamento pelo tecido social. O autor vale-se do exemplo de uma comunidade do *FB*, a Cidadãos Responsáveis⁷¹, iniciada por três jovens rapazes paquistaneses da cidade de Lahore cansados da política separatista vigente no país, decididos a agir em protesto ao governo do Paquistão, deficitário na prestação de serviços básicos à população, como saneamento básico e coleta de lixo.

Eles decidiram sair às ruas para catar lixo, mas necessitavam coordenar amigos e vizinhos nessa ação; os custos de recrutamento podem se tornar muito altos, um obstáculo ao movimento. O *FB*, entretanto, foi decisivo para minimizar os custos. Quando conseguiram a adesão significativa, passaram a ir às ruas de uma feira aos domingos. Os passantes e mercadores limitaram-se, num primeiro momento, a observá-los. Mas com o retorno frequente dos catadores, se uniram a eles. Isso permitiu que o movimento ocupasse outras feiras, ampliando seu alcance, numa espécie de espiral de disseminação de um desvio positivo (catar lixo), como um gesto simbólico e de protesto.

⁷⁰ “it easy to sit at a computer, click “Join this Group” and feel part of a political movement. However, it’s hard to gauge if that armchair point-and-click translates into votes at the ballot box.”

⁷¹ www.zimmerdarshehri.com, acessado em 8/3/2012, às 16h56.

Para o autor, os jovens paquistaneses Khuwaja, Hameed, Rasheed e seus voluntários se desviaram positivamente da norma de passividade cívica de Lahore, ao mesmo tempo que passaram a se comportar “melhor do que a norma” (neste caso aquela que proíbe que se jogue lixo nas ruas).

O efeito imediato de suas ações foi reduzir a quantidade de lixo em algumas feiras, mas **seu valor de longo prazo não reside nesse fato, e sim em seu exemplo**. Como eles mesmos disseram no manifesto dos Cidadãos Responsáveis: “Desejamos criar, em todos, um espírito de comunidade.” **Estavam tentando tornar a ação cívica contagiosa**. A força orientadora [...] é a capacidade de grupos esparsamente coordenados com uma cultura compartilhada de realizar tarefas com maior eficácia do que como indivíduos, mais efetivamente do que com mercados e suas tabelas de preços, e mais efetivamente do que os governos e sua direção gerencial. (SHIRKY, 2011, p. 117 e 118, grifo nosso)

O recrutamento para ações presenciais de comunidades iniciadas em plataformas *online* é sempre um desafio; entendemos que, nesse contexto, a identificação de oportunidades cujos efeitos sejam de curto prazo (limpar a rua), somada à perspectiva de longo prazo (transformação da sociedade), conforma o binômio fundamental para o engajamento cívico que sustenta o processo mobilizador.

No caso da CFL-MCCE, também se verifica, num curto prazo, uma “faxina” operada por meio da Lei Ficha Limpa, para a qual o abaixo-assinado contribui; mais à frente encontram-se no horizonte os princípios da Reforma Política, mais ampla em seus efeitos.

Outro hibridismo contagioso presente na produção dos ativistas sobre o qual ainda devemos tratar é aquele resultante das *remixagens* de conteúdos compartilhados nas espirais colaborativas das redes. Os ciberativistas também realizam “misturas” entre linguagens e técnicas de produção da informação que não resultam apenas num simples somatório das “mídias mescladas”, mas podem originar formatos surpreendentes. Parece-nos que a *remixagem*, mais que uma tendência, conforma um modo de operar (e redesenhar) as mensagens compartilhadas virtualmente.

No que diz respeito às *remixagens*, para Manovich (2009) houve uma evolução das mídias que passaram de uma imitação de suas antecessoras, como se via nos primórdios entre o cinema e a TV, àquilo que hoje vemos nos domínios da cibercultura. Ou seja, mais que a era multimídia, agora vivemos uma era de fusões, da hibridização de mídias no espaço da internet. Essa maquinaria de linguagens que ao mesmo tempo liquidifica e customiza, sem homogeneizar.

Para o autor, a idéia da simples convergência digital tende a “chapar” as possibilidades de misturas das linguagens sob um suporte ou uma mídia “convergente”, ao modo de um ponto de fuga. As hibridizações, sejam mais ou menos profundas, ao contrário, detonam esse ponto de fuga unívoco e oferecem um leque incalculável de possibilidades e geração de interfaces inovadoras. Com isso, o computador passa a ser um *metamedium* que reprocessa e materializa essa inovação.

O objeto de nossa investigação, o grupo aberto da Campanha Ficha Limpa na plataforma *FB*, talvez ofereça alguns limites a esse tipo de análise de hibridização. Em primeiro lugar, pelo próprio aprendizado vivenciado pelos membros do grupo, inicialmente neófitos no uso do *site* (à época, o *FB* era uma novidade para seus membros) e, por consequência, desconhecedores das amplas possibilidades comunicativas que a plataforma teria a oferecer. À medida que a Campanha avançou, os participantes aprenderam a operar e transformar o ambiente que os suportava. Em segundo lugar, pela própria evolução adaptativa do *FB* que de 2009 até hoje viveu modificações consideráveis, particularmente no que diz respeito às ferramentas interativas disponibilizadas, sem perder, contudo, o princípio básico que o norteia, que poderíamos sintetizar em “pessoas conectam pessoas”.

Embora residual, tal hibridismo linguajeiro manifesta-se em muitos dos *posts*. Estão lá *links* para vídeos do *YouTube*, que foram produzidos a partir de imagens captadas da TV, e sobre as quais operou-se uma edição de textos de protestos, criando uma produção nova, customizada, de que se valem os ativistas para convocar à mobilização.

Também são encontradas trilhas sonoras de artistas consagrados sobre as quais o próprio *post* exercita uma reflexão, ligando-as a materiais de campanha produzidos pelo MCCE. É inegável que esta confluência produza novos formatos de se mobilizar em rede, em particular no campo da linguagem.

Compreender, portanto, esse aspecto híbrido das interações *online* torna-se relevante já que, a partir dele, passamos a ampliar o entendimento do tipo de recursos utilizados internamente pelos sujeitos em interação pela mobilização.

Efeitos desse tipo de compartilhamento também serão percebidos nas interações *offline*, e também no modo dos sujeitos se movimentarem pela rede. Como vimos, é inviável estabelecer uma cisão precisa entre os espaços *online* e *offline*, uma vez que as relações tendem a se desdobrar umas sobre as outras, seja por meio da linguagem, seja por meio da ação mobilizadora, político-estratégica. Por isso, ao nosso ver, as *remixagens* também traduzem a dimensão comunicativo-tática presente em alguns *posts* que subvertem, no campo da linguagem, os enquadramentos midiáticos e discursos hegemônicos sobre a questões de

interesse público, como é o combate à corrupção. Conforme vimos em Michel de Certeau (1990), a arte de dar golpes sobre as estratégias de comunicação dos *media* pode ser um dos motores da atuação de ativistas *online*, sobremaneira presente na *performance* desses em espaços dinâmicos com as redes sociais da internet.

Finalizando o capítulo, apontamos a seguir, e com maior detalhe, a questão da privacidade nos usos da plataforma *FB*.

3.3 Privacidade no *FB*: até quando (ou quanto)?

“Leão no trabalho, cordeirinho em casa.” Para Mark Zuckerberg, esse dito popular está com os dias contados; a labiríntica plataforma *FB* baseia-se numa moralidade bem própria de seu mentor. “Ter duas identidades para si mesmo é um exemplo de falta de integridade. O nível de transparência do mundo de hoje não suporta mais que haja duas identidades para uma pessoa”⁷², declara Zuckerberg.

Isso levaria ao desenvolvimento de uma controversa transparência das (e nas) relações sociais, calcada na crença de que, cada vez mais, as pessoas tenderão a expor em seus perfis no *FB* informações de cunho privado, próprias da esfera afetiva, familiar, mescladas às profissionais e sociais.

Via *FB* a observação da vida alheia ocorre por meio de uma janela virtual pública (ver Figuras 1 e 2, ao final desse capítulo), similar às “janelas que dão pra rua” das moradias de uma cidade do interior. Na plataforma, porém, a rua já não termina à soleira da porta, mas invade o espaço da casa e ao mesmo tempo a rua é invadida pela casa.

Tradicionalmente, em cidades pequenas, tomar conhecimento sobre o que se passa na casa do outro depende, diretamente, do quanto esse está disposto a mostrar ao público, a começar pela presença de muros, grandes ou jardins que interpõem tipos diferentes de limites, menos convidativos aos olhares externos. Muita especulação pode acontecer nesses contextos, mas fatos e dados de natureza privada são de circulação ainda restrita, mesmo que algo esteja *na boca de Matilde*.⁷³

Sob a lógica do *FB*, apenas com controles rígidos sobre o que queremos dar a ver no perfil se pode resguardar informações de cunho pessoal. Virtualmente, os constrangimentos são menores às bisbilhotices humanas e, naturalmente, na plataforma *online* a noção de vizinhança é um tanto ampliada. Todos somos, em potência, *Matildes*. Podemos realizar

⁷² Ibid. 30, p.215

⁷³ Expressão de uso popular que significa estar na boca do povo; ser objeto de fofocas. O mesmo que “à boca pequena”.

compartilhamentos numericamente rubustos, do tipo “um-para-muitos”, a baixo custo, e ao alcance de um clique.

Seja como for, cada vez mais tem se tornado natural o hábito de, por exemplo, compartilhar fotografias pessoais publicamente; e como *o hábito faz o monge*, um empurrãozinho todo especial dos criadores de aplicativos do *FB* incentivou a prática. A empresa *FB* leva o usuário a ir um pouco além do que poderia considerar o seu limite de exposição.

Analogamente, seria levar para a calçada álbuns de fotografias⁷⁴, vídeos, cartas, roupas, lembranças, entre muitos outros badulaques e balangandãs, tudo à disposição dos passantes. No *FB*, há também os que preferem construir seus perfis com “paredes de vidros”, ao modo de vitrines a serem observadas, e com portas abertas ao livre tráfego de postagens, de quem quer que seja. Aos que desejam, é possível, ainda, instalar um sistema de aviso imediato para acompanhar cada movimento do amigo “vizinho” na rede... arma-se um complicado quebra-cabeça mercadejante da privacidade.

Obviamente, como um negócio, o *FB* teve que se adequar à necessidade de gerar receita (e lucros). O caminho, já bem conhecido, é o do investimento em publicidade. A estratégia desenhada pelo *FB* é um híbrido entre o crescimento da base de usuários e da monetização com os anúncios nas páginas desses.

O que quer que se faça no *FB* deixa rastros. O mapeamento dessas “pegadas digitais” pode ser bastante rentável, em especial se não apenas uma, mas milhões de pessoas compartilharem informações. Para alguns críticos mais contundentes, a plataforma se aproxima, cada vez mais, de uma poderosa ferramenta de psicologia de massa. E nisso reside uma de suas maiores armadilhas.

Diferentemente das mídias do século XX, com a TV e o rádio, a interatividade do *FB* permite que o foco de um anunciante seja cada vez mais ajustado ao olhar do consumidor. É a customização levada ao extremo, o que mercadologicamente amplia a efetividade e a intensidade do alcance dos anúncios realizados, por exemplo.

Como uma legítima representante das *Mass Self Communications*, a plataforma *FB* possibilita que uma empresa não apenas se dirija às mulheres de classe média, de meia idade, solteiras, moradoras de centros urbanos. Isso obedeceria à lógica massiva, na qual

⁷⁴ Em 9 de abril de 2012, o fundador do *FB*, Mark Zuckerberg, anunciou em seu perfil na rede social a compra do Instagram, aplicativo gratuito que permite colocar filtros em fotos e compartilhá-las em *sites*. Ao preço de US\$ 1 bilhão, que será pago em dinheiro e ações da rede social, a compra do aplicativo é uma inegável demonstração de força de mercado do *FB*. In: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2012/04/facebook-anuncia-compra-do-instagram.html>, acessado em 15 de abril de 2012, às 18h25.

somos entendidos como receptores de um emissor unívoco, com possibilidades limitadas de *feedback* e interação. Mais especificamente no *FB*, é possível se dirigir às mulheres que têm de dois a três filhos, falam sobre cuidados com o bebê, ouvem o cantor Michel Teló, gostam de almoçar em churrascarias aos domingos e vivem em cidades de até 200 mil habitantes. Tal filtragem de públicos era impensável nesta escala antes do advento das redes sociais *online*.

Diferentes dos *banners* bem conhecidos de *sites*, utilizados nos primeiros tempos da plataforma, os *engagement ads* são mensagens discretas de um anunciante inserida na página inicial dos usuários, convidando-os a fazer algo diretamente ali, como compartilhar ou comentar um vídeo. Ao usuário que deseje anunciar é facultado escolher entre as infinitas combinações disponíveis no *self-service* de anúncios do *FB*. Esses anúncios pressupõem uma participação ativa no internauta. E a obtenção de receita? O *FB* cobra pelo menos cinco dólares para cada mil visualizações⁷⁵ de um *engagement ad*.

À plataforma, os usuários oferecem voluntariamente uma grande quantidade de dados sobre si mesmos e depois ainda geram outros a partir de seu comportamento no *site*. A política expressa pelo *FB* monitora tudo isso e usa as informações para direcionar os anúncios, embora garanta que não compartilhe isso com os anunciantes.

Para alguns críticos, o *FB* tem potencialmente, o “projeto genoma da internet.”⁷⁶ Há certo exagero nisso, entretanto é necessário reconhecer a incômoda assimetria entre o que os anunciantes sabem sobre nós e o que nós sabemos sobre eles. Quando instalam um aplicativo em suas páginas, os usuários permitem que esse extraia dados do seu perfil, sobre os quais se perde o controle. O aparecimento de aplicativos predadores, que tomam liberdades desnecessárias, em geral para disponibilizar dados a marqueteiros, é uma armadilha recorrente.

Para fazer frente a concorrentes como o *Twitter*, que pauta suas relações pelo perfil “seguidor”, em 2007 o *FB* criou a possibilidade para os usuários abrirem páginas na plataforma, às quais as pessoas poderiam se vincular como “fãs”, e não necessariamente como amigos. Tornaram-se conhecidas como *fan pages*. Isso ampliou o espectro de relações, fortalecendo a base de usuários, gerando novas oportunidades de monetização.

Seguindo essa tendência, o *FB* oferecerá, com o tempo, outras nuances relacionais, diferentes das “amigo” ou “não amigo”. Segundo Zuckerberg, ao conceito de diagrama social,

⁷⁵ Ibid., 30, p.280

⁷⁶ “Acredito que o *FB* vai alterar radicalmente o *marketing* e se tornar um negócio gigantesco” diz Mike Lazerow, CEO da Buddy Media, que desenvolve aplicativos e páginas promocionais no *FB* para diversas empresas. “Quando você combina 400 milhões de pessoas com dados não apenas a respeito de onde elas vivem, mas sobre quem são seus amigos, no que estão interessadas, o que fazem *online*, o *FB* tem, potencialmente, o projeto genoma da internet”. In: Ibid, 30, p.287

que tem sido um constructo muito útil para os desenvolvedores da plataforma, acrescenta-se “cada vez mais (o) conceito do fluxo social – o fluxo agregado de todas as pessoas – (que) vai adquirir a mesma importância.” (p. 334) Com isso, a noção de vizinhança em rede se amplia.

Mas esse caminho não será isento de solavancos e embates próprios dos limites de privacidade. Ressaltamos os dois que consideramos mais significativos na história recente do *FB*. Em novembro de 2007, o grupo liberal *MoveOn.org*⁷⁷ liderou um protesto contra o *Beacon*⁷⁸, no próprio ambiente do *FB*, onde postou anúncio usando uma ferramenta *self-service* do *site* com a seguinte provocação: “Será que o *Facebook* está invadindo a sua privacidade?”, sendo que 68 mil aderiram de imediato. Os usuários em geral acreditavam que o *Beacon* era invasivo, pois “sequestrava” dados pessoais para gerar dinheiro com eles. O grupo de ativistas também registrou denúncias formais na justiça. A solução da empresa foi incorporar as reivindicações à plataforma e permitir o desativamento do serviço pelos usuários.

Já no início de 2009, os termos de adesão ao serviço sofreram mudanças que foram bastante criticadas por lideranças de opinião do mundo virtual. Foi removida uma cláusula que garantia o cancelamento da licença caso você removesse seu conteúdo do *FB*. Na época, o *blog Consumerist*⁷⁹ publicou um artigo dizendo: “Certifique-se de nunca postar algo de que você não esteja disposto a abrir mão para sempre, porque agora isso vai pertencer ao *Facebook*.” A partir daí, uma reação em cadeia foi detonada, incluindo a criação de um grupo “Pessoas Contra Os Novos Termos de Serviço” no *FB* que cresceu rapidamente alcançando, em pouco dias, mais de 100 mil usuários. Em resposta, a empresa substituiu os termos de serviços por “Manual de Orientação” para as políticas da empresa, expressando os princípios do *FB*, e por uma “Declaração de Direitos e Responsabilidades”.

Em fins de 2009, o *FB* reformulou seus controles de privacidade, instruindo os usuários sobre como criar categorias para seus grupos de amigos, de forma a segmentar níveis diferentes de divulgação. Entretanto, no processo de solicitar que os usuários ajustassem as configurações, a empresa padronizou – e de modo geral – os novos controles

⁷⁷ O *MoveOn* é um conjunto de organizações que “dá voz” no processo político aos cidadãos norte-americanos, com mais de 5 milhões de membros nos EUA. Outras informações. In: <http://www.moveon.org/about.html>.

⁷⁸ Serviço de alerta que noticiava para a rede de amigos uma compra feita pelo usuário na internet. Sua validação era exibida apenas alguns segundos após a compra e, logo após, desaparecia. Caso não fosse sustado pelo usuário a tempo, o alerta era enviado. Além disso, a pergunta “você deseja enviar a informação sobre essa compra para toda sua rede de amigos?” não era feita de maneira explícita.

⁷⁹ O *Consumerist* é um *site* norte-americano direcionado ao consumidor, publicado pela *Consumer Media LLC*, uma subsidiária sem fins lucrativos da *Consumer Reports*, e não tem publicidade exterior. Outras informações In: <http://consumerist.com/>

para a opção “todos”. Muitos usuários que não estavam atentos, descobriram posteriormente que suas informações ficaram, na verdade, mais expostas.

Eis a questão: não apenas os cidadãos não sabem onde isso pode levar, mas também os governos terão de aprender a lidar com esse nível acrescido de exposição pública. Mais que uma forma de compartilhamento *online*, as ações na plataforma *FB* tocam os delicados limites entre o público e o privado, sofrendo pressões próprias do universo econômico e das mudanças *offline* vivenciadas no tecido social.

Zuckberg está apostando que, com o tempo, as pessoas se preocuparão cada vez menos com a privacidade e de fato desejarão receber toda informação, o que é potencialmente problemático. **Será que as pessoas irão tolerar que haja tantas informações sobre elas circulando na internet?** (KIRKPATRICK, 2011, p. 335, grifo nosso)

Figura 1 - Interface da CFL-MCCE na plataforma FB



Fonte: FACEBOOK (2012).

Legenda das principais ferramentas: (no canto superior, à esquerda) foto identificadora do perfil do usuário; *link* para *feed* de notícias; para caixa de mensagens e calendário de eventos, além de *link* para aplicativos, páginas e grupos vinculados ao perfil; (na barra horizontal superior) fotos de alguns membros da CFL-MCCE, com numérico de participantes da comunidade, seguido de *links* para eventos, fotos e documentos; *status* “Grupo aberto”; (ao centro) mural para livre inserção de *posts* pelos membros; abaixo da área de postagem, o usuário dispõe das opções “curtir”, “comentar”, “compartilhar” e “seguir” – essa mais recente, não disponível à época da coleta de dados da pesquisa; (no canto inferior direito) espaço para os anúncios no campo “patrocinado” e caixa de diálogo para bate-papo *online*.

Figura 2 - Interface da *fan page* “MCCE Ficha Limpa” na plataforma *FB*



Fonte: FACEBOOK (2012).

Legenda das principais ferramentas: (no canto superior, à esquerda) imagem identificadora da organização proprietária da *fan page*; *links* para informações, atividades de amigos, álbum de fotos e calendário de eventos; (lateral esquerda) numérico de pessoas que curtiram a página e que têm comentado a respeito e *link* para o *site* permanente da Campanha; (na barra horizontal superior, ao centro) imagens de materiais de divulgação da Campanha e fotos de pessoas, e o *status* “curtiu”, que demonstra que Frederico Vieira já é um membro fã; (ao centro) mural para inserção de *posts* pela organização MCCE e visitantes, os quais também podem “curtir”, “comentar” ou “compartilhar” um *post*; (no canto inferior direito) espaço para os anúncios no campo “patrocinado”, os quais vinculam amigos a algum anunciante, por meio da ferramenta “curtir”; e caixa de diálogo para bate-papo *online*.

4 Arquiteturas de um Dédalo

Ao se entender que toda realidade desejada é, em si, uma virtualidade (um vir a ser) torna-se evidente a aproximação entre a representação da vida no espaço da internet e as ações mobilizadoras *in loco*, de natureza presencial. Reunindo sujeitos para além das fronteiras geográficas, tornando as trocas mais rápidas e constituindo relações colaborativas, suspeitamos que o uso das redes sociais, em particular do *FB*, possa atuar diretamente no fortalecimento da mudança social almejada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), influenciando especialmente o Parlamento.

Partindo das reflexões que compõem os dois primeiros capítulos, o presente trabalho tem como objetivo investigar, sob o ponto de vista da coletivização de uma causa de interesse público e das funções comunicativas envolvidas nesse processo, a dinâmica das interações e relações estabelecidas entre os públicos vinculados a redes sociais da internet, em particular aquelas que compõem a comunidade “Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral” (CFL-MCCE) no *Facebook (FB)*.

As interações estabelecidas pelos públicos integrantes da comunidade contribuíram para a coletivização da causa de combate à corrupção? Em caso positivo, como isso se deu? Nossa hipótese é a de que o *FB* contribui diretamente para a coletivização da causa de combate à corrupção, e que essa resulta da interseção das características da plataforma virtual e dos perfis de seus atores.

Para isso, se faz necessário: (1) reconhecer o repertório de ações comunicativas entre os públicos da CFL-MCCE, mapeando-as e categorizando-as de acordo com as funções da Comunicação para Mobilização Social; (2) identificar e analisar as condições de coletivização da causa manifestas nas interações entre os públicos integrantes da comunidade no *FB*.

A perspectiva metodológica deste trabalho é quantitativa e qualitativa, voltada para um estudo retrospectivo do conteúdo das interações estabelecidas pelos públicos integrantes da comunidade CFL-MCCE no *FB*, ao longo de um ano, ou seja, de junho de 2009 – mês de criação da comunidade – a junho de 2010, mês em que a Lei Complementar 135 foi sancionada.

Embora tenham ocorrido discussões quanto à aplicabilidade da Lei, a mobilização para que ela fosse aprovada e sancionada alcançou seu objetivo já em 2010. Esse recorte

temporal nos oferece uma amostra suficiente das principais estratégias e ações dos públicos, já que o grupo é bastante dinâmico, recebendo adesões a cada dia.

Para tanto, foi considerada como corpus de pesquisa uma coleção de 586 *posts* veiculados pelos membros da comunidade na seção mural do grupo aberto, aos quais podem estar vinculados ou não comentários e outros elementos de interação como *links*, capilaridades como “curtir”, “comentar” ou “compartilhar”. A comunidade, em novembro de 2010, contava com mais de sete mil usuários.

Os *posts* configuram, portanto, as unidades-base de coleta, interpretação e análise desse trabalho. Um *post* constitui o produto unitário da ação comunicativa de um participante sobre a comunidade, ao qual podem estar vinculadas outras manifestações que lhe agregam valor comunicativo, capilarizando-o e ampliando-lhe a popularidade na rede.

Vale lembrar que a plataforma ordena cronologicamente as postagens, embora seja facultado aos participantes realizarem comentários e “curtir” ou “compartilhar” um *post* a qualquer tempo. Sempre que isso ocorre, a publicação comentada volta a figurar entre as primeiras do *ranking* da seção mural, de modo que o *FB* é bastante dinâmico nesse tipo de reordenação. Todavia, como já dito anteriormente, tal recurso não representou um empecilho aos procedimentos de coleta, uma vez que os usuários da CFL-MCCE ainda eram neófitos no *FB*, o que os fez utilizar timidamente os recursos de interatividade, pelo desconhecimento das possibilidades oferecidas pela plataforma.

Na fase inicial, de caráter exploratório, a coleção de mensagens postadas pelos públicos da comunidade ofereceu os primeiros insumos para pesquisa. A coleta dos *posts* se deu em 18 de novembro de 2010. Por meio do recurso “copiar e colar”, os textos constantes nas postagens expostas na seção “Mural” da comunidade foram transportados para um arquivo digital de texto, obedecendo-se o recorte temporal estabelecido entre a data de criação da comunidade e a data de publicação da Lei Complementar 135, resultante do processo legislativo do Projeto Ficha Limpa (de junho de 2009 e junho 2010). Os *posts* foram numerados em ordem decrescente, do mais recente ao mais antigo. Nesse processo, as imagens e vídeos foram excluídas, considerando-se que os *links* recolhidos junto aos textos poderiam resgatá-los posteriormente. Tal medida foi necessária para conferir agilidade ao processo, evitando o uso de arquivos com grande números de *bytes*.

Numa primeira visada, dos mais de sete mil membros, apenas 283 pessoas abriram *posts* no período de referência, sendo que desses, 227 postaram apenas uma vez, um comportamento recorrente dos usuários das redes sociais. Todavia, 256 dos 586 *posts* foram publicados por somente 11 internautas, sendo que um desses publicou, sozinho, 104 vezes.

Assim, embora seja um grupo aberto no *FB*, a comunidade aponta para um tipo de engajamento bastante conhecido na internet: muitos publicam pouco e poucos publicam muito, formando-se lideranças que processam, produzem, traduzem e distribuem a informação entre os participantes, como centros aglutinadores de comunicação.

Vale ressaltar que paralelamente à comunidade se desenvolveu uma *fan page* no *FB*, intitulada “MCCE Ficha Limpa”, que atingiu a cifra de mais de 30 mil fãs⁸⁰. Esse espaço também contribuiu para a visibilidade da mobilização e para atrair participantes para o grupo e vice-versa. No entanto a *fan page* não integra nosso objeto de análise.

Os dados quantitativos foram complementados com a prospecção de outros dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas em profundidade com representantes dos públicos envolvidos pelo processo de mobilização *online* (prioritariamente), mas também *offline*.

Portanto, são considerados dados primários para construção do modelo de análise: (1) as manifestações postadas pelos integrantes da comunidade CFL-MCCE do *FB*; (2) informações de natureza quantitativa, tais quais: número de usuários, acessos à rede, entre outros, obtidos por meio de ferramentas relacionadas ao *FB* e pela apuração qualitativa de dados; (3) depoimentos de lideranças e representantes da comunidade CFL-MCCE sobre a percepção da coletivização ocorrida no âmbito virtual *versus* presencial.

Já os dados secundários se referem a informações contextuais obtidas nos *sites* do MCCE, Transparência Brasil, Câmara dos Deputados e Senado Federal, referenciados pelo período em que o Projeto de Lei tramitou. A finalidade foi desenhar uma linha do tempo, com a trajetória dos eventos e dos marcos fundamentais que o Projeto Ficha Limpa tenha percorrido desde a iniciativa popular até a publicação da Lei.

Em 2011, foi definida uma amostra dos participantes da comunidade segundo: (1) o nível de adesão e protagonismo à Campanha na internet; (2) a natureza das manifestações na seção “Mural” da CFL-MCCE. Para tanto, foram levadas em consideração as seguintes variáveis: (1) número de manifestações do integrante – necessidade de alta frequência; (2) o tipo de função comunicativa⁸¹ predominantemente presente nessas manifestações – (a) convocação e identificação; (b) motivação e animação ou (c) fomento do debate público; (3) a continuidade da participação na rede – verificação da permanência das manifestações ao longo do tempo.

⁸⁰ Em 29/11/11, a página contava com aproximadamente 38,5 mil adesões. Ver: <http://www.facebook.com/#!/MCCEFichaLimpa>

⁸¹ Ver página 20 deste trabalho.

Compuseram a amostra os participantes da CFL-MCCE mais envolvidos com o processo de geração da coletivização no meio virtual. Isso permitiu identificar e abordar as lideranças, as centralidades dessa rede de mobilização no *FB*, de forma a deles obter a percepção sobre como tal coletivização ocorreu – *se creem que realmente ocorreu*; e como percebem – *e se percebem*, possíveis conexões e reverberações entre o processo de mobilização via internet e aquele travado na esfera pública presencial.

Mapeadas tais fontes, foram aplicadas entrevistas em profundidade, pautadas por roteiro semiestruturado⁸². Algumas fontes levaram a outras, por meio de sugestão, as quais também foram consideradas caso apresentassem relevância à pesquisa⁸³. Os cinco membros da comunidade que postaram mais de dez manifestações na seção mural da comunidade (ver Tabela 1), somados a ativistas envolvidos em mobilizações presenciais e especialistas que pesquisam sobre a Campanha Ficha Limpa no *FB* (ver Tabela 2), compõem o conjunto de entrevistados, totalizando um grupo de dez fontes. Dessas, apenas 7 concederam entrevistas (uma fonte se negou a conceder; um não respondeu ao convite; outra não compareceu ao dia e hora agendados).

Tabela 1 - Resumo sobre entrevistas em profundidade com membros da CFL-MCCE no *FB*

Ator	Papel Social	número de posts	data da entrevista
Luís Renato Cruz Vieira	Ativista no <i>FB</i> . Não respondeu à mensagem de contato.	12	-
Eduardo Marinho	Ativista no <i>FB</i> . Respondeu à mensagem de contato. Negou-se a conceder entrevista.	12	-
Carolina M. Néri	Ativista no <i>FB</i> . Graduada em Turismo, pela Universidade da Cidade de Nova York onde vive há seis anos; Moderadora da Campanha Ficha Limpa no <i>Orkut</i> .	22	20/10/11
Isabela Nogueira da Gama	Ativista no <i>FB</i> . Mestranda em Administração Pública pela FGV; Graduada como Cientista Social pela PUC-Rio; Moderadora da Campanha Ficha Limpa no <i>FB</i> ; Criadora da <i>Fan Page</i> da Campanha no <i>FB</i> .	28	31/10/11
Nilson Flores Jr	Ativista no <i>FB</i> . Autônomo; Ensino Médio Completo.	33	16/10/11
Márlon Reis	Ativista no <i>FB</i> . Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe), associada ao MCCE; Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa (MA); Membro da Diretoria do MCCE.	105	5/11/11

⁸² Ver Anexo 2 deste trabalho.

⁸³ Todas as entrevistas foram feitas via internet, por meio do software *Skype*, devidamente transcritas e documentadas, exceto a de Cláudia Oliveira, secretaria executiva do comitê MCCE de Minas Gerais, realizada presencialmente, em Belo Horizonte.

Tabela 2 - Resumo sobre entrevistas em profundidade com outros atores externos ao *FB*

Ator	Papel Social	data da entrevista
Anivaldo Matias de Sousa	Ativista na Campanha. Professor Universitário desde 1978 na PUC e desde 79 no Cefet-MG; Coordenador do Núcleo de Saúde e Meio Ambiente do Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de BH; Coordenador do Comitê Mineiro do MCCE.	16/10/11
Claudia Oliveira da Silva	Ativista na Campanha. Assistente Social, com pós-graduação em políticas sociais (UnB); Secretária Executiva do Movimento “Nossa BH” e pela Campanha Ficha Limpa.	19/10/11
Anita Breur	Pesquisadora do <i>German Development Institute</i> . PhD em Ciência Política pela Universidade de Colônia, na Alemanha; Investiga a Campanha Ficha Limpa no <i>FB</i> ; Disponibilizou artigo sobre <i>web survey</i> aplicado junto aos membros da <i>fan page</i> “MCCE Ficha Limpa.	8/11/11
Carolina d’Essen	Membro do <i>Avaaz.org</i> . Investiga a Campanha Ficha Limpa no <i>FB</i> ; Possui Dissertação de Mestrado sobre o tema. ⁸⁴ ; Respondeu à mensagem de contato, disponibilizando arquivo <i>.pdf</i> com a dissertação produzida sobre o tema. A entrevista foi agendada via <i>Skype</i> , mas a entrevistada não compareceu em dia e horário agendados.	-

Tabela 3 - “Linha do tempo” Projeto Ficha Limpa⁸⁵

Data	Principais ocorrências	Detalhes
16/2/2009	Apresentação do REQ 4123/2009, pelo Dep. Antonio Carlos Biscaia e outros	Requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei Complementar nº 446/09, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei Complementar nº 203/04, que altera o art. 1º da LC nº 64
5/3/2009	Apresentação do REQ 4229/2009, pelo Dep. Indio da Costa	Requer a tramitação conjunta das Propostas de Lei Complementar nºs 404/2008, 35/2003, 446/2009, 168/93
14/6/2009	Criação da CFL-MCCE no <i>FB</i>	Na Alemanha, Anita Breur cria a comunidade a pedido de Dr. Márlon Reis
29/9/2009	Entrega do PLP 518/2009 na Câmara dos Deputados	

⁸⁴ Dissertação defendida em novembro de 2011, intitulada “THE NEW SOCIAL ACTIVISM IN BRAZIL: A Case Study of the Ficha Limpa Initiative” Submitted in fulfilment of the requirements for degree of Master of Arts at the University of Hamburg. Submitted to Dr. Kathrin Voss and Prof. Dr. Hans J. Kleinsteuber. Caroline d’Essen nasceu em São Paulo e reside atualmente fora do país.

⁸⁵ Informações apuradas no *site* do Congresso Nacional e junto aos *posts* obtidos na CFL-MCCE.

30/9/2009	Apresentação do Projeto pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e outros 21 deputados	
5/10/2009	Apense-se à(ao) PLP-168/1993	
21/10/2009	Requerimento pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) para Ordem do Dia	Apresentação do Requerimento nº 5727/2009, pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), que requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei Complementar nº 518/09, que altera a Lei Complementar nº 64/90 para incluir hipóteses de inelegibilidade.
9/2/2010	Câmara cria grupo de trabalho para analisar Projeto Ficha Limpa	
7/4/2010	Discussão em primeiro turno; emendada, a matéria retorna à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC	Discussão em primeiro turno; emendada, a matéria retorna à CCJC
8/4/2010	Recebimento pela CCJC	
20/4/2010	Designado Relator, Dep. José Eduardo Cardozo (PT-SP)	
28/4/2010	Apresentação do Requerimento de Urgência pelo Deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC)	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 6725/2010, pelo Deputado Paulo Bornhausen (DEM-SC)
4/5/2010	Início da Votação em turno único	
11/5/2010	Término da Votação em turno único	388 votos a favor; apenas 1 contra
13/5/2010	Remessa ao Senado Federal	Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 452/10/PS-GSE
	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado	Relator Senador Demóstenes Torres
19/5/2010	Votação em Plenário.	Aprovada por unanimidade no Senado.
25/5/2010	Remetida à sanção	
4/6/2010	Transformado na Lei Complementar 135/2010	Transformado na Lei Complementar 135/2010. DOU 07/06/10 PÁG 01 COL 01

4.1 A Análise Multifocal: princípios e procedimentos

O modelo de análise proposto, de natureza quali-quantitativa, inspira-se nos procedimentos de análise de conteúdo. No caso das manifestações pertencentes ao histórico no *FB*, procurou-se simplificar a codificação e o acesso à massa de dados por meio de uma

matriz formatada em planilha do tipo *Excel*⁸⁶; e valer-se exclusivamente de análise de conteúdo, no caso das entrevistas semiestruturadas concedidas pelas lideranças do *FB* e por aquelas que atuam na esfera presencial.

O esforço inicial pela categorização das manifestações na comunidade obedeceu à categorização temática, observando-se os objetivos de investigação, sem se desconsiderar as características das mensagens.

De acordo com Bardin (2002), a categorização, que se desdobra em análise categorial, é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário, que consiste em isolar os elementos (nesse caso o *post*, nossa unidade-base); a classificação, cuja finalidade é repartir os elementos procurando certa organização das mensagens, seguindo-se critérios fundamentais à pesquisa.

O inventário consistiu na coleta e separação *post a post*, seguida da organização do conteúdo neles constantes. Num segundo momento, a classificação foi submetida à análise do conteúdo, também *post a post*, obedecendo-se as categorias criadas para compreensão do problema.

A fim de desenvolver um método que atendesse ao objetivo da pesquisa e às suas perguntas essenciais, desenhamos um modelo de classificação a que denominamos *Análise Multifocal*, cujas categorias obedecem aos conceitos da Comunicação para a Mobilização Social, sobretudo garantindo o rastreamento dos circuitos comunicativos desenhados pelos participantes do grupo no *FB*.

A *Análise Multifocal* centra-se em três vertentes, quais sejam: (1) *conteúdo*, que enfoca a força comunicativa da mensagem quanto às condições de coletivização, subdividindo-se nas seguintes categorias: classe, tipo, natureza, função comunicativa e nível com relação à causa (neste caso o combate à corrupção na experiência da Campanha Ficha Limpa pela aprovação do Projeto de Lei); (2) *autor*, que detalha o ator, coletivo, grupo e/ou sujeito que vocaliza a mensagem, ou que seja revelado por ela, e seu enquadramento a partir do papel social que assume no contexto da Campanha; (3) *meio*, sobre o qual se desdobram as definições do canal e a capilaridade que o *post* oferece a partir de *links* e outras conexões com elementos externos à CFL-MCCE e à própria plataforma *FB*.

Vale destacar que foram considerados para essa base de dados todos os 586 *posts* e os comentários a eles vinculados. Entretanto, embora os comentários se façam presentes no inventário, o efeito classificatório recai apenas sobre o conteúdo do *post* original. Os

⁸⁶ A planilha detalhada pode ser acessada no arquivo "Base de Dados.xls" constante em *CD-Rom* anexo.

comentários vinculados a esse foram mapeados, mas não categorizados, entendendo-se que eles sempre respondem ao *post* de origem. Na matriz, a existência numérica do comentário foi apontada, por exemplo: o *post* número 316 conta com sete comentários e com um “curtir”. Todavia, o conteúdo dos comentários foi considerado prioritariamente no momento qualitativo da pesquisa, correlacionando-o aos dados apurados nas entrevistas em profundidade.

Supõe-se que as interconexões de um *post* a outro, de um comentário a um *post* (e vice-versa); e de um comentário a outro comentário, quando mapeadas, possam desenhar o circuito da discussão *online*, em que as interações são por vezes dispersas. Ainda na fase exploratória, reconhecemos que o debate sobre a Campanha não ocorrera de maneira aprofundada na comunidade, devido às características do meio *FB*, cuja atualização e tempestividade são por vezes intensas, organizadas em torno de pessoas, e não especificamente por tema.

Numa primeira visada, a lista de categorias que apresentaremos a seguir pode parecer extensa, sobretudo no que se refere ao tópico “conteúdo”. Entretanto, fez-se necessária análise detalhada dos *posts* para que fosse possível chegar ao desenho dos circuitos de coletivização *online*, que se valem de várias conexões e elementos para conformar o todo.

Permitindo-nos comparação a um sistema biológico: o modelo *multifocal* aqui proposto tenta retratar, por meio de variadas lentes voltadas a múltiplos focos, uma imagem ampliada do objeto de estudo; esse é o mesmo princípio que rege o sistema de *olhos compostos* encontrados em alguns insetos, como moscas e libélulas. A imagem percebida por esses artrópodes é uma combinação da informação recebida pelos vários *omatídeos*, ou unidades básicas de visão, que compõem o olho do invertebrado.⁸⁷ Na *Análise Multifocal* cada categoria desdobrada funciona como um *captador de informações* que auxilia a formar uma imagem e, por conseguinte, uma leitura global sobre a CFL-MCCE no *FB*.

Assim, o inventário viabilizado pelo uso da matriz considera múltiplas variáveis, incluindo a possibilidade de intercruzá-las. A riqueza do intercruzamento ofereceu leituras diversas; detivemo-nos sobre aquelas que nos pareceram os melhores achados de pesquisa e que embasaram nossas conclusões.

Esse esforço de categorização, em particular quanto à função comunicativa das mensagens, possibilita identificar como é evidenciada a coletivização da causa e condições

⁸⁷ O *omatídeo* é um pequeno sensor que distingue a claridade da escuridão. A imagem percebida por um artrópode é uma combinação da informação recebida pelos vários *omatídeos* que compõem o olho. Cada *omatídeo* está orientado de tal maneira a que receba luz de um ponto diferente que o *omatídeo* vizinho. Em contraste com outros tipos de olhos, não existe uma lente central ou retina. In: http://pt.wikipedia.org/wiki/Olho_composto. Acesso em 15 de abr. 2012, às 18h01.

para sua ocorrência, criada e desenvolvida na CFL-MCCE, no âmbito do *FB*, pelos sujeitos dela integrantes. As inferências obtidas a partir das análises iniciais serão confrontadas com as informações advindas das entrevistas em profundidade e do contexto de mobilização, reforçando a compreensão do processo sob o ponto de vista comunicativo, privilegiando as interações *online*.

4.1.1 Lista de categorias

(I) **Classe:** diz respeito ao grupo de assunto ao qual o *post* está ligado. Na amostra é possível identificar cinco grandes agrupamentos, quais sejam: (1) *Manifestações*, de caráter geral, das mais diversas naturezas, as quais revelam enunciados e vocalizações dos sujeitos, expressões individuais de opiniões, interpretações, inferências, entre outros; (2) *Táticas de Mobilização*, que reúne mensagens direcionadas à disseminação de repertórios de ações comunicativas, sejam *offline* ou *online*, com vistas à mobilização de público em torno da causa; (3) *Monitoramento da atividade parlamentar*, cujas informações relatam, refletem ou problematizam fatos ou ações relacionados ao universo do Congresso Nacional, particularmente da atuação de deputados e senadores com relação ao Projeto de Lei da Ficha Limpa; (4) *Casos e escândalos de corrupção*, categoria que agrupa *posts* que informam exemplos de corrupção na vida política brasileira, ligados ou não ao contexto do Ficha Limpa, o que contribui para materializar o tema, o problema a ser combatido; (5) *Eleições 2010*, todos os que se relacionam ou fazem referência direta ao processo eleitoral 2010, a seus candidatos, podendo ou não apresentar caráter partidário.

(II) **Tipo:** revela um espectro identificador do conteúdo tratado pelo *post*, submetido a um dos cinco grupos de assuntos já informados, em caráter não-excludente. Muitas das mensagens apontam para mídias do próprio MCCE ou de atores vinculados à causa, como *Twitter*, *blogs*, outras comunidades da internet. Segundo o tipo, podem ser: (1) *Enunciações*, que compreendem mensagens de adesão e/ou apoio ao movimento de combate à corrupção; mensagens de protesto e/ou repúdio a fatos, ações, conduta de agentes políticos ou pessoas públicas; proposição direta ou indireta de questões para debate no ambiente do *FB*, ou pedidos de informação e esclarecimentos de dúvidas dos participantes da comunidade; (2) *Convocações*, compostas por convites a ações presenciais ou mediadas/virtuais (“twitaço”, *e-mail*, ligações telefônicas, entre outros). Destacam-se as mensagens que estimulam a adesão via abaixo-assinado, seja por meio da impressão de formulários ou via *sites* como *Avaaz.org*

ou *Petition Online* e também aquelas que denunciam candidatos corruptos (como listas de “fichas sujas”, que convocam os eleitores a não votarem nesses; (3) *Notícias*, ou conteúdo de caráter noticioso, oriundos da mídia comercial, dos canais oficiais de órgãos públicos, ou provenientes de mídias alternativas, incluindo a própria internet, particularmente a plataforma *FB*. São considerados nessa categoria fotos e vídeos sobre ações de mobilização; (4) *Material de Campanha*, tais quais vídeo, formulários, modelos de mensagens, listas de contatos, conteúdos em geral disponibilizados pelo MCCE; (5) *Outros conteúdos*, como canções, vídeos, manifestações artísticas disponíveis na internet que guardem conexão com o combate à corrupção.

(III) **Natureza da Informação:** as informações contidas nos *posts* podem apresentar diferentes naturezas, evidenciando traços ligados à cena social em que se desenrola o movimento mobilizador; reflexividade sobre o tema ou tópico de discussão; ou explicações ligadas ao uso e apropriação das próprias informações. Podem ser agrupadas em: (1) *Informações Operacionais*, que tratam de questões logísticas de campanha, oferecem um passo-a-passo para determinada ação ou esclarecem sobre questões pontuais. Não exigem uma interpretação aprofundada dos leitores, são de rápida assimilação. Entre essas, figuram informações sobre locais e datas de eventos (agenda de eventos e programações); sobre como operacionalizar práticas de mobilização presencial ou internet, entre outros; (2) *Informações Contextuais*, que são aquelas que tratam de um contexto de ação, oferecendo dados sobre um fato, uma realidade vivida pelos públicos, exigindo capacidade de interpretação do leitor. As notícias, por tratarem de fatos políticos, em grande medida estão presentes nesta categoria; (3) *Informações Temáticas*, aquelas vinculadas ao tema corrupção, que necessitam de maior dedicação e tempo do leitor para reflexão sobre o conteúdo e são de caráter mais analítico. Em geral, não se prendem a uma ação ou contexto específico, mas a uma visão ampliada do tema. Exemplificam essa categoria as entrevistas com fontes especializadas e os artigos da crítica ou comentaristas políticos.

(IV) **Função Comunicativa predominante:** aqui as interações da CFL-MCCE foram categorizadas a partir das funções da Comunicação para a Mobilização Social, referenciadas em Henriques et al. (2004), a saber: (1) *Convocação e Identificação* – interações onde há o predomínio do chamamento à causa do Ficha Limpa; se utilizam fartamente de elementos simbólicos e de identificação visual, tradutores dos objetivos do movimento; por meio delas os indivíduos se vêm reconhecidos na causa; (2) *Motivação e Animação* – interações que fazem circular informações sobre as ações desenvolvidas, oferecendo visibilidade aos avanços do movimento; almejam o reconhecimento público delas e também

dispõem de uma ritualística que valorize as situações de encontro e de construção coletiva; (3) *Fomento do Debate Público* – interações que trazem subsídios ao debate, como informações qualificadas sobre os temas mobilização, corrupção, princípios legais, entre outros. Por vezes técnicas, estas interações contribuem para ampliação do entendimento, percepção e compreensão dos públicos sobre a problemática enfrentada, favorecendo a participação deles na criação de soluções. Obviamente, em alguns casos pode-se encontrar *posts* que exerçam mais de uma função comunicativa. Nesses levou-se em conta a função predominante para efeito de classificação.

(V) **Nível:** refere-se ao nível de proximidade do *post* com os objetivos da CFL-MCCE. São eles: (1) *Central*, ou seja, *posts* que tratam diretamente de questões relacionadas ao movimento de mobilização em favor da aprovação, sanção e viabilização do Projeto de Lei; (2) *Tangencial*, que agrupam os *posts* cujas informações tratam de temas relacionados à corrupção, mas não relacionados ao Projeto de Lei; (3) *Periférico*, *posts* que tratam de outras causas de interesse público, mas alheias à própria comunidade ou ao tema.

(VI) **Capilaridade:** refere-se à presença de conexão com outros conteúdos, mensagens ou atores presentes na internet; em geral oferecem *links* para eles. Quanto a essa variável, importa saber se há ou não a presença da capilaridade e para quem essa direciona. Por isso, em sequência foram identificados os autores (ator, coletivo, grupo e/ou sujeito) presentes nos *links*, de modo a desenhar a vinculação do membro do grupo do *FB* e as fontes de informação externas relacionadas ao *post*.

(VII) **Ator:** a amostra perfila um elenco de pessoas autoras, individuais, grupais, coletivas, organizadas em movimentos e representando instituições que podem ser agrupados em: (1) *Cidadãos*, que correspondem à maior parte das pessoas que tenham perfis no *FB*, e que compõem o grupo CFL-MCCE no *FB*; (2) *Sociedade Civil Organizada*, presente em *links*, ou diretamente citada nos textos postados pelos membros do grupo, é composta por movimentos, instituições, coletivos e grupos que defendem o combate à corrupção ou tema correlato; (3) *Poder Público*, presente nos *links* postados pelas pessoas, tais como Câmara dos Deputados, Senado, Tribunal de Contas da União, entre outros; (4) *Mídia*, também presente nos *links* e citações, podendo pertencer a grupos da comunicação de massa, de projeção nacional, regional ou internacional; aos veículos alternativos oriundos da internet; ou a grupo de *sites* e portais de notícias comerciais. Há ainda aqueles *posts* cuja autoralidade dos *links* não podem ser identificados. Assim, em alguns casos, apesar de se saber quem posta, não se consegue identificar a origem do *link* postado.

(VIII) **Canal:** são múltiplos os canais, sendo que a capilaridade, em sua maioria, direciona a outras plataformas de ação da internet, em especial para redes sociais e ambientes de livre compartilhamento de conteúdo. Podem remeter a canais como: *YouTube*, *Twitter*, para o próprio *FB*, *Avaaz.org*, *Petition Online*, entre outros *sites*.

A seguir, no Quadro 1 sistematizamos a lista de categorias utilizada pela *Análise Multifocal* para classificação dos *posts*. Na sequência, a Figura 3 apresenta um *frame* da planilha utilizada como suporte para a base de dados, que permitiu a classificação *post a post*, além de gerar filtragens de informações e gráficos, por exemplo.

Quadro 1 - Lista de Categorias para classificação dos *posts* do grupo CFL-MCCE no *FB*

	Categoria	Sub-categorias
I	Classe (Grupos de Assunto)	1. Manifestações 2. Táticas de Mobilização 3. Monitoramento da Atividade Parlamentar 4. Casos e escândalos de corrupção 5. Eleições 2010
II	Tipo (Conteúdo em si)	1. Enunciações 2. Convocações 3. Notícias 4. Material de Campanha 5. Outros conteúdos
III	Natureza da Informação	1. Operacional 2. Contextual 3. Temática
IV	Função Comunicativa	1. Convocação e Identificação 2. Motivação e Animação 3. Fomento do Debate Público
V	Nível	1. Central 2. Tangencial 3. Periférico
VI	Capilaridade	Ocorre quando há presença de <i>links</i> ou referências diretas a outro ator ou espaço de interação virtual
VII	Autor	1. Cidadãos 2. Sociedade Civil Organizada 3. Poder Público 4. Mídia
VIII	Canal	<i>YouTube</i> , <i>Twitter</i> , para o próprio <i>FB</i> , <i>Avaaz.org</i> , <i>Petition Online</i> , entre outros <i>sites</i> .

Figura 3 - Interface da Planilha *Excel*: sistematização de *posts* para “Análise Multifocal”

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
1	Mapeamento dos Posts																
2	Núm	Autor	Classe	Tipo	Informa	Função	Nível	Cap	Ator	Canal	Link	Come	Curtir	Dia	Mês	Ano	Obs
3	1	Anita B	Táticas de M	MCCE e atores vi	Operac	Convocação e Ident	Centra	Sim	MCCE	Site	www.lei9840.org.br			14	Jun	2009	
4	2	Anita B	Táticas de M	Material de Camp	Operac	Convocação e Ident	Centra	Sim	MCCE	FB	Video	4	4	26	Jun	2009	Video Oficial
5	3	Anita B	Táticas de M	Material de Camp	Operac	Convocação e Ident	Centra	Sim	MCCE	FB	Video	1	1	26	Jun	2009	Video Oficial
6	4	Márlon	Táticas de M	MCCE e atores vi	Contextu	Motivação e Animag	Centra	Sim	MCCE	Site	www.mcce.org.br			26	Jun	2009	
7	5	Márlon	Táticas de M	Abaixo-assinado	Operac	Convocação e Ident	Central		Cidadão					26	Jun	2009	
8	6	Isabela	Táticas de M	Mensagens de Ac	Contextu	Motivação e Animag	Tangencia		Cidadão					23	Jul	2009	Divulgação
9	7	Márlon	Táticas de M	Questões para de	Operac	Convocação e Ident	Central		Cidadão					25	Jul	2009	
10	8	Márlon	Táticas de M	MCCE e atores vi	Operac	Convocação e Ident	Centra	Sim	MCCE	Twitter	@fichalimpa			26	Jul	2009	
11	9	Rebec	Táticas de M	Abaixo-assinado	Operac	Convocação e Ident	Centra	Sim	Petition Online	Petition O	Petition Online			8	Ago	2009	
12	10	Rebec	Táticas de M	Abaixo-assinado	Operac	Convocação e Ident	Centra	Sim	Petition Online	Petition O	Petition Online			8	Ago	2009	
13	11	Isabela	Táticas de M	Pedidos de Inform	Temátic	Convocação e Ident	Centra	Sim	MCCE	Site	www.lei9840.org.br			8	ago	2009	Esclarecime
14	12	Márlon	Táticas de M	Pedidos de Inform	Temátic	Convocação e Ident	Central		Cidadão					9	Ago	2009	Esclarecime
15	13	Luciani	Táticas de M	Convites para aç	Operac	Convocação e Ident	Central		Cidadão					13	Ago	2009	Coleta de as
16	14	Márlon	Monitoramen	MCCE e atores vi	Contextu	Motivação e Animag	Centra	Sim	Congresso em Focc	Site	congressoemfoco.ig.com.br			16	Ago	2009	Endereço pc
17	15	Márlon	Monitoramen	MCCE e atores vi	Contextu	Motivação e Animag	Centra	Sim	Congresso em Focc	Site	congressoemfoco.ig.com.br			16	Ago	2009	Endereço pc
18	16	Leandr	Manifestaçõe	Mensagens de Ac	Contextu	Convocação e Ident	Central		Cidadão					19	Ago	2009	
19	17	Cristian	Manifestaçõe	Pedidos de Inform	Contextu	Convocação e Ident	Central		Cidadão					19	Ago	2009	Pedido de in
20	18	Paula C	Manifestaçõe	Mensagens de Ac	Contextu	Convocação e Ident	Central		Cidadão					20	Ago	2009	

Fonte: BASE DE DADOS. *Planilha Matriz Global*. Disponível para consulta em CD-ROM anexo a essa dissertação.

Legenda: (na linha dois) lista de categorias, iniciando pela numeração dos 586 *posts*, passando pela identificação do autor, da classe, do tipo, da natureza da informação, da função comunicativa, nível, capilaridade e ator presente nos *links*, canal, identificação do *link* (caso exista), da presente de “comentário” ou “curtir” vinculado ao *post*, dia, mês e ano da postagem. As categorias foram subdivididas pelas colunas da matriz; na “coluna Q” (última à direita) foram lançadas observações qualitativas do pesquisador para auxiliar na identificação de *posts* significativos; (na linha 1) as “setas” identificam a existência do comando “autofiltro” que auxilia a identificação dos *posts* segundo as categorias, bem como possibilita inter cruzamentos dos dados; (na parte inferior do arquivo) a identificação da planilha “MATRIZ_GLOBAL”, e de outras matrizes auxiliares, as quais sistematizam tabelas e gráficos obtidos a partir da apuração dos dados.

4.1.2 Os procedimentos de categorização dos *posts*

A obtenção de uma matriz global fidedigna aos dados coletados, eliminando-se a possibilidade de registros em duplicidade, e preservando-se a classificação consistente de cada mensagem a partir de seu conteúdo, levou a um esforço de estudo, classificação, verificação e conferência, em dois turnos, de cada um dos registros presentes nos 586 *posts*. Apesar de relativamente longo e, em alguns momentos, minuciosamente artesanal, o processo demonstrou ter sido bastante satisfatório. A matriz oferece um rastreamento em detalhes das “pegadas digitais” deixadas pelos usuários, das “trilhas” percorridas pelos usuários em seus circuitos comunicativos de interação e coletivização.

À guisa de exemplo, a seguir demonstramos o processo de classificação para três *posts* aleatórios, cada um deles pertencente a uma das três funções comunicativas que a Comunicação pode assumir em processos mobilizadores (ver Quadro 2 e Tabela 4). O passo a passo delineado na sequência constitui o procedimento-padrão adotado para sistematizar o mapeamento de conteúdo dos *posts*.

Foram preservados os textos postados, na íntegra, sendo que as tabelas a seguir reproduzem o conteúdo textual *ipsis literis*, tal como visualizado no *site* do *FB*.

Quadro 2 - Exemplos de *posts* extraídos da CFL-MCCE⁸⁸

55.Isabela Nogueira da Gama (AUTORA) Agora vamos todos ao site www.camara.gov.br , clique em "Deputados" a esquerda, procure os representantes de seu Estado (escolha o nome dele(a) + clique em informações completas), e LIGUE para o gabinete ou mande <i>E-MAIL</i> para eles, dizendo o quanto é importante para você, cidadão de SP, MG, GO, MS e etc, que o seu deputado federal apoie esta iniciativa! E por favor, incentive seus amigos e familiares a fazerem o mesmo! 30 de setembro de 2009 às 15:20 (DATA E HORA DA POSTAGEM)
193. Neiva Marli Ribeiro Wilson HOMENAGEM AOS CANALHAS, CAFAJESTES, MENTIROÇOS, DESQUALIFICADOS, VAGABUNDOS E BANDIDOS EM GERAL... ÀQUELES TRAVESTIDOS DE "BONS POLITICOS", COM O ÚNICO, EXCLUSIVO E SÓRDIDO DESEJO DE ENRIQUECER ILICITAMENTE, ROUBANDO NÃO SÓ O DINHEIRO PÚBLICO, MAS TAMBÉM A FÉ E A ESPERANÇA DE BRASILEIROS HONESTOS, CANSADOS DE FALSAS PROMESSAS E DA BANDALHEIRA DA CORRUPÇÃO! FOOOOOOORA GENTALHA!!! FOOOOOOOORA TODOS OS DEMAIS CONIVENTES!!! Ver mais Fotos do grupo Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral 11 de dezembro de 2009 às 15:17 4 pessoas curtiram isto. COMENTÁRIOS 193A.Marlene Silva Xo satanassssss!!!! 11 de dezembro de 2009 às 15:46. 193B.Fabio Tedeschi Mandou bem, Marli!!!! Mesmo não a conhecendo, dou os parabéns! Abraços! 13 de dezembro de 2009 às 08:37. 193C. Tony Costa Ótimo resposta no cartaz acima, mas reflitamos sobre a última frase da parte em letras pequenas mais abaixo. Conivência e omissão andam de mãos dadas, ou seja, não ser conivente, mas ser omissor acaba tendo peso parecido. Busquemos soluções inteligentes e práticas no intuito de minimizar a omissão. Abçs. 29 de março às 16:40
378. Márlon Reis CNBB diz que alteração proposta pelo relator não compromete o projeto Ficha Limpa - O Globo CNBB diz que alteração proposta pelo relator não compromete o projeto Ficha Limpa - O Globo oglobo.globo.com BRASÍLIA - Para o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Lyrio Rocha, a alteração feita à proposta de iniciativa popular Ficha Limpa não compromete o propósito de impedir candidatura dos que tenham... 11 de março às 19:26

⁸⁸ Todas as tabelas e quadros constantes nessa dissertação foram produzidos por seu ator.

Tabela 4 - Resumo comparativo dos procedimentos de classificação dos *posts* (exemplos)

Número do <i>post</i>	55	193	378
Autor	Isabela Nogueira da Gama	Neiva Marli Ribeiro Wilson	Márlon Reis
Classe	Táticas de Mobilização	Manifestações	Monitoramento da Atividade Parlamentar
Tipo	Convite para ações virtuais (twitaço, <i>e-mail</i> , ligações etc)	Mensagem de Protesto e/ou Repúdio	Notícia oriunda da mídia comercial
Informação	Operacional	Contextual	Contextual
Função	Convocação e Identificação	Fomento ao Debate	Motivação e Animação
Nível	Central	Central	Central
Capilaridade	Sim	Não há	Sim
Ator	Câmara	Cidadão	O Globo
Canal	Site	Não há	Site
Link	www.camara.gov.br	Não há	oglobo.globo.com
Comentários	Não há	3	Não há
Curtir	Não há	4	Não há
Dia	30	11	11
Mês	Set	Dez	Mar
Ano	2009	2009	2010
Observações	Oferece um passo a passo para contatar os deputados para apoio da iniciativa	Mensagem catártica, "exorciza" ódio presente na opinião pública	Presença da Igreja Católica no processo de mobilização

No Quadro 2, os exemplos de textos dos *posts*, coletados diretamente da plataforma *FB* para um arquivo digital de texto, revelam a predominância de um tipo de função comunicativa, das três já citadas, em cada um deles. No *post* 55, de Isabela Nogueira da Gama, uma das líderes de postagem ao longo do período (30 *posts*) a função de convocação e identificação é claramente predominante; a autora propõe uma ação de mobilização à distância (*online* ou *por telefone*) e chega a detalhar o “como fazer” (ou tática), solicitando também que os usuários ramifiquem, em suas redes de relacionamento, tal procedimento. A preocupação de Isabela relaciona-se também ao evento ocorrido *offline*, em 29 de setembro (dia anterior ao *post*), quando o PLP 518/2009 foi entregue à Câmara dos Deputados. A autora demonstra a necessidade de “fazer pressão” e da vocalização do desejo do eleitorado aos parlamentares, em favor da discussão e aprovação do Projeto no Congresso Nacional. Faz referência ainda ao *site* da Câmara dos Deputados. A postagem não contou com

nenhum comentário ou “curtir”, provavelmente porque o uso da plataforma era relativamente recente à época do *post* e, justamente por isso, recursos de compartilhamento ainda não eram utilizados pelos membros da comunidade em suas interações com frequência.

Já o *post* 193, de Neiva Marli Ribeiro Wilson, que publicou apenas duas vezes ao longo do período de referência da pesquisa, dá o tom de indignação e protesto dos usuários com relação à corrupção. Gritando na rede, por meio do uso de maiúsculas, seu texto revela forte carga emocional, valendo-se de palavras como “CANALHAS, CAFAJESTES, MENTIROÇOS, DESQUALIFICADOS, VAGABUNDOS” para se referir a políticos corruptos. A manifestação estimulou comentários, além de quatro membros terem curtido o desabafo. Evidentemente, a função de fomento ao debate público, nessas circunstâncias, ganhará contornos apelativos da linguagem emotiva, mas não deixa de ocorrer. Vê-se que a catarse realizada pela autora é reverberada, jocosamente, na expressão de “Xo satanassssss!!!!”, utilizada por Marlene Silva, no comentário 193A. Em contraponto, o comentário 193C, de Tony Costa, lança uma reflexão entre ser omissos e ser conivente: “Conivência e omissão andam de mãos dadas, ou seja, não ser conivente, mas ser omissos acaba tendo peso parecido. Busquemos soluções inteligentes e práticas no intuito de minimizar a omissão.” Percebe-se uma resposta sutil de Tony ao protesto inflamado de Neiva. Embora o comentário de Tony não receba resposta, o conjunto de manifestações demonstra como uma discussão sobre conceitos e temas pode ser motivada por mensagens de natureza menos racional. Porém, em muitos casos, nos *posts* em que predomina a função comunicativa de fomento ao debate público, o que se vê são referências a informações qualificadas sobre os temas mobilização, corrupção, princípios legais, entre outros. Por meio *links* para artigos, entrevistas com especialistas e lançamento de manchetes do tipo: “Tire suas dúvidas sobre o Ficha Limpa com alguns dos seus redatores. Na página “2010: Todos pela Ficha Limpa” do *Facebook*, hoje, às 15 horas” (*post* 561, de autoria de Márlon Reis), o fomento ao debate também assume sua face educativa.

O terceiro exemplo *post* 378, em que há predomínio da função “motivação e animação”, é de autoria de Márlon Reis, juiz eleitoral e o campeão de *posts* no período, sendo uma liderança formal do MCCE. Ele capilariza informações obtidas em veículo de massa impresso, nacionalmente consumido, no caso o Jornal “O Globo”, disponibilizadas *online* por meio de *link*. A matéria em questão destaca o posicionamento da Igreja Católica diante de alteração proposta pelo relator do Projeto Ficha Limpa, articulando-o ao posicionamento do MCCE. Esse *post* é um exemplo de manifestações do tipo “como a mobilização tem avançado”, valendo-se da presença de membros da sociedade civil no processo, no caso a

CNBB. Ao longo desse, muitas notícias foram utilizadas como “combustível de mobilização” para os membros da comunidade; numa palavra, é como se Márton Reis dissesse: vamos em frente, porque o processo legislativo está caminhando, a sociedade está envolvida, inclusive a Igreja Católica, e estamos acompanhando de perto o Congresso.

Muitos outros *posts* poderiam ser aqui expostos, para melhor ilustrar as variações das interações e demonstrar a riqueza de questões que eles podem oferecer. Há, inclusive, aqueles que fogem da questão central da comunidade, o combate a corrupção, mas que tratam de temas e questões de relevância pública. Entretanto, optamos nessa demonstração por exibir *posts* de nível central. Nosso objetivo é esclarecer como procedemos na interpretação de dados para cada *post*. A partir daqui, exporemos os dados apurados a partir da matriz geral, desdobrando-os na análise subsequente, que também inclui informações qualitativas obtidas pelos depoimentos dos entrevistados.

4.2 A Análise Multifocal aplicada à CFL-MCCE no FB

Como dito anteriormente, nossas análises se valem de três vertentes, quais sejam: (1) *conteúdo*, que enfoca a força comunicativa da mensagem quanto às condições de coletivização, subdivididas em outras; (2) *autor*, que detalha o ator, coletivo, grupo e/ou sujeito que vocaliza a mensagem, ou que seja revelado por ela, e seu enquadramento a partir do papel social que assume no contexto da Campanha; (3) *meio*, sobre o qual se desdobram as definições do canal e a capilaridade que o *post* oferece a partir de *links* e outras conexões com elementos externos à CFL-MCCE e à própria plataforma *FB*. A partir do entendimento das dinâmicas de interação e relacionamento presentes na plataforma, será possível identificar, descrever e reconhecer importantes aspectos dessas vertentes, que se confundem em ambientes *online*.

A base de dados quantitativa compõe-se de amostra das mensagens postadas entre a criação da comunidade, em 14 de junho de 2009, e o fim de junho 2010, e o que totaliza 586 *posts*. Os autores das mensagens, somados, chegam a 283 participantes. Para a exploração quantitativa foram consideradas apenas as postagens iniciais, excluídos os autores dos comentários, cujo conteúdo será relevante no contexto da análise qualitativa.

Levando-se em consideração que, em setembro de 2009 o número total de pessoas vinculadas à comunidade era de 1.060, pode-se inferir que aproximadamente 20% dos membros postaram mensagens na seção mural, ou seja, a maioria deles apenas acompanhou a trajetória das manifestações sem, no entanto, interferir diretamente na conversação *online*.

Temos aí uma audiência de não-falantes na plataforma, o que não significa que, na vida *offline* esses membros tenha o mesmo comportamento. Em nossa pesquisa, nos concentramos sobre os ativistas *online*, ou seja, nos membros que se manifestaram.

Vale ressaltar que o número de adesões cresceu progressivamente, alcançando mais de sete mil participantes quando da coleta realizada em novembro de 2010. A comunidade é do tipo “grupo aberto” e não restringe a participação. Com isso, acredita-se que, com o crescimento da comunidade, o grupo de observadores não-falantes tenha se tornado ainda maior.

Como já citado anteriormente, dos 283 autores, 227 (38,7% do total de autores) postaram apenas uma vez, o que evidencia que, majoritariamente, os membros intervieram pontualmente na conversação; em outro extremo, apenas 11 participantes respondem por 256 mensagens (43,7% do total de mensagens), com cinco manifestações, ou mais, para cada um. Deste pequeno grupo, destacam-se seis pessoas, cujo somatório dos *posts*, 214, respondem por mais de 35% das mensagens. Assim, percebe-se que a vocalização concentra-se em poucos participantes, cujas mensagens são mais contínuas e contêm informações qualificadas (notícias, *links* para outros *sites*, táticas de mobilização, entre outros). Essa minoria opera como lideranças de opinião que, além da disponibilização de conteúdos, confere visibilidade a julgamentos, a opiniões, reflexões e abordagens sobre o tema “combate à corrupção”; líderes que passam a agregar, em torno de si, públicos para a ação virtual ou presencial.

No que tange à coletivização da causa, tais informações já permitem inferir que o *FB* oportunizou a criação de uma vitrine pública e, no limite, de um “muro de inscrições” que, a um só tempo, dá vazão à indignação e aos protestos dos sujeitos vinculados (maioria dos *posts*), mas também ao acesso a materiais de campanha, informações sobre o processo legislativo e, em algumas fases, o elo entre as manifestações virtuais e presenciais. Entre os líderes de *postagens*, destaca-se Márton Reis, com 105 *posts*. Juiz de Direito no Maranhão, à época presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais, Márton também atuou no acompanhamento presencial do processo legislativo, participando de Audiências Públicas; em reuniões de grupos de trabalho e de Comissões no Congresso Nacional.

Especificamente no que se refere às funções típicas assumidas pela Comunicação em processos de mobilização social foram considerados 574 *posts* para análise, ignorando-se 12 *posts* referentes a “atividades recentes”, espécie de *feed* que notícias automático. Nas demais categorias, esses 12 *posts* foram mantidos, por não comprometerem o processo de classificação. Isso será melhor detalhado à frente, no item 3.2.2.

4.2.1 Ondas de mobilização: movimentos do movimento

A CFL-MCCE operou numa dinâmica de circuitos de coletivização *sui generis*; pode-se observar no conjunto dos *posts* extraídos do *FB* a presença de fases ou “ondas” do movimento de mobilização que se distinguem não apenas por demarcações típicas do processo legislativo, mas também pelo uso de táticas mobilizadoras distintas para cada período, conforme evolução apresentada nos Gráficos 1 e 2, posicionados ao final dessa seção (3.2.1).

Tais fases não são estanques, sendo que o encadeamento de uma a outra se dá pela incorporação de novos e mais amplos repertórios de ação de natureza presencial ou virtual, com vistas a atingir um objetivo específico, relacionado à fase do movimento, sem ignorar a causa maior, o combate à corrupção. Os públicos imersos no *FB* não interagem somente via internet, mas também em manifestações face a face e, gradualmente, constroem com esse hibridismo *online* e *offline* um corpo de estratégias com linguagem e ritmo próprios, compartilhando informações, sentimentos e atitudes essenciais à continuidade da mobilização. A imagem da “onda” é adequada para designar as fases, pois evoca momentos de latência, ascendência, ápice e declínio, sem necessariamente chegar à extinção ou esgotamento definitivo, podendo reiniciar-se. No caso em questão, foram detectadas cinco ondas, a saber: (1) *convocação inicial*; (2) *adesão absoluta*; (3) *atos públicos*; (4) *vigília pública*; (5) *reproblematização*.

A primeira onda é a da *convocação inicial*, com a coleta de assinaturas para legitimação do Projeto de Lei. No *FB* ela tem início em 14 de junho de 2009, com a abertura da comunidade; entretanto, a ação já vinha ocorrendo em outros espaços, conforme agenda do MCCE. Essa fase ganha fôlego até a entrega do Projeto na Câmara dos Deputados, quando atinge seu ápice, após três meses de intensa campanha. A meta era a cifra de 1,3 milhão de assinaturas físicas, e não apenas virtuais, o que representa 1% do eleitorado nacional, condição *sine qua non* para a proposição do Projeto de Lei por Iniciativa Popular. Nessa fase, são recorrentes as postagens do tipo “passo a passo” que solicitam a impressão do formulário-modelo, a coleta de assinatura e respectivo envio para o endereço indicado no próprio documento. O site do MCCE é fortemente divulgado, ao lado de notícias oriundas da mídia tradicional, com *links* nos *posts*. Ganha destaque a divulgação do vídeo da campanha e o uso do *twitter* como ferramenta de apoio à capilaridade do abaixo-assinado na internet. São contabilizados 54 *posts*, sendo que muitos deles tratam da necessidade de adesão ao movimento, predominando a função comunicativa de convocação e identificação com a

Campanha. O volume e a frequência de interações é ainda baixo, em particular se compararmos às demais fases, e há descontinuidade dos fluxos comunicativos, bem como pequeno uso de ferramentas como “comentar” e “curtir”. É possível que isto seja resultado de uma adaptação dos públicos à nova plataforma, cujos recursos serão paulatinamente processados, intensificando-se o uso e a interação com eles na próxima fase.

A segunda onda pode ser nomeada como da *adesão absoluta*, na qual os deputados federais serão foco de mensagens eletrônicas, telefonemas, cartas e de outras ações para que apoiem e votem favoravelmente ao Projeto, conhecidas como “passeatas *online*”. Expressões como “pressão”, “acirrar campanha” e “combate” são citadas com frequência nos *posts*, demonstrando que os participantes do movimento percebem a necessidade da adesão parlamentar para viabilização do processo legislativo, motivado pela pressão da opinião pública. A viralização do engajamento via internet é outra preocupação dos participantes, particularmente das lideranças que disponibilizam modelos de mensagens para envio aos parlamentares e listas de contatos eletrônicos e telefônicos. O *Avaaz.org*, site para mobilização por meio de abaixo-assinado *online*, é amplamente citado como forma de garantir a continuidade da coleta de assinaturas, com vistas a reforçar a legitimidade do Projeto de Lei por meio do ciberativismo. O dia mundial de combate à corrupção (9 de dezembro) é celebrado durante esta onda, com vários *posts* de apoio ao movimento, e de protesto aos casos e escândalos nacionais. Somente nesse dia foram postadas 25 mensagens. O fluxo de mensagens torna-se mais intenso, contabilizando-se 258 mensagens durante esta fase, compreendida entre a entrega do Projeto de Lei à Câmara, em 29 de setembro de 2009 até a criação do grupo de trabalho para analisar as propostas de emendas ao Projeto, compostos por integrantes de todos os partidos representados no Congresso, em 9 de fevereiro de 2010.

Com a mudança do ano, o *slogan* “2010: ano da faxina” é enunciado pelos participantes, que passam a transacionar notícias de *sites* da mídia tradicional, destacando-se veículos ligados aos grupos Globo e Estadão; e, em menor intensidade, notícias de *sites* independentes de outros movimentos sociais e *links* para vídeos do *YouTube*. Interessante observar que, entre os conteúdos dos vídeos, há canções com caráter de denúncia política, inclusive de duas marchinhas de carnaval que tratam de escândalos de corrupção.

Outro aspecto relevante é o compartilhamento de conteúdos produzidos por colunistas como Arnaldo Jabor, Renata Lo Prete e Lucia Hippolito, entre outros, que contribuem para a reflexão sobre o tema corrupção e sobre o andamento do processo legislativo. Ao mesmo tempo em que permanece um esforço para a adesão de novos participantes, há um clamor para que esta adesão se reflita concretamente no Parlamento,

cujas ações passam a ser monitoradas mais proximamente pelos participantes. *Posts* que problematizam questões para fomento ao debate público no âmbito do *FB* vão ocorrer. As citações sobre casos de corrupção estão presentes e, embora não seja o foco da Campanha, sua publicização impulsiona o sentimento de indignação dos participantes e oferecem concretude ao foco de combate.

A terceira onda que podemos nomear como dos *atos públicos* está compreendida entre a criação do grupo de trabalho na Câmara até o adiamento da votação do Projeto, em 7 de abril, para o mês de maio. São 143 *posts*, onde se pode reconhecer o aumento da indignação dos participantes e um deslocamento do foco para ações presenciais, embora não sejam abandonados o abaixo-assinado e o constante compartilhamento de notícias e de informações qualificadas sobre a evolução do Projeto na Câmara. Das postagens emerge uma agenda de mobilizações presenciais nomeadas “atos públicos”; na amostra eles ocorrem sobretudo em Brasília, nos corredores do Congresso, nas cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Vitória. O monitoramento presencial das atividades na Câmara é intensificado por meio do acompanhamento das reuniões do grupo de trabalho e da participação em audiência pública realizada na Câmara.

O enquadramento da mídia também sofre um deslocamento de foco, migrando da tematização institucionalizada, presente nos *links* de notícias que retratam o dia a dia da cena do Parlamento, para a cena popular. A entrevista do relator do Projeto, Deputado Índio da Costa (DEM-RJ), à revista *Época*, compartilhada na comunidade, sob o título “Pressão popular é fundamental para aprovar o Ficha Limpa”, ilustra bem isso. Já o envolvimento do deputado na comunidade do *FB*, que posta em 30 de março um convite para abaixo-assinado via *Twitter*, é mais um exemplo de que a mobilização surtira efeitos na arena institucional. Nessa fase também se dá a divulgação da *fan page* no próprio *FB*, nomeada “2010:Todos pela Ficha Limpa”, o que demonstra também um crescimento da presença do movimento nessa plataforma. Como se vê, a terceira fase é marcada pela ampliação da motivação e animação dos públicos, necessária à sustentação do interesse público junto ao Congresso Nacional.

Na sequência, aparece a quarta onda, que aqui nomeamos como *vigília pública*, na qual se atinge o paroxismo da mobilização em torno da causa, com táticas cada vez mais híbridas (e angustiadas) perante o adiamento da votação e da força parlamentar contrária ao regime de urgência. Os atos públicos se intensificam, sendo ampliada a divulgação de ações para além daquelas anteriormente citadas, em Brasília e no sudeste do país. Na comunidade, são notificados atos públicos no Pará e no Rio Grande do Sul. Compreendida entre os dias 7 de abril e 11 de maio, dia do término da votação em plenário, nessa fase são postadas 72

mensagens no *FB*. A maior parte delas é de adesão ao movimento e retratam a indignação popular diante da extensão do prazo, ou compartilham notícias da Câmara dos Deputados, oriundas do *site* da própria Câmara, ou de veículos da mídia nacional.

Um conjunto de quatro *posts* no *FB* apresenta *links* para entrevista veiculada pelo Programa do Jô, na TV Globo, com o então relator do Projeto, deputado Índio da Costa, na data 12 de abril. Na entrevista, com direito a ocupar dois blocos do programa, o parlamentar posiciona-se nitidamente contra os partidos PT e PMDB, afirmando que ambos impediam a votação na Câmara. Efeito direto ou não, em 20 de abril, a relatoria do Projeto passa às mãos do deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP). O deputado Índio da Costa voltará a se manifestar no *FB* apenas mais uma vez, em 25 de abril, em convite para ação presencial. Mais tarde ele integraria a chapa presidencial, como vice de José Serra, em fins do mês de junho. Esse exemplo reforça o espelhamento da movimentação dos públicos no espaço presencial pelo espaço *online* e certa narrativa dos movimentos da esfera institucional no espaço público na internet, de natureza mais informal como são o *FB* e o *Twitter*.

No *FB* o ápice diário do número de *posts* ocorre durante essa onda; os participantes acompanham passo a passo a votação para identificar os parlamentares que votaram contra o Projeto. Há um refinamento das táticas de pressão aos parlamentares, com manifestações que descrevem um detalhado passo a passo para envio de mensagens aos parlamentares, incluindo não apenas o modelo de texto, mas *links* para outras comunidades virtuais. Se comparadas às manifestações pró-adesão da primeira e da segunda fases, as dessa onda demonstram um domínio ampliado dos repertórios de ação e das ferramentas que os compõem, o que revela um claro amadurecimento do ativismo *online* pela Campanha.

Após a aprovação do Projeto e do encaminhamento dele ao Senado, há uma queda considerável de manifestações no *FB*, o que nos leva a crer na existência de um hiato dos fluxos de interação. Nos 33 *posts* que compõem esta fase de “calmaria” na comunidade, os dois temas de maior relevância que aparecem são questionamentos referentes à modificação do texto de autoria do Senador Francisco Dornelles (PP-RJ), que acaba por restringir a aplicabilidade da Lei somente aos futuros candidatos, não atingindo aqueles já eleitos; e chega a se esboçar um movimento “Sanciona Lula” mas que, devido à rápida publicação no Diário Oficial da União, em 4 de junho, não chega a ganhar volume.

O resultado da votação do Projeto no Senado, aprovado por unanimidade, reflete um momento de acomodação do esforço mobilizador e, por consequência, do surgimento de outras questões para discussão, fundamentais à continuidade do movimento.

A última e quinta onda, composta por um “rescaldo” de 26 *posts* que retratam a vitória alcançada pelo movimento no Congresso, é a da *reproblematização*. Há o questionamento da aplicabilidade da Lei já para o ano eleitoral de 2010, em que a função de fomento ao debate público ganha força. Embora esse tema tenha perpassado todas as ondas da mobilização, após a publicação da Lei ele encontra espaço para que ocorra sem se perder entre os esforços para alcance de objetivos específicos (e imediatos). São compartilhados, por exemplo, *links* para sessões tira-dúvidas na plataforma *FB*, para o Projeto Excelências, que mapeia a vida pública dos candidatos e agentes políticos. O papel do Judiciário, concretamente materializado no TSE e STF, passa a ser questionado e, como afirmado em um dos *posts*, percebe-se que a transformação de um projeto de iniciativa popular em lei é apenas “a metade do caminho” e uma longa jornada que tem, como um de seus mais importantes componentes, a valorização do voto, seguido da melhor qualificação da representação. Essa mudança exigirá do MCCE e dos participantes, a manutenção do engajamento cívico reconhecido nas fases anteriores, para que os efeitos da Lei Complementar possam ser efetivamente percebidos na esfera pública.

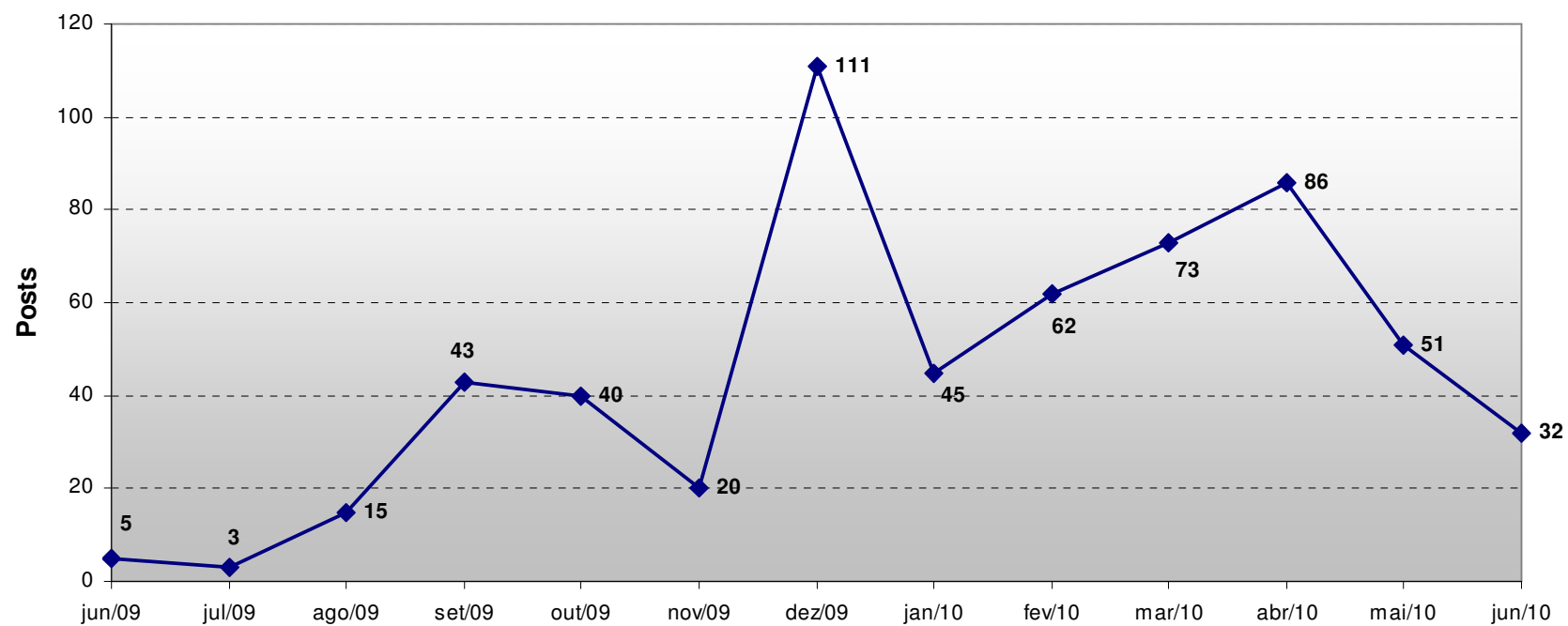
Gráfico 1 - Distribuição segundo os meses dos posts da CFL-MCCE no *FB*

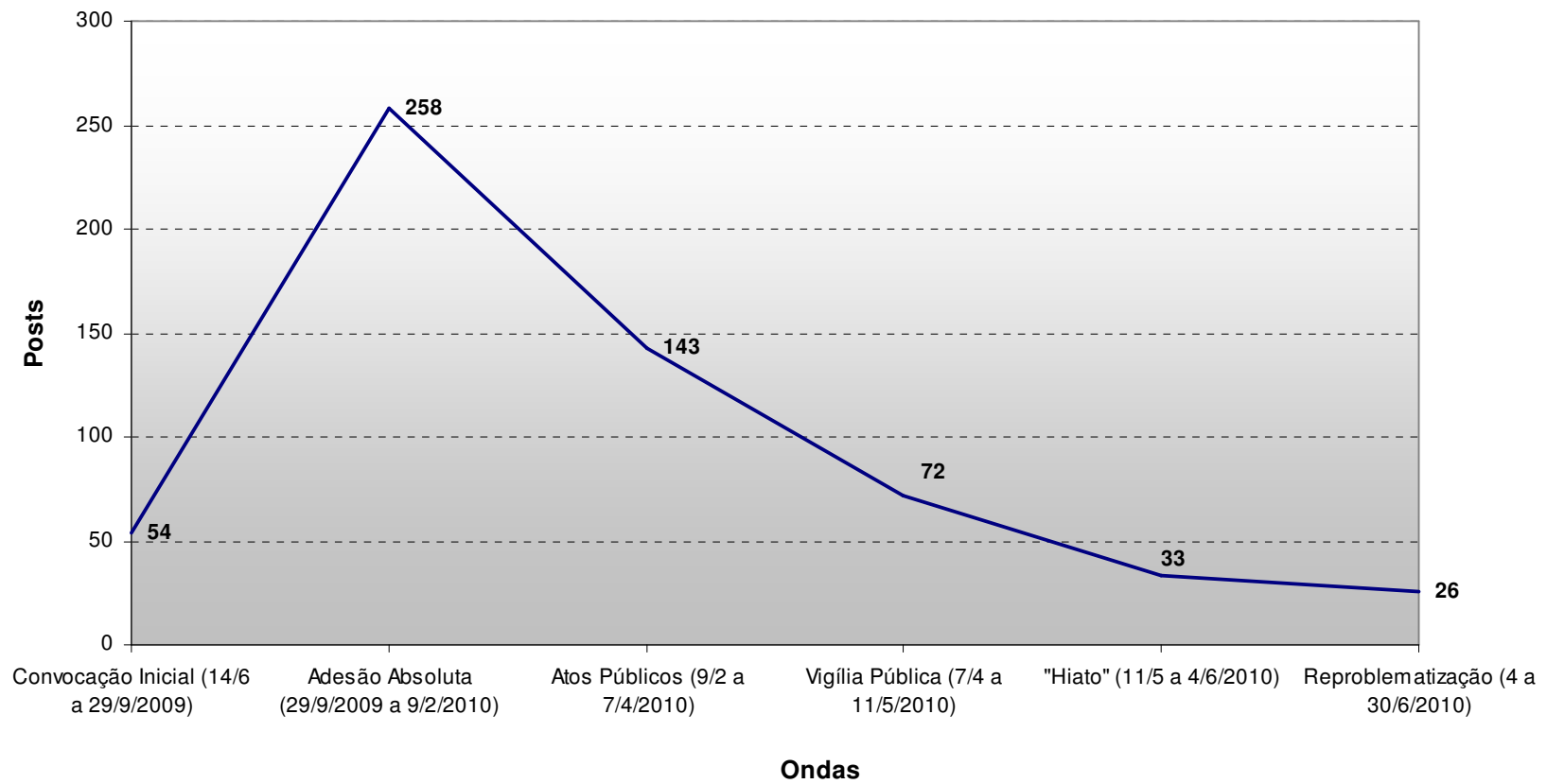
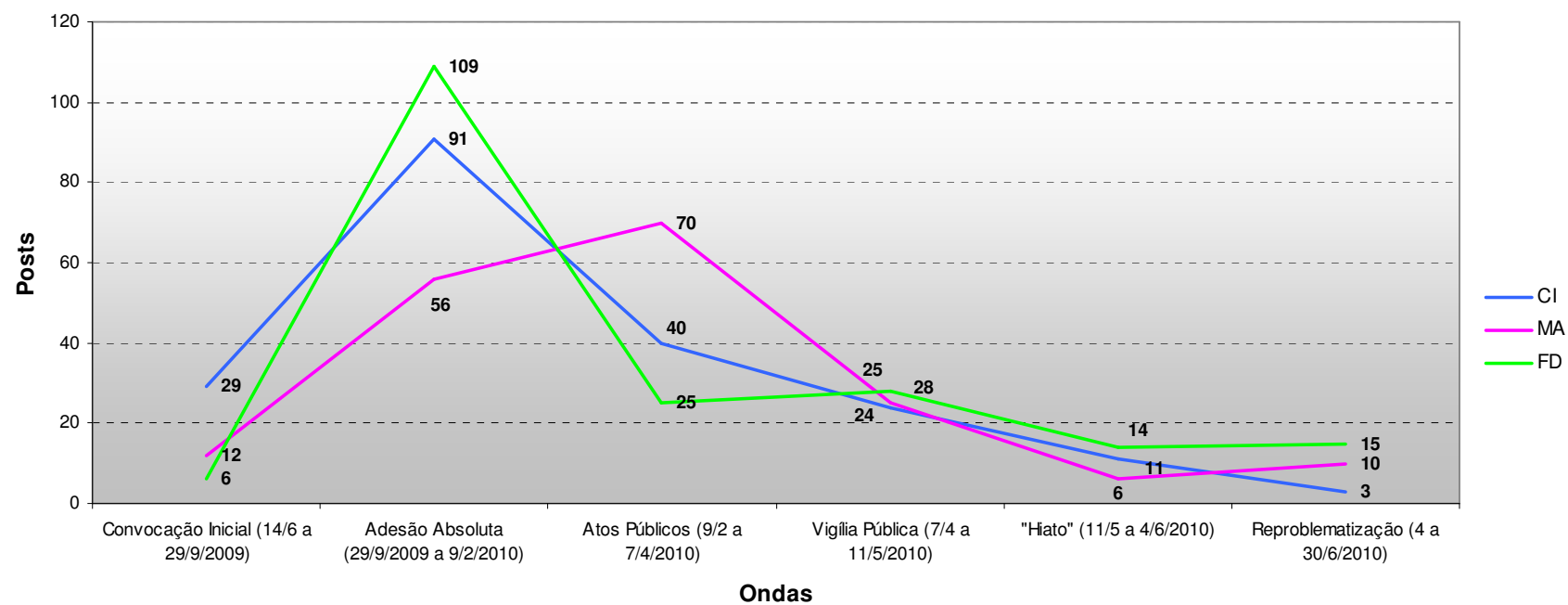
Gráfico 2 - Ondas de mobilização na CFL-MCCE no *FB*

Gráfico 3 - Distribuição dos *posts* segundo a função comunicativa predominante na CFL-MCCE no *FB*



Legenda: As siglas constantes na legenda posicionada ao lado direito do gráfico referem-se às funções comunicativas, a saber: CI (Convocação e Identificação); MA (Motivação e Animação); FD (Fomento ao Debate Público).

4.2.2 Fios Comunicativos

A correlação entre o predomínio do tipo de função comunicativa na mobilização social em cada uma das ondas do movimento nos auxilia a compreender como e em que direção os públicos se movimentam comunicativamente para a consecução dos objetivos de campanha.

No Gráfico 3 (página anterior), estão representados os três “fios comunicativos que costumam” as interações dos públicos de acordo com as funções típicas assumidas pela Comunicação em processos de mobilização social. Como pontuado anteriormente, especificamente para a classificação realizada sob o ponto de vista da função comunicativa, foram considerados 574 *posts*, sendo ignorados, portanto, 12 *posts* referentes a “atividades recentes”, uma espécie de alerta automático publicado na seção mural e que, em geral, remete ao uso interno da plataforma *FB* pelos membros. Funciona como uma espécie de *feed* de notícias sobre o que tem sido feito pelas pessoas do MCCE na plataforma *FB*, em outros espaços como fóruns de discussão, externos à seção mural, de onde os 586 *posts* foram extraídos. Ver exemplo a seguir.

386. ATIVIDADE RECENTE

Michèlle Pereira discutiu o tópico SÓ PARA NÓS? no quadro de discussões de Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Michèlle Pereira discutiu o tópico Como acelerar a coleta de assinaturas no quadro de discussões de Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

A exclusão dos 12 *posts* para essa categoria não impacta nas análises, pelo numérico pouco expressivo de tais “atividades recentes”, bem como pela distribuição uniforme dos *posts* ao longo das fases de mobilização.

Nos primeiros meses da CFL-MCCE, a função de Convocação e Identificação (CI) está presente em mais da metade dos *posts*. Essa informação já era de se esperar, uma vez que se trata de uma fase de incentivo à adesão ao movimento, e não propriamente da construção do engajamento cívico por meio de laços sociais fortes. As petições e abaixo-assinados, como vimos, são importantes táticas do processo de primeira hora, em que muitos são “recrutados” a participar, mesmo que a palavra recrutamento remeta a algo militar ou massivo.

As demais funções, Motivação e Animação (MA) e Fomento ao Debate Público (FD) aparecem em segundo e terceiro lugar no início da primeira onda, respectivamente. À

medida que o movimento avança, ambas passam a crescer; FD tem rápida ascensão, enquanto MA sobe mais lentamente. Na fase da Adesão Absoluta, CI e FD predominam, sendo que FD ultrapassa numericamente CI. Esse movimento espelha a menor necessidade de convocação dos públicos, enquanto proliferam entre os usuários questionamentos, depoimentos, perguntas, pequenos debates, enfim, problematizações típicas de movimentos emancipadores, o que alimenta as possibilidades de engajamento cívico.

Interessante perceber que, após o ápice numérico de participação em *posts* (mais de 250 *posts* em quatro meses), tem início o declínio de CI e FD, rumo à terceira onda, a dos Atos Públicos. Todavia, MA ascende continuamente e passa a predominar nesta nova fase, respondendo agora, como respondeu CI na primeira fase, por quase 50% dos *posts*. Nessa onda predominam comunicações estimuladoras e reforçadoras de iniciativas de mobilização, garantindo-lhes o passaporte da continuidade na vinculação dos públicos e com o movimento. Ganha força a dimensão *offline* da mobilização e das interações. Os participantes passam a buscar visibilidade nas ruas, em eventos presenciais. A plataforma *FB*, nessa fase, cumpre muito mais o papel de um meio de articulação híbrida, favorecendo interações face a face, que de discussão de ideias ou apresentação de novas ações. Com o arrefecimento numérico, os usuários também passam a postar menos, e a atualização torna-se menos frequente. Pode-se dizer, nesse ponto, que há certa acomodação dos membros ao ritmo da mobilização *online*. São contabilizados quatro meses desde o início da comunidade, ou seja, um terço do período analisado.

Adiante, o que se percebe é o forte declínio numérico das participações, o que leva à estabilização dos números de *posts* em torno de 25 por função e ao equilíbrio da presença das próprias funções comunicativas dentro da onda. Esta é a da “vigília pública”, em que o monitoramento do passo a passo do Projeto é mais chamativo que assinaturas, entrevistas, artigos, debates, já que o dever de casa (a ida às ruas, a ampla exposição pública) tomou corpo. Por isso, os públicos passam a utilizar o *FB* muito mais para *vigiar* os movimentos do Congresso, por exemplo, que para proposição de novas alternativas de ação ao movimento. Numericamente, há um “empate técnico” entre as funções. A Vigília Pública termina onde se completam os dois terços do período investigado.

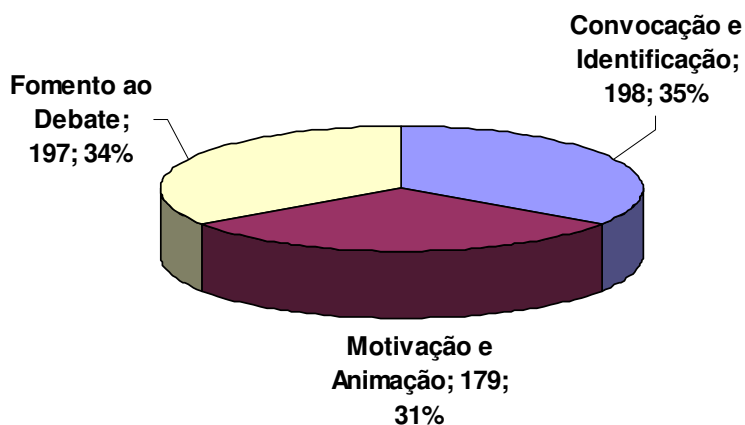
Após um “hiato” do movimento, no qual MA atinge o seu menor volume de *posts*, o crescimento numérico é retomado. A onda da “reproblematização” produz, no último mês, uma pequena elevação do FD e de MA, consolidando o primeiro ano de comunidade, seu primeiro grande ciclo de mobilização. Acreditamos que os fios comunicativos, após junho de 2010, ganharam fôlego, renovaram as construções simbólicas que favorecem a retomada das

bases de um movimento por parte dos cidadãos. Mas isso já fugiria do período de análise desse trabalho.

Em suma, o Gráfico 3 nos mostra que a movimentação de públicos na mobilização obedece a movimentos distribuídos por ondas e ciclos, onde o engajamento e a participação, ora maior, ora menor, seguem os pulsos sociais ligados à comunidade.

Quando a análise é feita sem tomar como referência as ondas de mobilização, o cômputo geral dos *posts* distribuídos em todo o período compreendido entre os meses de junho dos anos de 2009 e 2010, revela o equilíbrio das três funções (ver Gráfico 4).

Gráfico 4 - Composição das funções comunicativas na CFL-MCCE no *FB*



A leitura conjunta dos Gráficos 3 e 4 permite concluir que, a coletivização de uma causa, no contexto da CFL-MCCE na plataforma *FB*, vale-se do uso equilibrado das três funções comunicativas (CI, MA e FD), embora essas possam variar em intensidade, de acordo com a onda ou ciclo de mobilização. Ao modo de um tripé, tais funções são interdependentes e não-excludentes; elas apenas preponderam umas sobre as outras, segundo o contexto de mobilização em foco.

4.2.3 Coletivos de falantes

Os 283 membros que se manifestaram na comunidade, dentre os 1.060 participantes cadastrados, serão aqui considerados a partir de agora como “falantes”. O termo

permite expressar a conexão do ato de postagem *online* a uma ação típica do diálogo, primordialmente referenciado no universo da conversação do mundo *offline*. Além disso, o vocábulo não ignora os “não-falantes”, nesse caso em maioria. Embora não seja o foco da presente investigação, os que não postam oferecem interessante objeto de pesquisa. Quais (des)motivações levam pessoas a se vincularem a um grupo aberto na plataforma *FB*, sem postarem sequer uma única vez? Fica a questão para futuros estudos.

Na CFL-MCCE no *FB*, durante o período pesquisado, mais de 56% das postagens estão concentradas em 271 pessoas que, por sua vez, apresentam um histórico de até 4 *posts*, sendo que mais de 80% desses são *one-time-posters*. No cômputo global, aproximadamente 39% das mensagens coletadas são de autoria de pessoas que postaram apenas uma vez.

Tabela 5 - Distribuição de *posts* por participante

Participantes	Posts por Participante	Total dos Posts
227	1	227
31	2	62
11	3	33
2	4	8
	subtotal	330
Linha de corte: 5 posts		
Aline Kemp Görlich	5	246
Cristiane Stoppiglia	5	
Mario de Faria Sebok	6	
Gabriel Lauro	8	
Regina Helena Thompson	8	
Luís Renato Cruz Vieira	12	
Eduardo Marinho	12	
Carolina M Neri	22	
Isabela Nogueira da Gama	28	
Nilson Flores Jr	33	
Márlon Reis	105	
“ATIVIDADE RECENTE”	12	12
	total	586

Numericamente, o que se percebe na comunidade é a existência de um núcleo de pessoas que postam mais frequentemente, em torno das quais orbitam outros membros menos falantes e, à margem desses últimos, os que se manifestam pelo botão “curtir” ou “compartilhar”, sem gerar “comentários” que interfiram diretamente no rumo da conversa, ou

os que apenas acompanham o movimento em silêncio; todavia, ainda sim consideramos que os que “curtem” ou simplesmente compartilham, também estão a falar, embora somente aduzam ou reproduzam as falas de outrem.

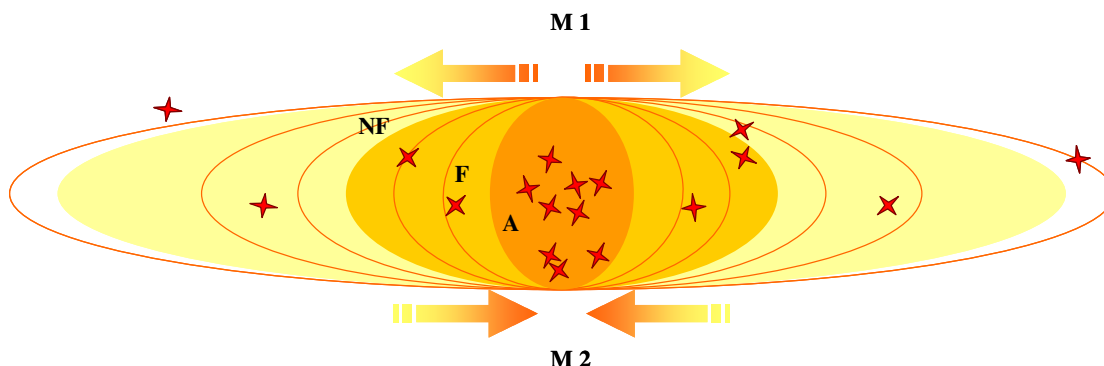
Os “mais falantes” tendem a ser encontrados no cerne da comunidade, produzindo conteúdo em maior quantidade (número de *posts*) e, em geral, de forma contínua, interagindo de forma qualificada e desenvolvendo repertórios de ações, ou seja: expõem opiniões, questionamentos, julgamentos, problematizações. Esse grupo conforma o núcleo de ativistas, de onde provém o pulso que impele os movimentos do movimento.

Nesse sentido, a geração das ondas de mobilização depende não apenas das interações estabelecidas entre esses públicos a que nos referimos, mas de dois movimentos básicos que fazem com que a mobilização possa se estender do campo de ação do ativismo para toda a sociedade e vice-versa.

O primeiro movimento tem origem epicêntrica e se dispersa entre os públicos pela via do compartilhamento. Vimos exemplos disso em movimentos sociais *online* citados nesse trabalho: há sempre um sujeito que dá início ao movimento em rede, seja ele um indivíduo, um grupo e/ou um coletivo. No caso do *FB*, a iniciativa é, em sua maioria, individual, mas ela se vê imediatamente refletida na propagação do ato em inúmeros outros perfis. É como lançar uma pedra na superfície de um espelho d’água, gerando imediato movimento de propagação da energia epicêntrica de imediato.

O segundo movimento constitui uma resposta ao primeiro, não necessariamente imediata, mas fundamental à sustentação da mobilização. Trata-se da adesão dos públicos à causa, fazendo-os mais próximos do núcleo ativista por meio do engajamento cívico e da participação em ações do movimento, tanto *online* quanto *offline*. Lembremos que a participação sempre apresentará algum nível de hibridismo e que toda ação de mobilização *online* guarda, em certa medida, um vínculo com a esfera presencial.

Na Figura 4 tentamos representar visualmente por meio de um esquema lógico os elementos até aqui apresentados (incluindo as ondas de mobilização). Nomeando-o modelo epicêntrico-convergente, procuramos ressaltar a existência de dois movimentos pulsantes que se encadeiam via rede e que levam à formação e movimentação dos públicos. Como num processo de sístoles e diástoles, há um bombeamento bilateral entre compartilhar e participar que “oxigena”, irriga e alimenta o movimento como um todo, fazendo-o tomar corpo.

Figura 4 - Modelo epicêntrico-convergente de mobilização *online*

Legenda: *Círculos:* Amarelo Claro – NF (não-falantes); Amarelo – F (Falantes); Laranja – A (Ativistas); M1 (**movimento de mobilização 1:** compartilhamento via disseminação epicêntrica); M2 (**movimento de mobilização 2:** participação via adesão convergente); *Polígonos* (lideranças que orbitam pela rede); as cinco ondas de mobilização estão representadas pela circulação das *linhas concêntricas* traçadas ao redor dos círculos, demonstrando o efeito de propagação em rede, sendo elas: **convocação inicial; adesão absoluta; atos públicos; vigília pública; reproblemáticação.**

No que se refere aos perfis dos falantes no *FB*, eles são determinados, via de regra, por uma pessoa e não uma entidade ou empresa. As *fan pages* são mais tipicamente usadas pelas instituições, que esperam conquistar mais “fãs” (o mesmo que seguidores) do que propriamente “amigos”.

Desse modo, a página de um perfil é definida não apenas por aquilo que seu autor posta, mas pelas conexões que os sujeitos estabelecem via rede em seus perfis; vínculos que passam a ser visíveis e acessíveis aos outros. Os perfis individuais funcionam como medianeiros de comunicações proferidas por outrem. Na página da CFL-MCCE, o fenômeno também ocorre, embora se trate não de um perfil restrito, mas de um grupo aberto que nos leva aos perfis de seus membros. A experiência de interação no *FB* é, por princípio, coletiva; quando se trata de um “grupo aberto”, esse aspecto se torna ainda mais intenso.

À medida que um perfil toma para si o *link* de uma notícia, uma foto ou um vídeo e o expõe, compartilhando-o, o sujeito automaticamente se vincula àquele conteúdo. O que foi produzido e postado por “um outro” e, em sequência, “importado” por mim ao meu perfil, passa a ser também “algo meu” e, com o fortalecimento do fenômeno, um conteúdo “nosso”. Num grupo aberto, essa exposição pública ganha mais força.

Desse modo, e em especial no combate *online* à corrupção via *FB*, *ser autor também significa ser conector entre outros sujeitos e outros atores do espaço público*. A vocalização ampliada, viabilizada pelas expressões e informações expostas por amigos, são

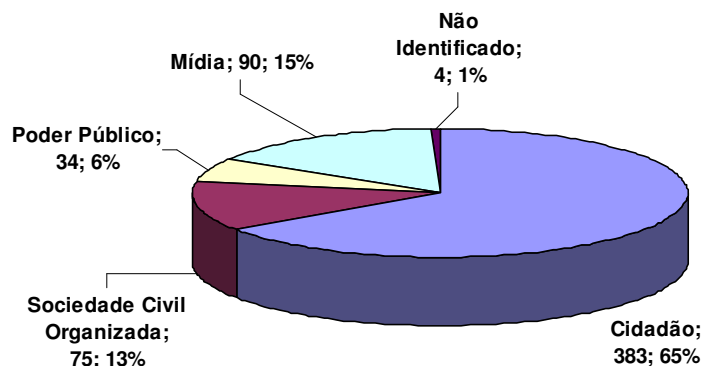
também minhas, pois tomam parte *in virtual* de mim. Mesmo que eu apenas as aceite tacitamente, ao permitir que permaneçam expostas “sobre mim”, em meu perfil.

As postagens, enquadradas segundo os autores responsáveis pelas informações publicadas, apresentam predomínio da voz dos cidadãos (65%), seguido da presença de representações da Sociedade Civil Organizada (13%), da Mídia (15%) e do Poder Público (6%). Há 12 postagens classificadas como “atividade recente”, as quais foram consideradas na categoria “cidadão”, já que relatam ações executadas pelos participantes na comunidade, informando sobre discussões temáticas, por exemplo, sem detalhá-las, todavia. Apenas em 4 *posts* não foi possível identificar a voz de um autor em específico. A representação desses dados pode ser visualizada no Gráfico 5, a seguir.

Dos 383 *posts* oriundos de cidadãos, 335 não apresentam conexões com quaisquer autores, ou seja, não fazem nenhuma referência ou interligação com outro. Como numa pequena narrativa, o *post* contém, em si, princípio, meio e fim, sem *links*. Apenas 35 deles apresentam alguma forma de conexão com outros cidadãos.

Pode-se refinar a pesquisa sobre quem são exatamente esses autores, de modo a agrupá-los segundo a afinidade, por compartilharem quer um mesmo campo de atuação, quer papéis sociais ou objetivos de ação similares.

Gráfico 5 - Composição do coletivo de falantes (autores) na CFL-MCCE no *FB*



A voz de sociedade civil se faz distribuir em 75 *posts*, que se referem a: (1) organizações do universo *online*, como *Petition Online* e *Avaaz* (17 *posts*); (2) entidades *offline* já conhecidas no espaço público, como a Ordem dos Advogados do Brasil, Transparência Brasil e agências de comunicação internacionais do Terceiro Setor (12 *posts*);

(3) 38 *posts* de movimentos sociais do Terceiro Setor, como o MCCE. Outras entidades, menos formais e campanhas menos institucionalizadas, contabilizaram 8 *posts*.

Mesmo *online*, o contato dos públicos com as instituições públicas tende a aumentar. A presença do Poder Público entre os falantes tem predomínio da Câmara dos Deputados, para a qual 28 *posts* enviam o leitor (*link* para o *site* da instituição). O Senado, o Palácio do Planalto, a Controladoria Geral da União, entre outros, estão presentes em apenas 6 *posts*. Em situações como a da Campanha Ficha Limpa, independente do nível de conhecimento que os membros tenham sobre o Parlamento e outras instituições públicas, há sempre a oportunidade de que o público passe a melhor conhecê-las por meio da interação direta com elas e com os públicos a elas vinculados.

É considerável a variedade dos atores presentes na categoria *Mídia*, embora esse coletivo de falantes contabilize apenas 90 *posts*. Nessa categoria é possível reconhecer as vozes: (1) dos Grupos de Mídia de Massa (48 *posts*) com a forte liderança do Grupo Globo (31 dos 48 *posts*), com *links* postados pelos usuários para entrevista do Programa do Jô, Jornal *O Globo*, CBN, *Revista Época*, entre outros. Em pequena proporção são encontrados *links* para Grupo Estado (Estadão, com 8 *posts*) e Jornal Folha S. Paulo (4 *posts*), entre outros veículos; (2) da Mídia Regional, com 19 *posts* com *links* para, em sua maioria, jornais impressos e para o *site VIVAcidade*, que traz informações sobre a cidade de Sorocaba, um dos parceiros na rede da divulgação do Ficha Limpa (12 *posts*); (3) da Mídia Alternativa, grupo em que se destaca “Congresso em Foco”, *site* Jornalístico que faz cobertura independente do Congresso Nacional, presente em 10 dos 15 *posts* desse agrupamento. Outros atores da mídia internacional, de portais e *sites* comerciais, como Uol e Terra, e de outros *sites*, são referenciados em outros 8 *posts*.

O predomínio do Grupo Globo como autor e ator da mídia (31 *posts*), fortemente presente nos *links*, rivaliza com o MCCE no volume de *posts* (36 *posts*). Isso demonstra que a influência de grandes grupos midiáticos tradicionais encontra prolongamentos sobre o ciberespaço, seja pelos investimentos da própria empresa em ganhar mercado via internet, seja pelos hábitos de consumo forjado no século XX, baseado, desde fins dos anos oitenta, na sociedade “de TV” e em seus produtos.

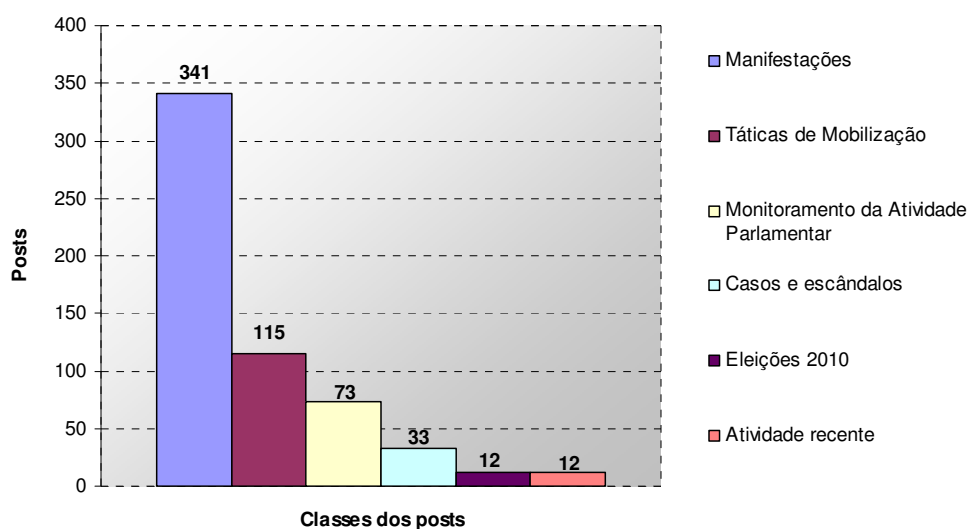
Embora residual, os colunistas e comentaristas também levam sua parcela de vocalização: Ricardo Noblat é *linkado* duas vezes (Jornal *O Globo.com*); Arnaldo Jabor (Jornal *O Globo* e CBN também duas vezes); Renata Lo Prete e Ricardo Boechat, um *post* para cada. Lúcia Hippolito tem uma crítica de sua autoria literalmente transcrita nos *posts* 123 a 126.

4.2.4 Repertórios em diálogo

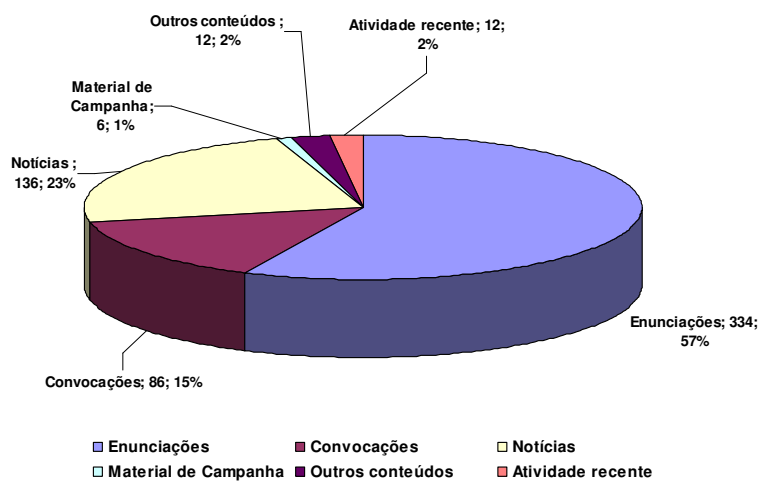
Consideramos repertórios de ação comunicativa como conjuntos de elementos textuais construídos e transacionados via compartilhamento *online*, baseados em valores e visões que marcam as relações intersubjetivas, os discursos e ações em comunidade. A análise do conteúdo das mensagens, que revela tais repertórios, é feita a partir de quatro variáveis: (1) do nível de proximidade do *post* com o objeto de campanha (o combate à corrupção no contexto de mobilização pela aprovação do Projeto Ficha Limpa); (2) quanto à classe e tipo de postagem, que detalham sobre o que versa o *post*; e (3) sobre a natureza das informações neles constante. E, não menos importante, indicaremos (4) quais canais da rede acolheram a capilaridade para os repertórios.

No que se refere ao nível de proximidade dos *posts* com o objeto de campanha, do total de 586 *posts* mapeados, mais de 80% trazem temas concernentes ao Ficha Limpa, visando o combate à corrupção e o desenvolvimento de ações do movimento de combate à corrupção eleitoral. Outros 14% dos *posts*, aproximadamente, versam sobre temas e acontecimentos sociais tangenciais ao objeto de campanha; falam sobre escândalos em geral, casos ou suspeitas de corrupção, sobre o posicionamento público de políticos e candidatos em campanha eleitoral a respeito do tema “corrupção”, entre outros. Residualmente, apenas 6 *posts* trataram de questões alheias ao objeto da comunidade. Isso demonstra o compartilhamento e a clareza dos sujeitos sobre o papel da comunidade.

Quase 58% são manifestações livres dos participantes da comunidade, seguidos por aproximadamente 20% de postagens que tratam de táticas de mobilização. Mensagens que trazem informações sobre atividades dos parlamentares aparecem em terceiro lugar (12,5%); em quarta posição tem-se a categoria “casos e escândalos”, com aproximadamente 5%. Residualmente, aparecem categorias como “eleições 2010” e “atividade recente” que, juntas, respondem por somente 4% das postagens. Os dados numéricos podem ser visualizados no Gráfico 6:

Gráfico 6 - Distribuição dos *posts* segundo a classe de assunto

Para melhor compreendermos de que se constituem esses conteúdos, agrupados ainda por “grandes temas”, valemo-nos da classificação subsequente, mostrada no Gráfico 7, segundo os tipos de *posts*.

Gráfico 7 - Distribuição dos *posts* segundo o tipo de assunto

O Gráfico 7 nos mostra uma concentração majoritária das mensagens na categoria “enunciações” (57%), que abarca: mensagens de adesão e/ou apoio ao movimento (111 *posts*); questões levantadas pelos participantes para debate no âmbito da comunidade do FB (90); *posts* de protesto e/ou repúdio (88); pedidos de informação/esclarecimentos de dúvidas dos participantes sobre o Projeto Ficha Limpa (22); ou mensagens com informações sobre

candidatos “fichas sujas”, ou que tratam sobre denúncias (18). O MCCE e autores vinculados ao movimento, como usuários do *Twitter*, *blogs*/blogueiros e outras comunidades, também postaram “enunciações” (5 *posts*) que integram esse amplo grupo.

O Quadro 3 contém exemplos das enunciações *ipsis literis*, mantendo com isso a fidelidade ao *post* original, incluindo erros de digitação ou incorreções do uso culto da língua.

Quadro 3 - Exemplos de “enunciações” extraídas da CFL-MCCE

I. Mensagens de Adesão e/ou Apoio ao Movimento (111 <i>posts</i>)
52.Giovana Paola Esse projeto tem muitas vantagens, a iniciativa é um avanço extremamente importante, mostra que uma grande parte da população não aceita político com ficha suja. O maior mérito está no esforço de todos que de alguma forma ajudaram para que conseguissemos chegar ao numero necessário de assinaturas. Parabens!!! 30 de setembro de 2009 às 08:26
148.Carola Alves de Lima ADESÃO ABSOLUTA! 9 de dezembro de 2009 às 14:43 2 pessoas curtiram isto. COMENTÁRIO 146A. Heleninha Simonsen Adorei a idéia!!!Bjsss 9 de dezembro de 2009 às 14:45
II. Questões para fomentar debate no âmbito da comunidade do FB (90 <i>posts</i>)
344.Lucia Quental Dúvida: O foro privilegiado diz respeito apenas a expressão de idéia?. Então não protege contra condutas criminosas ou prtege?. 26 de fevereiro de 2010 às 23:55 COMENTÁRIOS 344A. Márlon Reis Lúcia, a expressão "foro privilegiado" se relaciona ao direito que alguns têm de serem processados em determinadas instâncias (tribunais), diferentemente do que acontece com a imensa maioria dos brasileiros. Outra coisa é a "imunidade parlamentar", que assegura aos congressistas poderes de praticar determinados atos sem que possam configurar crimes. 27 de fevereiro de 2010 às 11:01 344B. Emiliano Rodrigues Não seria interessante terminar com essa imunidade parlamentar isso livra pele de muito político corrupto 28 de fevereiro de 2010 às 13:32
252.Jonatas Soares Campanhas como essa são sempre bem vindas!! Mas será que algum candidato tem a ficha limpa para poder votar nessas eleições?? 8 de janeiro de 2010 às 05:49 COMENTÁRIOS 252A. Nilson Flores Jr Acho que Vc não foi Pessimista, e Sim, REALISTA !!! 8 de janeiro de 2010 às 13:03 252B. Daniel M. Majzoub ta dificil mas nao impossivel...

8 de janeiro de 2010 às 13:31

252C. Eduardo Marinho

Nada é impossível quando se tem real vontade de fazer.

O Brasil tem jeito... o mundo tem jeito...vamos em frente.

9 de janeiro de 2010 às 16:51

III. Mensagens de Protesto e/ou Repúdio (88 posts)

114.Nádia Bonan

Vamos dar um basta aos que acreditam que o Brasil é constituído por uma população que pouco se informa e jamais se envolve nas questões políticas. Provar que a cidadania ainda existe e que temos voz! Vamos utilizar esse instrumento (Internet)que já provou ser eficaz nessa e em outras manifestações!

7 de novembro de 2009 às 14:24

Amanda Bonan curtiu isto.

462.Márlon Reis

Algumas caixas postais de deputados estão programadas para excluir mensagens com "ficha limpa" no assunto. O MCCE constatou o ocorrido em conversas com alguns gabinetes parlamentares. É grave, mas é real. Sugerimos que coloquem outros temas no assunto, tais como "contra a corrupção eleitoral", "corrupção política", "Aprovação da nova iniciativa popular", ou qualquer coisa do gênero.

11 de abril de 2010 às 12:32

COMENTÁRIOS

462A. Emmanuel Girão Pinto

Márlon, Acho que devemos buscar outras formas de pressão popular. Somente a Web ~parece que não está surtindo o efeito desejado. Não dá para pedir empenho à CNBB e demais entidades do MCCE?

11 de abril de 2010 às 12:37

462B. Márlon Reis

A OAB e a CNBB estão à frente de várias ações de mobilização. Agora mesmo a Ordem está convidando todas as seccionais a promoverem eventos em apoio ao projeto. A web é uma importante forma de pressão, mas não a exclusiva. Também realizaremos um ato público no Congresso na próxima semana.

11 de abril de 2010 às 12:42

462C.Isabela Nogueira da Gama

Isso daria um ótimo artigo Márlon. A Câmara se diz "a casa do povo", mas nesta democracia "representativa", nossos representantes só representam a eles mesmos, só agem em causa própria... E que venham as campanhas eleitorais agora e a mendigagem por votos.

11 de abril de 2010 às 15:16

462D. Rafael Cláudio Simões

A que ponto chegam esses cidadãos que se dizem representantes do povo. Vergonha. Pressão neles. Coletar assinaturas e divulgar a campanha.

11 de abril de 2010 às 23:35

462E. Cabot Roberto

Um dos grandes valores desta campanha, é o seu efeito revelador...

12 de abril de 2010 às 12:29

462F. Mario Scartezini F

Escrevi pessoalmente a TODOS os deputados federais e senadores por Goiás, onde sou eleitor. Só um me respondeu. Vou me lembrar disso nas eleições!

14 de abril de 2010 às 18:09

IV. Pedidos de Informação/Esclarecimentos de dúvidas (22 posts)

280.Simone Coste

como votar no ficha limpa ?

29 de janeiro de 2010 às 08:15

COMENTÁRIO

280A. Márlon Reis

Simone, você quer saber como assinar o projeto de lei de iniciativa popular? Se for este o caso, ele já foi entregue à Câmara. Agora precisamos vê-lo aprovado.

29 de janeiro de 2010 às 09:07
363. Eliana Lames Não estou conseguindo registrar minha assinatura, pois quando tento fazê-lo e enviar, vem uma msg em inglês e não posso concluir e enviar. Gostaria de orientação. Obrigada CurtirCurtir (desfazer) · Inscrever-seCancelar inscrição · 4 de março de 2010 às 23:18 COMENTÁRIO 363A. Márlon Reis Olá, Eliana. Não sabemos o que pode haver ocorrido. Conseguiu assinar posteriormente? 7 de março de 2010 às 09:38 · CurtirCurtir (desfazer).
V. Mensagens com informações sobre candidatos “fichas sujas”, ou que tratam sobre denúncias (18 posts)
457. Dninja Turrona http://listasuja.wordpress.com/ O jeito é divulgarmos por nós mesmo a lista dos bandidos Lista de Políticos Corruptos listasuja.wordpress.com RT @leandro_ogalha: Eh, a estratégia do #Serra de se posicionar como "Pós Lula" ao invés de "Contra Lula" está dando certo... 2daysago 09 de abril às 16:32 2 pessoas curtiram isto. COMENTÁRIO 457 A . Alex Palad Vou Divulgar. 09 de abril às 19:46
219. Isabela Nogueira da Gama maneira interativa para ver quem está com a ficha suja: Congresso na Lama Cada vez que clicar, receba o nome de um parlamentar e o(s) processo(s) que este está respondendo na Justiça, como obtidos através do site Congresso em Foco. 15 de dezembro de 2009 às 13:09 Compartilhar. Transparência Jovem curtiu isto. COMENTÁRIO 219 A Transparência Jovem Posso ficar o dia inteiro clicando sem repetir um nome 15 de dezembro de 2009 às 17:08
VI. MCCE e atores vinculados ao movimento, como usuários do twitter, blogs/blogueiros e outras comunidades (5 posts)
103. Milena Dominicci EM QUEM NÃO VOTAR: (crimes cometidos por deputados) http://narizdepalhaco.wordpress.com/2009/10/20/abaixo-lista-de-politicos-com-ficha-criminal-divulguem-o/ Abaixo lista de políticos com ficha criminal – DIVULGUEM! ;o) « RPNC – Nariz de Palhaço narizdepalhaco.wordpress.com 1- ABELARDO LUPION Deputado PFL-PR Sonegação Fiscal2 -ADEMIR PRATES Deputado PDT-MG Falsidade Ideológica3 -AELTON FREITAS Senador PL-MG Crime de Responsabilidade e Estelionato4 -AIRTON ROVEDA Deputado ... 21 de outubro de 2009 às 01:01 3 pessoas curtiram isto.

Na quadro anterior foram considerados apenas *posts* cujo nível de proximidade com a causa seja central, ou seja, aqueles que tratam diretamente de questões relacionadas ao movimento de mobilização em favor da aprovação, sanção e viabilização do Projeto de Lei. No item I do quadro, as mensagens exemplificam dois tipos recorrentes de enunciações: a

casa do povo, mas nesta democracia *representativa*, nossos representantes só representam a eles mesmos, só agem em causa própria...” (462C). Assim, as mensagens de repúdio e/ou protesto variam desde o uso de vitupérios, xingamentos e palavrões até frases polidas, com exposição de argumentos bastante racionais, como aquelas utilizadas pelos sujeitos ao longo do *post* 462. O que elas têm em comum? Um senso de injustiça irrefutável.

No quarto item, que trata dos pedidos de informação/esclarecimentos de dúvidas, os *posts* apresentam, geralmente, baixo nível de complexidade. Com predominância de perguntas operacionais, essas enunciações são respondidas pelos próprios membros da comunidade. Já as mensagens que tratam de informações sobre candidatos “fichas sujas”, ou sobre denúncias, trazem a “lista suja” como “vedete” dos internautas, conforme exposto pelos *posts* 457, 219 e 103, presentes no item 5 e 6 do quadro anterior. No *post* 514, um falante chega a sugerir a criação de “um selo de qualidade para os partidos que não ofereçam legenda para os “fichas sujas”, com vistas a facilitar vida do cidadão em processos eleitorais. No comentário 514 A, outro participante diz: “Contribuo com uma sugestão para o selo: Sem Bandidos.” Seja como for, a lista dos “fichas sujas” sistematiza em rede um conhecimento disperso, facilitando o acesso público a dados que podem ser mais facilmente disseminados pelos ativistas, ao alcance de um clique. Reconhece-se também um tom de criticidade sobre os muitos parlamentares que respondem a processos na Justiça no comentário 219 A: “Posso ficar o dia inteiro clicando sem repetir um nome”. Destacam-se na divulgação desse processo nos *posts* supracitados o movimento “Rir para Não Chorar”, da sociedade civil e o *site* independente de notícias “Congresso em Foco”.

Já as categorias “notícias” (23%) e “convocações” (15%), resultam juntas em quase 38% dos 586 *posts*; a primeira categoria (136 *posts*) é composta por manifestações referenciadas em algum material noticioso, podendo ser oriundo das mídias comerciais (58), de canais oficiais de órgãos públicos (22) ou de veículos “alternativos” (18), esses vinculados em particular a instituições do terceiro setor ou a *sites* independentes na internet. O MCCE e atores vinculados ao movimento também compõem essa categoria (38 *posts*). Já apresentamos dados referentes à distribuição dos *posts* de acordo com os *media* no item anterior (ver item 3.2.3, p.102)

Em “convocações” (ver Quadro 4), com 86 *posts*, encontra-se um rol bastante diversificado de mensagens, a saber: convites para ações presenciais (31); convites para ações virtuais ou a distância, como twitaços, envio de *e-mails*, ligações, entre outras (26); abaixo-assinados virtuais (17), em especial viabilizados pela Avaz.org. O MCCE e atores vinculados ao movimento respondem por quase 15% (12 *posts*) dentro da categoria.

Quadro 4 - Exemplos de “convocações” extraídas da CFL-MCCE

I. Convites para ações presenciais (31 posts)
272.Eduardo Marinho Está na hora de cada um aqui procurar conversar, quando tiver tempo, e mostrar para conhecidos a importância desse movimento e que só a união de pessoas tornará realidade algo que deveria ser tão natural mas que infelizmente não é. As pessoas que nos representam criam as leis, decidem tudo em relação às políticas monetárias do país, regem nossas vidas em diversos aspectos e sequer será considerado inapto para exercer função tão importante alguém que responda processos , e em alguns casos condenados , enquanto nós , simples mortais, sofremos e temos que atender tantas exigências por leis criadas por tão distintas figuras. ACORDA BRASIL 26 de janeiro de 2010 às 00:43 4 pessoas curtiram isto.
486. Carolina M Neri Estao divulgando na outra comunidade do Ficha Limpa. ... estamos organizando uma passeata aqui no Rio de Janeiro dia 02/05 na Praia de IPANEMA POSTO 9 !! Vamos comparecer e divulgar essa informação !! As informações serão divulgadas na comunidade FICHA LIMPA, EU APOIO no orkut e no meu twitter www.twitter.com/luhartt ...!! Vamos nos unir e quem sabe o Brasil inteiro não f...az uma passeata no mesmo dia para mobilizarmos de vez a população??? ESSA É A HORA !!!!!!!!! FICHA LIMPA, EU APOIO Ver mais Luiza Hartt (LUHARTT) on Twitter www.twitter.com/content 22 de abril às 13:42 Adriano Pandini curtiu isto.
II. Convites para ações virtuais ou à distância (26 posts)
32.Isabela Nogueira da Gama http://www.politweets.com.br/ Vamos usar o twitter para algo útil, mandando e divulgando o site http://www.mcce.org.br/ para todos os deputados (e consequentemente os seus contatos, etc) Vamos fazer a Campanha Ficha Limpa viralizar no twitter tambem! 19 de setembro de 2009 às 18:09
485.Cristiane Stoppiglia Vamos aproveitar o feriado para fazer pressão nos deputados a favor do Projeto Ficha Limpa? Elaborei aqui um passo-a-passo bem simples! Acompanhem nos comentários 21 de abril de 2010 às 14:51 3 pessoas curtiram isto. COMENTÁRIOS 485 A. Cristiane Stoppiglia 1 – Escreva um texto pedindo o apoio do deputado para o Projeto. Pode usar o texto que eu utilizei, logo abaixo, alterando apenas as informações na linha 2 (eleitor/a), seu nome e seu estado: “Prezado Parlamentar, Como eleitor do seu estado, estou escrevendo para pedir o seu voto a favor do Projeto de Lei Ficha Limpa - nº. 518/09 na Câmara Federal, mas CONTRA a inclusão das emendas do recurso suspensivo à condenação, proposto na terça-feira (20 de abril), uma vez que a inviabilidade eletiva por condenação em órgão colegiado é razoável e adequada às necessidades dos eleitores brasileiros.Mais de 2 milhões de brasileiros já apoiaram esta campanha para acabar com a corrupção na política no nosso país e entendemos que apenas políticos corruptos estejam tentando oferecer acordos e troca de favores para enfraquecimento ao Projeto de Lei Ficha Limpa.

A decisão está agora em suas mãos e só aceitaremos um resultado: a aprovação do Projeto de Lei Ficha Limpa sem segundas alterações. A sua decisão será observada de perto e irá determinar como o seu eleitorado irá votar em outubro e futuras eleições. Conto com o seu apoio, Seu nome Seu estado – Brasil” 21 de abril de 2010 às 14:53 485 B. Cristiane Stoppiglia 2 – Envie este texto para todos os deputados do seu estado (no caso, de São Paulo. Se vc não é de São Paulo, vá para o item 3). Os contatos estão todos na lista abaixo: dep.abelardocamarinha@camara.gov.br; dep.aldorebelo@camara.gov.br; dep.alinecorrea@camara.gov.br; dep.antonibulhoes@camara.gov.br;⁹⁰ [...] dep.walterfeldman@camara.gov.br; dep.walterihoshi@camara.gov.br; faleconosco@deputadowilliamwoo.com.br 21 de abril de 2010 às 14:53 485 C. Cristiane Stoppiglia 3 – Se você não vota no estado de São Paulo, PESQUISE OS DEPUTADOS DO SEU ESTADO, USANDO O LINK: http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa PESQUISE O DEPUTADO POR UF 21 de abril de 2010 às 14:54 485 D. Cristiane Stoppiglia 4 – Vote também no site do AVAAZ (Não é tão oficial, mas também vai ajudar a pressionar): http://www.avaaz.org/po/salve_ficha_limpa/?cl=537100885&v=5918 21 de abril de 2010 às 14:54 485 E. Carolina M Neri Bem bacana Cristiane, de uma olhada aqui: http://www.orkut.com/Main#CommMsgs?cmm=5065228&tid=5458781795448322083&start=1 se tiver outras ideias por favor inclua, ok? 21 de abril de 2010 às 22:30
III. Abaixo-assinados virtuais (17 posts)
7. Márlon Reis Como acelerar a coleta de assinaturas Pessoal, Quem tem sugestões sobre o que devemos fazer para acelerar a coleta e alcançarmos o quanto antes as 300 mil assinaturas que faltam? 25 de julho de 2009 às 12:47
12. Márlon Reis Rebecca, infelizmente a lei que rege a apresentação de projetos dessa natureza (Lei 9709) ainda é muito arcaica e exige a apresentação dos formulários impressos. Não temos outra alternativa por enquanto. 9 de agosto de 2009 às 09:09
11. Isabela Nogueira da Gama rebecca, para um projeto de lei de iniciativa popular e necessario que os formularios com as informacoes pessoais/ numeros dos titulos de eleitor e assinaturas sejam enviadas para brasilia. a informacao esta no site www.9840.org.br 8 de agosto de 2009 às 13:00
10. Rebecca Lockwood Acho que o formulário deveria ser preenchido <i>online</i>, como no site "Petition <i>Online</i>". Muito mais prático e obteria certamente mais assinaturas do que a impressão de arquivo em .pdf apresentada. Abre um "petition <i>online</i>"

⁹⁰ A autora do *post* listou os endereços eletrônicos de todos os deputados, lista que suprimimos por sua extensão.

8 de agosto de 2009 às 11:42
9.Rebecca Lockwood Faço minhas, as palavras de Hugo Braule, um amigo: "Acho que o formulário deveria ser preenchido <i>online</i>, como no site "Petition <i>Online</i>". Muito mais prático e obteria certamente mais assinaturas do que a impressão de arquivo em .pdf apresentada." 8 de agosto de 2009 às 11:40
IV. O MCCE e atores vinculados ao movimento (12 posts)
8.Márlon Reis Pessoal, estamos também no Twitter (@ficha limpa). 26 de julho de 2009 às 10:32
128. Tiago Cordeiro Corrupção é DA SUA CONTA Participo do lançamento da rede social Da Sua Conta, em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (TCM-CE). A idéia é agregar pessoas de todo o Brasil que possam trocar informações sobre como fiscalizar as contas públicas, aumentar os níveis de transparência desses processos e facilitar as denúncias de corrupção em qualquer região do Brasil. O endereço é: http://www.dasuaconta.com.br/ Queria convidar vocês da "Discussões Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral" para entrarem na rede e participar para termos uma sociedade mais honesta e sem desvio de verbas públicas. O nome Da Sua Conta é justamente porque nos interessa fiscalizar e impedir casos de corrupção. Participem e convidem seus amigos que se interessam pelo tema. Se tiverem qualquer dúvida, postem por aqui, ok? Ver mais 3 de dezembro de 2009 às 17:42

Assim como no Quadro 3, para o quadro anterior foram considerados apenas *posts* cujo nível de proximidade com a causa seja central, excetuando-se o *post* 128, exemplificado no item 4, único de natureza “tangencial” ao objeto da CFL-MCCE, mas que trata de uma rede social importante no contexto de mobilização (rede social “Da Sua Conta”, viabilizada em parceria com o Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará).

No item 1, convites para ações presenciais, são apresentados dois tipos de convocações: a primeira (*post* 272) valoriza a conversa cotidiana, que mostra “para conhecidos a importância desse movimento”, apelando para uma sensibilização face a face a respeito do tema; a segunda (*post* 486) se refere a passeata, uma típica ação presencial, dentre outros elementos que ajudaram a compor a onda de atos públicos. Interessante observar que o *post* apresenta conexões para *Orkut* e *Twitter*, demonstrando capilaridade de uma convocação *online* em outras plataformas, bem como o hibridismo entre o meio virtual e o presencial.

Quanto aos convites para ações virtuais ou a distância, exemplificados pelos *posts* 32 e 485, eles se valem de estratégia que privilegia a ocupação do ciberespaço por múltiplos canais, apelando para a disseminação de informações via rede, mas também para táticas direcionadas ao engajamento dos parlamentares à proposta. O *post* 32 solicita: “vamos fazer a

Campanha Ficha Limpa viralizar no twitter também!”, convocando explicitamente à “viralização” da campanha; já o 485 descreve um passo a passo para abordagem dos parlamentares. A autora se aproveita da própria estrutura de comentários para publicar cada passo; o reforço positivo ao seu *post* vem logo em seguida, no comentário 485E: “Bem bacana Cristiane, de uma olhada aqui: (*link para plataforma Orkut*)”. Nesse bloco de interações o que se vê é uma disposição ao compartilhamento e à colaboração entre ativistas, na disponibilização mútua de saberes uns para os outros. Ao mesmo tempo em que a interação um-para-um (Isabela-Cristiane) lhes serve como reforço pessoal, ao ficar exposta no grupo aberto ela cumpre a dimensão um-para-muitos, já que todos podem acessar o *link* disponibilizado pelo comentário.

No grupo dos abaixo-assinados virtuais (item III), as convocações remetem tanto aos formulários que, à época, poderiam ser impressos e assinados (coleta de assinaturas presenciais), quanto à adesão virtual por meio de *sites* como o *Avazz.org*. No *post* 7, Márlon Reis lança uma provocação: “Pessoal, quem tem sugestões sobre o que devemos fazer para acelerar a coleta e alcançar o quanto antes as 300 mil assinaturas que faltam?” Já no bloco de interações entre os *posts* 9 e 12, o que vemos é o questionamento de uma internauta sobre a necessidade de coletar assinaturas, ao que foi respondida pelas lideranças da rede. “Rebecca, infelizmente a lei que rege a apresentação de projetos dessa natureza (Lei 9709) ainda é muito arcaica e exige a apresentação dos formulários impressos. Não temos outra alternativa por enquanto.” Em ambos os casos, é possível reconhecer a dialogicidade marcante das interações, balizadora das relações construídas pela CFL-MCCE, mesmo quanto ao esclarecimento de questões operacionais.

Os dois últimos exemplos de convocação, expostos no item IV, reforçam aspectos de capilaridade na rede: como “@ficha limpa”, presença no *Twitter*, que articula uma rede de seguidores⁹¹ (*post* 8) e da rede social “Da sua Conta”, situada na plataforma Ning⁹² e que aponta para valores mais amplos como ao convocar os internautas a “entrarem na rede e participar para termos uma sociedade mais honesta e sem desvio de verbas públicas.” (*post* 128).

“Outros conteúdos” compreendem canções, vídeos, manifestações artísticas que guardam alguma relação com o tema corrupção (12 *posts*); como dito anteriormente, a

⁹¹ Até 19/3/2011, o @fichalimpa contava com 13.903 seguidores.

⁹² O Ning é uma plataforma fundada em 2005, utilizada tipicamente por professores e educadores. A palavra “ning” significa “paz” em chinês (chinês simplificado: 宁; chinês tradicional: 寧; pinyin: níng). Cada usuário pode criar a sua própria rede e aderir a redes de sujeitos que partilhem os mesmos interesses. Ao contrário do *Facebook*, onde há predomínio do diagrama social pessoal, o Ning permite o compartilhamento de interesses específicos. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ning>

categoria “atividade recente” refere-se aos *posts* que relatam ações executadas pelos participantes na comunidade (12 *posts*). Embora pequeno, destaca-se o valor de 6 *posts* (1%) dedicados exclusivamente à divulgação de material de campanha, produzido pelo MCCE.

Os *posts* no Quadro 5 são considerados tangenciais, por que suas informações tratam de temas relacionados à corrupção, mas não relacionados ao Projeto de Lei. A presença da ironia e do humor é uma variável linguageira importante nesse agrupamento de mensagens. Reserva-se ao riso o papel de ato crítico perante os escândalos de corrupção e às práticas políticas viciadas dos eleitos. Seja na simplicidade de uma marchinha de carnaval, de autoria de um tradicional bloco de rua de Brasília; seja na complexidade poética própria de Tom Zé, revela-se uma aguda crítica aos usos e costumes de nosso sistema político. “Meta sua grandeza/ No Banco da esquina/ Vá tomar no Verbo/ Seu filho da letra” é uma estrofe da canção *Politicar* que ecoa em outros *posts*, os quais disponibilizam, por exemplo, *links* para vídeos disponíveis no *Youtube* com objetivo de satirizar políticos, em especial parlamentares, envolvidos em esquemas de corrupção. A estética *remix* predomina nesses *posts*, que se valem dos recursos do *FB* para tornam o apelo visual do *post* mais atraente e, por conseguinte, seu compartilhamento mais tentador.

Quadro 5 - Exemplos de “outros conteúdos” extraídos da CFL-MCCE

309. Gabriel Lauro Carnaval em Brasília - Arrombaram a caixa de Pandora! www.youtube.com Marchinha de carnaval⁹³ feita pelo bloco Pacotão em "homenagem" ao escândalo ocorrido no Distrito Federal. 08 de fevereiro às 13:31
262. Nilson Flores Jr Tom zé Defeito 3 politicar⁹⁴ www.youtube.com música de Tom Zé: Politicar 15 de janeiro às 13:40

Já no Gráfico 8, a seguir, observa-se o quesito “natureza da informação”, no qual há intenso predomínio das informações de natureza contextual (81%), ou seja, aquelas que se referem aos acontecimentos que envolveram o processo de mobilização em torno da tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional. Já as informações de caráter operacional

⁹³ Letra da marchinha: “Fora, fora, fora Arruda! Não adianta chorar de novo. Arrombaram a Caixa de Pandora. O povo está na rua, gritando: Arruda, fora!” Refere-se ao escândalo de corrupção relacionado ao governo do Distrito Federal, à época tendo como governador José Roberto Arruda.

⁹⁴ A letra completa dessa canção encontra-se no Epílogo da presente dissertação.

(14%) apresentam conteúdo de baixa complexidade, trazendo informações sobre como participar de um abaixo-assinado virtual, por exemplo. E, em menor proporção, *posts* que versam sobre o tema da CFL ou correlatos. As três categorias contabilizam juntas 574 *posts*, aos quais se somam as 12 postagens classificadas como “atividade recente” que não se enquadram nas anteriores, perfazendo um total de 586 *posts*.

Analisando-se a concentração das funções comunicativas segundo a natureza da informação contida nos *posts* da CFL-MCCE no *FB*, há inegável predomínio numérico de informações contextuais sobre as operacionais e temáticas; todavia, existem diferenças de concentração dessas duas últimas de acordo com a função. No Gráfico 9, percebe-se que, na função Convocação e Identificação (CI), dos 198 *posts*, 35% são de mensagens operacionais. A presença de *posts* com informação temática nessa categoria é praticamente nula. Entretanto, ao analisar as funções Motivação e Animação (MA) e Fomento ao Debate Público (FD), verifica-se uma queda da presença de informações operacionais na primeira (de 71 *posts* para 9), que se repete na segunda (de 9 para 3) e na qual, por sua vez, percebe-se também um aumento de informações temáticas (21 *posts* ou 10,5% dos *posts* na função FD).

Essas variações demonstram que, ao longo do processo de mobilização, as informações ligadas ao contexto, tais como notícias e mensagens de monitoramento, serão transacionadas com maior frequência; entretanto, parece-nos que informações operacionais, como explicações sobre como aderir a uma comunidade, ou como obter assinantes para um abaixo-assinado, como multiplicar uma informação ou tática, serão fundamentais à consecução dos objetivos táticos do movimento. Já as informações temáticas serão encontradas com mais facilidade em *posts* destinados à discussão/proposição de ideias, motivados, em grande parte, por perguntas ou declarações polêmicas.

Quando avaliamos a distribuição da natureza das informações ao longo das ondas de mobilização (ver Gráfico 10), observamos a igual predominância do contexto sobre questões operacionais ou temáticas, sendo que há um pico de postagens facilmente reconhecido na fase de “adesão absoluta”. Isso reforça o que temos argumentado com relação à coleta de assinaturas e à pressão popular pela votação do Projeto de Lei no Congresso: a atualização quase diária sobre o que acontece e, por conseguinte, sobre o que precisa ser feito com vistas a garantir a continuidade da mobilização, deve constituir-se uma espécie de meta para ativistas *online*, em especial para líderes, que agregam grupos e coletivos em torno de si.

Finalmente, sobre *posts* que expõem questões para discussão, em particular sobre aqueles em que há predomínio da função de Fomento ao Debate (FD), segue Figura 5. Nela procuramos esquematizar os principais temas abordados, correlacionando-os, de modo a

facilitar a análise das conexões temáticas estabelecidas entre as várias questões trazidas pelos sujeitos ao espaço de interação virtual. Na Figura, observa-se que orbitam ao redor do Projeto Ficha Limpa uma série de questões a ele vinculadas, ou que o tangenciam; forma-se uma espécie de *ávore temática*, em cuja estrutura residem conceitos que alcançam a reflexão das práticas corruptas e corruptoras, em especial do desempenho parlamentar.

Gráfico 8 - Distribuição dos *posts* segundo a natureza da informação

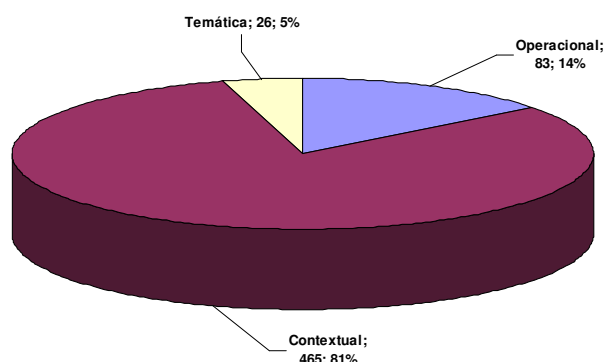


Gráfico 9 - Concentração das funções comunicativas segundo a natureza da informação contida nos *posts* da CFL-MCCE no FB

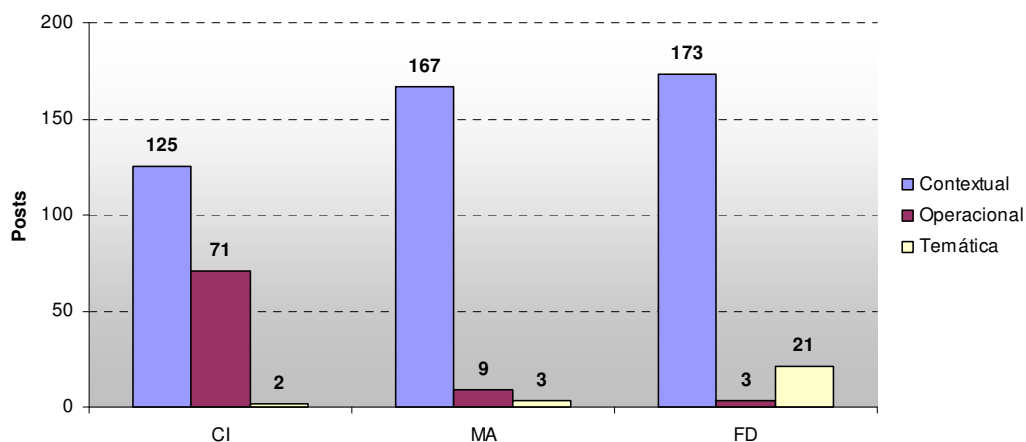


Gráfico 10 - Distribuição da natureza da informação segundo as ondas de mobilização na CFL-MCCE no *FB*

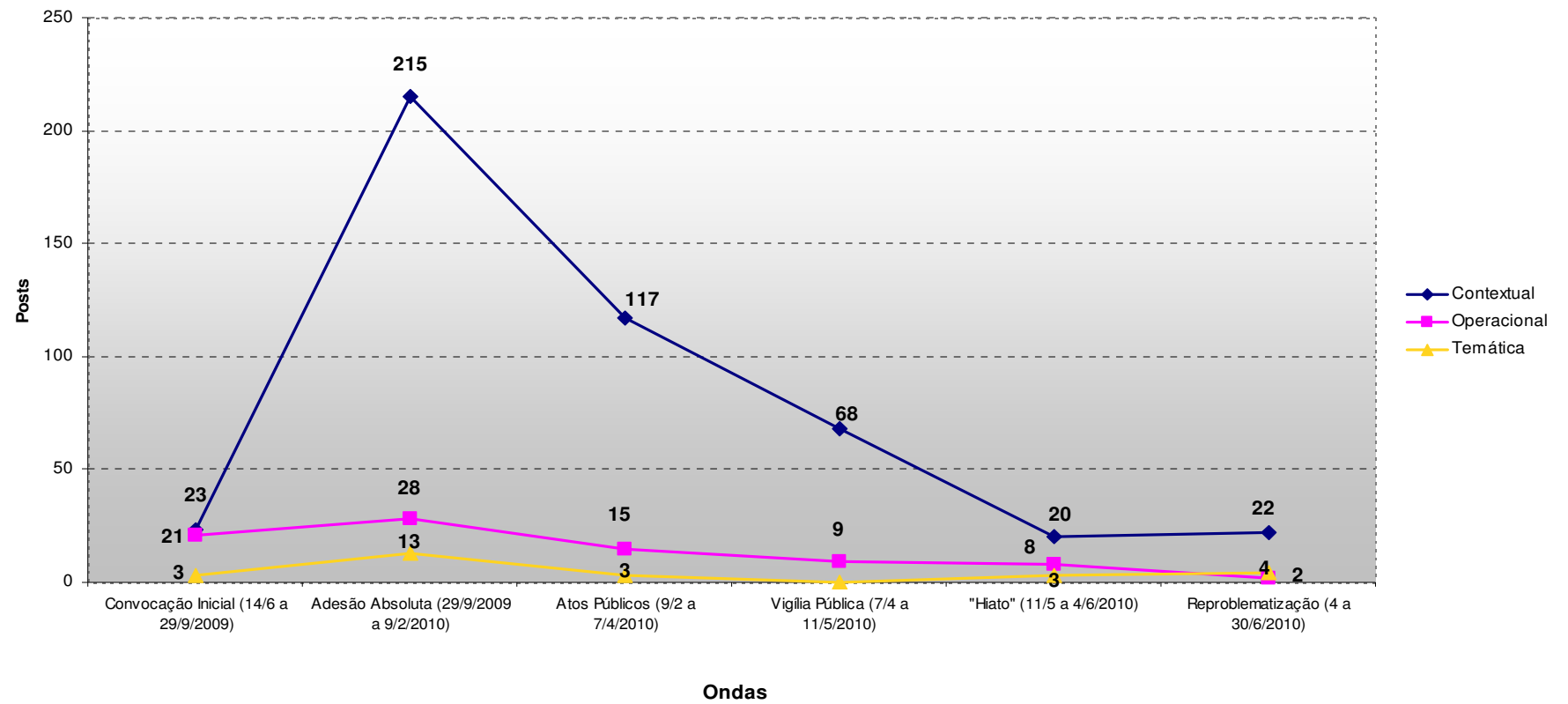
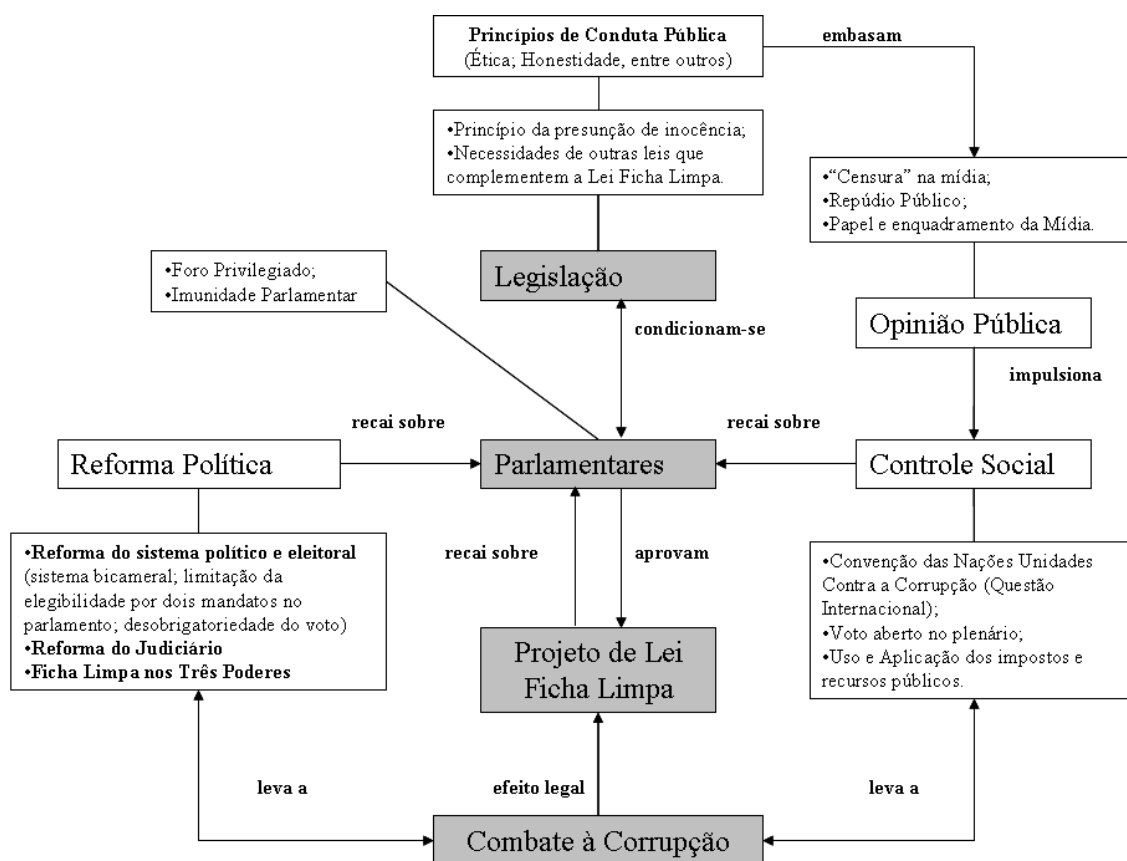


Figura 5 - Correlações entre os principais temas abordados nos *posts* da CFL-MCCE no *FB*



Os temas constantes na árvore acima foram retirados da análise dos conteúdos e interações constantes nos *posts*, principalmente aqueles classificados como contribuintes ao fomento do debate público, respeitando-se com isso as interconexões estabelecidas pelos sujeitos via diálogo, e também a função comunicativa predominante na mensagem. Os temas combate à corrupção, projeto de lei ficha limpa, parlamentares e legislação compõem um eixo central, sobre o qual questões com a reforma política e do controle social – em particular este último impulsionado pela força da opinião pública – exercem pressão direta sobre os parlamentares.

Em síntese, os esforços de mobilização observados pelo prisma temático demonstram que, materializado em seus deputados e senadores, é o Congresso Nacional o alvo das ações da rede. Interessante observar que são raras as menções dos internautas à instituição Congresso, mas são muitas as que tratam de parlamentares em específico. Suspeitamos que essa conduta revele certo grau de “personalismo político” arraigado entre

eleitores; um dos efeitos concretos disso é a generalização de escândalos de corrupção, no rumo do senso comum corriqueiro: “Deputados são todos ladrões”. Entretanto, não nos deteremos na análise aprofundada dessa questão. A seguir, o Quadro 6 traz exemplos de *posts* cujas informações foram classificadas como de natureza temática.

Quadro 6 - Exemplos de *posts* com preponderância de informações temáticas

335.Manô Otero Carval ps. a TV também tem um papel forte quando se fala em denegrir a imagem do político... se uma pequena parte é corrupta, são TODOS que aguentam a má fama!!! e sobre a questão de tornar público o histórico judicial do candidato : faz parte do 'contrato' quando se quer ser uma figura PÚBLICA - é até a própria definição da palavra! não vejo problema em "expor" as qualidades de quem vai administrar o que é de todos. 24 de fevereiro de 2010 às 11:52 334. Manô Otero Carval concordo com o discurso de Francisco Whitaker: elogio a sociedade civil "bem comportada" mobilizada neste projeto mas gostaria de combater, além da corrupção, a indiferença e o espírito "reclamação"... na hora de reclamar dos políticos todo mundo tem o q dizer, mas todos tiram o corpo fora e não se responsabilizam por elegê-los!!! temos q conversar e converter essas pessoas, afinal o simples gesto de continuar recolhendo assinaturas pode refletir nas votações - se os dep representam o povo e se recolhermos ainda mais assinaturas até o dia 17, eles têm que levar isso em conta! vamos conscientizar? só nesse grupo temos mais 7000 assinaturas potenciais > http://www.facebook.com/group.php?gid=48864783818 Ver mais Tenho vergonha dos políticos corruptos do Brasil ! Se você anda indignado com o nível de corrupção no Brasil, junte-se a nós ! Cada membro do grupo = um brasileiro indignado ! 1 membro = 1 indignado Você pode chamar mais pessoas para se unir ao grup... 24 de fevereiro às 13:47	565.Gladys Simão Deveríamos começar um movimento contra os privilégios dos Juizes e Desembargadores do Tribunal de Justiça. Por que eles tem privilégios? Por que podem cometer crimes e fica por isso mesmo? Saiu em todos os jornais a algumas semanas dois juizes que furaram uma blitz, o que aconteceu com eles? NADA!! 8 de junho de 2010 às 20:19 COMENTÁRIO 564A. Leticia Paraíso Por essas coisas que os mais pobres não se importam tanto com os FICHAS SUJAS ,para eles realmente a Lei não é igual para todos,alguns são MAIS IGUAIS 9 de junho de 2010 às 18:38 124. Eduardo Marinho O líder do DEM, Ronaldo Caiado, diz que o projeto é muito importante, mas o pré-sal e o projeto dos aposentados são mais importantes. Então, ficamos combinados assim. E o que propõe o projeto de tão perigoso, a ponto de assustar suas Excelências? Que aquele candidato que tiver sido condenado em primeira instância por crime grave deve ter sua candidatura impugnada. Simples assim. É exatamente o que propunha projeto do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), que morreu na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. E qual tem sido a argumentação das Excelências para derrubar e/ou engavetar essas propostas? Basicamente que a Constituição garante a presunção da inocência até a decisão transitada em julgado,
---	---

isto é, até a última instância. (É curioso. Quanto mais o cidadão está enrolado com a justiça, mais ele brande a Constituição.) Então, ficamos assim. A Constituição garante a presunção da inocência... 24 de novembro de 2009 às 16:38
105.Cris Cardoso Que tal começarmos mais uma campanha, desta vez pelo fim do voto obrigatório no Brasil? Que tal exigirmos que seja um direito de verdade, não obrigação? 24 de outubro de 2009 às 09:37 2 pessoas curtiram isto. COMENTÁRIOS 105A. Joyce Chaves Assino em baixo! 27 de outubro de 2009 às 14:59 105B. Dani Brandini eu também! 27 de outubro de 2009 às 15:23 105C. Regina Toscano Dantas É isso aí. Quando o voto deixar de ser obrigatório, será o início do fim da política clientelista que hoje vivemos. 30 de outubro de 2009 às 21:44 105D. Afonso Expedito Olaaaa queridos brasileiros, aonde eu assino? 31 de outubro de 2009 às 22:38 105E. Fabio Tedeschi A sugestão da Cris deve ser levada a sério Se o voto deixar de ser obrigatório, rompe-se o círculo vicioso que permite a eleição de políticos desonestos e aproveitadores em todos os níveis da vida pública. 4 de novembro de 2009 às 19:40 105F. Eliane Fittipaldi De pleno acordo! 5 de novembro de 2009 às 12:30 105G. Rafael Bluhm Apoiada! 7 de novembro de 2009 às 12:11 105H. Lieden Carvalho Leite Excelente!!!! 8 de novembro de 2009 às 13:40 105I. Haryston Oliveira Você podia se engajar e fazer parte do Boa Política. Estamos precisando de ajuda! http://www.facebook.com/BoaPolitica 9 de novembro de 2009 às 22:49

No primeiro *post* (335) o autor afirma que “a TV também tem um papel forte quando se fala em denegrir a imagem do político... se uma pequena parte é corrupta, são TODOS que aguentam a má fama!!!”, fazendo uma crítica ao enquadramento da questão oferecido pela mídia de massa, não raro baseado em generalizações. Mas não deixa de responsabilizar o cidadão: no *post* 334, o autor reflete sobre a necessidade de uma postura mais proativa das pessoas diante de questões de interesse público, como o combate à

corrupção “mas gostaria de combater, além da corrupção, a indiferença e o espírito “reclamão”...”

Já Gladys Simão (565) ataca “os privilégios dos Juízes e Desembargadores do Tribunal de Justiça”, expressão que guarda íntima conexão com o tema Reforma do Judiciário que, por sua vez, reflete uma mudança de perspectiva prevista também na Reforma Política. No comentário 565A, outra falante completa: “Por essas coisas que os mais pobres não se importam tanto com os FICHAS SUJAS, para eles realmente a Lei não é igual para todos, alguns são MAIS IGUAIS”. Interessante observar que, ao mesmo tempo em que a internauta denuncia que há cidadãos que são “mais iguais” perante a Lei, contando com dispositivos que os privilegiam, deixa escapar enquadramento preconceituoso da questão, ao definir como “mais pobres” aqueles que não se importam com a corrupção de candidatos que respondam processo na justiça. Nesse sentido, “ser rico” seria garantir uma postura mais interessada? Em muitos outros *posts* os sujeitos se revelam, em particular seus preconceitos, chegando, algumas vezes, a demonstrar elitismo e soberba. Mais sobre isso discorreremos nos próximos itens desse capítulo.

“E qual tem sido a argumentação das Excelências para derrubar e/ou engavetar essas propostas? Basicamente que a Constituição garante a presunção da inocência até a decisão transitada em julgado, isto é, até a última instância.” Esse trecho do *post* 124, de Eduardo Marinho, não é de sua autoria. O internauta reproduz um trecho do comentário de Lúcia Hippolito⁹⁵ para a CBN. Isso é também uma das peculiaridades das discussões temáticas via *FB*: a reprodutibilidade das falas e sua apropriação pelos falantes, de modo que a fala de um pode ser a de muitos e vice-versa.

Enfim, no *post* 105, a autora propõe uma campanha pelo fim do voto obrigatório no Brasil, tangenciando as possibilidades levantadas por uma Reforma Política, em particular sobre o sistema eleitoral. Constituindo um dos *posts* com um dos maiores números de comentários dentro da amostra de pesquisa, a manifestação de Cris Cardoso é acolhida por outros que informam adesão. No comentário 105C, uma reflexão/opinião correlaciona clientelismo político ao sistema eleitoral: “Quando o voto deixar de ser obrigatório, será o início do fim da política clientelista que hoje vivemos.” Em 105I, outro membro da comunidade sugere à autora do *post* que se engaje no movimento Boa Política. “Estamos precisando de ajuda!”, clama Haryston Oliveira, encerrando a seção de *posts*. Vemos com isso

⁹⁵ Cientista política, historiadora e jornalista, especialista em eleições, partidos políticos e Estado brasileiro. É comentarista política da Rádio CBN e da Globonews. É âncora do CBN Rio. In: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/luciahippolito/>, acessado em 19/3/2012.

a conexão entre movimentos em rede, explicitada por meio de um convite, realizado a partir da exposição de uma proposta de campanha. São múltiplas as possibilidades de engajamento cívico disponíveis aos membros de redes sociais.

4.2.4 Capilaridade e seus canais

O olhar da *Análise Multifocal* também se detém sobre o reconhecimento da capilaridade presente nos *posts* e por quais canais as mensagens se ramificam, até atingirem a almejada “viralização” apregoada por ativistas, processo no qual a informação “contagante” se espalha como um vírus, de maneira acelerada e com ampla adesão dos sujeitos. No que diz respeito aos mecanismos internos ao *FB* que facilitam a ramificação nos perfis dos membros, há a possibilidade de se fazer “comentários” ou de “curtir” um *post*, condicionadas à época da pesquisa. Sempre que alguém realiza qualquer uma dessas ações, replica o conteúdo em seu próprio perfil, o qual pode ser acessado por todos os que estiverem vinculados ao diagrama social e/ou pessoal.

Tabela 6 - Capilaridade entre os perfis dos membros via *FB*

Comentários		
nº de comentários	nº de posts	soma
1	67	67
2	29	58
3	21	63
4	9	36
5	5	25
6	2	12
7	4	28
9	1	9
13	2	26
Soma	140 posts	324 comentários
Curtir		
nº de pessoas que curtiram	nº de posts	soma
1	80	80
2	53	106
3	21	63
4	9	36
5	2	10
8	1	8
Soma	166 posts	303 “curtir”

Conforme Tabela 6, 24% (140) do total contam com algum comentário, sendo que a maioria dos *posts* (117) apresenta até três comentários, o que representa 83,5% da fatia dos *posts* comentados. Ao todo, 324 comentários ocorreram no período; os dois *posts* mais comentados contaram com 13 comentários. Já a média aproximada global é de dois comentários por *post*, no período pesquisado.

Quanto ao campo “curtir”, aproximadamente 28% (166) do total, contam com pelo menos uma indicação “curtir”, sendo que a maioria dos *posts* (154) apresenta até três indicações, o que representa quase 92% da fatia de *posts* que os membros curtiram. No total, 303 indicações ocorreram, sendo que o máximo de oito marcações “curtir” ocorreu para apenas um *post*. A média aproximada global é, como para os “comentários”, de duas indicações por mensagem.

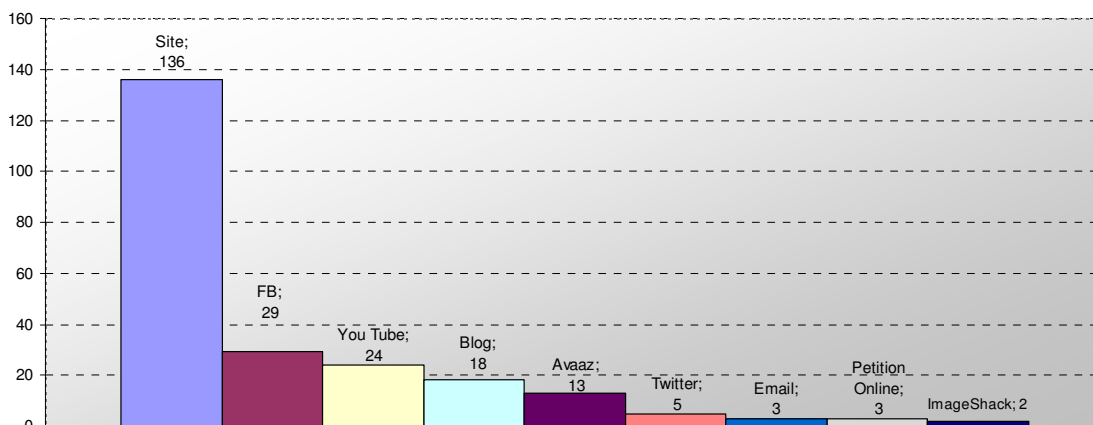
Coincidem ocorrências conjuntas de “comentários” e de indicações “curtir” em 103 *posts*, sendo que em 56 desses o mesmo número de pessoas que comentaram, também curtiram, embora nem sempre pelos mesmos membros. Isso ocorre até o número de 4 comentários/ “curtir”; a partir de 5 *posts*, não há ocorrências conjuntas de mesmo valor para comentários e indicações.

A partir desses dados, se observa a tendência de que, quanto mais indicações “curtir” um *post* receber, maior a possibilidade de comentários serem feitos a seu respeito. E que o uso de ambas as ferramentas ocorre com intensidade similar na comunidade, sendo mais frequente encontrar mensagens com um, dois ou três comentários, nessa ordem. Assim, a capilaridade interna à plataforma, proporcionada por suas ferramentas de interação, potencializaram a reprodução dos *posts* em até 627 vezes via compartilhamento (soma do número de comentários e de indicações “curtir”). Reside nesse mecanismo um dos mais poderosos vetores de capilarização de mensagens pela plataforma *FB*, potencializado pela visualização do *posts* pelos diagramas sociais vinculados a cada um desses compartilhamentos.

Ao se analisar a ramificação não apenas via *FB*, mas também por outros canais, são contabilizados 238 *posts* com pelo menos um tipo de *link*; não são consideradas nesse conjunto as postagens classificadas como “compartilhar” ou “curtir”, as quais abordamos acima. Vê-se uma prevalência de 136 *links* para outros *sites*, seguidos de 29 que direcionam a outras comunidades, perfis ou *fan pages* do próprio *FB* e 24 para *YouTube*. O Gráfico 11 exibe a distribuição completa dos *links* de acordo com os canais, excetuando-se um *post* com

vínculo para a plataforma Ning e outras quatro postagens que contêm *link* para mais de um canal.⁹⁶

Gráfico 11 - Distribuição de *posts* da CFL-MCCE no *FB* segundo canal vinculado



Assim, as postagens que apresentam algum endereçamento a outro local no ciberespaço, seja ele um *site*, uma *fan Page* no FB, um vídeo, entre outros, representam, aproximadamente, 40% do total de 586 *posts*. *Links* para *sites* contabilizam quase 60% das mensagens da categoria “canal” e, ainda, 23% do total global. Já foram demonstrados quais são os atores responsáveis por esses *sites* ao tratarmos dos “coletivos de falantes” (ver Gráfico 5). Nele descrevemos a composição das vozes presentes na comunidade, as quais são capilarizadas via rede, por meio dos *posts* e seus respectivos *links*. Donde se conclui que há uma vertiginosa ramificação pela rede, seja interna à plataforma *FB*, seja externa.

4.2.5 Transversalidades no contexto online

Os repertórios de ação desenvolvidos pelos internautas no âmbito *online* são também atravessados por questões amplas, ligadas ao contexto de uso da língua, à agenda pública e ao tecido social. Uma parte delas tem caráter tangencial ou periférico, ou seja, não se relacionam com o tema-cerne da mobilização via rede. Nesse tópico abordaremos de forma qualitativa questões transversais mais significativas, que interferem no eixo central das interações na CFL-MCCE. Elas foram mapeadas a partir das próprias interações disponíveis na seção mural, e das quais a Quadro 7, a seguir, traz exemplos.

⁹⁶ (Blog e Twitter (1); *E-mail* e *Avaaz* (1); *FB* e *Site* (1); *Site* e *Twitter* (1)).

Quadro 7 - Posts vinculados a questões transversais à CFL-MCCE

518.Flavio Ortigao deputadocaiado De 513 deputados, apenas 180 presentes. Precisamos de 257 votos em cada uma das emendas para o projeto Ficha Limpa não ser retaliado. CurtirCurtir (desfazer) · Inscrever-seCancelar inscrição · 5 de maio de 2010 às 19:36 COMENTÁRIO 518A. Flavio Ortigao Cobre AGORA do seu contituinte por <i>e-mail</i> ou twitter ou publicamente a presença dele nessa votavao importante! 5 de maio de 2010 às 19:37
453.Pedro Rezende Meu dia de ontem: Cheguei à CD, com minha mãe e meu avô (ilustríssimas presenças!). Na entrada uma bagunça, sistema fora do ar, ninguém tinha nenhuma informação, um monte de gente de paletó e gravata, andando para todos os lados, falando em seus telefones...aparentemente, FAZENDO NADA!!! Nada, além de andar pelos corredores, enchendo a casa da povo. Uma verdadeira ZONA, pior que qualquer aeroporto... em dia de feriado. Andamos para lá, andamos para cá, nada de informação, ninguém sabia nada sobre o Projeto Ficha Limpa, aliás NINGUÉM SABIA NADA sobre nada! Para que tantas pessoa? Por que faziam nada lá dentro? Tenho vergonha de ser representado por toda aquela putaria (desculpem a palavra, surgiu em uma conversa de boteco ontem a noite). Que vergonha do meu país, se afundando em corrupção, deslizamentos, falta de planejamento. Já dizia Renato Russo: "SEMPRE MAIS DO MESMO"Ver mais 8 de abril de 2010 às 11:37 Nilson Flores Jr curtiu isto..
444.Rodrigo Crivellari Temos que ir para Ruas !!!! Temos que fazer Barulho !!!! 7 de abril de 2010 às 16:06 COMENTÁRIOS 444A. Rodrigo Crivellari Somente nas ruas eles irão nos escutar !!!! 7 de abril de 2010 às 16:10 · CurtirCurtir (desfazer) 444B. Rubens Cerski Nelsis Detanico Exatamente, tem q ir a Brasília meter pressão neles! 9 de abril de 2010 às 13:37 · CurtirCurtir (desfazer).
224.Gilberto Sampaio É preciso tirar as raposas do galinheiro. 17 de dezembro de 2009 às 06:40 229.Rita Cosenza Paiva Antes era pizza,agora panetone!Vamos pensar mais antes de votar. 19 de dezembro de 2009 às 11:49 COMENTÁRIO 229A. Ana Amelia Mello Franco se votarmos nos ex grerrilheiros não vamos sair dessa nunca !!! 6 de janeiro de 2010 às 21:01 158.Maria Eugenia Nardy Sem uma ação popular a coisa desanda!!!! Já dei o meu apoio, escrevi para uns 10 deputados. 9 de dezembro de 2009 às 16:51 2 pessoas curtiram isto. COMENTÁRIOS 158A. Ciro Batelli Temos que repudiar esses ladrões e tambem fazer com que o povo odeie o corrupto. Infelizmente no

Brasil o povo não repudia o ladrão, e, sim, tem inveja dele. Impunidade tem que acabar !
Arruda e muitos outros são LADRÕES e como tal devem ser tratados.
GUILHOTINA NELES !

316. Neiva Marli Ribeiro Wilson

**STJ DECRETA PRISÃO PREVENTIVA DO GOVERNADOR ARRUDA DO DISTRITO
FEDERAL E DE MAIS 5 COMPARSAS! FINALMENTE!!! POLITICO CORRUPTO, LADRÃO,
VAGABUNDO, TEM QUE (DEVERIA) APODRECER NA CADEIA!!!
YEEEEEEESSSSSSSSSSSSS!!!!!!!!!!!!!! OLHA SÓ A CARA DE PAU DO CHEFE DO
BANDO!**

Fotos do grupo Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

11 de fevereiro às 18:03

Clarice Salomão curtiu isto.

316 A.Nilson Flores Jr

Da Vontade de dar Tanta Porrada !!!

14 de fevereiro às 10:55.

316 B. Marcellus Almeida

Tadinho... ele só queria ajudar dando panetones para os pobres... kkkkkkkkkk

22 de março às 21:08

490. Indio da Costa

Peço sua ajuda na divulgação da manifestação do dia 02/05 no Rio.

Abs.

Indio da Costa

Fotos do grupo Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

25 de abril às 15:06

3 pessoas curtiram isto.

COMENTÁRIOS

490 A . Andréa Brandão de Souza

Vou Colocar no meu mural e mandar *e-mail*sss

Bjss

25 de abril às 19:34.

490 B. Andréa Brandão de Souza

Nao consegui compartilhar...

Me manda por *e-mail* que eu posto nori mural!

Bjs

25 de abril às 19:36.

490 C. Sandrah Franco

Que orgulho, meu deputado! Perdi até peso ao vê-lo trabalhando por essa campanha! É bom saber que não desperdiçamos nosso voto.

Saudações

30 de abril às 08:55.

479. Gata Loca

AVISO: Ficha Limpa ainda não foi votado

sex, 16/04/2010 - 11:52 — MCCE

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) esclarece que, ao contrário da mensagem que circula na internet por *e-mail* de rementente desconhecido, o projeto de lei da Ficha Limpa ainda não foi votado. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá escolher o relator para o projeto na próxima semana. A promessa do presidente Michel Temer é que o projeto permaneça nesta comissão até o dia 29 de abril, sendo levado ao plenário para votação em seguida. O MCCE pede aos apoiadores do projeto que não passem *e-mails* com informações equivocadas num momento crucial para a vitória da Ficha Limpa no Congresso Nacional.

<http://www.mcce.org.br/node/237>

Ver mais

AVISO: Ficha Limpa ainda não foi votado Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral - MCCE www.mcce.org.br O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) esclarece que, ao contrário da mensagem que circula na internet por <i>e-mail</i> de rementente desconhecido, o projeto de lei da Ficha Limpa ainda não foi votado. ... 19 de abril às 23:06
461. Jorge Queiroz SERRA PRESIDENTE .. DEVOLVENDO A CIDADANIA A MILHÕES DE BRASILEIROS DESESPERENÇADOS .. MORALIDADE, VERDADE !!!! http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2010/04/10/serra-brasil-pode-mais-282723.asp Serra: 'O Brasil pode mais' - Ricardo Noblat: O Globo oglobo.globo.com De O Globo: O ex-governador de São Paulo José Serra, lançado neste sábado pré-candidato do PSDB a presidente da República, fez um discurso no encontro da oposição em Brasília, destacando o tema o Brasil pode mais . Ao fim do discurso disse que... 10 de abril às 16:27 Dôra Balieiro curtiu isto. 461 A .Cabot Roberto Esta invasão partidária indevida já é em si uma demonstração de falta de ética eleitoral, e ao meu ver, desqualifica automaticamente o post. 12 de abril às 15:01 462 B. Mario Scartezini F Embora eleitor de Serra, concordo plenamente com Cabot. AQUI NÃO É LUGAR PARA A CAMPANHA PRESIDENCIAL! 14 de abril às 20:10
322.Márlon Reis Vejam na página "2010: Todos pela Ficha Limpa", aqui no Facebook, a resposta de Temer ao artigo de Dom Tomás Balduino. 15 de fevereiro de 2010 às 11:33 321. Márlon Reis Artigo: Ficha limpa na gaveta, suja nas eleições. Dom Tomás Balduino http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1402201008.htm Ficha limpa na gaveta, suja nas eleições. Dom Tomás Balduino www1.folha.uol.com.br 14 de fevereiro às 10:20 Rafael Cláudio Simões curtiu isto.
440.Roberto Pasqueto Junior 150 milhões de pessoas votam no BBB 10 - Onde estão os órgãos de comunicação nessa hora? Cadê as grandes emissoras de Televisão? Será que elas levam vantagem se deixar do jeito que está, e levam todas as câmeras e jornalistas para mostrar a catástrofe do Rio de Janeiro? 7 de abril de 2010 às 13:55

A primeira questão de caráter transversal que nos chama atenção é a que diz respeito à constante atualização das mídias no mundo contemporâneo; parece-nos que os meios digitais são movidos pelo paroxismo da velocidade! As interações mediadas são expostas a público num fluxo ininterrupto, em especial nas redes sociais, o que afeta diretamente as relações intersubjetivas, as quais tendem a se formar e a se desfazer com

grande rapidez. Para os movimentos sociais, isso representa uma necessidade de acompanhar, por vezes *em tempo real*, a evolução de ações que venham impactá-los ou à causa que advogam. O “aqui-agora” impõe à agenda de movimentos como o MCCE uma vigília que não apenas monitora, mas interpreta e redireciona estratégias, se for o caso, de acordo com os fatos em curso. O *post* 518, no Quadro 7, é um exemplo disso. O monitoramento *real time* das ações legislativas é fundamental à mobilização pelo Ficha Limpa.

Já o hibridismo das relações *online* e *offline*, sobre o qual discutimos alhures, é uma das variáveis que impactam diretamente o uso e a apropriação da plataforma pelos públicos. No *FB*, a força da experiência, vivida concretamente pelos sujeitos, pode compor suas falas, que se tornam mais contundentes na medida em que trazem à tona relatos de “fatos reais”. Nessa seara, os *posts* testemunhais funcionam como um caminho narrativo que coordena o encontro entre o virtual e o presencial. Eles alinhavam sentidos para as táticas de mobilização já empregadas e podem impulsionar a criação de outras. O *post* 453 é uma das pérolas desses momentos em que o sujeito, via rede, narra seu (des)encontro com o Parlamento, na esfera presencial, com olhos de “primeira vez”. O estranhamento presente na mensagem se estende por entre conversas de bar; no uso de expressões fortes como “putaria” e “zona” para qualificar a Câmara dos deputados. A máxima de Renato Russo, ao final, é conclusiva. Elementos do cotidiano ganham força na voz do internauta. Já o *post* 444 materializa um alerta para a inevitável tarefa de qualquer movimento: ir às ruas! O que significa ocupar e marcar o espaço público da presença carnal, visceral dos ativistas. O “ativismo de poltrona” não basta: é precioso ganhar “corpo”. Ainda discorreremos mais sobre esse hibridismo *online* e *offline* na próxima seção.

Também o uso de frases feitas, provérbios, ditos da sabedoria popular; e mesmo do humor “barato” e das ironias cotidianas, não são recursos estranhos aos modos linguajeiros dos membros da CFL-MCCE. Parece-nos que o poder pictórico das falas lhes proporciona as condições de expressividade necessárias para demonstrar a indignação, a inconformidade e a “chacota pública” que casos e escândalos de corrupção motivam. Nos *posts* 224 e 229, entre pizzas, panetones, raposas e galinhas, temos exemplos dessas imagens de fala. Já as palavras violentas e gritos são recursos reservados ao protesto. O uso corrente desses é conhecido em muitos grupos da internet. Na CFL-MCCE não chegam a compor com tanta força o quantitativo dos *posts*. Mas estão presentes, conforme os *posts* 158 e 316 (Quadro 7) apontam.

A agenda pública também atravessa as falas no grupo por meio da campanha eleitoral em 2010⁹⁷. Mensagens a favor e contra candidatos podem ser observadas aqui e ali, entre as postagens, incluindo o investimento em ganhos de imagem de alguns parlamentares, como é o caso do então candidato à vice-presidência pelo PSDB, o Deputado Federal Índio da Costa. Autor do requerimento de 5 de março de 2009, postou poucas vezes na comunidade, mas concedeu entrevista ao Programa do Jô, cujos *links* foram disponibilizados em *posts* no grupo, como já visto. Houve uma tentativa clara do candidato em vincular-se à proposta do Projeto, num período pré-campanha. À época, para preservar seu posicionamento institucional, o MCCE divulgou nota esclarecendo que o Ficha Limpa se tratava de Projeto de Lei de Iniciativa Popular, não tendo nenhum deputado em específico como autor. No *post* 490 exemplificamos a louvável iniciativa do deputado em arregimentar pessoas para manifestação no Rio; entretanto, o comentário 490C reforça mais uma perspectiva eleitoral de sua atuação, do que com o líder político.

Outros esclarecimentos públicos feitos pelo MCCE também se fazem notar na rede. No *post* 479, o aviso “O Projeto Ficha Limpa ainda não foi votado”, visa dirimir boatos sobre o tema. “O MCCE pede aos apoiadores do projeto que não passem *e-mails* com informações equivocadas num momento crucial para a vitória da Ficha Limpa no Congresso Nacional.” Também na plataforma, esclarecimentos do presidente da Câmara, Michel Temer, em resposta a artigo produzido por liderança da Igreja Católica, são replicados (ver *posts* 322 e 321). Isso demonstra como o *FB*, seja no grupo aberto ou via *fan page* “2010: Todos pela Ficha Limpa”, pode funcionar como vitrine ou portas abertas para outros canais, por meio dos *posts* produzidos pelos falantes.

Já constrangimentos a práticas partidárias e comentários tendenciosos são impostos pelos próprios membros da comunidade quando falas abusivas são registradas. O comentário 461A é bastante claro: “Esta invasão partidária indevida já é em si uma demonstração de falta de ética eleitoral, e ao meu ver, desqualifica automaticamente o post.” Interessante perceber que, nesses casos, a intervenção seja feita não por um ativista ou líder, mas por falantes. Isso pode demonstrar um nível de corresponsabilidade do membros para com o espaço público de interação estabelecido pela comunidade. “AQUI NÃO É LUGAR PARA A CAMPANHA PRESIDENCIAL!”, grita o internauta do comentário 462B.

Outra questão curiosa são manifestações tradicionais de civismo por meio da exposição de símbolos nacionais, como *links* para o Hino da Independência do Brasil; ou

⁹⁷ Eleição referente à candidatura a presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual em todo o Brasil.

aquelas que clamam por um projeto de nação: “Precisamos resgatar a ideologia da política, sua essência! É nosso dever fazer com que esse projeto de Nação se concretize! Vamos à luta!”, *post* 551, de Jussan Silva e Silva.

Residualmente, mas não menos importante, apontamos a criticidade de alguns falantes com relação à postura da mídia, em particular no que se refere às coberturas jornalísticas. O *post* 440 vale-se do exemplo do sucesso do *Big Brother* Brasil 10 (BBB10), *reality show* produzido pela TV Globo, para denunciar a fragilidade da cobertura jornalística sobre “catástrofe” (enchentes, inundações e desabamentos) no Rio de Janeiro, à época. Embora a questão não se relacione diretamente com a causa da comunidade, o Projeto Ficha Limpa, a postura do falante revela uma percepção de ocupação do interesse público por questões privadas, mesmo que não expresse isso nesses termos. O incômodo do internauta com a produção de conteúdo noticioso pela mídia massiva reside, talvez, na percepção da omissão diante de questões de relevância ao interesse público, com pouco apelo mercadológico-popular, guiado pelos *rankings* da audiência.

4.2.6 Teseus e a liderança compartilhada

Quando fizemos a coleta de *posts* da CFL-MCCE, em novembro de 2010, Anita Breur foi identificada como autora dos três primeiros *posts* do grupo, o primeiro em 14 de junho de 2009. Nas mensagens, Anita disponibilizou apenas *links* para o *site* do MCCE e para vídeos de autoria do movimento, sem manifestar-se pessoalmente. Seu silêncio perdurou até o *post* 531, de 13 de maio de 2011, após muitas ações de mobilização *online* e *offline*. Curiosamente, nesse *post* ela dizia: “*Si se pudo!!! Me acaba de llegar el mensaje que el proyecto finalmente fue aprobado. Me alegro muchísimo!!!! Un gran día para Brasil y los Brasileños. Desde Alemania muchas felicitades!*”⁹⁸ De imediato um estranhamento: uma mulher residente na Alemanha, conhecedora do Projeto Ficha Limpa, no Brasil, manifestando-se em espanhol? Pesquisando-se o nome “Anita Breur” em *sites* de busca, chega-se à pesquisadora do *German Development Institute*, PhD em Ciência Política pela Universidade de Colônia, na Alemanha. Anita publicaria posteriormente artigo⁹⁹ em inglês sobre a experiência da Campanha Ficha Limpa, a partir de *web survey* aplicado junto aos

⁹⁸ “Sim, é possível!!! Acabei de receber a mensagem de que o projeto foi finalmente aprovado. Estou muito feliz! Um grande dia para o Brasil e para os brasileiros. Felicitações da Alemanha!”

⁹⁹ BREUR, Anita and FAROOQ, Bilal (2011). Slactivists or Activists? The Impact of Social Media Use on Individual-Level Political Participation: Evidence from the Brazilian Ficha Limpa Campaign. Apresentado em 6th General Conference of the European Consortium for Political Research (ECPR), Reykjavik, Iceland, August 25th – 27th, 2011.

públicos vinculados à *fan page* “MCCE Ficha Limpa”. Ironicamente, no Brasil, nenhuma pesquisa sobre Ficha Limpa havia sido feita até então. Em 8 de novembro de 2011, quando a entrevistamos via *Skype*, entendemos o que a motivou a dar início ao grupo no *FB*. Anita havia conhecido Márlon Reis na Europa, algum tempo antes da Campanha Ficha Limpa ganhar as redes sociais. Ele estava pessimista com as possibilidades de gerar mobilização no Brasil pela defesa do Projeto de Lei, em particular pelas necessidades de apoio logístico e financeiro que o movimento requisitava.

Das conversas entre os dois nasceu a ideia de inaugurar uma comunidade no *FB*, o que foi feito por Anita, que já utilizava a plataforma. Eis aqui o epicentro da mobilização *online* via *FB*. Após a criação, a adesão evoluiu em “progressão geométrica”, garantindo um interessante número de pessoas mobilizadas via rede.

Márlon Reis, 41 anos, é Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de João Lisboa, no Maranhão. Também é presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (Abramppe) e membro da Diretoria do MCCE. Seu perfil discreto, bem articulado, polido e acessível a todos no *FB*, marca presença no grupo aberto por meio de *posts* didaticamente escritos. Isso faz dele uma liderança professoral, capaz de traduzir os procedimentos das esferas legislativa e jurídica aos participantes da comunidade que, não raro, têm dificuldades em entendê-los. No excerto de entrevista disponibilizada na rede, via *post* 100, identificamos em exemplo desse esforço de tradução:

Se o princípio [presunção de inocência] fosse aplicado ao direito do trabalho, por exemplo, um empregado que tentasse matar o patrão não poderia ser demitido por justa causa antes que se julgasse a sentença penal condenatória. Nesse exemplo, o empregado não pode é ser preso e cumprir pena antes da sentença final, mas a demissão é imediata. Imagine uma pessoa que tenha sofrido condenação, apenas em primeiro grau, por haver violentado crianças. Ele poderia participar de um concurso público para professor de uma creche? Nesse caso, que é de direito administrativo, não há dúvida de que ele seria impedido de participar. Por isso é que, nos concursos públicos, se exigem as certidões criminais. (Márlon Reis, ativista)

Um ativista *sui generis*, Márlon tem de se equilibrar entre o papel institucional do cargo público que ocupa e o papel de pesquisador, doutorando em Sociologia Jurídica e Instituições Políticas pela Universidade de Zaragoza, na Espanha. Não encontramos, nos 105 registros de sua autoria na CFL-MCCE, nenhuma palavra aguerrida, de ordem ou de protesto. Embora ele defenda com firmeza “a liberdade de expressão dos participantes”, faz-se reconhecer pela moderação. Para Márlon, liderar em rede é “coordenar ações”. Por isso, procura capilarizar conteúdos noticiosos, em particular aqueles veiculados pelas mídias tradicionais, pelos *sites* do MCCE e pelo Congresso em Foco. Além de perfil no *FB*, mantém

um site particular¹⁰⁰. Reconhecido pela mídia como uma referência nacional sobre o tema, sua atuação na plataforma, num primeiro momento, se concentrou sobre o grupo aberto, migrando posteriormente para a *fan page*, que passara a contar com maior número de participantes, embora ainda mantivesse alguma atuação na comunidade. Na esfera presencial, esteve em inúmeros eventos, principalmente aqueles ligados às práticas de mobilização mais institucionalizadas, como reuniões na Câmara dos Deputados, em grupos de trabalho e fóruns de discussão em Universidades, ONGs, nas Arquidioceses e em outras entidades parceiras do MCCE. Ele é uma representação institucional do Movimento, por mais que atue como um ativista e exponha-se como sujeito na rede. Um exemplo claro desse enquadramento institucional é a resposta dada por ele ao membro Marcel Messier, no comentário 257A do *post* 257, que o pergunta: “Agora como fazer para mobilizar quem vai votar?”

O MCCE tem uma opção clara de mobilização: a articulação dos segmentos sociais organizados (associações, ONGs, igrejas, Rotary Club, etc). Isso implica na formação de comitês populares informais, não novas entidades, para a formação de redes temáticas focadas no aprimoramento das eleições. Temos muita corrupção por aí e não dá para ficar atirando para todos os lados. Parece-nos que o melhor é apontar para a via de acesso ao poder: as eleições. O trabalho desses comitês é o de educar (palestras, impressos etc) e fiscalizar (apresentação de denúncias fundamentadas e acompanhamento dos processos). Nestas eleições teremos que difundir muito a idéia de que não se vota em quem já possui condenações. Acho que é mais ou menos por aí. (Márlon Reis, ativista)

Com outro perfil de atuação, mas também líder do MCCE, Anivaldo Matias de Souza, 57 anos, professor universitário, é vinculado ao Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte e coordenador do Comitê Mineiro de Combate à Corrupção Eleitoral. Responsável por mobilizações presenciais, especialmente na cidade de Belo Horizonte, Anivaldo foi para praças públicas colher assinaturas em favor do Projeto de Lei, aproveitando as interações face a face para traduzir ao cidadão passante os fundamentos políticos da proposta. Segundo ele, “a grande dificuldade, e nós (o movimento) discutimos muito isso, é usar uma linguagem acessível. Indo à rua, a gente aprendeu a falar, porque dava voz a eles (os cidadãos passantes), escutava e aprendia.” Não apenas nesse exercício dialógico, mas também de tradução, o coordenador do MCCE mineiro diz não ter utilizado, pessoalmente, nenhuma ferramenta *online* como forma de mobilização. Porém, reconhece a importância delas, destacando o papel do *Avaaz.org*, por meio do qual foram coletados mais de dois milhões de assinaturas virtuais. E classifica o hibridismo das interações *online* e *offline* como fundamental ao alcance dos objetivos da mobilização. “Não tem como você

¹⁰⁰ <http://www.marlonreis.net/perfil>

pensar a assinatura presencial sem a mídia de rádio, de televisão e mídia via internet e vice-versa. Porque uma coisa alimenta a outra, não é?” reflete o ativista. Quando questionado sobre a importância das redes sociais da internet na mobilização, o líder *offline* sentencia: “você é rede!”

Esse paralelo entre dois tipos de líderes na mobilização pela Campanha visa demonstrar seus pontos em comum, com destaque para o aspecto comunicacional presente na *performance* de ambos. Seja presencial ou virtual, a liderança vai à frente, abre caminhos e, por meio da fala, um ato essencialmente comunicativo, procura traduzir conteúdos, gerando sentido para quem a ouve e, por conseguinte, o necessário convencimento dos públicos que se engajam no movimento.

Na plataforma *FB*, membros e líderes também expressam, subjetivamente, as relações coordenadas entre eles e o movimento de mobilização; e entre eles e outros atores sociais. Todavia, como o foco da presente pesquisa não é realizar um estudo sociológico detalhado sobre os participantes, mas sobre a dinâmica de suas interações, foram privilegiados como exemplos de perfis das lideranças entre os ativistas. Eles apresentam alto nível de engajamento no processo de mobilização *online*. Tais lideranças exercem influência sobre os circuitos interacionais, podendo cooperar para o convencimento, para a adesão, para o engajamento e para a participação dos cidadãos ao movimento.

Os líderes respondem por 214 *posts*, o que representa 36,5% do total de mensagens; quase 18% (105 *posts*) dessas são de autoria de Márlon Reis. As entrevistas em profundidade foram realizadas com quatro ativistas do *FB* que mais vezes postaram, grupo no qual está incluído Márlon. Os depoimentos confirmam a hipótese de que a plataforma tenha contribuído para a coletivização da causa. Primeiramente, quando chamados a avaliar a comunidade no contexto da mobilização, todos os entrevistados confirmam sua importante contribuição para o movimento. Variam, no entanto, nos destaques feitos sobre como tal contribuição ocorreu, resultado de percepções subjetivas, construídas a partir da experiência vivenciada pelos mesmos junto à mobilização *online*:

Eu fiquei sabendo do Ficha Limpa fora do país, morando no Estados Unidos, pelo *e-mail*, hoje em dia a forma mais primitiva, não é? Recebi de uma pessoa que mora no Brasil, familiar que é da parte de direito; outra pessoa tinha repassado esse *e-mail* para ele. Então ele passou para todos os contatos dele. E, a partir daí, eu fui para o *Orkut*. A página do *Facebook*, ela já existia, mas ela não tinha esse número tão grande de pessoas. Parte das pessoas que estavam no *Orkut* migraram para a página do *Facebook*. [...] Muitas pessoas do Brasil não tinham nem noção do que era esse Projeto de Lei. A mídia não fazia cobertura, a gente não conseguia colocar isso na cobertura da mídia de jeito nenhum, não saía nenhuma nota, não saía nada.

Então, nesse sentido, a mídia social me ajudou muito. (Carolina M Néri, ativista)

Não só o *Facebook*, como o *Twitter*, contribuíram muito; foi uma questão conjunta. Como o *Facebook* era uma novidade, bem mais elitizado que o *Orkut*, você via [nele] muita gente de mídia, de formação de opinião, muito jornalista. Então, começou a chamar muita atenção da mídia e eu acho que ajudou nesse sentido. Conheci o Márton no *Facebook*, na época em que comecei. (Isabela Nogueira da Gama, ativista)

Os depoimentos revelam como a plataforma *FB* teve de se integrar a outras da internet e, de certo modo, funcionar como trampolim para projetar a causa junto dos formadores de opinião e da mídia comercial. A cobertura dos veículos de massa era importante para dar visibilidade à causa. Já os efeitos da capilaridade da plataforma, com o tempo, passaram a ser sentidos também nas interações presenciais.

Carolina Néri, graduada em Turismo pela Universidade de Nova York, 30 anos e Isabela Gama, cientista social, mestranda em Administração Pública pela FGV, 28 anos – quem criara anteriormente ao Ficha Limpa o grupo Fora Sarney, também no *FB* – elas se reconhecem como líderes *online* da mobilização. A primeira, principalmente via *Orkut* e a segunda no *FB*, embora Isabela reserve a Márton Reis o protagonismo na comunidade. O papel de ambas foi bastante similar nas duas plataformas: atuavam ora como mediadoras, ora como administradoras, contribuindo pela continuidade do fluxo de mensagens e para evitar aquelas muito ofensivas, pessimistas ou de caráter político-partidário, díspares aos objetivos da comunidade. Como declarado por Carolina: “Eu não sei que é mais difícil: se é combater político corrupto ou se as mensagens negativas [...] a gente tinha que combater esse pessimismo, para não deixar ele se alastrar, e trazer as pessoas positivas junto, para o grupo e ir aumentando.”

Assim como no *FB* Márton Reis exercia um papel de especialista, que avalizava tecnicamente o grupo, também no *Orkut* houve quem fizesse esse papel, o especialista em direito eleitoral Luciano Santos, coordenador do GT Jurídico do Movimento Nossa São Paulo, a quem Carolina assessorava.

Interessante observar que, no exercício do papel de liderança “administrativa”, uma das prioridades é atualizar e divulgar continuamente a agenda de eventos do movimento. No Quadro 8, temos um exemplo:

Quadro 8 - *Post* com divulgação da agenda de eventos do Movimento

501. Carolina Muzzio Neri
 Quem tiver contato da Mídia, peço que divulgue: MOBILIZACOES CONFIRMADAS
 AQUI: (DIVULGUEM)
 ...
 SÃO PAULO -Sao Paulo - dia 2 de maio, concentracao 10 horas Parque do Ibirapuera - Endereço:
 praça do Porquinho – entrada pela Av. IV Centenário, próximo ao portão 6, Parque do Ibirapuera/SP
 11:00hrs Caminhada no parque, recolhimento de assinaturas cartaz:
<http://img214.imageshack.us/img214/5498/mccesp.jpg>
 PARÁ Belém PA – dia 2 de maio, Pça. Da República. Concentração em frente ao Teatro da Paz às
 8:30 cartaz: <http://img709.imageshack.us/img709/9674/mccepta.jpg>
 RIO DE JANEIRO -Rio de Janeiro – dia 2 de maio, às 9:00, Praia de Ipanema, Posto 9 cartaz:
<http://img718.imageshack.us/img718/2377/riodejaneiro.jp>
 INTERIOR de SP
 -Analândia- dia 30 de abril- às 19:30, Caravana Todos Contra a Corrupção, Audiência Pública na
 Avenida Hum, 264 – Centro (Próximo à Câmara Municipal)
 -Ribeirão Bonito- dia 01 e 02 de maio- Estacionamento da Amarribo Plantio de árvores na Rua São
 Paulo, coleta de assinaturas, Faixa Ficha limpa
 - Águas da Prata – dia 2 de maio, das 10 às 18 horas, calçadão do Bosque Municipal. Música, plantio
 de árvores, coleta de assinaturas ficha limpa e exposição de cartazes.
 RIO GRANDE DO SUL -Dom Pedrito - Mobilização (caminhada e painelço) com concentração no
 calçadão da Pça. Gal. Osório. Dia 30 de abril, das 10:30 às 16:30.
 Com plantio de árvores.
 Nao tem a sua cidade na lista, organize a sua manifestacao! Todos participam. :-)
 Ver mais
img214.imageshack.us
img214.imageshack.us
 28 de abril às 15:12
 Carla Gomes curtiu isto.

Mas o uso da plataforma também exige do líder ativista do tipo moderador-administrativo, um perfil que domine informações de natureza não apenas operacional ou contextual, mas também temáticas, o uso de um espectro amplo de repertórios e uma capacidade de organização do espaço comunicativo de forma compartilhada. Nas palavras de Carolina: “Você pode ser líder ou pode ser um mandão; o mandão não vai dar o exemplo. Eu fico com o trabalho de liderança, me orgulho muito por causa disso, sou uma líder voluntária”.

Também na esfera presencial, há correspondências entre perfis. Claudia Oliveira da Silva, assistente social, pós-graduada em Políticas Públicas, 45 anos, trabalhou como Secretária Executiva do Comitê Mineiro do MCCE. Ligada ao Movimento Nossa BH¹⁰¹, ao lado de Anivaldo ela foi às ruas da cidade coletar assinaturas, bem como articulou reuniões com diversos líderes de movimentos religiosos, da sociedade civil, e organizou eventos em

¹⁰¹ O Movimento Nossa BH tem por objetivo e meta transformar a cidade de Belo Horizonte em um espaço de justiça e sustentabilidade. Pretende favorecer o diálogo entre os diferentes setores, tornando possível um debate aberto e democrático sobre os desejos e opiniões de todos os belo-horizontinos. In: http://www.nossabh.org.br/como_atuamos_principios.php, acessado em 19/3/2012.

praça pública. Em seu papel de mediadora e administradora dos encontros presenciais, também exerceu a liderança segundo uma perspectiva compartilhada. Sobre os encontros com líderes religiosos ela relata:

Quando a gente achava que a coisa estava ficando “meio estranha”, sempre voltava em uma questão que é: “vamos nos deter naquilo que nos une e não naquilo que nos separa, porque todos nós queremos definitivamente uma política mais bacana para a gente, para a nossa sociedade, nós achamos que o Brasil merece políticos de qualidade. Então vamos nos deter no que nos une, que é a aprovação do Ficha Limpa valendo para 2010, e não porque é umbanda, porque é católico, porque o PT, porque é PSDB”. (Claudia Oliveira, ativista)

Como o depoimento bem demonstra, a necessidade de convergência dos sujeitos rumo a um foco de mobilização é o que assegura a manutenção dos vínculos dos públicos com a causa. O diálogo mediado pela liderança é capaz de administrar a diversidade num contexto de equilíbrio delicado (e muitas vezes precário).

Além disso, a sensibilização das lideranças de opinião por meio a imprensa foi viabilizada com a assessoria prestada à Campanha por jornalista que integrava a equipe do comitê mineiro, incluindo a preservação da memória das matérias veiculadas: “nós temos recortes de jornais com fotos da cobertura que a imprensa nos dava, houve várias, grandes mídias estiveram lá na praça e tal, nas outras ações que nós fizemos”, completa Claudia.

A Igreja Católica também cooperou muito com o MCCE, principalmente para a mobilização presencial e coleta de assinaturas. Parceira do movimento desde sua criação, a Igreja assumiu a liderança junto aos fiéis das paróquias de todo o país. Márton Reis relata que participou de evento no Piauí, da Igreja Católica, que mobilizou centenas de jovens multiplicadores da coleta de assinaturas; também informa que esteve presente na Conferência da CNBB em 2008, na qual divulgou a ideia da Campanha aos bispos, que imediatamente aderiram à causa. No *post* 484, de autoria de Márton Reis, encontramos, por exemplo, *link* para matéria veiculada pelo jornal O Estado de S. Paulo, o Estadão, em que o arcebispo da cidade de Brasília, em missa comemorativa ao cinquentenário da capital, criticou a corrupção, citando abertamente o “mensalão do DEM”¹⁰². Já em Minas Gerais, por meio da declaração de Claudia, encontramos evidências do quanto o engajamento da comunidade católica catalisou os efeitos de mobilização no tecido social:

Teve um *mega* evento no Mineirinho¹⁰³ do movimento católico. Então, pessoas do comitê que eram católicas se colocaram a disposição para irem pro Mineirinho panfletar, falar sobre o Ficha Limpa. Estenderam faixas, as faixas foram colocadas dentro do Mineirinho, fora do Mineirinho. Uma

¹⁰² In: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,arcebispo-critica-crise-no-df-em-missa-para-brasilia,541232,0.htm>

¹⁰³ Ginásio poliesportivo de Belo Horizonte, Jornalista Felipe Drummond. Coberto, tem capacidade para 25 mil pessoas.

distribuição simbólica de cinco mil folders, porque eram muito mais, eu não me lembro mais quantas pessoas... E antes da fala do Dom Walmor [Arcebispo Metropolitano de BH] foi lido um... não era um manifesto, mas um informativo sobre o Ficha Limpa; nesse dia quem fez [leu] fui eu... um *release* improvisado e rolou lá. Estava presente só a mídia religiosa. E eu me lembro que foi uma coisa muito bacana. Um membro do comitê, que é uma pessoa muito interessante, é um idoso muito ativo, ele puxou um grito de guerra lá: “Viva Dom Walmor!” Aquelas vozes lá, vou te dizer, vinte mil? Trinta mil? Disseram: “Viva!”. “Viva a Igreja Católica!”. “Viva!”. E “Viva o Ficha Limpa!”. “Viva!!!” [risos] (Claudia Oliveira, ativista)

Mas a noção de “contágio da multidão” por um chamado, uma convocação, (“Viva!”) levada ao seu grau máximo de adesão não se revela apenas no âmbito das interações *in loco*. Ainda na primeira parte da entrevista junto aos ativistas *online*, procuramos inventariar as principais táticas virtuais de mobilização utilizadas pelos membros do grupo, de modo a iluminar o que havíamos identificado no quantitativo dos *posts*. Foram citadas várias ações, poucas delas desconhecidas. Entretanto, os líderes deixaram claro que todas estavam imbuídas da perspectiva de forte *viralização* pela rede; o objetivo era estar presente na internet por *e-mail*, por *Twitter*, por *Facebook*, em todos os canais possíveis.

Nesse sentido, por exemplo, as passeatas *online* foram cruciais, uma espécie de experiência de “multidões *online*”. Consistiram, via CFL-MCCE, no envio de *e-mails* em massa para os endereços eletrônicos dos deputados e senadores, o que foi facilitado pelo Avaaz.org que disponibilizou, em um clique, a reprodução concomitante da mensagem para todos os parlamentares. A “enxurrada de mensagens” chegou a congestionar o servidor da internet da Câmara dos Deputados. Mas tal esforço viral não desejou apenas ampliar a adesão à proposta, mas também trazer visibilidade ao Projeto Ficha Limpa na mídia tradicional, o que levou, nos dizeres de Isabela Gama,

a todo o dia sair alguma coisa sobre o ficha limpa na mídia, antes de ser votado. Eu acho que o *Facebook*, todas essas ferramentas ajudaram muito nisso, porque os jornalistas em geral são bem entusiastas de tecnologias novas e foi uma campanha em que usamos muito isso, não é? [...] Porque no Rio, por exemplo, costuma-se fazer passeatas na orla de Copacabana, num fim de semana e aí está todo mundo na praia e fica um pessoal andando [sorri] Sinceramente, eu não acho que, se eu fosse uma deputada pelo Rio de Janeiro, aquilo não me afetaria! Acho que dois milhões de *e-mails* na minha caixa postal é muito mais pressão que uma passeata na orla de Copacabana, num dia de sol. (Isabela Nogueira da Gama, ativista)

Embora as lideranças compartilhem desse olhar crítico, sobre passeatas e outras ações *offline*, conforme exposto por Isabela, não subestimam o valor e as potencialidades que as ações presenciais apresentam no contexto de campanha. Dos quatro ativistas entrevistados, três não acreditam ser possível uma mobilização exclusivamente *online*, à exceção de Márlon

que, mesmo destacando autonomia entre os atos de adesão virtual e presencial, não descarta a ideia de que sejam realidades complementares. O que se percebe como fator comum ao discurso das lideranças *online* e *offline* é a constatação do inegável hibridismo entre interações de caráter mobilizador, aspecto que foi bastante explorado no segundo momento das entrevistas.

A comunicação *online* foi coadjuvante sim, mas ela estava dentro da estratégia. Ela não era menos importante, é isso que eu quero frisar. Nós entendíamos que esse trabalho da mobilização *online*, ele já estava acontecendo e estava bem feito; nós entendíamos que podíamos e devíamos pegar carona, reforçando, mas indo além, porque era um corpo a corpo, mesmo com os deputados e senadores. Então nós fazíamos um pouco essa jogada: vamos reforçar essa tendência do momento dos contatos *online* como “o ligue, passe *e-mail* para o seu deputado, para o seu senador”, mas nós vamos além. Nós tínhamos várias ações, nós queríamos envolver a sociedade mineira de fato. (Cláudia Oliveira, ativista)

À guisa de exemplo, Carolina Néri, que estava em Nova York, contou-nos que procurou atuar também presencialmente, mesmo que a distância. Ela procurou a comunidade de brasileiros que morava naquela cidade e coletou assinaturas. Diz ter enfrentado dificuldades nesse sentido, pois muitos estavam em situação ilegal nos EUA e tinham medo de se identificar. Com ajuda da paróquia local, ela obteve algum sucesso com essa iniciativa. Mas não ficou satisfeita. Procurou conectar-se de forma presencial aos atos públicos do movimento, indo às ruas de Nova York, conseguindo visibilidade para o cartaz da Campanha Ficha Limpa durante entrevista de atriz norte-americana à TV, em protesto contra a construção da Usina de Belo Monte¹⁰⁴.

Quando você está com as ações *online* é muito fácil chegar qualquer pessoa e falar ‘não nós temos que fazer isso, nós temos que fazer aquilo’ e na verdade, no real, a pessoa não faz nada disso. E eu estava incentivando todo mundo; “vamos todo mundo para a rua”, mas pensava: eu estou aqui... E aí teve a primeira mobilização no Rio de Janeiro. Eu consegui saber sobre uma reportagem que foi filmada, aqui nos Estados Unidos, de outro evento. Eu fui bem atrás da atriz, onde estavam filmando ela, com a imagem do número do Ficha Limpa, e nesse dia apareceu no Jornal Nacional¹⁰⁵ [da Rede Globo]. E aí ficou todo mundo naquela pergunta: como é que isso foi para lá? Doutor Márlon ficou assim, e o Luciano, que era com quem eu tinha mais contato, falou assim: “Ah! Isso...” – porque eu inventava uns negócios – “isso deve ser coisa da Carolina”. Depois colocaram no *Facebook*; “Quem assistiu o Jornal Nacional hoje, viu o negócio da campanha do Ficha Limpa.” E aí

¹⁰⁴ O polêmico projeto vem enfrentando oposição internacional de ativistas ambientais, tribos indígenas e outros movimentos sociais ligados à causa da floresta amazônica; a Usina Hidrelétrica de Belo Monte é uma central de geração de energia que se pretende construir no Rio Xingu, no Pará, nas proximidades da cidade de Altamira.

¹⁰⁵ In: http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0_GIM1254934-7823-ATRIZ+AMERICANA+PARTICIPA+DE+PROTESTO+CONTRA+BELO+MONTE+EM+NOVA+YORK.00.html.

várias pessoas com comentários “eu vi, eu vi, eu vi, eu vi, eu vi”; então, é assim. (Carolina M Néri, ativista)

Já o ativista Nilson Flores Jr, 46 anos, por sua vez, é autônomo, completou o ensino médio e chegou a postar 33 vezes, sendo o segundo colocado no número de *posts* da CFL-MCCE. Poderíamos definir seu perfil de atuação *online* como multi-causas, já que está sempre envolvido em múltiplos protestos, não apenas de cunho político, mas também ambiental, social, econômico. Não demonstra o mesmo alinhamento institucional com o MCCE, bastante presente nos perfis anteriores. Em Nilson, não se reconhece o mesmo refinamento técnico de um Márlon, ou o tom politicamente correto de Carolina ou Isabela, guardadas as diferenças de perfil entre elas. Vinculando-se à comunidade após os demais (a data de seu primeiro *post* é 9 de novembro de 2009, no qual ele replica uma matéria sobre os custos da corrupção a países mais pobres publicada pela Agência Reuters), ele utiliza palavras duras, muitas vezes, embora não chegue a valer-se de palavrões; em outras, deixa escapar algum preconceito; posiciona-se como anti-petista, anti-Lula, anti-Dilma, embora não faça campanha eleitoral para outros candidatos. Não pensa duas vezes para lançar protestos na rede, sendo alguns: Fora Sarney, Fora Gilmar Mendes, “Quem vota em canalha, canalha é!!!”. Faz comentários, curte e compartilha conteúdos com intensidade, valorizando a questão da agilidade: “Nós ativistas tentamos ser mais rápidos, não é? Passar as informações e tentar ser rápidos para que as coisas andem.” Em seu segundo *post* (129), já demonstra o traço predominante dos que viriam em seguida: “PORRADA NA FALSA DEMOCRACIA BRASILEIRA !!!” Nilson conta que, à época da amostra dessa pesquisa, residia em Portugal.

No papel de liderança virtual, ele se define como um líder *teimoso*:

Líder por teimosia assim, não é? Porque, em teimar, em mostrar para as pessoas que estão ali lendo, que se deve opinar. Eu não tinha, é... Eu nunca participei muito de muitas coisas, mas de repente, você chega em um momento em que você percebe que tem que se manifestar, sabe? Como cidadão, isso vai te dando uma certa... Você começa a perceber a cidadania, a importância... como eu insistia em opinar, para mostrar mais para as pessoas que as pessoas tem, mesmo que opinem errado, mas tem a importância da opinião, sem a opinião não se faz uma sociedade. A gente erra, opina mal, mas depois conversa com outro, escuta, lê o que você está escrevendo e começa de alguma forma a entrar em uma sintonia, não é? (Nilson Flores Jr, ativista)

A sujidade da experiência, com as emoções próprias do *hot cognition*, daquilo que Gamson define como senso de injustiça, são o motor da maior parte dos *posts* de Nilson, que afirma: “Nós estamos aprendendo a entender o que se passa no Brasil.” Além disso, sua contribuição como um líder não-institucional contribui para a manutenção da discussão de ideias, de um debate mais plural, que envolva uma rede de ativistas formada não somente por

pessoas já envolvidas em movimentos sociais. De certa forma, Nilson estabelece uma ponte comunicativa interessante, em suas interações, com os neófitos ou não-envolvidos, um tipo de público que pode nunca ter ouvido falar em questões de interesse público como o Ficha Limpa. É uma espécie de “brecha” por onde se infiltram percepções alheias às da maioria de ativistas “*like-minded*”.

A maior parte dos meus amigos, porque geralmente iniciamos no *Facebook* com os amigos do dia a dia, não é? Os amigos que a gente vai procurando, procura amigos antigos, vai iniciando assim... Hoje eu tenho por volta de uns seiscentos amigos. Eu vou te garantir que, no mínimo, quatrocentos são amigos virtuais, através dessa difusão de ideias e de fóruns e debates. Como tem esse meu lado ativista, eu dou prioridade hoje em dia para pessoas que estão mais ou menos no grau de... pessoas apartidárias principalmente, apartidárias isso é fundamental, porque não adianta também ser de direita ou esquerda, se a corrupção continuar aí descarada não é? Mas o importante, o fundamental, é essa difusão de amigos, não é? E estamos sempre debatendo diariamente, isso que é o mais incrível. (Nilson Flores Jr, ativista)

Como dito, pouco a pouco, o processo de sociabilidade via rede narrado por Nilson, o faz modificar seu próprio perfil de vinculação das amizades. Privilegiando amizade “mais politizadas”, seu depoimento permite constatar que o uso da plataforma interfere não apenas no diagrama social estruturado em torno do sujeito *online*, mas também no fluxo agregado de todas as pessoas com as quais, possivelmente, venha a se relacionar na rede.

Assim, sejam mais ou menos institucionais; ora especialistas, ora administradores, ora moderadores ou obstinados, “*teimosos*”, os líderes *online* e *offline* revelam, por meio de seus perfis e da atuação conjunta, um alto grau de iniciativa, onde motivações intrínsecas e extrínsecas se revezam, proporcionando ganhos para si mesmos (como fortalecimento da auto-estima, da noção de cidadania em caráter e importância, do empoderamento pessoal) e para o movimento (como visibilidade, reconhecimento público, adesão e participação coletivas, empoderamento social ampliado). Arquetipicamente vinculados à imagem do *herói*, são *teseus* do cotidiano que lutam, por meio do engajamento cívico, pela transformação do contexto social em que vivem. Eles conferem concretude aos ideais do movimento, em grande medida abstratos. Os líderes fortes percebem que a atuação por meio de grupos, coletivos ou multidões, articulada com atores sociais, deixará um legado às futuras gerações. Isso é um ganho secundário, e implícito, do que os líderes fazem, mas que está claro para eles quando questionados sobre o sentido do que fazem. *São teseus das redes e das ruas*, que se valem de si mesmos e das armas que manejam a baixos custos para “abater” o que reconhecem como sérias questões, que afetam o espaço público. “Eu queria um país melhor. E tem pessoas que se identificam mais e vão mais a fundo, vão mais rápido. Mas também tem outras coisas para

fazer, não é? Tem o nosso dia a dia para viver. Então: eu sou apenas um cidadão que participa.”, conclui Nilson em sua entrevista.

Finalmente, o desafio vislumbrado pelos líderes é, em parte, melhorar a qualidade da representação política por meio da valorização do voto, como professa o lema: “Voto não tem preço, tem consequência”; mas também por meio de práticas participativas que incluam, na ordem do dia do brasileiro, o engajamento em mobilizações por questões de interesse público. O fortalecimento da democracia, seja pelas tradicionais vias da representação, seja pelas inovações de modelos participativos, incluindo as TICs, resulta dos sedimentos dos repetidos ciclos de mobilização na vida política do país. Isso toca a identidade do que somos, como brasileiros, e do que queremos como alternativas às desgastadas fórmulas da baixa política, em que o privado submete o interesse público a seu serviço. Os líderes são capazes refletir sobre isso e construir respostas para o movimento, podendo chegar a valores mais amplos e ao senso de corresponsabilidade diante de contextos como o do combate à corrupção.

O mais importante, nós somos uma democracia. Geralmente, o que as pessoas pensam dos políticos, não se traduz no voto. Então se isso [a mobilização] ajuda a manter as pessoas mais próximas da política, esperamos que isso se traduza nos votos, não é? Por que a gente nunca teve esse hábito. Eu acho muito válido, tanto as passeatas, mobilizações na internet ou presencial. Tudo muito válido. (Isabela Nogueira da Gama, ativista)

O desafio maior que eu vejo é mesmo a falta da participação do brasileiro, não é? O brasileiro ele é muito festivo, o brasileiro ele dá mais valor para festa. Você vê o carnaval, milhões de pessoas nas ruas [...] Mas a sociedade, a política... se nós não participamos, vão ter pessoas que vão participar por nós. Acho que essa falta de participação tem como consequência esse quadro meio caótico, corrupto. Eu acho que é por causa dessa falta de participação; por que, o que é isso? É muita festa no país, muita dispersão, muita indiferença com as causas públicas. Até tem pessoas que participam um pouco e depois somem. Falta mesmo é sentir, perceber o país. Entender, se preocupar mesmo por causa de indígenas, causas das florestas, das pessoas... Sempre mostram as propagandas com matas, o Brasil com matas, o Brasil com isso e aquilo, as pessoas são as solidárias, mas a solidariedade tem que *ser* sabe? Combater a corrupção é a maior solidariedade que uma pessoa pode demonstrar. (Nilson Flores Jr, ativista)

4.2.7 Sujeitos-mensagens

Em outubro de 2011, aproximadamente 100 mil pessoas conectadas ao *FB* mudaram em 24 horas suas fotos do perfil por imagens de desenhos animados, super-heróis e

outros ícones da infância.¹⁰⁶ O objetivo, além de celebrar no Brasil o dia 12 de outubro, dedicado às crianças, era chamar atenção da sociedade em rede para o combate à violência e exploração sexual de menores. A iniciativa teve seu epicentro em um *blog* independente, o Insoonia.com¹⁰⁷, mas se espalhou rapidamente, conquistando inclusive a adesão de muitos movimentos sociais ligados ao tema. Mas houve quem questionasse o fato, refletindo sobre o real impacto que uma simples mudança de imagem, promovida por uma multidão de “ativistas de poltrona” em seus perfis no *FB*, teria sobre a necessária mudança de realidade das crianças e jovens brasileiros expostos a situações de risco pessoal e social.

Essa tática de mobilização direcionada aos sujeitos conectados via *FB* no ciberespaço tem sua pertinência: seja por dirigir-se a um espaço onde, historicamente, as práticas de pedofilia *online* são inegáveis, seja pela evidente capilaridade que o tema alcançou no pulso de disseminação da causa. A ação, por si, não basta. Para que resulte em participação e engajamento cívico em prol da causa, deverá articular-se a outras táticas e iniciativas. Isso é o que garante a sustentação da mobilização enquanto um Projeto de longo prazo e não como uma ação pontual.

O que nos interessa tocar, entretanto, por meio desse exemplo é a íntima conexão apresentada entre a identidade, o perfil, enfim, entre a presença do sujeito na rede, e a mensagem que ele sustenta em sua página pessoal. Mais que um *post*, estratégias como a da substituição da foto do perfil apontam para uma conexão profunda entre o indivíduo e aquela crença exposta por meio de uma nova imagem, relacionada a uma causa ou projeto que se deseja advogar publicamente. Não se trata de uma simples disseminação de ideias, mas de uma mudança da imagem pessoal, da *face*, por algo que a melhor represente diante de uma questão social e de contexto. Inevitavelmente, essa ação atribui um novo sentido para o indivíduo e, com efeito, para os vínculos constituintes de sua rede pessoal, mais aprofundados.

Na experiência da CFL-MCCE, essa tática também foi utilizada, a exemplo do comentário 460A: “BRASIL, MOSTRA A SUA CARA. MUDE SUA FOTO DO PERFIL PELA IMAGEM FICHA LIMPA. SEJA UM “CARA FICHA LIMPA”. PELO MENOS ATÉ AS PROXIMAS VOTAÇÕES !!!” de autoria de Nilson Flores Jr. A identidade compartilhada

¹⁰⁶ In: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/10/por-campanha-100-mil-trocam-perfil-do-facebook-por-desenho-animado.html>, acessado em 22/3/2012, às 23h.

¹⁰⁷ Criado em Junho de 2008, o blog desenvolve conteúdos humorísticos, de entretenimento e de variedades coletadas da *web*. Possui mais de 60 milhões de acessos, desde sua criação. A emissora MTV, em 2010, passou a patrocinar e divulgar o *blog*. Articula uma rede de parceiros colaborativa e sem custos para seus integrantes; mas também veicula anúncios pagos. In: <http://www.insoonia.com>, acessado em 22/3/2012, às 23h.

e o objetivo central do movimento são enunciados claramente pela expressão “ser um cara ficha limpa”, fundindo-se.

Os perfis no *FB*, como num quebra cabeça de múltiplas mensagens, se somam para conformar a “figura”, “o todo”, a representação do sujeito *online*. Mas, por ser intrinsecamente relacional, essa imagem pública expõe seus vínculos, seus diagramas e fluxos de interação, onde o sujeito se inscreve socialmente. Isso faz com que a representação em rede avance mais em direção ao sujeito, a reboque da imagem pública, alinhavando-os por meio do fio comunicativo e de suas funções na mobilização. Em alguns casos, a proximidade é tamanha que não consegue identificar claramente onde as mensagens têm início, as falas e onde se situa o sujeito que as profere. Principalmente porque essas só ganham sentido se analisadas a partir de um contexto dado e dos vínculos intersubjetivos que as sustentam.

A noção de diagrama social do *FB* em grande medida revela, portanto, o próprio sujeito, suas preferências políticas, suas fontes usuais de informação, com quem se relaciona. Ao gosto moralista de Mark Zuckerberg, “diga-me com quem anda e lhe direi em que é”. O dito popular bem lhe cai. Mais além: diga-me o que lê, o que fala, com quem fala, de onde fala, para onde direciona seus *links*, o que faz quando está no *FB* (via celular ou não); diga-me o que posta rotineiramente, quando e como faz suas postagens... e lhe direi quem é.

Ora, os sujeitos em interação se valem dos inúmeros repertórios de que tratamos exaustivamente, gerando um pertencimento ampliado de suas identidades, expressas em inúmeras mensagens, a um movimento coletivo, que toma por base a experiência e os vínculos sociais estabelecidos pelos próprios sujeitos. Essa noção de pertencimento ampliado é viabilizada somente pelo compartilhamento. Nesse sentido, já não estou vinculado apenas ao diagrama de amigos, mas de amigos dos amigos e, em última instância, ao todo da rede. Há uma vastidão a ser explorada, mas cujas rotas de investigação podem ser identificadas pelas trilhas e percursos realizados pelos sujeitos. Esse conhecimento não apenas amplia os repertórios de ação comunicativa individuais como pode reforçar a identidade dos coletivos envolvidos, como no caso da CFL-MCCE.

Pontos de convergência da perspectiva coletiva da rede emergem dos próprios *posts* presentes na comunidade. No Quadro 9, por exemplo: observando os enquadramentos estabelecidos pelos sujeitos para tratar de questões afetas ao movimento, como a adesão e participação em mobilizações de cunho político, constata-se a presença de *viés* elitista ou, no mínimo, preconceituoso que reúne sujeitos ditos “politicamente corretos” para lançar críticas a um “povão” ignorante (ver *post* 249), contribuinte para o avanço da corrupção; ou para absolver “menos favorecidos”, vítimas de corruptos e corruptores (ver *post* 242).

Quadro 9 - Exemplos de *posts* com enquadramentos compartilhados

242. Purita Garcia

Temos de concientizar os menos favorecidos , pois esses sim são a grande massa de manobra de toda a corrupção

de janeiro de 2010 às 21:34

Nilson Flores Jr curtiu isto.

249. Nilson Flores Jr

Só pra vcs terem uma Idéia de como estamos há Anos Luz dessa tão esperada Conscientização de Indivíduos, uma das Paginas(sem falar os Grupos) de ivete sangalo aqui do Face, tem 20 mil fans. O povão Vira-lata ta mais Preocupado em " Tirar o Pé do Chão "(como costumam dizer os Gênios do axé) do que estarem com eles Grudados no Chão para Transformarmos Essa VERGONHA numa Nação !!!

09 de janeiro às 12:55

190. Purita Garcia

Poderíamos mandar nossos candidatos com mandato vitalicio la para o Iraque !!! E começar do zero Estou com pintor e pedreiros em casa e vejo essas pessoas humildes trabalhando de sol a sol para ganhar seu dinheiro honestamente e da revolta depois ver na tv essa dinheirama suja sendo dada a esses podres políticos

Ah não esqueçamos que tem o corrupto e o corruptor os dois tem de pagar o preço !!!!

11 de dezembro de 2009 às 08:00

2 pessoas curtiram isto.

481. Cristiane Stoppiglia

URGENTE: o que vocês acham das últimas alterações no projeto? Por favor, comentem. Eu acho que estão mudando a lei de uma forma que está distorcendo totalmente a intenção original!

CCJ pode incluir no Ficha Limpa recurso suspensivo a condenação

www2.camara.gov.br

Comissão decide votar emendas à proposta na quarta-feira (28). O projeto do Ficha Limpa impede a candidatura por oito anos de quem for condenado por órgão colegiado, por conduta em que há intenção de violar a lei.

20 de abril às 23:55

A frase de Purita Garcia, no *post* 190, ao sugerir “mandar nossos candidatos com mandato vitalício lá para o Iraque !!!” revela o sujeito autor, por meio do enquadramento oferecido por ela ao Iraque (terra de degredo, etc), e, complementarmente, por seu olhar para “as pessoas humildes trabalhando de sol a sol”. Ambas as frases são vestígios de um posicionamento social no qual Purita se inscreve. Até mesmo o que ela “vê pela tv” se manifesta em rede, um protesto “ao modo Purita de ser”. O silêncio dos demais membros, explicitado por meio da ausência de comentários, ou imposição de constrangimentos à autora, ou de, ao menos, indagações referentes ao lugar destinado ao Iraque em sua mensagem, ou aos que trabalham de sol a sol, podem demonstrar que, ao menos tacitamente, há uma omissão dos internautas a um ato de preconceito *online*.

Outros dados coletados aqui e ali nas mensagens e interpretados a partir do conjunto de vestígios de subjetividade que elas conformam, revelam que se trata de um movimento *online* de enquadramento regionalizado. Na plataforma, há predomínio de manifestações de cidadãos do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Brasília, durante a maior parte do período estudado. Referências a mobilizações no Pará e Amazonas, por exemplo, começam a aparecer nos textos tardiamente, como na divulgação de agenda pública de atos presenciais, quase à época da aprovação do Projeto. Poderíamos dizer que, mesmo no *FB*, o movimento se concentrou nos estados brasileiros cujo eleitorado é conhecido como “aquele que detém voto de opinião”¹⁰⁸, ou seja, estados da região Sudeste que detém um poder de influência sobre outras regiões do país. Obviamente, não foi feito um estudo aprofundado das cidades em que residem os falantes, pois isso representaria um esforço de pesquisa para além do objetivo central desse trabalho; mas, analisando-se as referências urbanas presentes no conteúdo transacionado pelos falantes, é possível afirmar seguramente que os repertórios de ação *online* traduziram muito da cultura presente no eixo Rio-São Paulo, estendendo-se a Brasília por inevitável conexão com o Congresso Nacional. Um eixo cultural já bem conhecido em outras dimensões políticas, econômicas e sociais do cenário nacional. Mais uma vez as mensagens encarnam o sujeitos-autores.

Reforça-se, com isso, a preocupação de que os sujeitos-mensagens presentes na comunidade sejam apenas representantes de uma elite intelectual do país, fortemente vinculada à região Sudeste, com nível escolar alto, e perfil socioeconômico típico da classe média urbana. Dos líderes entrevistados, por exemplo, três informaram a renda. Todos têm remuneração mensal maior que dez salários mínimos e já passaram (ou passam) por uma experiência internacional, como morar, estudar ou trabalhar fora do país. Além disso, os dados já apresentados¹⁰⁹ revelam a predominância do *FB* entre a classe A e B; não somente pelo acesso à internet, mas pela forma como a plataforma se integrou ao tecido social, entrando pelas portas de centros universitários para ganhar, posteriormente, as ruas.

Há sempre um risco de que o conjunto de falantes seja composto, em maioria, por *like-mindeds*, o que limitaria possibilidades de intercâmbio de ideias sob outras perspectivas que não as compartilhadas pelo MCCE, bem como a presença de contrapontos que fazem a discussão mais rica, gerando possibilidade de reflexão sobre os argumentos, crenças, sentimentos e atitudes adotadas pelos sujeitos via *FB*. Nesse sentido, há exemplos de *posts* que

¹⁰⁸ Sobre isso, ver depoimento do deputado Índio da Costa, em entrevista ao Programa do Jô (*links* disponibilizados nos *posts* 470 a 473).

¹⁰⁹ Ibid. 53.

cumprem o papel de gerar provocações, pensamentos polêmicos, opiniões, que funcionam como gatilhos para disparar uma discussão na rede. Como revelam o *post* 481: “URGENTE: o que vocês acham das últimas alterações no projeto? Por favor, comentem” de Cristiane Stoppiglia, que encarna um perfil analítico, referindo-se ao conteúdo do Projeto em si; e o *post* “oposto” 493, enviado apenas cinco dias depois do 481: “Amigos, colem a frase a seguir nos seus *status* do *facebook*: "O Congresso Nacional é um local que: se gradear vira zoológico, se murar vira presídio, se colocar uma lona vira circo, se colocar lanternas vermelhas vira puteiro, e se der descarga não sobra ninguém." Valorize o seu voto!!”, de Paulinho Skyboss.

Mais uma vez, nesses *posts* a questão identitária dos sujeitos emerge vigorosa por meio do conteúdo. São perfis claramente distintos de dois sujeitos em conexão. Em ambos, todavia, o mesmo fenômeno ocorre: suas mensagens revelam não apenas a autoralidade, mas muito da identidade; Cristiane e Paulinho performam *online*, sobre, sob e dentro daquilo que publicam, ajudando a compor a intersubjetividade reticular da comunidade. São sujeitos-mensagens.

5 Considerações finais

Na contemporaneidade, a dinâmica da formação de públicos propiciada pelo uso das redes sociais da internet, ao modo de um *livro de areia*, se desfaz e se recompõe ao longo das leituras que os estudos da Comunicação procuram lhe dar. Desafiador, esse fenômeno mutante se constitui sobremaneira pelas relações intersubjetivas, o que impõe ao pesquisador certa angústia por não poder captar uma resultante global das variáveis (e dos efeitos) que se manifestam nas interações em plataformas *online*. A CFL-MCCE no *FB* é um exemplo dessa nova forma de sociabilidade, que ganhou força no século XXI, mas que guarda conexão com formas profundamente arcaicas, tributárias da comunicação face a face, do momento presencial, mesmo que as interações ocorram entre faces digitais, de sujeitos encarnados em seus perfis virtuais.

Por isso, nossas últimas palavras, mais que um encerramento, propõem uma abertura a novas possibilidades de pesquisa. As conclusões têm um sabor um tanto provisório, apesar de resultarem de um trabalho metodológico em bases científicas. Os aspectos abordados, afirmados, as hipóteses e suas justificativas perseguidas pelo olhar racional do pesquisador representam, no todo, fragmentos bem articulados perante as infinidades comunicativas presentes no objeto de estudo.

A *Análise Multifocal* desenvolvida como num sistema de *olhos compostos*, tentou captar e reconhecer, por meio de variadas lentes voltadas a múltiplos focos, uma imagem ampliada – mas categorizadora – da CFL-MCCE no *FB*. Entretanto, por mais que seja estudada, acreditamos que essa realidade labiríntica e mutante, nas quais os sujeitos se mobilizam *online* em movimentos que advogam causas de interesse público, guardará sempre uma dimensão insondável.

Nessas considerações finais desejamos, em primeiro lugar, apontar as conclusões a que a pesquisa nos permite chegar; na sequência, apresentar algumas questões e análises que fazem dialogar aspectos desenvolvidos na fundamentação teórica com as evidências empíricas obtidas a partir do estudo do objeto. E, num terceiro momento do texto, faremos algumas considerações sobre outros aspectos observados por nós que abrem caminhos para reflexão e para outras hipóteses de pesquisa.

As promessas de pesquisa investigam, prioritariamente, sob o ponto de vista da coletivização de uma causa de interesse público e das funções comunicativas envolvidas nesse processo, a dinâmica das interações e relações estabelecidas entre os públicos vinculados a

redes sociais da internet, em particular aquelas que compõem a comunidade “Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral” (CFL-MCCE) no *Facebook* (FB). As perguntas fundamentais são: as interações estabelecidas pelos públicos integrantes da comunidade contribuíram para a coletivização da causa de combate à corrupção? Em caso positivo, como isso se deu?

Concluimos que a coletivização da causa ocorreu de forma inegável na plataforma FB, obedecendo à orquestração de elementos já apresentados nos capítulos anteriores, e sobre os quais desenrolamos uma exaustiva análise. Os repertórios de ação comunicativa, descritos em minúcias, foram fundamentais a essa forma de operar em rede de colaboração.

Já a identificação e análise das condições de coletivização da causa, manifestas nas interações entre os públicos da comunidade no FB, permitem desenhar como elas impactaram na dinâmica relacional de formação e (re)configuração dos públicos, e em que intensidade. Os líderes, por exemplo, são ativistas reconhecidamente aglutinadores, disseminadores de repertórios de ação comunicativa e responsáveis por impelir a dinâmica de formação de grupos, coletivos, atores, enfim, de públicos. As lideranças em rede interagem muito fortemente com os públicos por onde transitam; mas só o fazem de forma dialógica e libertadora se houver condições favoráveis para a coletivização.

Retomando Henriques (2010, p.97 a 99), constituem as *principais condições de coletivização* de uma causa: (1) *concretude*: os públicos reconhecem afetação direta em suas vidas por problemática que, concreta, pode ser claramente identificada no cotidiano; (2) *caráter público*: onde reside a pedra angular da coletivização, já que os sujeitos compreendem a questão como não particularizada, mas por sua convergência sobre muitos; observam que o problema de um é, na verdade, problema de todos; (3) *viabilidade*: por meio desta condição os públicos compreendem que há possibilidade de mudança da situação para melhor, apesar das dificuldades ou do tempo que se exija; (4) *sentido amplo*: há o debate de visões e discursos múltiplos a respeito do problema em comum, constituindo um exercício democrático que aponta para valores mais amplos e para o compartilhamento de um imaginário que “se torna fundamental para convocar outros sujeitos a participar da mobilização e manter a motivação dos grupos em torno da causa”.

Na experiência CFL-MCCE no FB a *concretude* orbita em torno do Projeto de Lei, desdobrando-se sobre os abaixo-assinados *online* e físicos, cujos efeitos serão percebidos também de forma concreta, nas urnas, por meio do voto. Votar é um ato condicionado às opções de candidatos. Quando a qualidade dos candidatos é garantida, os eleitores agradecem.

São ganhos diretos e indiretos de uma “triagem” estabelecida *a priori* pela Lei Complementar que funciona como um marcador lógico, espécie de chancela para eleições mais “lícitas” – e não se deve esquecer os efeitos concretos da medida num contexto de campanha eleitoral, como o do ano de 2010. Além disso, em inúmeros *posts* vimos o quanto operar a mudança almejada exige dos públicos mobilizados a capacidade de materializar ideais democráticos intangíveis, seja por meio de táticas ou de repertórios que revelam efeitos sobre o “aqui-agora” (fotos e vídeos de passeatas; monitoramento da atividade parlamentar em tempo real, compartilhamento *online* ou *offline* de iniciativas que chamem atenção para a causa a baixos custos).

Já o *caráter público* da mobilização é fortalecido, primeiramente, pela evolução da adesão numérica expressiva, que cresceu vertiginosamente, encampando a participação de diferentes setores da sociedade. Destaca-se, nesse processo, a adesão da Igreja Católica e de outros movimentos religiosos, políticos, apartidários, do Terceiro Setor que, por princípio, zelam pela lisura e ética das relações e, por conseguinte, por uma vida pública livre de escândalos, de corruptos e de corruptores. Também nisso está incluído o envolvimento das mídias tradicionais, como TV e jornais impressos de veiculação nacional que compartilharam abordagens favoráveis à Campanha, após inegável esforço de ativistas *online* junto à agenda dos veículos, para pautá-los. Os ativistas citam, inclusive, que o *FB* foi importante para garantir visibilidade do tema a jornalistas frequentadores da plataforma, influenciando em suas opiniões. Além disso, o desempenho das lideranças do MCCE (esfera macro) e de Márlon Reis (esfera micro, no *FB*) incorporam em si o interesse público. O primeiro, numa representação coletiva de entidades ligadas à defesa do bem comum, pelo combate à corrupção eleitoral. O segundo, pelo papel público de Juiz de Direito, que deve zelar pessoalmente pela aplicação da Lei, além de salvaguardá-la.

Extremamente *viável*, por se considerar o apelo do próprio objeto (combater a corrupção) e a impossibilidade de argumentar-se publicamente a favor de tais práticas ilegais, a Campanha comprovou sua viabilidade, inclusive *online*, permitindo a participação à distância de muitos internautas no processo. Essa viabilidade se viu encampada por especialistas e parlamentares que somaram esforços pela consecução dos objetivos de curto, médio e longo prazos, todos factíveis, quais sejam: (1) votação e aprovação do Projeto de Lei no Congresso; (2) validação para as eleições de 2010; (3) ampliação nos efeitos para o Executivo e Judiciário. Embora os últimos dois objetivos tenham exigido maior paciência dos eleitores, é inegável que, cedo ou tarde, serão viabilizados pelas instâncias do Poder Público,

conforme temos visto. A validação da Lei Ficha Limpa para as eleições municipais de 2012 é um indicador nesse sentido. Nos *posts* da comunidade possível reconhecer a constante “chamada” à participação por um caminho viável, mesmo que isso represente cumprir um passo a passo simplificado de envio de mensagem a um parlamentar ou, em nível mais profundo, discutir a não obrigatoriedade do voto. Ambas possibilidades viáveis no contexto *online*.

A questão dos *valores mais amplos* reside nas constantes referências à Reforma Política, no engajamento cívico de vinculação mais contínua, que opera *lato sensu* no terreno das mobilizações que visam mudança social e transformação de cenários a partir de outros, almejados coletivamente e compartilhados entre os sujeitos do movimento. Nesse sentido, as funções comunicativas são fundamentais, pois cada uma delas, a seu modo, perfilam uma coleção de *posts* particular, conforme analisamos ao abordarmos os repertórios de ação. A *Convocação e a Identificação* apresentam *posts* que proporcionam criar um senso de *nós*, de uma participação dentro desse *nós*, que pode evoluir da participação pontual à corresponsabilidade; a *Motivação de Animação* que opera como uma sinaleira, a mostrar os avanços do movimentos, oxigenando a comunidade com notícias, informações contextuais vinculadas à idéia de *mover para a ação*, já bastante conhecida nos movimentos *offline*. Já o *Fomento ao Debate* desdobra-se no espaço para perguntas, discussões, problematizações ligadas a temas, conforme já explicitados na *árvore temática* que apresentamos. Interessante notar que as ferramentas *online* de compartilhamento, comentários ou “curtir” são fundamentais aos fluxos interativos, sem os quais é inviável se projetar, coletivamente, um horizonte ético, um ideal, uma bandeira a ser empunhada e brandida para que seja vista em ponto mais alto, sob perspectiva ampliada.

Percebemos, em especial, que as lideranças da CFL-MCCE na plataforma *FB*, embora numericamente pouco expressivas, apresentam bom nível de adesão e protagonizam, sem constrangimentos, a Campanha na internet. Elas reconhecem a importância do exercício da liderança. Mais ou menos institucionalizadas, elas contribuem para validar os discursos e práticas do MCCE, favorecendo o engajamento cívico dos falantes que conseguem aglutinar em torno de si. Em geral, líderes podem se encontrar dispersos pela rede, todavia é possível reconhecer maior concentração deles entre ativistas.

Valendo-nos do modelo epicêntrico-convergente de mobilização *online* que criamos, percebemos que os ativistas, em geral, se reúnem em torno do epicentro do movimento e passam, em sequência, a dispersar esse *poder de agência* pela rede, fazendo-o

embrenhar entre os meandros de outros diagramas sociais. Suspeitamos que um dos elementos distintivos de um ativista *online* para uma liderança é justamente a maior *capacidade de trânsito* ou *transacional* que um líder possui entre falantes e não-falantes. Como depreendido da fala do entrevistado Anivaldo Matias de Souza – “Indo à rua, a gente aprendeu a falar, porque dava voz a eles (os cidadãos passantes), escutava e aprendia” – há uma dimensão comunicativa que *transaciona* elementos linguajeiros entre sujeitos, que facilita a construção coletiva dos sentidos para ação compartilhada.

Mas, certamente, um líder é também um ativista que conquistou reconhecimento público dos membros da rede, a começar pelos amigos que pertencem ao seu diagrama social, e depois transcendendo-os. Márlon Reis é um exemplo incontestável disso.

Não raro, os sujeitos que lideram aglutinam coletivos de seguidores, os quais tendem a se tornar mais falantes ao interagirem com o líder e entre si. Além disso, a capacidade de capilarização de informações, sentimentos e ações que um líder detém é fundamental ao compartilhamento e à promoção da participação. Percebe-se que, em rede, quanto maior for o grau de compartilhamento de *poder de agência*, mais fortalecido se encontra o coletivo. Sujeitos *empoderados* se sentem capazes de mudar uma dada realidade, movidos por uma causa de interesse público, muitas vezes articulados junto a líderes que podem ser tomados como exemplo.

No que se refere à análise dos *posts*, sobressaem algumas questões. A primeira delas é a de que as funções comunicativas neles manifestadas se equilibram ao modo de um tripé, sendo, portanto, não-excludentes e demonstrando uma interdependência entre si. Como apresentamos nos Gráficos 3 e 4, elas apenas preponderam umas sobre as outras, segundo o contexto de mobilização em foco. É possível reconhecer que, sob esse aspecto, a coletivização da causa, no contexto da CFL-MCCE na plataforma *FB* vale-se do uso equilibrado das três funções comunicativas (CI, MA e FD), embora essas possam variar em intensidade, de acordo com a onda ou ciclo de mobilização.

Uma segunda questão é a das características do processo de aprendizagem social que os sujeitos, em interação *online*, vivenciam. Um senso de injustiça irrefutável, conforme proposto por Gamson (2011), recorre em muitas mensagens de protesto e/ou repúdio que compõem o inventário de *posts*, valendo-se algumas vezes de palavras contundentes; tal senso *desatomiza* o cidadão num processo de *hot cognition*, que além do compartilhamento de informações, envolve o de identidades e de repertórios de ação. Nesse sentido, é possível reconhecer um elemento conceitual apontado por Primo (2007), que é a disposição ao compartilhamento e à colaboração entre ativistas, na disponibilização mútua de saberes uns

para os outros. Os fluxos cooperativos das interações em comunidades como a CFL-MCCE no *FB* transcendem o modelo um-para-um; qualquer interação colaborativa, mesmo a mais simples como a citação de um endereço de correio eletrônico, por exemplo, ao ficar exposta no grupo aberto cumpre a dimensão um-para-muitos, conforme Lemos (2010), já que todos podem acessar o conteúdo disponibilizado pelo *post*. Observando o conjunto geral dos *posts*, cremos que os sujeitos em interação *online*, em processos de mobilização abertos ao diálogo e à participação, além de *apreender* conhecimentos, *aprendem* e se tornam, eles mesmos, multiplicadores do *aprendizado social coletivo* vivenciado em rede.

Já o apelo ao universo lúdico acompanhado de uma estética *remix*, compreendida segundo Manovich (2009), é outra questão de relevância. Suspeitamos que sua presença, viabilizada pelo uso de recursos do *FB* e das redes sociais da internet, produza um compartilhamento mais intenso entre sujeitos, podendo levar à *viralização*. O fenômeno constitui uma preciosa (e poderosa) via linguageira para os movimentos de mobilização. Por si, o tema configura instigante possibilidade de pesquisa futura.

Uma quarta questão, suportada a partir da visão de Bretas (2001), é a de que as tecnologias de redes virtuais realmente configuram um novo espaço de sociabilidade que, não destacado do universo *offline*, é capaz de promover aproximações locais entre sujeitos ou desses com outros movimentos sociais, fortalecendo a articulação de públicos em lugar de confiná-los aos seus *perfis* ou noutros espaços de uso particularizado. São múltiplas as possibilidades de engajamento cívico disponíveis aos membros de redes sociais *online*. Um exemplo disso é a possibilidade de cooperação vista entre o MCCE e Boa Política, explicitada por meio do comentário 105C – informação que já apresentamos anteriormente. Muitas outras possibilidades de cooperação entre o MCCE e diversos movimentos estão presentes no inventário dos *posts*.

A partir das observações encadeadas pela *Análise Multifocal* segundo a experiência CFL-MCCE no *FB*, somadas aos aspectos teóricos apresentados, percebe-se que as discussões temáticas realizadas pelos falantes, ativistas e líderes dificilmente alcançam a profundidade daquelas travadas em espaços tradicionalmente ocupados por ativistas políticos na esfera pública (enclaves, fóruns tópicos de discussão presenciais ou virtuais, audiências públicas, entre outros). Um forte vetor que a isso influencia é a natureza da própria plataforma, cuja atualização e tempestividade são intensas, organizada em torno de pessoas, e não segundo tema específico. Além disso, via CFL-MCCE, se reconhece que o *FB* oportuniza lampejos de discussões consistentes, enfeixamentos das opiniões, pluralidades e empatia entre os interagentes.

Se a mobilização de públicos *online* e *offline* é a ante-sala da deliberação formal, como o Projeto de Lei de Iniciativa Popular bem demonstra, os fluxos de conversação cívica na plataforma *FB* podem ser, em certa medida, considerados também como um *rough* do que se reconhece nos movimentos midiáticos tradicionais e nas esferas institucionalizadas, como é o Congresso. Essa noção permite-nos aventar a hipótese de que os sujeitos, em ação *online*, *rascunham* propostas segundo uma visão de futuro almejada e compartilhada, numa espécie de *ensaio* onde se expõem mutuamente e testam ideias, argumentos e justificações, antes de levá-los *ostensivamente* à cena presencial, especialmente ao enfrentamento da esfera pública institucional. A tempestividade das interações via internet favorece o uso do espaço para esse fim, compondo, conforme advogamos por meio da noção de *espelhamento* entre as interações *online* e *offline*, ações de comunicação táticas que *golpeiam* sistemas tradicionais dos *media* e também pressionam a definição da pauta pelas arenas institucionais como o Parlamento. Nosso objeto de estudo guarda alguns interessantes vestígios desse *rough*, mas que não foram explorados por fugirem do foco da pesquisa.

Nossas observações, portanto, sugerem que a plataforma *FB*, compreendido como meio das interações estabelecidas pelos públicos integrantes da CFL-MCCE, contribui diretamente não apenas para a coletivização da causa de combate à corrupção, mas também para a conformação de um tipo de discussão em rede peculiar, ou de um proto-debate e mesmo de um *rascunhar* de argumentos e justificações públicas apoiado num processo comunicativo que resulta da interseção das características da plataforma virtual e dos perfis de seus atores. A publicização e o compartilhamento de informações qualificadas, bem a como discussão de questões de relevância pública estão presentes em muitos *posts* que seguem uma ordem por vezes anacrônica, dispersa, porém existente e válida.

O *labirinto FB* também se pode definir por meio de inúmeras outras imagens, que nos fazem compreender sua dimensão mutante e diversa. Ressalvadas todas as observações já feitas nos capítulos anteriores, referentes aos domínios entrelaçados entre o público e o privado e às forças mercadológicas em oposição a outras com foco no bem comum, podemos dizer que o *FB* é também um *mosaico de interações*, um *muro das lamentações*, uma *vitrine* para repertórios de ações comunicativas, um *espelho* entre as realidades *online* e *offline*, e um *paredão* que faz ecoar vocalizações vindas de falantes e líderes distribuídos no tecido social. Há uma polifonia inegável, atravessada pelos discursos da mídia, dos órgãos do Estado, da Sociedade Civil Organizada e dos sujeitos que, manifestando-se, tecem uma rede de argumentos, sentimentos e ações que convergem para uma plataforma coletiva, compartilhada e fluida.

Embora na CFL-MCCE o fenômeno não tenha sido observado com intensidade – pois a coletivização contribuiu para multiplicar entradas e saídas de informação, dinamizando os perfis dos sujeitos nela envolvidos – no *FB* também se pode reconhecer a tendência *like-minded*, sobretudo em comunidades que têm como foco uma causa específica, diferentemente das discussões que se capilarizam mais livremente, entre perfis. No caso do combate à corrupção, por erguer uma bandeira inatacável na esfera pública, a ocorrência de interações discordantes entre si ou de confronto de pontos de vista são mais raras. Mas em experiências do cotidiano, no entanto, as interações acidentais entre dois perfis com visões diferentes se valem, na maioria das vezes, de um terceiro perfil intermediário. Por exemplo: por meio de amigos, posso tomar contato com meus opositores políticos, ou mesmo com sujeitos que pensam por meio de sistema de valores e crenças diversos do meu. Esse confronto é sempre salutar para a problematização pública a respeito de questões que tocam o bem comum, quebrando as eventuais fronteiras estabelecidas pelo compartilhamento *like-minded*.

Além disso, é possível constatar uma tendência de formação de pequenos grupos dominantes no espaço de fala e discussão *online* no *FB*. Isso ocorre na CFL-MCCE o que se torna, para a mobilização social baseada no interesse público, um ponto de atenção. A depender do perfil dos líderes e dos membros “mais falantes” pode ocorrer espécie de preocupante colonização do ciberespaço por uma elite, reproduzindo algo similar ao que ocorre nas arenas *offline*. Disso pode resultar o declínio do compromisso social e, por conseguinte, o enfraquecimento de formas mais consistentes de mobilização. Há exemplos de grupos *like-minded online* que se voltam totalmente para si, ignorando a existência do outro, do contraditório, da diferença.

Uma outra questão que se coloca é se realmente há nas redes sociais, como espaços interacionais mais flexíveis, um efetivo diálogo entre os cidadãos e se, eventualmente, até entre esses e seus representantes (como vimos na manifestação de Índio da Costa, diretamente; e do então Presidente da Câmara, Michel Temer, indiretamente, por meio de *link*). Poderiam as redes sociais migrar para uma forma de capitalização da vida política por partidos, cooptando a opinião dos eleitores e militantes para definir suas estratégias de campanha? Essa questão pede atenção de cientistas políticos e comunicadores.

Necessário reconhecer ainda que há um expressivo aumento, em todo o mundo, do número de cidadãos que se valem da internet para propósitos políticos, mesmo que a concentração do uso varie de acordo com o país e população observada. Se, num primeiro momento, o *FB* pode reforçar a participação e a discussão de ideias entre cidadãos já

engajados politicamente a uma causa ou movimento (*envolver os já engajados*), é provável que, em longo prazo, novas gerações possam participar de iniciativas em rede mais amplas.

Reconhecemos no contato com o objeto de pesquisa que a plataforma *FB* proporciona aos sujeitos, muitas vezes, uma experiência interacional fragmentada por sua tendência à pulverização espacial e temporal, somada à multiplicidade de ferramentas *online* disponíveis e à panacéia de outros recursos ao alcance do internauta por meio de um clique – recursos reinventados a cada dia para atender, em sua maioria, demandas de mercado. As informações, em geral, são visualizadas de forma dispersa entre os perfis, que delineiam cargas relacionais de mais variados contextos, que não apenas o político, como também o familiar, o afetivo, o profissional, entre outros.

Via de regra, em que pese apresentar distintos modos de ser e se mostrar via rede, as relações intersubjetivas *online* tendem *refletir* o posicionamento do indivíduo perante a sociedade. Numa palavra, sujeitos abertos à interação, civicamente engajados no cotidiano e interessados na construção de causas coletivas tendem a espelhar essas características em suas redes individuais. Os que se relacionam, no cotidiano, em grupos mais fechados, estabelecendo recortes sociais específicos para si e para com os quais interage, tendem a espelhar tal individualismo nos seus perfis virtuais. Uma crítica que não se pode deixar de fazer sobre o tipo de sociabilidade proporcionada pela plataforma é que, embora as comunidades do *FB* possam se estabelecer em torno de causas de interesse público, e sejam muitas vezes de acesso livre, do tipo grupo aberto, elas impulsionam a formação de vínculos intitulados como “amigos” ou “amizade”. Essa aproximação entre sujeitos é, naturalmente, mais fechada que aberta.

Entretanto, motivados por causas públicas, os participantes do *FB* também podem trazer para seu convívio de conversação outros sujeitos afins. Isso resulta na formação, em maior ou menor grau, de espaços informais potencialmente contribuinte para a mobilização e discussão de ideias, de temas caros ao contexto de participação na vida política, dependendo do uso que os internautas fizerem da plataforma.

Refletindo sobre essas questões, percebe-se que sob alguns aspectos, e devidamente relativizada, a perspectiva do homem modulado é inegável. O homem *online ciber-homem*, premido pelas demandas do cotidiano, definidas em grande medida por prazos exíguos e, ao extremo, pelo imediatismo que as relações passam a revelar, já não pode evocar, por exemplo, a figura de uma classe dominante, ou ainda, nas relações de trabalho, ao “patrão”, já que esses se volatilizaram na rede. Em algumas situações o meio passa, então, a exercer o controle dos laços sociais, embora saibamos que nas teias da rede há pessoas, com

tudo o que os sujeitos têm a oferecer. Esse mascaramento das relações pelo meio pode vir a ocultar a subalternidade em que se encontram muitos públicos invisíveis, inclusive para a rede, conforme expusemos quando tratamos dos contrapúblicos.

Nessa seara, reside uma interessante discussão entre os teóricos das ciências sociais sobre como as máquinas, em particular as TICs, são apropriadas pelos sujeitos como extensões de sua vida. Do determinismo tecnológico ao ciborguismo, entre os ciberotimistas e ciberpessimistas, há quem defenda ou ataque os efeitos dos avanços das redes digitais sobre a sociabilidade.

Entretanto, quando se fala em mobilização, é preciso considerar a perspectiva ampliada do sujeito social; o que se pode ver, em contraponto à noção de *ciber-homem*, é um *eu expandido*, tentacular, capaz de conectar-se a outros e conformar nós de uma teia comum, antes fortalecendo o senso de comunidade que estabelecendo clivagens identitárias ou etnocentrismos. O *eu expandido* em mobilização persegue sua alteridade com o outro, priorizando o diálogo e a participação. Isso não quer dizer que ele se faça apenas de atos heróicos ou democráticos, firmando-se na constante postura de bom-moço, mas que conceda presença significativa ao engajamento cívico em suas interações *online*. Sob esse ponto de vista, a representação do *eu expandido* via rede pode facultar-lhe a *flexibilização da sociabilidade*, num movimento de interação mais plural, com efeitos ora virtuais, ora presenciais, sobre a construção da própria identidade, dos seus vínculos e de suas relações sociais.

Inferimos, a partir do objeto que pesquisamos, que esse *eu expandido* presente numa plataforma como o *FB* pode ser, para além de seu próprio suporte, também o de seus interagentes; mas não como uma espécie de *automídia*, pois incorreríamos no risco de reduzi-lo a um canal, à *modulação* por onde a mensagem apenas “flui”. Ao contrário, em rede, os sujeitos se compõem dos textos e das imagens (e texto também podem ser imagem!) que postam, que dão a ver, que tiram do interior de suas casas e levam a público. Mas que também se permitem ser perscrutadas pelo outro, que o cutuca em rede, o curte, o comenta, o compartilha, o toma de empréstimo. Essas atitudes *online* são tácteis, pois seus efeitos têm consequências inevitáveis sobre o presencial, por mais díspares que as realidades *online* e *offline* possam parecer. Não podemos ignorar que, antes de possibilitar o acesso, viabilizar o encontro, disponibilizar um *link* ou conteúdo, o *sujeito é mensagem*.

Perfilando-se numa plataforma *web* o sujeito passa a ser, ele mesmo, a mensagem do processo político-comunicacional que vive. Esse *eu expandido*, conectado, livre para tratar de questões de interesse público por meio da exposição pública de sua própria figura,

estabelece vínculos com outros, colaborando ou competindo por argumentos, utilizando-se dos repertórios de ação que domina, resultado de sua formação familiar, educacional, política, cultural e de posição socioeconômica.

Assim como os escribas da antiguidade faziam uso do palimpsesto, num ciclo infundável de idas e vindas da palavra sobre o mesmo suporte, a era pós-massiva é aquela em que os indivíduos inscrevem sobre si mesmos – e sobre os outros perfis – informações, opiniões, temas e argumentos, discutindo por entre papiros desmaterializados, mas encarnados em identidades virtuais compartilhadas e constantemente editáveis.

Esperamos, com a “esperança de quem trabalha” evocada no início dessa dissertação, que o fomento e o fortalecimento da participação cidadã em rede na vida política de nosso país assumam novos caminhos para garantir envolvimento, engajamento cívico. Que se embrenhem os cidadãos nos meandros da democracia representativa, validando procedimentos inovadores, motivados para além do exercício do voto.

Hoje, via CFL-MCCE no *FB* posta-se: “Voto não tem preço, tem consequência”. Quiçá, num futuro próximo, se possa ouvir num brado retumbante: “Participação não tem preço: voto é consequência!”

Epílogo

Filha da prática
Filha da tática
Filha da máquina
Essa gruta sem-vergonha
Na entranha
Não estranha nada

Meta sua grandeza
No Banco da esquina
Vá tomar no Verbo
Seu filho da letra

Meta sua usura
Na multinacional
Vá tomar na virgem
Seu filho da cruz.

Meta sua moral
Regras e regulamentos
Escritórios e gravatas
Sua sessão solene.

Pegue, junte tudo
Passe vaselina
Enfie, soque, meta
No tanque de gasolina.

Tom Zé, letra da canção “*Politicar*”

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad.: Roberto Raposo; Posf.: Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001 [orig. 1958].
- AVRITZER, Leonardo. *et al.* (Org.) *Corrupção: Ensaio e críticas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da Política*. Tradução Marcus Penchet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BENNETT, W. Lance. Communicating global activism: strengths and vulnerabilities of networked politics. *Information, Communication & Society*, v.6, n. 2, p. 143-168, 2003.
- BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção: um estudo sobre o poder político e relações pessoais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará (Anpocs), 1995.
- BOHMAN, James. *Public Deliberation: Pluralism, complexity and democracy*. Massachusetts/USA: MIT Press, 1996.
- BRETAS, M. B. A. S. Elementos metodológicos para a Abordagem das Interações Telemáticas. In: FAUSTO NETO, A. *et al.* (Orgs). *Interação e sentidos no ciberespaço e na sociedade*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001. p.29-47
- BIGNOTTO, Newton. Corrupção e Estado de direito. In: ANASTASIA, Fátima; AVRITZER, Leonardo. *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- BREUR, Anita and FAROOQ, Bilal (2011). *Slactivists or Activists? The Impact of Social Media Use on Individual-Level Political Participation: Evidence from the Brazilian Ficha Limpa Campaign*. Apresentado em 6th General Conference of the European Consortium for Political Research (ECPR), Reykjavik, Iceland, August 25th – 27th, 2011.
- BRÜNING, Raulino Jacó. *Corrupção: causas e tratamento*. Florianópolis, 1997. Tese de Doutorado. UFSC. Resumo obtido na internet. www.tcc-brasil.org.br/artigos.html, 29/11/2005, 19h22min.
- CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas*. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CARDOSO, Gustavo. *A mídia na sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. A era da intercomunicação. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br>. Acesso em: 11 fev 2011.
- _____. *O Poder da identidade*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHRISTAKIS, Nicholas A.; FOWLER, James H. *O Poder das Conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET. *Panorama Setorial da Internet – “Redes Sociais: revolução cultural na Internet”*. Disponível em: <<http://www.cgi.br>>. Acesso em 3 de abr. 2010.

DAHLBERG, Lincoln. *The Internet and Democratic Discourse: Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere*. *Information, Communication & Society*, v. 4, n. 4, p. 615-633, 2001.

DE CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien*.:1. Arts de faire. 1980. Paris: Gallimard, 1990.

DEWEY, John [2008]. *Democracia cooperativa: escritos políticos escolhidos de John Dewey – 1927-1939*. Edit.: Augusto de Franco, Thamy Pogrebinski. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FLICK, Uwe. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORIANI, Adriano Warken; MORIGI, Valdir Jose. Circuitos Comunicativos e Construção da Cidadania no Ciberespaço: Tramas do Sentido em Narrativas de Weblogs. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, NP – 12 – Comunicação para a Cidadania, Anais 2005.

FONSECA, Cláudia G. da. A Comunicação e a produção de sentido sobre a saúde. In: *Revista Geraes*, Belo Horizonte, n. 49, p. 39-43, 1998.

FONSECA, Francisco. A corrupção como fenômeno político. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo: Instituto Pólis, n. 50, ano 5, p.6-7, 2011.

FORMIGA-XAVIER, Carlos Joel Carvalho de. *A Corrupção Política e o Caixa 2 de Campanha no Brasil*. Tese de Mestrado. Orientador: José Álvaro Moisés. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

FRASER, Nancy. *Rethinking the public sphere*. In: CALHOUN, Craig. *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 109-142

GAMSON, William A. *Falando de política*; trad. Ângela Cristina Salgueiro Marques. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011

GAMSON, William A. *Falando de política*. Trad.: Ângela Cristina Salgueiro Marques. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUZZI, Drica. *Web e participação: a democracia no século XXI*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2011.

HABERMAS, J. *Direito e democracia – entre facticidade e validade*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; 2003 (2ª ed.)

_____. Political Communication in Media Society: Does Democracy Still Enjoy an Epistemic Dimension? The Impact of Normative Theory on Empirical Research. *Communication Theory*, v.16, n. 4, p. 411-426, 2006.

HAUSER, Gerard A. Civil society and the principle of the public sphere. *Philosophy & Rhetoric*, Penn State University Press, v.31, p. 19-40, 1998.

HENRIQUES, Márcio S.(Org.) *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Comunicação e Mobilização Social na prática de polícia comunitária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HINDMAN, Matthew. *The Myth of Democracy*. Princeton, NJ: Priceton University Press, 2008.

KIRKPATRICK, David. *O efeito Facebook*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

JOSGRILBERG, Fabio B. Michel de Certeau e mídia: táticas subvertendo lugares ou lugares organizando táticas? In: *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo: Póscom-UMESP, v. 37, p. 13-24, 2002.

LEITE, Celso Barroso (Org.). *Sociologia da Corrupção*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

LEMONS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

MAIA, R.C.M; GOMES, W; MARQUES, F. P.J.A. *Internet e Participação Política no Brasil*, Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MAIA, Rousiley (Org). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. Redes Cívicas e Internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.p.46 a 72

MANOVICH, Lev. Software takes command. 2008. Disponível em: <http://www.softwarestudies.com>. Acesso: 20/11/2008.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (Org). *A deliberação pública e suas dimensões sociais políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre rede. In: MCKNIGHT, Jonh L. & KRETZMAN, *Formando Comunidades de dentro para fora: um caminho para encontrar e mobilizar os ativos de uma comunidade*. Belo Horizonte: Instituto Idis, 1993.

_____. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MATURANA, Humberto. et al. (Orgs) *A Ontologia da Realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Lua nova. São Paulo: CEDEC, n. 17, jun. 1989

NORRIS, P. *Democratic Phoenix – Reinventing political activism*. Cambrigde: Cambrigde Univesity Press, 2002.

_____. *Digital Divide: Civic Engagement, information poverty and the Internet Worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

_____. *Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites*. In: *Party Politics*, vol. 9, nº1, 2003

PANAGOPOULOS, C. *Politicking online – the transformation of election campaign communications*. London: Rutgers University Press, 2009.

PAPACHARISSI, Z. *The virtual sphere 2.0: the internet, the public sphere and beyond*. In: CHADWICK & HOWARD (Org). *The Routledge Handbook of Internet Politics*. New York: Routledge, 2010.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. *O processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

PRIMO, Alex. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RECUERO, Raquel. *Comunidades virtuais: uma abordagem teórica*, Pelotas, 2001, p. 4, disponível em: <<http://pontomidia.com.br/wiki/doku.php?id=artigos>>. Acesso em 19 de abr. 2012.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SHIRKY, Clay. *A Cultura da Participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

SLOTNICK, A. “Friend” the President – Facebook and the 2008 Presidential Election. In: PANAGOPOULOS, C. *Politicking online – the transformation of election campaign communications*. London: Rutgers University Press, 2009.

STONE, M. *Poke Your President! The Wildcat Online*. University of Arizona. February20. In: SLOTNICK, A. “Friend” the President – Facebook and the 2008 Presidential Election. In: PANAGOPOULOS, C. *Politicking online – the transformation of election campaign communications*. London: Rutgers University Press, 2009.

TACUSSEL, Patrick. *Comunidade e Sociedade: a partilha intersubjetiva de sentido*. Geraes. Belo Horizonte: UFMG, n. 49, 1998, p. 3-12.

TAYLOR, Charles. Liberal politics and the public sphere. In: TAYLOR, Charles. *Philosophical arguments*. Cambridge: Harvard University Press, 1995, p. 257-288.

TEIXEIRA, Vilmar Agatipo. *O Controle da Corrupção: Desafios e Oportunidades para o TCU*. Monografia de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público e Controle Externo para Analistas e Técnicos do TCU. Orientador: Mamede Said Maia Filho. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

TORO A., Jose Bernardo & WERNECK, Nísia Maria D. *Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação*. Brasília: Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TORO, Jose Bernardo. *A Construção do público. Cidadania, democracia e participação*. Rio de Janeiro: SENAC-RIO, 2005.

WARNER, MICHAEL. *Publics and counterpublics*. New York: Zone Books, Volume I. Trad: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003.

WOLTON, Dominique. *Internet, e depois?* Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

Websites

WIKIPEDIA. *Primavera Árabe*. 2011. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Primavera_%C3%81rabe>. Acesso em: 28 nov. 2011.

FACEBOOK. *Estatísticas do Facebook*. Disponível em: <<http://www.facebook.com/press/info.php?statistics>>. Acesso em 28 de nov. 2011.

FACEBOOK. *Fan page MCCE Ficha Limpa na plataforma FB*. Disponível em: <<http://www.facebook.com/MCCEFichaLimpa>>. Acesso em: 13 de mar. 2012.

FACEBOOK. *Página do Grupo Aberto Campanha Ficha Limpa do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral*. Disponível em: <<http://www.facebook.com/groups/91633340771/>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Relatório Comitê Gestor da Internet no Brasil*. Disponível em: <<http://www.cgi.br/publicacoes/revista/edicao03/txt.htm>>. Acesso em 29 de nov. 2011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *TIC Provedores 2011*: Pesquisa sobre o uso de tecnologias de informação no Brasil. Disponível em: <<http://op.ceptro.br/cgi-bin/indicadores-provedores-2010?pais=brasil&estado=mg&academia=academia&age=de-25-a-34-anos&education=pos-mestrado&purpose=pesquisa-academica>>. Acesso em 25 de mar. 2012.

ANEXO 1

Lista de entidades que compõem oficialmente o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE)

1. Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo) - www.amarribo.org.br
2. Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci) – www.abracci.ning.com
3. Associação Brasileira de Magistrados, Procuradores e Promotores Eleitorais (ABRAMPPE) - www.abramppe.org.br
4. Associação Brasileira de ONGs (Abong) - www.abong.org.br
5. Associação dos Juízes Federais (Ajufe) - www.ajufe.org.br
6. Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (Abracci) – www.abracci.ning.com
7. Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) – www.amb.com.br
8. Associação Juízes para a Democracia (AJD) – www.ajd.org.br
9. Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef) - www.anadef.org.br
10. Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) - www.adpf.org.br/
11. Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) - www.ampcon.org.br
12. Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) – www.anamatra.org.br
13. Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (AMPASA) - www.ampasa.org.br
14. Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) - www.anpt.org.br
15. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) – www.conamp.org.br
16. Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) – www.apcf.org.br
17. Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) – www.anpr.org.br
18. A Voz do Cidadão - <http://www.avozdocidadao.com.br>
19. Cáritas Brasileira – www.caritas.org.br
20. Central Única dos Trabalhadores (CUT) – www.cut.org.br
21. Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) - www.cbjp.org.br
22. Comunidade Bahá'í do Brasil - www.bahai.org.br
23. Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) – www.conam.org.br
24. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – www.cnte.org.br
25. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) - www.contag.org.br
26. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - www.cnbb.org.br

27. Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – www.cfc.org.br
28. Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) – www.portalfcofen.gov.br
29. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) - www.confea.org.br
30. Conselho Federal de Farmácia (CFF) – www.cff.org.br
31. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito) – www.coffito.org.br
32. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) - www.conic.org.br
33. Conselho Nacional de Saúde (CNS) - www.conselho.saude.gov.br
34. Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (CONTER) – www.conter.gov.br
35. Cristãos Contra a Corrupção (Criscor) - www.criscor.org
36. Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) - www.fisenge.org.br
37. Federação Nacional do Fisco Estadual - www.fenafisco.org.br
38. Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) - www.fenaj.org.br
39. Federação Nacional dos Portuários (FNP) - www.fnportuarios.org.br
40. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) - www.ibase.org.br
41. Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) – www.inesc.org.br
42. Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) - www.adoteummunicipio.org.br
43. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - www.ethos.org.br
44. Movimento do Ministério Público Democrático (MPD) - www.mpd.org.br
45. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – www.oab.org.br
46. Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits) - www.rits.org.br
47. Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional) - www.sindifisconacional.org.br
48. Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) - www.sindilegis.org.br
49. União dos Auditores Federais de Controle Externo (Auditar) - www.auditar.org.br
50. União Nacional dos Auditores do Sus (Unasus) - www.unasus.org.br
51. Voto Consciente - www.votoconsciente.org.br

ANEXO 2

Roteiro semi-estruturado para entrevista em profundidade com ativistas

Questões:

1 - Sobre a CFL-MCCE:

- a. Como você avalia a comunidade no contexto da mobilização pelo Ficha Limpa? Ela contribui para a mobilização dos públicos? Como?
- b. Das táticas de mobilização adotadas pelos participantes da comunidade, ao seu ver, quais foram as mais importantes? Por quê?
- c. No processo de mobilização via *Facebook*, você considera que o site tenha facilitado a coletivização da causa, neste caso, o combate à corrupção eleitoral?
- d. No processo de mobilização via *Facebook*, você considera que o site tenha facilitado o debate público sobre a causa, neste caso, o combate à corrupção eleitoral?

2 - Sobre as interações offline-online:

- a. Você acredita ser possível uma mobilização exclusivamente *online*? Por quê?
- b. Ao seu ver, a Campanha Ficha Limpa utilizou estrategicamente táticas *offline* e *online*? Por quê?
- c. Você participou de algum ato público? Qual (Quais)? Em caso positivo, descreva ao menos um deles. Que avaliação você tem deste ato público?

3 - Sobre a liderança:

- a. Você reconhece alguma liderança no grupo Campanha Ficha Limpa no *Facebook*? Qual(is)?
- b. Você se considera um líder no contexto da comunidade? Por quê?
- c. Para você, qual o papel da liderança no *Facebook* no contexto da CFL-MCCE?

4 – Espaço para observações, sugestões e críticas.